



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

MAIARA LIBERATO DE MATOS MENEZES

**“ASSINAR UM B.O. PRA APRENDER A SER HOMEM”:
AS CONTRIBUIÇÕES DE UM PROGRAMA COM GRUPOS REFLEXIVOS PARA
HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS PARA AS RESSIGNIFICAÇÕES DAS
MASCULINIDADES**

Salvador
2023

MAIARA LIBERATO DE MATOS MENEZES

**“ASSINAR UM B.O. PRA APRENDER A SER HOMEM”:
AS CONTRIBUIÇÕES DE UM PROGRAMA COM GRUPOS REFLEXIVOS PARA
HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS PARA AS RESSIGNIFICAÇÕES DAS
MASCULINIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Família na Sociedade Contemporânea

Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lívia Alessandra Fialho da Costa

Salvador

2023

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca

M543 Menezes, Maiara Liberato de Matos

“Assinar um B.O. pra aprender a ser homem”: as contribuições de um programa com grupos reflexivos para homens autores de violências para as ressignificações das masculinidades / Maiara Liberato de Matos Menezes. – Salvador, 2023.

218 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa.

1. Relações Familiares 2. Masculinidades 3. Violência 4. Educação
5. Equidade de Gênero I. Costa, Livia Alessandra – Orientadora
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 316.356.2-055.1

TERMO DE APROVAÇÃO

MAIARA LIBERATO DE MATOS MENEZES


“ASSINAR UM B.O. PRA APRENDER A SER HOMEM”:

**As contribuições de um programa com Grupos Reflexivos para
Homens Autores de Violência para as ressignificações das
masculinidades¹**


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em
Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 27 de junho de 2023.


Banca Examinadora:

 Documento assinado digitalmente
LÍVIA ALESSANDRA FIALHO DA COSTA
Data: 27/07/2023 09:21:24-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Orientador(a) - (UCSAL)
Prof.ª Dr.ª Livia Alessandra Fialho da Costa

 Documento assinado digitalmente
Adriano Beiras
Data: 22/07/2023 07:18:44-0300
CPF: ***.031.629-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr Adriano Beiras (UFSC)

 Documento assinado digitalmente
DEIVID CARVALHO LORENZO
Data: 28/07/2023 09:02:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Deivid Carvalho Lorenzo (UCSAL)

¹ Trabalho financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ao meu pai Emanuel (*in memoriam*),
cujo amor me salvou, e a todas as pessoas
que me inspiraram a abraçar a causa das
masculinidades com foco em contribuir para
construirmos famílias como um lócus de
amor, respeito e cuidado, onde cada criança e
adulto possa viver sem violência e se
desenvolver plenamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a duas estimadas professoras sem as quais eu não teria iniciado e cumprido esta jornada: Vanessa Cavalcanti e Livia Fialho. Agradeço à Vanessa por ter me provocado, convidado e incentivado a participar da seleção do mestrado, no exato momento de crucial importância para a minha vida pessoal e profissional. Agradeço à Livia por ter me acolhido com generosidade no meio do caminho e iniciado uma nova jornada, que agora concluo, e da qual saio mais preparada, além de grata. Fui presenteada duplamente.

Agradeço ao meu marido, Dante Menezes, pelo apoio, pela torcida e por cuidar de tudo, permitindo que eu pudesse me dedicar ao mestrado.

Agradeço à Sinara Dantas Neves pelo apoio dado no meio do caminho.

Agradeço a todos os professores de mestrado que fizeram parte da minha jornada, além dos já citados acima, com quem muito aprendi. Acrescento aqui aos nomes já citados o de Professor Giancarlo Petrini.

Agradeço às Professoras Sumaia Midlej, Silvana Sá e Roberta Gontijo, pelo apoio dado.

Agradeço à equipe da UCSAL que faz acontecer e que faz a diferença, nas pessoas de Ana Carla Reis de Almeida e Cristiane Santos.

Agradeço às Professoras Márcia Tavares e Josi Delgado, do PPGNEIM/UFBA, pela experiência e aprendizado que me proporcionaram na disciplina que cursei como aluna especial.

Agradeço aos meus colegas de mestrado por ter tornado a minha jornada mais prazerosa, em especial a Anderson Dias, Matheus Martins, Sandra Alves e Olgair Marques. Mesmo virtualmente, criamos vínculo.

Agradeço aos professores que estiveram na minha Qualificação: Adriano Beiras, Livia Fialho e Tatiana Moura.

Agradeço aos professores que aceitaram o convite para compor a minha Banca Examinadora do Mestrado: Adriano Beiras e Deivid Lorenzo.

Agradeço à Sergio Barbosa que, gentilmente, se disponibilizou a me apresentar os Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência, e com quem muito aprendi. Agradeço também a Gilsom Maia, que me acolheu e se disponibilizou.

Agradeço a toda a equipe de Coordenação e Facilitação do Programa “E agora, José?”, do Grupo Livre “E agora, José?” para Mulheres, bem como aos meus colegas e professores que participaram do curso de formação Gênero e Masculinidades, da ONG Entre Nós, turma de 2022.

Agradeço aos terapeutas/psicólogos que me acompanharam antes e durante a jornada do mestrado, e que são pessoas especiais na minha vida, aos quais sou grata por contribuírem com o meu processo de crescimento, autoconhecimento e individuação, nas pessoas de Djalma Argollo, Sonia Bahia e Vinícius Farani.

Agradeço a alguns anjos que surgiram no meio do caminho, me ampararam e me fortaleceram como Enézio de Deus, Lara Hughes e Yori Takakura.

Agradeço aos amigos que amo e que estão na torcida e na vida comigo, desde o início: Carina Caldeira Lima, Mayra Carvalho, Igara Leão, Cláudia Calumby, Carol Manciola, Juliana Borges Castro e Ernesto Carvalho.

Agradeço a todos os autores e pesquisadores que vieram antes de mim e disseminaram conhecimento, proporcionando toda uma base de aprendizado para novos acadêmicos, como eu. Gostaria de fazer um agradecimento especial aos Professores Adriano Beiras e Valeska Zanello pela trajetória acadêmica que construíram, pelas pesquisas realizadas e trabalhos publicados, que têm servido de referência e grande fonte de aprendizado, além de bell hooks, R. Connell, Daniel Welzer-Lang, Gerda Lerner, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Rita Segato, Maria Lugones, Aníbal Quijano, dentre outros.

Agradeço a Deus e à energia de luz e amor emanadas, que me sustentam, me fortalecem, me amparam e me guiam.

Agradeço à minha mãe por ter me ensinado o valor do trabalho e da responsabilidade através da sua dedicação e exemplo, ao possibilitar a todos os seus filhos, com muito suor e grandes desafios, uma educação de qualidade e o custeio da nossa subsistência.

Agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro, através da Bolsa PROSUC, que me permitiu dedicação exclusiva ao meu mestrado e à produção desta dissertação.

DIAPASÃO²

Paulo Alcoforado

“Homens desde sempre estiveram condenados a se expressar como um diapasão
Ah, meu pai, eu pensei como fazer pra lhe abraçar
Tropecei no ar, não sei dosar o amor

Saiba que eu dobrei o grito que você não deu, contorcionismos para poder dizer “meu Deus”
Ah, meu pai, calculei inadequações pra lhe beijar
Tropecei no ar, vestibular do amor

Pai,
Se eu nunca te mandei *euteamos* num cartão,
não é pouco cuidado,
Eu sou um diapasão”.

² Música de autoria de Paulo Alcoforado, presente no álbum “Sertão dos Anjos” (2017).

RESUMO

Introdução: Os Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra a Mulher são uma ferramenta que tem sido utilizada por ONGs e órgãos públicos de justiça, com mais veemência a partir da promulgação da Lei Maria da Penha (11.340/2006), na tentativa de reduzir a reincidência desse tipo de crime. Quando utilizada dentro dos critérios teórico-metodológicos propostos nas suas especificações, tem se tornado um instrumento consistente para apoiar os trabalhos com homens, problematizando diversas questões relacionadas à construção de suas masculinidades, estruturadas a partir de um modelo patriarcal heteronormativo. Esta ferramenta tem apresentado benefícios, não somente para os homens encaminhados pelo marco regulatório, como também à equipe técnica que conduz as atividades nos programas. Esta pesquisa estudou as contribuições de um trabalho dessa natureza para os participantes de um grupo reflexivo, o Programa "E agora, José?". **Objetivos:** Analisar os impactos de uma educação crítica e reflexiva, a partir da perspectiva de gênero, nos participantes de um Grupo de Homens Autores de Violência e identificar as principais mudanças de paradigma, comportamentos e impactos percebidos pelos participantes em relação à ressignificação de suas masculinidades e de suas relações familiares e de afeto. **Método:** A pesquisa foi exploratória, de natureza qualitativa, com análise narrativa, envolvendo um estudo empírico com dez participantes de um Grupo de Homens Autores de Violência (GHAV), divididos em dois grupos: a) cinco homens denunciados por agressão e enquadrados na Lei Maria da Penha e b) cinco homens que compõem a equipe técnica do Programa "E agora, José?" e que conduzem os encontros na condição de facilitadores e participantes. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e as falas foram transcritas e interpretadas sob a ótica dos estudos feministas de gênero pós-estruturalista e decolonial e dos estudos de masculinidades, que têm por base epistemologias feministas. **Resultados:** A chegada dos homens autores de violência ao programa é vista com contrariedade, resistência, como perda de tempo e certa injustiça. Com o tempo, são envolvidos pela própria dinâmica dos grupos reflexivos e pelas narrativas dos homens que já estão há mais tempo. Essa troca com homens, em diferentes estágios, cria o que os participantes chamaram de "um espaço seguro para falar sem ser julgado", possibilitando que eles revisitem a própria história, revejam os seus comportamentos, desenvolvam novos repertórios, questionem os estereótipos de masculinidades que estavam vivenciando, e percebam que junto aos privilégios, sofrem e perpetram violências e opressões. Por fim, aprendem que podem ser homens, vivendo de um outro jeito. Saem da experiência gratos e mais conscientes do processo de socialização masculino e feminino, e da sua responsabilidade em interromper o ciclo da violência. **Considerações finais:** A pesquisa demonstrou que a metodologia de grupos reflexivos se apresentou com uma ferramenta de transformação pessoal e grupal para os homens entrevistados, provocando mudanças de paradigma e de práticas comportamentais nos participantes. Faz-se necessário ampliar a oferta para mais homens autores de violência, bem como expandir programas dessa natureza para as escolas, conforme exposto pelos HAV.

Palavras-chave: Relações Familiares. Masculinidades. Violência. Educação. Equidade de Gênero.

ABSTRACT

Introduction: Reflective groups for male perpetrators of violence against women are a tool that has been used by NGOs and public justice bodies, with more vehemence since the enactment of the Maria da Penha Law (11.340/2006), in an attempt to reduce recidivism of this type of crime. When used within the theoretical-methodological criteria proposed in its specifications, it has become a consistent instrument to support work with men, problematizing several issues related to the construction of their masculinities, structured from a heteronormative patriarchal model. This tool has shown benefits, not only for the men referred by the regulatory framework, but also for the technical team that conducts the activities in the programs. This research studied the contributions of a work of this nature to the participants of a reflective group, the Program "E agora, José?". **Objectives:** To analyze the impacts of education from a gender perspective on the participants of a Group of Men Authors of Violence and identify the main paradigm shifts, behaviors and impacts perceived by the participants in relation to the resignification of their masculinities and their family and affection relationships. **Method:** Exploratory research, of a qualitative nature, involving an empirical study with ten participants of a Group of Men Authors of Violence (GHAV), divided into two groups: a) five men denounced for aggression and framed in the Maria da Penha Law and b) five men who make up the technical team of the "E agora, José?" and who lead the meetings as facilitators and participants. Semi-structured interviews were carried out and the statements were transcribed and interpreted from the perspective of post-structuralist and decolonial feminist studies of gender and masculinity studies, which are based on feminist epistemologies. **Results:** The arrival of male perpetrators of violence to the program is seen with annoyance, resistance, as a waste of time and a certain injustice. Over time, they are involved by the very dynamics of reflective groups and by the narratives of men who have been there longer. This exchange with men in different stages creates what the participants called "a safe space to speak without being judged", allowing them to revisit their own history, review their behaviors, develop new repertoires, question the stereotypes of masculinity that were experiencing, and realize that along with privileges, they suffer and perpetrate violence and oppression. Finally, they learn that they can be men, living in another way. They leave the experience grateful and more aware of the masculine and feminine socialization process, and of their responsibility in interrupting the cycle of violence. **Final considerations:** The research demonstrated that the methodology of reflective groups presented itself as an effective tool for personal and group transformation for all men, causing changes in paradigm and behavioral practices in the participants. It is necessary to expand the offer to more male perpetrators of violence, as well as expand programs of this nature to schools, as exposed by the HAV.

Keywords: Family Relations. Masculinities. Violence. Education. Gender Equity

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resumo do programa “E agora, José?” para homens autores de violência	46
Quadro 2	Divisão do poder na sociedade brasileira. Ano 2022	84
Quadro 3	Variáveis sociodemográficas dos participantes do estudo	96
Quadro 4	Dados relativos à idade da primeira experiência laboral	152
Quadro 5	Palavra definidora do Programa “E agora, José?” pelos participantes HAV	174
Quadro 6	Palavra definidora do Programa “E agora, José?” pelos participantes Facilitadores	194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B.O. – Boletim de Ocorrência

CEDAW – *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*

CEO – *Chief Executive Officer* (Diretor Executivo)

CEP – Comitês de Ética em Pesquisa

CES – Centro de Estudos Sociais

CIS – Cisgênero

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

COVID-19 – *Coronavirus Disease 2019*

CPMA – Central de Penas e Medidas Alternativas

CRP – Conselho Regional de Psicologia

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GHAV – Grupos de Homens Autores de Violência

HAV – Homens Autores de Violência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexos

LGBTQIAP+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis, *Queer*, Intersexos, Assexuais. O “+” simboliza outras identidades que possam surgir e/ou ainda não foram nominadas.

LMP – Lei Maria da Penha

MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo

MS – Ministério da Saúde

NEDH – Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAISH – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem

PPFSC – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea

PPGNEIM – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo

PROSUC – Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior

SECNS – Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde

SP – São Paulo

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC – Universidade de Coimbra

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A VIDA NO CAMPO: DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	29
2.1	O QUE A LEI MARIA DA PENHA PRECONIZA EM RELAÇÃO AOS GHAV	31
2.2	POR QUE ENTREVISTAR HOMENS QUE PASSARAM PELA METODOLOGIA DE GRUPOS REFLEXIVOS E RESPONSABILIZANTES	35
2.3	CENÁRIO PLANEJADO/CENÁRIO ENCONTRADO/ADAPTAÇÕES	39
2.4	APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA “E AGORA, JOSÉ?”	42
2.5	EQUIPE DE FACILITADORES: NEGOCIANDO ESPAÇO NUM CAMPO GENERIFICADO	48
3	A VIDA EM AÇÃO: (RE)FORÇANDO, CONFRONTANDO E DECUPANDO MASCULINIDADES	52
3.1	COLONIZAÇÃO E COLONIALIDADE: A ORIGEM DAS DESIGUALDADES E VIOLÊNCIAS NO BRASIL	52
3.2	PATRIARCADO E PRIVILÉGIOS DE GÊNERO	56
3.3	GÊNERO E SEUS SIGNIFICADOS (IM)POSTOS, CONDICIONADOS, PERFORMADOS, (DES)VALIDADOS	61
3.4	MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS X SUBALTERNAS	66
3.5	MASCULINIDADES NEGRAS	74
3.6	SOCIALIZAÇÃO MASCULINA	78
3.7	VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL	85
3.8	LEI MARIA DA PENHA	90

4 (RE)PENSANDO E (RE)FAZENDO TRAJETÓRIAS DE VIDA: OS HOMENS NOS GRUPOS REFLEXIVOS	94
4.1 CASOS	96
4.2 DINÂMICAS FAMILIARES	107
4.2.1 Constituição da família de origem e nuclear	109
4.2.2 Provimento, tarefas domésticas e cuidado dos filhos	112
4.2.3 Resolução de conflitos conjugais e familiares	116
4.2.4 Famílias e afetividade	120
4.3 SOCIALIZAÇÃO MASCULINA: O QUE É ENSINADO/COBRADO DOS HOMENS	124
4.3.1 A negação do feminino	125
4.3.2 Virilidade física	129
4.3.3 Virilidade sexual	132
4.3.4 Virilidade laboral	135
4.4 PERFORMANCES MASCULINAS: EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS	138
4.4.1 Performances de negação do feminino	138
4.4.2 Performances de virilidade física	142
4.4.3 Performances de virilidade sexual	147
4.4.4 Performances de virilidade laboral	151
4.5 RESSIGNIFICANDO MASCULINIDADES? EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA	157
4.5.1 GHAV: um lugar seguro para falar e ouvir	157
4.5.2 Aprendizagem sobre violência	160
4.5.3 Conscientização sobre a própria violência	162
4.5.4 Ampliação do repertório pessoal e mudanças comportamentais	164
4.5.5 Avaliação do Programa	167
4.6 (RE)VENDO E (RE)CONSTRUINDO MASCULINIDADES: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DOS FACILITADORES	174
4.6.1 O chamado	175
4.6.2 Eu, machista?	178
4.6.3 Comportamento dos HAV na chegada e na saída do programa	181

4.6.4 Casos que marcaram	186
4.6.5 O que me move?	191
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICE I – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	215
APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	216
ANEXO I – Carta de Anuência da Entidade	217
ANEXO II – Aprovação do Comitê de Ética	218

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

“Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte”.

(FREIRE, 2020, p.93)

Inicialmente, no ano 2000, o meu interesse de estudo e pesquisa era pelo tema família. Eu olhava para a minha realidade e para as dos meus amigos e conhecidos e, ao invés de me deparar com um ambiente onde havia fraternidade, respeito, cuidado e amor, que proporcionasse o pleno desenvolvimento de cada indivíduo, o que eu via eram brigas, tensões, conflitos, dificuldades e discórdias, permeados por violência em diversas ocasiões. Nunca encontrei uma família que eu me deparasse e dissesse, “Finalmente, paz!”. Não à toa, entrei no mestrado de Família na Sociedade Contemporânea. No final de 2013, fiquei encantada com a proposta, quando conheci o programa.

Após anos refletindo sobre a complexidade de abarcar o tema família, com tantas nuances, e após muito observar as dinâmicas e contextos que eu circulava, decidi estudar sobre masculinidades. Na época, eu chamava “Comportamento Masculino”, pois estava mais alinhada com a psicologia, além do foco em equidade de gênero e harmonização das relações entre homens e mulheres.

Em 2005, criei uma marca e concebi um projeto, chamado Cabeça de Homem, cujo foco era entender como o público masculino pensa, sente, se comporta, se relaciona entre si, com as mulheres, em família e na sociedade. Foram sete anos fazendo pesquisa de opinião com homens diversos em faculdades, cursos, bares, táxis, no trabalho, em eventos, até montar um programa de rádio independente e convidar psicólogos, terapeutas, psiquiatras e médicos, todos homens, para falar de um tema, ao vivo, semanalmente. Era cerca de 20 mil pessoas conectadas por final de semana, durante 3 anos consecutivos.

A cada semana eu aplicava um questionário de pesquisa para um grupo entre 30 e 80 homens e planilhava no Excel, por faixa etária. Eu participava de algumas rodas de homens em restaurantes e bares, sendo eu a única mulher, com o público que já me conhecia.

Até que chegou o momento em que decidi dar um passo adiante e ganhar mais robustez. Para isso, eu teria que aprender a fazer pesquisa científica. O intuito era ter

fundamentação teórico-metodológica para, num futuro próximo, criar projetos educacionais para escolas, empresas e governos, e trabalhar com intervenções e políticas públicas, uma vez que o Brasil está ranqueado, mundialmente, entre os países com maior índice de violência contra as mulheres, além de despontar entre os mais desiguais. Aqui estou.

O Brasil é um dos países mais desiguais e violentos do mundo. Em 2013, passou a ocupar a 5ª posição no ranking de feminicídios, de acordo com o Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015), tendo batido recordes de violência de gênero, em 2022, com o advento da pandemia pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), popularmente denominado de COVID-19, somando uma mulher morta a cada seis horas (FBSP, 2022).

A nação brasileira encontra-se na 117ª posição dos 146 países avaliados no quesito equidade de gênero, de acordo com o Relatório Global de Desigualdade de Gênero³, pesquisa do Fórum Econômico Mundial (2021). Os profissionais brasileiros do sexo masculino recebem, em média, 22% a mais do que as mulheres (ELIAS, 2021), ocupando a mesma função laboral. Em posições de alta hierarquia, essa diferença pode alcançar até 33% (MONTEIRO, 2021).

Levando-se em consideração que o Brasil vivenciou um processo de colonização, o seu tecido social foi estruturado seguindo a lógica cultural europeia hegemônica. A sociedade patriarcal além-mar, que comportava em seu seio uma segregação binária de gênero, ampliou o escopo das opressões já existentes ao agregar o racismo decorrente da escravidão, o que gerou inúmeras disparidades econômicas e sociais, que perduram até hoje (CARNEIRO, 2003; LUGONES, 2008; BUTLER, 2019, 2021). A nação brasileira está ranqueada entre os dez países mais desiguais do planeta, segundo o Relatório das Desigualdades Sociais, do *World Inequality Lab*⁴ (CHANCEL *et al*, 2021).

Em pleno século XXI, ainda vivemos em uma sociedade pensada, criada e gerida por homens, sustentada em valores patriarcais colonizadores, cujas masculinidades perpassam por um referencial hegemônico que estruturou a política, a economia, as religiões, a educação, as famílias, as relações, a cultura, enfim, todo o arcabouço social (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). O processo de

³ Tradução para *Global Gender Gap Report*. O relatório encontra-se, na íntegra, no site do Fórum Econômico Mundial, unicamente na língua inglesa.

⁴ Laboratório Mundial de Desigualdade. Tradução livre.

subjetivação do masculino, cujos pilares estruturantes do tornar-se homem se dão em oposição ao tornar-se mulher, e à associação a uma virilidade laborativa, sexual e física, impacta diretamente a vida conjugal, familiar, laboral e social, em toda a sua extensão (ZANELLO, 2018).

São os homens os maiores autores de violências, os gestores das principais instâncias de poder social e os mantenedores do *status* vigente. As estatísticas sugerem relação de causa e efeito entre o processo de subjetivação masculina e os impactos sociais e econômicos derivados, resultando em prejuízos para todos os envolvidos.

Em virtude de tal cenário, é relevante pontuar as conquistas acumuladas em decorrência do avanço dos Direitos Humanos, em especial, da defesa dos direitos de mulheres e meninas no contexto internacional com impactos no Brasil, a exemplo da *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women* (CEDAW)⁵ (1979), adotada pelo Brasil a partir de 1984, e da Convenção de Belém do Pará (1994), fruto da pressão dos movimentos sociais, sobretudo do movimento feminista e do movimento feminista negro (CARNEIRO, 2003). Diversos avanços legais como a Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), e suas adaptações ao longo dos anos, foram instituídos na tentativa de coibir a violência masculina, mas é fato que os números ainda não sofreram redução significativa.

Educados e socializados numa perspectiva cisgênero, heteronormativa, supremacista e branca, muitos homens acabam “escolhendo a masculinidade patriarcal para serem aceitos por outros meninos e ratificados por figuras de autoridade masculina” (hooks, 2021, p. 81). Nessa conformação, sufocam o próprio ‘eu’ e veem com resistência e desconfiança o avanço das mulheres e das pessoas negras, em busca de mais equidade.

Em virtude de um repertório limitado, fruto do processo de subjetivação estruturado em quatro pilares, os homens, sobretudo os hegemônicos, percebem esse movimento de reparação das desigualdades como perda de poder e de espaço social. Falta a eles o vislumbre de outros possíveis ganhos, oriundos de um novo rearranjo sociocultural, neste momento da história, sobretudo quando se atua dentro de uma ética amorosa (hooks, 2021). Para hooks, “Ainda que tantos meninos sejam ensinados

⁵ A sigla, em inglês, *CEDAW* significa Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Tradução livre.

a se comportar como se o amor não importasse, em seu coração, anseiam por ele. Esse anseio não se dissipa simplesmente porque eles se tornaram homens. [...] Ao abraçarem o patriarcado precisam abandonar ativamente o desejo de amar”. (hooks, 2021, p. 82). Ela ainda comenta que

A recuperação relacional afastará homens e mulheres (negros)⁶ do modelo dominante de relacionamento, no qual uma pessoa ocupa uma posição superior à da outra. Isso nos afastará do patriarcado em direção a uma política feminista amorosa que nos permitirá abraçar completamente a igualdade de gênero (hooks, 2022, p. 225).

O problema da violência e das desigualdades de gênero, sobretudo da violência doméstica e familiar contra as mulheres, é tão complexo que se tornou uma questão global a ser trabalhada, tendo a Organização das Nações Unidas (ONU) se colocado como propositora, porta-voz e unificadora dos seus estados-membro em prol dessas bandeiras, a partir dos anos 2000, com renovação em 2015. Essa união culminou nos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS 4, 5, 8, 10 e 16 tratam, respectivamente, de Educação de Qualidade, Igualdade de Gênero, Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico, Redução das Desigualdades e Paz, Justiça e Instituições Eficazes, questões de fundamental relevância quando se pretende reduzir as violências e promover a equidade⁷.

Ao mirar no ODS 5 – Igualdade de Gênero – é fundamental elencar as disparidades e necessidades dos gêneros e suas interseccionalidades, em diferentes níveis (CARNEIRO, 2003). Urge reparar as desigualdades e garantir direitos às populações e/ou grupos sub-representados, com foco na redução das assimetrias. Uma constatação recorrente é a desproporcionalidade dos recursos investidos em relação aos resultados alcançados, o que pode sugerir que as estratégias adotadas, ou parte delas, estão equivocadas. Em decorrência disso, outro possível questionamento é o que não está sendo contemplado e/ou o que está passando despercebido.

Algumas questões que nortearam este trabalho discorrem sobre como falar de equidade, sem levar em consideração o(s) ganho(s) de quase metade da população

⁶ Os parênteses não fazem parte do texto original de hooks e foram colocados, intencionalmente, por esta pesquisadora para fazer alusão a uma questão masculina que é acentuada em relação às masculinidades negras, mas que abarca as demais masculinidades, que se conformam, adequam e/ou operam dentro de um modelo patriarcal. Este mesmo artifício será utilizado ao longo do texto, em outras passagens da mesma autora.

⁷ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

brasileira, ou seja, os homens. Onde eles estão contemplados nesta temática? Como trabalhar a pauta das violências e redução das desigualdades, sem que os principais vetores, gestores e mantenedores dos *status* estejam implicados e envolvidos, no ponto de partida das pautas, agendas e políticas públicas de gênero?

É inquestionável que os homens possuem inúmeros privilégios numa relação de desproporcionalidade em relação às mulheres, aos negros, às pessoas não heteronormativas e outras categorias. Mas, será que eles só têm ganhos? Por hora, segue uma estatística relevante: a cada feminicídio morrem onze homens (IPEA, 2021). Se nenhuma criança do sexo masculino nasce violenta, como podemos, enquanto sociedade, fechar os olhos a tal questão?

As ações governamentais e políticas públicas educativas e preventivas destinadas aos homens, com foco nas questões de prevenção da violência e aumento da equidade não estão presentes em todos os municípios brasileiros, tampouco são ofertadas em grande escala ou de forma contínua para o público masculino (BEIRAS. MARTINS. SOMMARIVA. HUGILL, 2021). Apesar de possuir uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) (BRASIL, 2009, 2021), que traz em seu escopo um entendimento de saúde que engloba outras dimensões do ser humano, que não apenas a dimensão física, ampliando o proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), as ações existentes são insuficientes para fazer frente à redução das estatísticas de violência de gênero (FBSP, 2020, 2021, 2022).

A definição de saúde integral contemplada na PNAISH (2009, 2021), além de incluir um estado de completo bem-estar, engloba os aspectos relacionados à socialização dos homens, cujos princípios e diretrizes já traziam em seu escopo “questões de gênero e seus estereótipos enraizados numa cultura patriarcal, que potencializa práticas baseadas em crenças e valores do que é ser masculino” (BRASIL, 2008, p. 5).

Incorporar as temáticas da violência intragênero⁸ masculina e da atenção à saúde integral dos homens, intencionalmente invisibilizadas, como problemas não só dos homens, mas como problemas sociais que impactam as mulheres, é premente. A sociedade também é responsável pela manutenção e silenciamento do processo de socialização masculina, ponto basal para reduzir e prevenir a violência contra as

⁸ Utilizo o termo “intragênero”, ao longo do texto, geralmente na expressão “violência intragênero masculina”, para me referir à violência que os homens perpetraram contra os próprios homens.

mulheres, bem como avançar em prol da equidade. Como bem pontua Daniel Welzer-Lang (2001, p. 463), “o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências”. Só há equidade quando/se todas e todos forem contemplados.

Até que haja um programa nacional contra a violência masculina que não comece com um exame da violência que os homens impõem a mulheres e crianças, mas com a violência que os homens impõem a si mesmos e a outros homens, não acabaremos com a violência masculina. (hooks, 2022, p. 131)

É impossível pensar, pois, na superação da opressão, da discriminação, da passividade ou da pura rebelião que elas engendram, primeiro, sem uma compreensão crítica da História, na qual, finalmente, essas relações interculturais se dão de forma dialética, por isso, contraditória e processual. [...] a compreensão da História que temos, uma vez que, históricos, homens e mulheres, nossa ação não é apenas histórica, mas também historicamente condicionada (FREIRE, 2020, p. 38)

Se o primeiro pilar de estruturação dos homens é não ser mulher e negar o feminino; se são os homens que julgam os outros homens; se aqueles que discordam dos pressupostos patriarcais são excluídos do universo dos homens e perdem *status*, podendo ser comparados a mulherzinhas, e se todos estes são aspectos identitários e subjetivos da construção/afirmação do masculino, como prescindir dessas questões ao tratar da redução/prevenção da violência contra as mulheres, bem como da construção da equidade (WELZER-LANG, 2001; ZANELLO, 2018)? O bem-estar mental, social e relacional de quem gere a sociedade, neste caso os homens, precisa ser levado em consideração, para que o mimetismo de violência seja transformado em ética amorosa e disseminado entre os seus pares e os demais (hooks, 2021). “Enquanto os homens (negros) não virem alternativas à masculinidade patriarcal, eles nutrirão sua fera interior e estarão sempre prontos para atacar. Agirão impulsivamente, conduzidos pela raiva reativa” (hooks, 2022, p. 131).

Não há como prescindir da solução de um grave problema social, que perdura no tempo, excluindo quase metade da população do processo. O fato de os homens terem muitos privilégios, serem os principais mantenedores de uma ordem social patriarcal e machista, não anula tampouco diminui a necessidade de um olhar atento para o que não está sendo, intencionalmente, trabalhado, mas que repercute diretamente nas questões das violências e desigualdades. Não será este um dos pontos que impede o avanço de pautas tão relevantes, ao tratar a equidade de gênero e redução das violências, apenas, da perspectiva das populações sub-representadas em direitos?

Não ter permissão social para se expressar e ‘ser’ o homem que deseja, independente dos estereótipos, não seria a negação do princípio fundamental que rege e ordena os direitos humanos, e que se funda no respeito à dignidade da pessoa humana, independente de gênero? Este é um dos pontos de reflexão que apresento: trabalhar as temáticas da violência contra as mulheres e o avanço em prol da equidade invertendo o paradigma, e tendo como ponto de partida a necessidade primeira de trabalhar as masculinidades, com foco em uma educação crítica e reflexiva e em uma socialização dissociada da violência, inclusive a intragênero masculina, utilizando como referenciais teórico-metodológicos as epistemologias feministas e os estudos de masculinidades, baseados nas epistemologias feministas (FREIRE, 2020, 2021; BEIRAS *et al.*, 2021).

Quando cito o termo educação, ao longo do texto, não me refiro à educação tradicional, verticalizada, em que os alunos e/ou participantes são receptores de informações, semelhante ao processo em que uma pessoa fala enquanto as demais escutam de forma mais passiva. Quando trago educação, neste trabalho, me refiro à educação não bancarizada, pois “A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade” (FREIRE, 2021, p. 38). Educação, nesta dissertação, tem a abordagem das metodologias ativas, dialógicas, reflexivas e responsabilizantes, em que os homens, participam dos próprios processos, têm voz ativa, refletem sobre as suas histórias e contextos, individualmente e coletivamente (FREIRE, 2020, 2021; BEIRAS *et al.*, 2021), com o objetivo de se conscientizarem dos seus próprios comportamentos.

“Uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria matando as suas possibilidades de ação, transformando-o em abelha. A educação deve estimular a opção e afirmar o homem como homem. Adaptar é acomodar, não transformar”. (FREIRE, 2021, p. 40)

“A educação deve ser desinibidora e não restritiva. É necessário darmos oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos. Caso contrário, domesticamos, o que significa a negação da educação. Um educador que restringe os educandos a um plano pessoal, impede-os de criar”. (FREIRE, 2021, p. 41)

Como bem pontua BEIRAS *et al.* (2021), a reflexividade é necessária à assunção da responsabilidade. Portanto, a educação, neste trabalho, além de não bancarizada, é reflexiva, pois apresenta “uma metodologia baseada em perguntas, atentas à linguagem como produtora de realidades, aos efeitos da produção de novos sentidos,

e significados coletivamente, a partir das relações de familiares de socialização diversas” (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 40). Uma vez que participam ativamente de seus próprios processos de transformação, os participantes desenvolvem nova visão e postura críticas, adquirem um novo repertório, o que contribui para um maior intercâmbio de experiências e pode resultar em co-construções de realidades diversas, visto a multiplicidade de subjetividades, demandas pessoais e gêneros existentes em nossa sociedade.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”. (FREIRE, 2021, p. 38)

É preciso criar espaços de homossociabilidade que acolham as necessidades dos homens em relação à sua saúde integral (BRASIL, 2009, 2021), bem como dar permissão social para que eles possam vivenciar uma ética amorosa em contraponto ao modelo patriarcal (im)posto. Para isso, é fundamental discutir e problematizar o papel da mídia e dos produtos culturais como as Tecnologias de Gênero que reforçam, reproduzem e repetem, exaustivamente, imagens estereotipadas de gênero, em representações de clara desigualdade, com prejuízos maiores para as mulheres, mas também para os homens, ao limitar as possibilidades de vivenciarem masculinidades não hegemônicas (LAURETIS, 1994; MORENO, 2017; hooks, 2022).

A mídia atinge a população, contribuindo [...] para a formação da subjetividade de homens, mulheres e crianças, ajudando a compor a imagem introjetada dos papéis sociais, da aparência, dos sonhos e desejos, da posição a tomar em caso de alguma informação política etc. A mídia representa, muitas vezes, a única ou principal fonte de informação – e de formação da opinião – da sociedade (MORENO, 2017, p. 73).

A ausência de novos repertórios e de espaços que promovam uma sociabilidade dissociada dos estereótipos de gênero – que pressupõem misoginia, virilidade e violência – contribuem para o retardamento da tomada de consciência, por parte dos homens, em relação ao processo sociocultural e histórico a que são submetidos. A dinâmica social, ainda com fortes características patriarcais, segue uma lógica com rígidos e opressivos papéis e padrões de comportamento para ambos os gêneros. Essa dinâmica limita a atuação de homens e mulheres no mundo, e cobra um alto preço daqueles que não performam o modelo binário posto, garantindo mais

privilégios e benefícios para homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e com boa condição socioeconômica.

A população masculina não costuma ter acesso a grupos de apoio. Pesquisas e trabalhos científicos têm apresentado um resultado interessante e significativo em relação à redução da reincidência das violências cometidas pelos homens que participam de programas com Grupos Reflexivos, apoiados em teorias e métodos científicos (BEIRAS *et al.*, 2021).

A proposta neste trabalho é ir além do binômio reducionista que vincula masculinidades a violências, por considerá-lo restritivo e não exclusivamente representativo das masculinidades. “Ser homem não deveria significar ser violento e, no entanto, são muitas as estatísticas, notícias e experiências que fazem parecer inevitável esse mortal casamento” (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 16). Os homens vêm sendo, recorrentemente, relacionados e associados à instância da violência, o que pode ser uma das causas do número ainda pequeno de trabalhos que abordem dimensões relacionadas ao bem-estar, à afetividade e outras performances de masculinidades, concomitante ao que é feito em relação às mulheres, no sentido de tentar fixá-las num papel de vítima, como se não existissem outras dimensões a serem abordadas.

Com o intuito de compreender quais são as repercussões dos trabalhos realizados nos Grupos de Homens Autores de Violência (GHAV) para os egressos e para os homens que compunham a equipe técnica, resolvi mapear a sistemática de um programa com GHAV e contextualizar os critérios para a atuação desses grupos dentro das proposições da Lei Maria da Penha, além de identificar as principais mudanças de paradigma, comportamentos e impactos percebidos pelos participantes em relação à resignificação de suas masculinidades e de suas relações familiares e de afeto.

Como demonstrado em estudos científicos, documentos oficiais e nos relatórios de mapeamento de serviços de responsabilização para homens autores de violência, no Brasil, organizados por Adriano Beiras (2014) e em parceria com outros autores (BEIRAS *et al.*, 2021), os programas que atuam com a metodologia dos Grupos Reflexivos, e são comprometidos com sérios critérios metodológicos, apresentam resultados satisfatórios em relação à redução da reincidência da violência pelos egressos (MISTURA, 2015; BEIRAS *et al.*, 2021, 2022). Os autores demonstram também, a partir de experiências apresentadas, que ocorre a assunção do autor em

relação à própria responsabilidade pela violência cometida e a conscientização acerca do próprio machismo, em muitos dos casos estudados.

O Programa “E agora, José?”, destinado a atender homens autores de violência encaminhados por uma das Varas de Família do Estado de São Paulo é o campo empírico desta dissertação, que tem como objetivo analisar os impactos da educação crítica e reflexiva, numa perspectiva de gênero feminista e dos estudos de masculinidade, nos participantes de um Grupo de Homens Autores de Violência.

Após uma ampla pesquisa, foi selecionado um programa que segue os principais critérios estabelecidos nos relatórios de mapeamentos desses serviços (BEIRAS, 2014; BEIRAS *et al.*, 2021). O “E agora, José?” tem mais de sete anos de atuação contínua, possui reconhecimento público e aplica a metodologia dos Grupos Reflexivos. Foi realizada uma pesquisa de campo exploratória, de cunho qualitativo, com dez homens, entre egressos e equipe técnica de Facilitadores⁹. O trabalho de campo foi realizado entre os meses maio e setembro de 2022.

Ofertado, desde 2014, no interior do Estado de São Paulo, o Programa “E agora, José?” além de atuar com a metodologia dos Grupos Reflexivos, apoia-se nos estudos feministas de gênero e nos estudos de masculinidades baseados nas epistemologias feministas, e obedece a diversos outros critérios que serão expostos no capítulo II, dedicado à pesquisa de campo. O resultado do trabalho chama a atenção, uma vez que o Programa atendeu um universo de cerca de 500 homens, entre os anos de 2014 e 2021, e apresentou, apenas, dois casos de reincidência¹⁰.

No capítulo II, serão abordados os desafios teórico-metodológicos da pesquisa de campo, englobando o que a Lei Maria da Penha prevê em relação aos GHAV, qual foi o cenário planejado e o cenário encontrado, as adaptações que tiveram que ser implementadas em função de mudanças que ocorreram, o motivo de entrevistar homens que vivenciaram a metodologia de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra a mulher e a apresentação do meu *lócus* de pesquisa.

No Capítulo III, veremos um pouco sobre o estado da arte, que vai desde a colonização do Brasil e seus desdobramentos, passando pela herança patriarcal europeia e os privilégios de gênero resultantes desse modelo de organização social,

⁹ O termo técnico utilizado pelo profissional e equipe que conduz as atividades nos grupos reflexivos é “Facilitador”, propositadamente, em função de desenvolverem trabalhos com base em metodologias ativas e reflexivas, que promovem trocas e interações entre as pessoas envolvidas no processo.

¹⁰ Considerando os dados fornecidos pelo coordenador geral do Programa, no âmbito de uma entrevista sobre a metodologia e o funcionamento do “E agora, José?”, realizada na data 31/05/2022.

que tem repercussão direta no processo de socialização masculina e no comportamento de violência contra as mulheres, que resultou na promulgação da Lei 11.340/2006.

No capítulo IV, abordarei sobre as dinâmicas familiares e as repercussões delas no comportamento dos homens, a discussão entre o que é ensinado/cobrado aos homens e como cada um performa individualmente, as experiências e narrativas desses homens após passar por um Grupo Reflexivo, até chegar à tomada de consciência ou não, avançando, em seguida, para as considerações finais.

É de profunda relevância que governos e instituições invistam em criar mais campanhas e espaços de cunho preventivo e educativo para problematizar e refletir acerca das masculinidades e dos comportamentos dos homens frente às mulheres e aos grupos sub-representados, como os negros e a população LGBTQIAP+, que também são vítimas da violência masculina e ocupam, em menor proporção, cargos políticos e de alta hierarquia empresarial, dentre outros.

É importante, também, investir em novas políticas públicas, inclusive familiares, que abordem as dimensões do cuidado paterno e da divisão de tarefas domésticas, avaliando a possibilidade de uma licença paternidade mais equânime em relação à licença maternidade, como já ocorre em alguns países, de forma exitosa (CALDEIRA; BARBOSA; CAVALCANTI, 2012; MOREIRA; PETRINI, 2020; PROMUNDO, 2021). Afinal, a família é o primeiro seio social do indivíduo e serve como importante referencial relacional que prepara as pessoas para a vida em sociedade, e a maior parte das violências perpetradas pelos homens contra as mulheres acontece no seio familiar (FBSP, 2021, 2022).

CAPÍTULO 2

A VIDA NO CAMPO: DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2 A VIDA NO CAMPO: DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Com o intuito de identificar experiências de resignificação de masculinidades para a promoção da equidade de gênero e a redução das violências nas relações familiares e de afeto, em Grupos para Homens Autores de Violência encaminhados pela Lei Maria da Penha (LMP), no contexto nacional, bem como analisar as narrativas acerca de suas vivências, após passar por um programa e/ou projeto¹¹ dessa natureza, foi realizada uma pesquisa empírica, com um grupo de homens cisgêneros, heteronormativos, de um programa que recebe indivíduos em cumprimento de medida protetiva ou apenados, com crimes cujas penas são inferiores a dois anos, encaminhadas pelo anexo da Vara de Defesa da Mulher do Fórum de Santo André, em São Paulo.

A abordagem metodológica é qualitativa, com pesquisa de campo exploratória, mediante a realização de entrevistas semiestruturadas. A partir desta abordagem, busca-se explorar os códigos sociais dos entrevistados, as suas falas, símbolos e observações (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2009). Em virtude do isolamento social, proveniente da COVID-19, as entrevistas foram realizadas na modalidade online, no período compreendido entre 12 de maio e 1º setembro de 2022, por meio da plataforma digital *Google Meet*. As gravações foram autorizadas pelos participantes e tiveram os seus áudios gravados em aparelho celular como uma garantia a mais do registro das informações, para a coleta de dados. As entrevistas foram gravadas, considerando as orientações para procedimentos em pesquisas realizadas em ambiente virtual da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS).

O universo da pesquisa foi composto de dez participantes provenientes do programa “E agora, José?”, que trabalha com homens autores de violências de forma contínua desde 2014, no interior do estado de São Paulo, na cidade de Santo André. Os entrevistados foram compostos por dois grupos: a) os homens autores de violência contra a mulher (HAV), egressos do programa; e b) integrantes da equipe técnica,

¹¹ As nomenclaturas de “projeto” e “programa” são decorrentes das informações fornecidas pelos coordenadores de cada iniciativa contatada.

também chamados de Facilitadores¹², todos indicados pelos coordenadores do programa, que consultaram o seu banco de dados e equipe, para saber quem tinha interesse em contribuir com esta pesquisa. Segue, em anexo, os Roteiros das Entrevistas Semiestruturadas, aprovadas pelo Comitê de Ética, juntamente com o projeto de pesquisa, sob o número 52930521.4.0000.5628 (Apêndice I e Anexo II).

A pesquisa de campo foi amparada bibliograficamente por um levantamento de produção acadêmica nacional, entre 2014 e 2022, nos repositórios das seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), dentre as dissertações e teses que envolvessem Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra a Mulher, encaminhados pela LMP, cujo foco de abordagem fossem as narrativas na perspectiva do autor de violência e a percepção dos mesmos acerca de possíveis mudanças de comportamento, findada a participação no(s) programa(s) e/ou projeto(s).

A escolha dos repositórios acima listados ocorreu em virtude de alguns requisitos: UFSC e UNB são as universidades onde trabalham dois dos autores que ampararam a minha dissertação e que possuem vasta produção bibliográfica, que são, respectivamente, Adriano Beiras e Valeska Zanello. O Rio de Janeiro foi o local onde a primeira metodologia de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência foi concebida e alguns estudos da UFRJ giraram em torno desta temática. A USP é uma das universidades mais referendadas do país, com vasta produção, e algumas das dissertações e teses que referendi fazem parte do acervo desta instituição. Em relação à UFBA, esta universidade localiza-se no estado em que nasci, tem o programa NEIM, onde fui aluna especial, e é uma referência em estudos feministas e violência contra a mulher, tendo contribuído também com trabalhos que estudei e referendi.

Além disso, foram levantados os Mapeamentos dos Grupos para Homens Autores de Violência contra as Mulheres, a metodologia dos Grupos Reflexivos, dados oficiais, pesquisas realizadas por institutos referenciados, matérias jornalísticas, produções audiovisuais, produtos culturais, uma vez que utilizo o suporte teórico das Tecnologias de Gênero como uma importante ferramenta de repetição, reprodução e

¹²As palavras Facilitador/Facilitadores serão utilizadas em letra maiúscula como destaque para uma das categorias de entrevistados da pesquisa de campo.

validação do comportamento masculino violento, numa tentativa de ‘normalizá-lo’, aos olhos do senso comum (LAURETIS, 1994).

O levantamento bibliográfico foi de fundamental relevância como guia norteador para as possíveis escolhas do(s) *locus* da pesquisa de campo desta dissertação, uma vez que a LMP não especifica, tampouco detalha, o tipo de trabalho a ser realizado com os homens em medida protetiva ou apenados. Os Mapeamentos dos Serviços de Responsabilização para Homens Autores de Violência contra as Mulheres foram utilizados como a principal referência para selecionar em qual(is) instituição(ões) seria(m) realizada(s) a pesquisa de campo (BEIRAS, 2014. BEIRAS *et al.*, 2021).

Em relação ao Brasil, como dito, não se possui, ainda, diretrizes e recomendações de base unificadas para o funcionamento dos GHAV empiricamente embasados que possam, simultaneamente, fornecer ferramentas teórico-práticas em nível nacional e balizar em termos normativos o que seria considerado um modelo aceitável de intervenção, a partir do qual se poderá pensar em questões como o controle de qualidade e aferição de efetividade dos trabalhos (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 77).

Soma-se aos mapeamentos, outras duas condições. O(s) programa(s) e/ou projeto(s) deveria(m) utilizar a Metodologia dos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência, como forma de oferecer um subsídio e parte do arcabouço teórico-metodológico para a atuação das instituições, que começavam a realizar trabalhos com este fim e não dispunham de muitos referenciais que houvessem sido testados e validados, com resultados consistentes. Um terceiro critério empregado foi que o(s) programa(s) e/ou projeto(s) educativo(s) escolhido(s), além de trabalhar com Grupos Reflexivos, utilizasse(m) a perspectiva dos estudos feministas de gênero e dos estudos sobre masculinidades, com base nas epistemes feministas.

2.1 O QUE A LEI MARIA DA PENHA PRECONIZA EM RELAÇÃO AOS GHAV

A Lei Maria da Penha, Lei n. 11.340/2006 (BRASIL, 2006) representa um grande avanço em termos de regramento legal destinado, dentre outras normatizações, à responsabilização dos autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ressalve-se que, sendo um conjunto normativo do Direito Penal, o

mesmo só pode ser aplicado após a verificação do fato considerado delituoso, neste caso, o crime de violência consumado ou tentado, dentre as cinco tipificações previstas, a saber, violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial.

Tendo em vista que estudos já demonstraram que o encarceramento não contribui para que o HAV saia da detenção uma pessoa mais consciente e menos violenta, o envolvimento dos movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres foi e tem sido de grande relevância para as diversas conquistas e atualizações que a LMP vem implementando, desde a sua promulgação (OLIVEIRA, 2019). Como 72,8% das violências são cometidas por conhecidos, em maior número os parceiros ou ex-parceiros das mulheres (FBSP, 2021), é de fundamental importância implicar os autores no processo de autorresponsabilização e na assunção do compromisso de interromper o ciclo da violência¹³, que não é, apenas, de gênero, mas tem cor e maior predominância em população de baixa renda (FBSP, 2022).

Atender e dar o apoio necessário às vítimas de violência é fundamental. Concomitante a isso, é imperativo incluir, responsabilizar e realizar ações para minimizar a reincidência da violência, uma prática constante no comportamento cultural dos homens em suas diversas vivências de masculinidades, que se acentuam quando cruzamos a categoria de gênero com raça e classe socioeconômica. Entre 2009 e 2019, 67% das mulheres assassinadas eram negras e de homens assassinados também (IPEA, 2021). Portanto, os homens autores precisam fazer parte do rol de atendimentos multidisciplinares já destinados às mulheres e crianças em situação de violência doméstica e familiar. Como bem pontua Valeska Zanello (2020), fazendo um paralelo da violência contra a mulher com uma epidemia de dengue, não basta tratar quem foi picado(a), sem atuar junto aos mosquitos, que são os vetores de transmissão da dengue. Ou seja, não se acaba com a violência atendendo, exclusivamente, as vítimas. É preciso atuar junto aos vetores de violência, neste caso, os homens.

Como reflexo de construções históricas e sociais, grande parte dos homens necessita da atuação da rede de atendimento psicossocial, principalmente para buscar a desconstrução da masculinidade hegemônica e mudança dos padrões naturalizados de gênero, chamando atenção para a

¹³ O ciclo da violência possui três fases: a) aumento da tensão; b) ato de violência e c) arrependimento e comportamento carinhoso. Para ver maiores detalhes, acessar o <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>.

responsabilização pela violência cometida” (BEIRAS; MARTINS; SOMMARIVA; HIGILL, 2022, p. 13).

Desde 2006, a LMP prevê no artigo 8º, incisos VI e VIII, respectivamente, que governos e entidades não governamentais celebrem contratos ou parcerias para a “a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher” e “a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia” (BRASIL, 2006). Porém, sem articulação entre União, Estados e Municípios e sem uma política pública definida, como foi o caso da cidade de Santo André, com o Programa “E agora, José?”, o resultado são iniciativas incipientes para atender à grande demanda nacional, cada qual com um funcionamento próprio, ausência de unidade teórico-metodológica e, em muitos casos, sem o devido preparo do corpo técnico condutor dos trabalhos, sejam eles coordenadores e/ou facilitadores. Para Beiras *et al.*, “[...] o enfrentamento à violência de gênero demanda formação específica no tema, a fim de compreender os aspectos relacionais e socialmente construídos nessas relações” (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 94).

Aponta-se a necessidade da articulação crítica e fundamentada entre reflexão e responsabilização, bem como importância da escuta dos homens, em uma perspectiva dos estudos das masculinidades, na construção de políticas públicas eficazes no combate à violência contra as mulheres (BEIRAS *et al.*, 2022, p. 14).

Enquanto o primeiro “Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro” localizou vinte e cinco programas e entrevistou dezenove deles (BEIRAS, 2014), a terceira publicação, “Grupos Reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres do Brasil: Mapeamento, análise e recomendações”, identificou 312 iniciativas (BEIRAS *et al.*, 2021). Divididos por região, a Sul concentra o maior número delas, totalizando 126 grupos (40,38%); a Sudeste contabiliza 65 grupos (20,83%); a região Nordeste soma 54 grupos (17,31%); a Centro-Oeste, 42 ações (13,47%) e a Norte, 25 ações (8,01%).

Quase metade das iniciativas (41%) informou que não houve qualquer tipo de formalização, ao passo que 28% firmaram termo de cooperação ou convênio. Importante destacar que em 2% dos grupos foi publicada lei municipal. [...] Note-se que a baixa taxa de formalização contribui para a baixa

sustentabilidade das iniciativas. De modo geral as iniciativas têm um tempo de vida curto, sendo que muitas delas podem ser vistas mais como projetos que se iniciam e acabam por conta de alguma mudança de conjuntura do que, propriamente, como políticas. Isso traz alguns problemas, como a interrupção do acúmulo teórico e institucional em uma localidade, a dificuldade de construir instrumentos e mecanismos de aferição de resultados e de trabalho mais sólidos, além de reforçar o caráter “opcional” dos trabalhos com HAV, no sentido de que não seriam parte integrante e importante da perfectibilização das previsões da LMP, mas apenas um adendo (BEIRAS *et al.*, 2021, pp. 95-96).

Um dos importantes avanços do corpo de normas da LMP, incorporado pela Lei nº 13.984/2020, são os incisos VI e VII, do artigo 22, que inclui dentre as medidas protetivas, voltadas ao autor de violência, o “comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação” e o “acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio” (BRASIL, 2020). O parágrafo único, do artigo 45, complementa que “Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação”. A obrigatoriedade do encaminhamento do HAV é uma alteração relevante, visto o resultado de redução da reincidência de violência para os HAV que passaram por grupos reflexivos.

É importante salientar que, tendo em vista que os grupos, quando bem executados, são capazes de prevenir não apenas futuras violências contra a mulher, mas impactar positivamente na subjetividade de seus participantes, há possível benefício econômico-financeiro de médio a longo prazo para o Estado em nível municipal, estadual e federal (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 100).

Apesar da redação da lei utilizar termos como “agressor” e programas de “recuperação e reeducação”, a literatura chama a atenção para o equívoco destes termos e questiona: “os homens que praticam violência contra as mulheres foram mal socializados ou sua socialização foi adequada a uma sociedade patriarcal? Será que as agressões [...] são fruto de uma não educação?” (BEIRAS *et al.*, 2022, p. 16), e sinaliza o quão restrito é o termo “agressor”, pois ele pode prescindir das dimensões psicológicas e simbólicas da violência.

Diversos trabalhos com HAV já vinham ocorrendo no Brasil, desde os anos 1990, como será explicitado no próximo tópico deste capítulo. Mas, foi com a LMP que o trabalho foi sendo difundido, ampliado e, em alguns casos, aprimorado, melhorando a oferta dos diversos serviços e impactando a redução da reincidência da violência,

como demonstram os estudos e mapeamentos realizados, até culminar com a obrigatoriedade do encaminhamento dos HAV para tais serviços.

Uma vez que o que se averiguou com o levantamento realizado foi a diversidade existente de trabalhos que, no mais das vezes, mostram-se uma artesanania de técnicas e saberes, foi preocupante a monta de desafios para consolidar tais trabalhos e trazer balizas que, sem sufocar as idiossincrasias dos diferentes territórios e manejos, pudessem imprimir certa identidade a estas políticas. O desafio que se coloca, em verdade, é o de fazer surgir uma política pública sustentável e, para tanto, uma polifonia de vozes é necessária (BEIRAS *et al.*, 2022, p. 17).

Como exposto acima, o que se percebe é uma constante ampliação e adequação da LMP às necessidades dos entes envolvidos na rede de apoio de um trabalho dessa magnitude. Atuar em rede aparece como um pré-requisito fundamental, na literatura, para a atuação junto aos HAV.

[...] é fundamental basear o serviço em uma rede de apoio social consistente e abrangente, governamental e não governamental, para encaminhamento imediato dos usuários do programa, assim como dos familiares que também necessitem de algum tipo de atendimento (ACOSTA; SOARES, 2011, p. 24).

É importante considerar que a violência contra a mulher é um problema, não apenas de segurança pública, mas perpassa as áreas de saúde pública, educação, cultura, direitos humanos e família. É preciso haver uma articulação geral entre os entes governamentais e não governamentais para criar agendas, ações e políticas públicas transversais, de gênero e familiares, para abordar a prevenção da violência contra as mulheres numa perspectiva de envolvimento e responsabilização dos homens, como forma de reduzir as estatísticas de um dos países mais violentos do mundo, que é o Brasil.

2.2 POR QUE ENTREVISTAR HOMENS QUE PASSARAM PELA METODOLOGIA DE GRUPOS REFLEXIVOS E RESPONSABILIZANTES

Diversas iniciativas nacionais e internacionais já utilizam os processos reflexivos como suporte para trabalhos com homens e mulheres aplicados às

demandas das temáticas que envolvem terapia familiar e os seus desdobramentos (ANDERSEN, 2002). No Brasil, esse arcabouço, que envolve teoria, técnicas e práticas, foi moldado à realidade local, para a criação da metodologia de grupos reflexivos de gênero, posteriormente adaptada para Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra as Mulheres (ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2004; BEIRAS; BRONZ, 2016).

Trabalhos dessa ordem começaram no Brasil nos anos 1990 e vêm sendo cada vez mais difundidos. São mais de vinte anos de metodologia aplicada a iniciativas ao redor do país, que demonstram resultados convincentes, mas, considerando as dimensões continentais do Brasil e os altos índices de violências praticadas, as ofertas ainda são incipientes e as abordagens são diversas (FBSP, 2022). Em relação à redução da reincidência da violência contra as mulheres, os resultados são expressivos.

No ano de 1995, na cidade do Rio de Janeiro, foi fundado o Instituto Noos que, ao desenvolver um trabalho em terapia familiar e perceber a recorrência das situações de violência, criou um programa com a temática da violência intrafamiliar e de gênero. “No âmbito deste programa, o trabalho com homens em situação de violência intrafamiliar e de gênero nos grupos reflexivos teve o maior destaque” (BEIRAS; BRONZ, 2016, p. 10).

Em 1999, foram realizados os dois primeiros grupos com homens autores de violência, que repercutiu positivamente, abrindo espaço para a firmação de um convênio com o Ministério da Justiça do Rio de Janeiro para realizar um projeto com homens, atrelado a penas alternativas (Lei 9.099/1995), nos anos de 2000 e 2001. Nos anos seguintes, houve aporte de recurso internacional para ampliar os grupos de homens e realizar uma pesquisa, a partir do trabalho do Noos, em parceria com o Instituto Promundo. “Segundo Tales Mistura, um levantamento amostral da Vara Central de Violência Doméstica, na Barra Funda, releva que a taxa de reincidência caiu de 75% para 6% entre os homens que passam pelo trabalho de reflexão”. (MACIEL, 2019).

Em 2004, como resultado da parceria, foi publicada a primeira metodologia intitulada “Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero” (ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2004). Os autores sistematizaram um trabalho “que contemplava as dimensões sociais, culturais, políticas e históricas, [...] a partir de uma experiência reflexiva” (BEIRAS; BRONZ, 2016, p. 6), com resultados contundentes,

explicitados pelas transformações que perceberam nos egressos, ouvindo as narrativas dos mesmos e a devolutiva de agradecimento das esposas à época, segundo os coordenadores do programa (ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2004, p. 7).

Os resultados foram simplesmente surpreendentes. Na cerimônia de encerramento do projeto, não assistimos, apenas, a uma demonstração técnica dos procedimentos adotados. Tivemos a oportunidade de ver os policiais submetidos ao trabalho exporem sua própria avaliação. [...] “Antes éramos chamados de ‘Cavalos corredores (título que identifica um dos vários grupos de extermínio da polícia carioca); hoje, nossos colegas de batalhão, que não passaram por essa experiência, nos chamam, jocosamente, de ‘gazelas saltitantes’. Isso não nos incomoda porque sabemos que continuamos homens, mas agora com outra perspectiva”. (ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2004, p. 7).

Levando-se em consideração o processo de socialização dos homens, que convivem e se validam em grupo, os pilares que os sustentam e a cobrança de outros homens para uma performance que faça jus à visão patriarcal (im)posta, quase não existem lugares de sociabilidade, onde as pessoas do sexo e do gênero masculino possam conversar, tranquila e respeitosamente, sobre as suas demandas e necessidades emocionais e existenciais (ZANELLO, 2018; hooks, 2022). Os grupos reflexivos se convertem num espaço de acolhimento, escuta, respeito, reflexão e possibilidade de transformação. Ao perceber isso, os homens se permitem vivenciar um tipo de troca entre eles, que inclui outras dimensões da própria vida.

O projeto ‘Polícia Cidadã’ não consistia exatamente em prover atendimento psicológico individual aos agentes, mas oferecia-lhes a possibilidade de refletir coletivamente sobre suas experiências, sobre sua saúde, suas emoções e sobre outros temas frequentemente excluídos do repertório masculino (como a construção de identidade masculina, as relações de gênero, sexualidade, prevenção de DSTs/AIDS, paternidade, maternidade, família, espiritualidade etc). Era uma oportunidade rara para a relativização dos valores e símbolos que associam a masculinidade à violência, à dominação e ao confronto, e interferia, direta e indiretamente, na conformação da auto-imagem e na elevação da auto-estima. Não se tratava de uma terapia, como faziam questão de afirmar os condutores do projeto, mas de um processo cujos efeitos são terapêuticos. A ideia era estender a experiência-piloto para outras unidades da Polícia Militar, o que não chegou a acontecer por falta de suporte financeiro (ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2004, p. 8).

A metodologia acima exposta foi disponibilizada, gratuitamente, em ambiente digital, com a descrição passo a passo de um trabalho dessa natureza, bem como os principais critérios a serem observados na sensibilização dos homens, na tentativa de

conduzi-los num processo de mudança comportamental e percepção do próprio machismo e violências praticadas, com foco no significativo autor-autorreflexão-autorresponsabilização. A metodologia foi atualizada em 2016 (BEIRAS, 2016).

Sua principal finalidade era difundir a proposta para que pudesse ser reproduzida em outros lugares. O texto trazia não só a descrição de todas as etapas do trabalho, como também uma discussão teórica, tanto jurídica quanto do campo dos estudos de gênero que fundamentava o trabalho (BEIRAS; BRONZ, 2016, p. 11).

Propor uma metodologia, um formato estruturado de conversa que promova um contexto que facilite a reflexão, que ajude a olharmos para as nossas contradições e enxergá-las como aberturas para a inovação, em nossa forma de agir e estar no mundo, retrata o desejo do Instituto Noos de contribuir para acelerar a aeração deste caldo cultural, multiplicando esses espaços de reflexão sobre gênero, escalonando essa transformação (ZUMA, 2016, p. 9).

Dentre as publicações sobre os GHAV, os mapeamentos demonstram o quão desafiador é realizar um trabalho desta natureza. Primeiramente, porque não havia, até setembro de 2020, a institucionalização/legalização da obrigatoriedade do encaminhamento de homens para esse tipo de serviço. Em segundo lugar, apesar da criação de uma rede de amparo às mulheres e crianças vítimas de violência, não há políticas públicas na maioria das cidades brasileiras com programas para acolher os homens denunciados, nem verba designada para tal, muito menos a definição do órgão responsável por conduzir todo o processo. A maioria das pessoas que trabalha como Coordenadores e/ou Facilitadores desses projetos e/ou programas é voluntária. Ainda assim, as pesquisas apontam que é indispensável haver capacitações específicas para atuar neste campo de trabalho, sobretudo formação em gênero.

As equipes precisam ser formadas, de maneira ampla, em áreas do conhecimento tecnicamente embasadas para trabalhar com os fenômenos presentes nos HAV (subjetividade, relações sociais, de gênero, raciais, violências etc.) e de maneira específica, tanto naquelas metodologias que envolvem a condução de processos grupais reflexivos e responsabilizados, quanto nos conteúdos que perfazem o atrelamento entre masculinidades e violências, estudados largamente por estudos de gênero, de masculinidades e estudos feministas, contextualizados nas especificidades regionais do Brasil - e seu violento processo histórico de constituição - e locais, relativos às dinâmicas de poder presentes no cenário político e social de cada grupo (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 125).

Alguns programas e/ou projetos que trabalham com a metodologia de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra as Mulheres têm apresentado

resultados de alta redução da reincidência da violência, a exemplo da cidade de Taboão da Serra (SP), que realizou três experiências nos anos de 2014, 2015 e 2016 e viu a recorrência reduzir de 65% para 2% nos egressos do projeto (SÃO PAULO, 2017). O mesmo ocorreu com a Vara de Violência Doméstica de Barra Funda (MACIEL, 2019), como citado na página 29, que constatou os índices caírem de 75% para 6%. Tais resultados, dentre outros existentes, juntamente ao arcabouço teórico-metodológico dos estudos feministas e de masculinidades e dos critérios inerentes à própria metodologia têm encorajado os autores a trabalharem em prol de tentar torná-la, oficialmente, uma política pública no cenário brasileiro para atender as iniciativas que envolvem a responsabilização dos homens encaminhados pela LMP.

Por todas as razões expostas acima, optei por realizar a pesquisa de campo num programa, que se autointitula socioeducativo e utiliza a metodologia de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência, numa perspectiva de gênero dos estudos feministas e de masculinidades. Precisamos utilizar ferramentas robustas, com critérios teórico-metodológicos claros, aplicáveis, promover acompanhamento, realizar avaliações constantes, e adaptar se/quando necessário. A metodologia dos grupos reflexivos é replicável e tem se apresentado como uma possibilidade de resposta eficaz a um problema tão complexo, em nível global que, no Brasil, adquire nuances ainda mais desafiadoras, em função da herança colonial e de suas interseccionalidades.

2.3 CENÁRIO PLANEJADO/CENÁRIO ENCONTRADO/ ADAPTAÇÕES

Inicialmente, o intuito era selecionar um programa do Estado da Bahia (BA) e outro do Estado de São Paulo (SP). Essas escolhas eram decorrentes de eu ser baiana, em primeiro lugar, e de São Paulo ser o estado mais populoso do Brasil (IBGE, 2022). Uma vez que o Estado da Bahia não possuía uma política pública específica para esse fim, havia uma baixa oferta de serviços e, muitos deles, não tinham continuidade, eram realizados em poucos municípios e não seguiam os critérios da metodologia de Grupos Reflexivos alinhados às perspectivas dos estudos feministas de gênero e dos estudos sobre masculinidades.

[...] atualmente, muitas das iniciativas atuam de maneira quase artesanal, surgindo e desaparecendo por conta da vontade e persistência de pessoas específicas. Se em algumas localidades tem-se iniciativas longevas e já reconhecidas, a realidade mais geral é de efemeridade por conta da sustentação na vontade ou presença de poucos ou às vezes apenas um agente institucional que, com uma troca de gestão municipal, aprovação em outro concurso, mudança de setor, remoção ou outros processos de mobilidade pessoal nos quadros do Poder Público, leva consigo o saber-fazer e o desejo de prosseguimento dos trabalhos (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 97).

Após levantamento junto às iniciativas mais conhecidas nacionalmente, inicialmente pela internet, depois por contato telefônico e, em seguida, pelo mapeamento de Beiras *et al.* (2021) como ferramenta de suporte à escolha, num segundo momento optei por um projeto e um programa, ambos do Estado de São Paulo, fundados no mesmo ano, situados um na capital e outro no interior, respectivamente, sendo o primeiro voltado para homens que tinham um Boletim de Ocorrência (B.O.) e estavam em cumprimento de medida protetiva, mas ainda não haviam sido julgados; e o segundo, destinado a homens apenados, com crimes em que a pena é inferior a dois anos de detenção, vindo, posteriormente, a atender homens em medida protetiva. Ambos seguiam os três critérios previamente definidos. Foi através desses contatos telefônicos e dos diálogos mantidos com os coordenadores, para entender a dinâmica de cada trabalho, que percebi uma recorrência de narrativas presentes nas falas de quase todos os contatados, e decidi incluir os Facilitadores entre os entrevistados deste projeto de pesquisa.

Em nossa visão, o Programa “E Agora José?” tem proporcionado a nós e aos demais participantes um espaço rico em reflexões, trocas, arrependimentos e responsabilizações. Um percurso de 20 encontros para os autores de violência e permanente para nós, facilitadores e núcleo de coordenação. Processo que nos proporciona uma constante retomada de posicionamento e significação perante o desafio de enfrentamento à violência contra a mulher. Mas com uma perspectiva otimista de estar construindo novos discursos sobre a masculinidade, para além da violência, do assédio, do preconceito e da discriminação presentes no discurso machista (URRA; PECHTOLL, p. 116).

Os contatos com o projeto e o programa foram feitos com significativa antecedência, ainda no primeiro semestre de 2021. As Cartas de Anuência de ambas as instituições foram recebidas e fizeram parte do projeto encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), nº 5293051.4.0000.5628, através da Plataforma Brasil, no mesmo ano.

Ainda no ano de 2021, participei de um dos encontros *on-line* com HAV, com duração de duas horas e observei toda a dinâmica da reunião, a organização, a aplicação da metodologia de Grupos Reflexivos, a composição da equipe técnica mista (homens e mulheres, neste caso), as discussões acerca da temática proposta para aquele dia do encontro, o trabalho de Facilitação e as intervenções nas narrativas dos HAV participantes, tendo sido convidada para, ao final do encontro, falar acerca da pesquisa. Infelizmente, esse projeto declinou na colaboração desta dissertação.

No início de 2022, chegou a informação de que o projeto situado na capital foi interrompido e toda a equipe foi desligada, exceto uma técnica que afirmou, por ligação telefônica, não poder cumprir com o acordado de indicar os HAV para as entrevistas. O motivo da interrupção foi a saída da promotora que coordenava o trabalho, situação que acontece com certa recorrência, constando nos mapeamentos como um dos motivos de descontinuidade dessas iniciativas, uma vez que o substituto pode não ter interesse em prosseguir com o projeto e/ou programa (BEIRAS *et al.* 2021).

Com o cancelamento de um dos *lôcus* da pesquisa de campo, foi necessário concentrar o número de entrevistados num único ambiente. Encontrei dificuldade em conseguir alcançar os dez interessados participantes, quantidade aprovada pelo Comitê de Ética, visto a coordenação ter exposto que estava com pedidos similares ao meu, vindos de outros pesquisadores brasileiros. Algumas das pessoas que haviam concordado em conceder a entrevista, autorizando me fornecer o seu contato telefônico, desistiram da participação, resultando em maior tempo de busca de homens interessados em partilhar as suas experiências.

Houve momentos em que tive receio de não conseguir atingir o número estipulado para a coleta de dados. Acredito que a aproximação gerada a partir da matrícula nos cursos “E agora, José? para Mulheres” (2021) e no “8º Curso Gênero e Masculinidades” (2022) foi fundamental para uma aproximação maior com toda a equipe do programa, o que possibilitou um contato mais direto e persistente, até que o objetivo proposto fosse alcançado.

2.4 APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA “E AGORA, JOSÉ?”

O programa “E agora, José?”, desenvolvido a partir de uma política pública, iniciou as suas atividades no ano de 2014, no interior do estado de São Paulo, na modalidade presencial, e assim permaneceu até a data de 20 de março de 2020. Em função do advento da pandemia COVID-19, o serviço foi interrompido, rapidamente, retornando, exclusivamente, na modalidade virtual, com certas adaptações, no final do mês de abril de 2020, atendendo, apenas, homens apenados, que já tinham um B.O. e constavam de uma lista de espera para encaminhamento ao programa.

O Programa ‘E AGORA, JOSÉ?’, grupo socioeducativo com homens autores de violência doméstica contra as mulheres, é desenvolvido na cidade de Santo André, SP. Trata-se de uma parceria da Secretaria de Políticas para as Mulheres com o Tribunal de Justiça – Comarca de Santo André e a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria Estadual da Administração Penitenciária. [...] Esta iniciativa surgiu a partir do Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebraram o Tribunal de Justiça de São Paulo e o município de Santo André, em abril de 2013, a fim de fortalecer a implementação da Lei Maria da Penha, a partir da Campanha Nacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (URRA; PECHTOLL, 2016, p. 112).

Antes da pandemia, o programa atendia duas turmas presenciais, cada uma com cerca de 15 a 20 HAV por encontro, e contava com uma equipe técnica composta por dois Facilitadores homens para cada turma com HAV. Com o confinamento, houve uma migração para a modalidade virtual, utilizando os aplicativos gratuitos *Google Meet* e *Meet Jitsi*. Para aqueles HAV que não dispunham de acesso à internet, os coordenadores disponibilizaram outra alternativa, transformando uma dessas turmas presenciais em três grupos menores, com reuniões via *WhatsApp*, com chamada de vídeo, podendo ter até oito pessoas por encontro, número limite do aplicativo.

O perfil da turma é variado, com idades e classes sociais diversas, o mais jovem tem 22 anos e o mais idoso, 72 anos. As causas da condenação, em geral, são lesões corporais, ameaças e perturbação de tranquilidade. Casos mais graves, como homicídio ou tentativa de homicídio, não são incluídos na ação (URRA; PECHTOLL, p. 114).

Desde o retorno das atividades, em abril de 2020, que o “E agora, José?” opera na modalidade *on-line* para conseguir dar conta da demanda e ampliar a oferta do

serviço para outros municípios e estados, uma vez que outras cidades, varas e fóruns do Ministério Público de São Paulo conheceram o programa, entraram em contato e solicitaram a realização do mesmo nos municípios em que atuam. Com a pandemia, diversos serviços para HAV foram descontinuados, resultando em aumento da violência. Com as mulheres impossibilitadas de sair de suas residências, os órgãos oficiais registraram um crescimento de 6,6% das violências domiciliares. A cada minuto, oito mulheres sofreram violência física no país, o que totaliza 4,3 milhões de brasileiras que levaram tapas, socos ou chutes e mais 3,7 milhões foram vítimas de violência sexual ou de tentativas forçadas de manter relações sexuais (FBSP, 2021).

A cidade de Pirajuí é um dos municípios que implantaram o Programa “E agora, José?”. Santa Branca também iniciou os trabalhos com o Programa, em 2022, e funciona na modalidade híbrida, com os Facilitadores on-line direto de Santo André e a turma presencial numa sala específica para tal atividade, no município contratante. Em meados de 2021, o Programa extrapolou as barreiras geográficas do Estado de São Paulo e fechou parceria com o Fórum do Estado do Rio de Janeiro (RJ), na modalidade *on-line*, para atuar com homens em medida protetiva, ou seja, ainda não apenados. Já foram realizadas, pelo menos, três turmas com o Fórum do RJ.

Nossa ementa de trabalho se baseia em conceitos e estudos que abrangem estrutura social e desigualdade; poder e dominação; estudos sobre gênero e masculinidades; ideologia e reprodução do machismo; a constituição do patriarcado; a construção sócio-histórica da masculinidade; as lutas das mulheres e o feminismo; análise dos efeitos da socialização masculina; estudo dos elementos constitutivos da violência; violência de gênero e violência doméstica; processo socioeducativo para homens; grupos reflexivos de homens; serviço de responsabilização e educação de agressores (URRA. PECHTOLL, p. 114).

O Programa “E agora, José?” para homens autores de violência contra as mulheres é formatado em vinte e seis encontros¹⁴, com duração de 2h/cada, sempre às quartas-feiras, das 18h às 20h. Os grupos são contínuos, sem início nem fim, o que possibilita receber novos participantes a qualquer momento. A convivência entre os HAV que já estão em processo reflexivo e os entrantes promove uma dinâmica relacional grupal vista como positiva e favorável à uma evolução dos trabalhos na

¹⁴ Até o momento da finalização das entrevistas de campo, o número de encontros do programa “E agora, José?” era vinte e seis. A partir de novembro de 2022, houve uma determinação de redução para vinte encontros, por parte da CPMA, excluindo os dois momentos iniciais e as reuniões quadrimestrais.

visão dos coordenadores e Facilitadores, uma vez que os HAV em processo de mudança pontuam, problematizam, desconstruem pensamentos e convidam os novatos a olhar a partir de novos pontos de vista.

A formatação do Programa se divide em: a) um encontro inicial para acolhimento dos novos entrantes; b) um encontro para explicar todo o programa; c) vinte oficinas temáticas semanais; e d) quatro encontros quadrimestrais de acompanhamento desses homens. É obrigatória a frequência das vinte oficinas. Quando o HAV se ausenta, o Programa reporta à Central de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), que providencia intimação para o HAV voltar a comparecer. Também são realizadas, semanalmente, de uma a duas reuniões entre os Facilitadores para a partilha das ocorrências nos grupos.

O processo socioeducativo é conduzido por uma equipe de facilitadores que participam como parte integrante do grupo, com espaço para expor suas opiniões e ideias e ser questionado, colaborando na construção das relações, propondo atividades a serem realizadas durante os encontros (URRA; PECHTOLL, 2016, p. 113).

A experiência acumulada com o atendimento dos HAV, desde 2014, possibilitou algumas adaptações que impactaram, favoravelmente, a dinâmica dos trabalhos com os homens. Uma delas foi a de alocar os dois primeiros encontros, exclusivamente, para um momento de acolhimento aos HAV e de explicação do processo, bem como o motivo de estarem ali. Uma observação geral, por parte dos Facilitadores e dos coordenadores, foi a de que a quase totalidade dos novatos chegava reativa e raivosa, reclamando não ter havido escuta deles em nenhum momento do processo, o que resultava em paralização de parte dos encontros, toda vez que recebia novos entrantes. Reservar dois momentos iniciais, exclusivos para essa escuta, individualmente ou em pequenos grupos de até duas ou três pessoas, melhorou a dinâmica e o aproveitamento do Programa. Nesses encontros, os homens eram ouvidos e os coordenadores explicavam o Programa e as regras de convivência.

Após a conclusão dos encontros, o Programa envia um relatório acerca da participação dos homens, do seu envolvimento e comportamento para a CPMA, sinalizando se considera que houve aproveitamento por parte do HAV e se ocorreu mudança de entendimento acerca de reconhecer-se autor de violência e único responsável pelos seus atos. Quando isso não acontece, também é informado à

Justiça, podendo ser sugerido o encaminhamento do(s) mesmo(s) para outro(s) serviço(s).

O Programa “E agora José?” foi construído com base no termo de referência elaborado em julho de 2008, resultado de discussões realizadas por diferentes ministérios e representantes da sociedade civil no Seminário “Discutindo os Centros de Educação e Reabilitação do Agressor”, realizado no Rio de Janeiro (BRASIL, 2008).

Os serviços de atendimento a homens autores de violência estão previstos na Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, em suas disposições finais no Artigo 35 – inciso V, prevendo a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores e modificando, no artigo 45, a redação da Lei de Execução Penal, possibilitando que, nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz possa determinar o comparecimento obrigatório do autor de violência a programas de recuperação e reeducação (URRA; PECHTOLL, p. 112)

Vale ressaltar que o “E agora, José?” é voltado para atender homens que cometeram crimes com previsão de detenção de até dois anos ou homens em medida protetiva de urgência. Ao invés do encarceramento, a/o juíza/juiz aplica uma modalidade jurídica chamada Sursis, o equivalente a uma suspensão condicional de pena, que pode durar até dois anos, e encaminha o apenado para o “E agora, José?”. É importante frisar que esta prática varia de acordo com o entendimento do magistrado que aplica a pena. A coordenação do Programa “E agora, José?” relatou que percebeu uma maior participação dos HAV no Programa, quando o Sursis é aplicado. Então, eles sinalizaram que recomendam esta prática ao juiz. “Na prisão, a violência tende apenas a recrudescer, alimentada pelos códigos masculinos de sobrevivência na selva humana e pelo fortalecimento dos símbolos da virilidade violenta” (ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2004, p. 8). O que se percebe com esse dispositivo da LMP é que, mesmo resultante de uma lei penal, o encaminhamento dos homens para programas dessa natureza acena para um novo horizonte: educação crítica, reflexiva e responsabilizante, ao invés de detenção.

Apesar de se definir como um grupo socioeducativo para HAV, na análise que faço como pesquisadora, observei que o Programa também se utiliza da metodologia de GHAV, bem como das epistemologias feministas e dos estudos de masculinidades. O “E agora, José?” se vale das metodologias ativas para conduzir os HAV à reflexão e participação nas temáticas discutidas, como forma de absorver os possíveis impactos como mudanças subjetivas.

Quadro 1. Resumo do Programa “E agora, José?” para homens autores de violência

ANO FUNDAÇÃO	2014
Nº ENCONTROS COM OS HAV	26 (até outubro/2022) 20 (a partir de novembro/2022)
Nº HOMENS ATENDIDOS	500 (aproximadamente)
DURAÇÃO ENCONTROS	2h/cada
PERIODICIDADE ENCONTROS	Semanal
MODALIDADE	Presencial: 2014 a 03/2020. On-line: a partir de 04/2020.
LOCAL ENCONTROS	Diversos até 03/2020. Exclusivamente no virtual, a partir de 04/2020
Nº HOMENS/TURMA	Presencial, no máximo, 20. Na pandemia, no virtual, de 1 a 10 em plataformas virtuais e até 8 no WhatsApp
IDADE DOS HOMENS	A partir dos 18.
TEMAS DOS ENCONTROS	1º ENCONTRO: Acolhida 2º ENCONTRO: Explicação do Trabalho a ser desenvolvido e o motivo de ele estar ali. 20 ENCONTROS TEMÁTICOS 3º ENCONTRO: O significado de ser homem. 4º ENCONTRO: Divisão de tarefas masculinas e femininas. 5º ENCONTRO: Profissões masculinas e femininas. 6º ENCONTRO: Como nos tornamos homens. 7º ENCONTRO: Os efeitos do nosso modo de ser homens. 8º ENCONTRO: A violência nos jogos infantis. 9º ENCONTRO: A luta pela vida. 10º ENCONTRO: Violência contra a mulher. 11º ENCONTRO: É possível uma vida menos violenta. 12º ENCONTRO: A discriminação exercida pelos homens. 13º ENCONTRO: A discriminação sofrida pelos homens. 14º ENCONTRO: Minha vida de João. 15º ENCONTRO: Coisas de homens x Coisas de Mulher. 16º ENCONTRO: Nasce um bebê. 17º ENCONTRO: Estereótipos em debate. 18º ENCONTRO: A honra masculina. 19º ENCONTRO: Comportamento de risco. 20º ENCONTRO: Não violência ativa. 21º ENCONTRO: Diversidade sexual. 22º ENCONTRO: Violência sexual. 23º ENCONTRO: Avaliação da Participação. 24º a 26º ENCONTROS QUADRIMESTRAIS: Acompanhamento para saber autoavaliação dos homens acerca da sua conduta e repercussões do trabalho.
Nº FACILITADORES	17 (atualmente) ¹⁵
FORMAÇÃO/ FUNÇÕES DOS FACILITADORES¹⁶	Psicólogos Assistentes Social Economista Matemático Massoterapeuta Professores
FORMAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA EM GÊNERO	Para trabalhar no Programa, é pré-requisito ter feito o curso de formação “Gênero e Masculinidades”, concebido e executado pela ONG Entre Nós, com carga horária de 104 horas.
INEXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA	Após a formação em Gênero e Masculinidades, todos estagiam no Programa, começando com a condução de uma

¹⁵ Dado de 2022.2¹⁶ Todos são Facilitadores, mas alguns executam serviços burocráticos como cadastro das pessoas, contato com a CPMA e o Tribunal, atendimento a estagiários, emissão de relatórios e pesquisas, atendimento aos homens autores de violência.

	ou outra oficina, até que se sintam seguros e recebam o convite da coordenação para Facilitar um grupo específico, junto a um profissional mais experiente, uma vez que cada turma conta com 2 Facilitadores.
TÉCNICOS POSSUEM OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS?	Todos têm outras atividades remuneradas, pois as 17 pessoas da Equipe Técnica que trabalham com os homens são voluntárias.
BASE TEÓRICA E METODOLOGIA	Baseado na discussão de temas previamente determinados. São 20 temas que fazem parte de um guia, criado pela ENTRE NÓS – ENAEP, adaptado do Grupo Cantera, da Nicarágua. Utiliza os estudos feministas de gênero e de masculinidades como base teórica e trabalha com a metodologia de Grupos Reflexivos. O espaço de fala é socializado para todos e cada tema é discutido com base nas falas dos HAV, tentando desconstruir o machismo e mostrando que existem novas formas de ser homem.
PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DE AVALIAÇÃO E TROCAS DOS FACILITADORES	Semanal.
CONCLUSÃO DO PROGRAMA: COMO SE DÁ	Não existe avaliação final. É obrigatória a participação de cada HAV em todos os encontros. Pede-se, no último encontro de cada participante, que ele faça um depoimento sobre a sua experiência no grupo. Não é realizada devolutiva para os HAV, pois não consideram necessário. Concluído o curso, um relatório é enviado para a CPMA, que recebe este homem de volta, para a finalização do processo.
HAV AVALIADOS COM BAIXO RESULTADO	A informação é passada para a CPMA.
CARÊNCIAS DO TRABALHO	A principal carência é a falta de recursos. O trabalho é realizado através da ONG Entre Nós, que recebe uma ajuda de custo, oriunda de multas específicas, que custeia o serviço de contabilidade. A ajuda de custo destinada ao transporte dos profissionais, antes da pandemia, agora é destinada à plataforma virtual.
HÁ ACOMPANHAMENTO DOS HAV PÓS-PROGRAMA?	São realizados encontros quadrimestrais ¹⁷ com os HAV para autoavaliação e acompanhamento, totalizando 2 anos de contato com esses homens.
REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA	Apenas dois casos até hoje. Eles estavam em medida protetiva e se aproximaram das mulheres. Um deles foi surpreendido pela visita do filho pequeno, sozinho, à sua casa e foi devolvê-lo à mãe. O outro chegou num estabelecimento perto do qual a ex-mulher se encontrava, ela o viu e acionou a proteção, mas não houve violência em nenhum dos dois episódios.
ADAPTAÇÕES PARA MODALIDADE VIRTUAL	Com a pandemia, algumas pessoas não puderam participar dos encontros por não terem acesso aos recursos tecnológicos. A solução encontrada, além das salas via plataformas de reunião on-line, foi abrir turmas, via WhatsApp. Foram abertas novas turmas, com a participação de pessoas de outros estados.

Fonte: própria autoria com dados colhidos na pesquisa.

¹⁷ Esses encontros foram cancelados em novembro/2022, reduzindo o programa para 20 encontros, que são, exclusivamente, as oficinas.

2.5 EQUIPE DE FACILITADORES: NEGOCIANDO ESPAÇO NUM CAMPO GENERIFICADO

O Programa “E agora, José?” iniciou as atividades em 2014, exclusivamente com Facilitadores do sexo masculino, que já trabalhavam com a temática de gênero e da violência contra as mulheres há alguns anos, alguns deles tendo, inclusive, participado da vinda da “Campanha do Laço Branco: Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher”¹⁸ para o Brasil, em 1999, uma iniciativa internacional, surgida no Canadá, em 1991. Diversas instituições nacionais firmaram parceria para viabilizar essa campanha, que já existia em outros países e envolveu outras organizações, a exemplo do Instituto Noos, Instituto Papai, Promundo, além de alguns profissionais, como o coordenador geral do Programa “E agora, José?”.

Em 2015, após um ano sendo Facilitador do Programa “E agora, José?”, o coordenador geral percebeu a necessidade de criar uma formação em gênero, a partir de uma perspectiva feminista, que denominou de “Curso Gênero e Masculinidades”, voltado, exclusivamente, para homens e ofertado na modalidade presencial. O objetivo era formar Facilitadores interessados em trabalhar com homens autores de violência contra as mulheres no “E agora, José?” e na região do Grande ABC Paulista.

Foram disponibilizadas vagas para agentes e funcionários públicos das sete cidades do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que são Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Como muitos dos participantes aproveitaram o conteúdo, mas não se converteram em Facilitadores, houve um entendimento de que era necessário transformar esse curso numa oferta anual, e assim o fizeram. Neste ano de 2023, foi iniciada a 9ª turma de formação, desta vez, na modalidade *on-line*, instituída no ano de 2022, e destinada a pessoas de qualquer gênero.

¹⁸ A Campanha do Laço Branco, no Brasil, é uma iniciativa que tem por objetivo sensibilizar, envolver e mobilizar homens pelo fim da violência contra as mulheres. É organizada por algumas instituições parceiras, que realizam diversas atividades. A campanha surgiu no Canadá e, internacionalmente, abrange 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, começando em 25 de novembro (Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres) e se estendendo até 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos). No Brasil, por uma deliberação dos movimentos sociais que atuam de forma cooperada, a campanha inicia no dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra).

Apesar de as questões abordadas nos grupos gravitarem em torno de temas afins às áreas de formação predominantes, a articulação do gênero e das masculinidades enquanto categorias de análise social, bem como sua aplicação prática em um ambiente reflexivo dependem, fundamentalmente, de capacitação técnica específica (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 119).

Tentei, sem sucesso, participar como ouvinte de algum dos encontros com HAV do Programa “E agora, José?”. Apesar de o Mapeamento dos Serviços Responsabilizantes para Homens Autores de Violências contra as Mulheres (2022), trazer exemplos de bons resultados de grupos que trabalham com equipes mistas (homem e mulher) como Facilitadores, o entendimento da equipe do “E agora, José?” é que quando há, exclusivamente, homens, os encontros fluem com menor resistência dos participantes (BEIRAS *et al.*, 2021). No meu caso, o desejo era participar como observadora. Beiras e Bronz (2016) e Beiras, Nascimento e Incrocci (2019) recomendam facilitação em dupla, com equipe mista.

A observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a consideram não apenas uma estratégia no conjunto da investigação das técnicas de pesquisa, mas como um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade (Minayo, 2009, p. 70).

Há uma questão para a qual não tenho resposta, mas gostaria de trazer para reflexão e, talvez, futura problematização, que se refere à resistência em atuar com equipes mistas, composta por homens e mulheres. Nos GHAV, veremos no capítulo IV, que os homens costumam chegar desconfiados, raivosos, revoltados, vitimizados, dentre outros sentimentos descritos nas narrativas dos entrevistados. Além disso, eles chegam encaminhados pela justiça, por terem cometido um crime, logo, quem comete um crime é criminoso. Tales Mistura (2015) traz relatos sobre um certo estranhamento de alguns HAV que não se identificam como autores de violência.

Com base no exposto acima, elenco algumas hipóteses para a resistência à atuação com equipes mistas: a) um possível incômodo dos HAV em se expor diante de outras mulheres, receando ser julgados por terem agredido uma mulher; b) uma possível resistência ou dificuldade, por parte das mulheres que se propunham a atuar como Facilitadoras, de enxergar aqueles homens sem julgamento ou com uma lente reducionista de “agressores”, somente, e c) ambas as situações enunciadas nas opções anteriores.

Não era difícil prever que a política de adoção de grupos reflexivos para homens agressores pudesse gerar resistências. Pelos debates travados nos Estados Unidos, era patente que algumas correntes feministas execravam a idéia de oferecer qualquer atendimento aos autores de violência, por considerá-la um desvio (de foco ideológico e de verbas) do verdadeiro problema, que eram as mulheres vitimadas. Todo investimento econômico, segundo elas, deveria convergir para os projetos de proteção às vítimas, como os abrigos, os centros de atendimento, os programas comunitários etc. Focalizar os homens, diziam as mais radicais, diminui-lhes a responsabilidade e, à medida que se encontram explicações psicológicas ou culturais para seus atos, eles acabam disputando uma vaga no altar dos seres vitimados, sob alegação de terem sido condenados culturalmente ou sofrido experiências violentas na infância (ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2004, p. 9).

Apesar da opção por atuar com Facilitadores do sexo masculino, uma mudança foi implementada na cidade de Pirajuí. O trabalho lá desenvolvido conta com uma peculiaridade que a difere de todos os trabalhos realizados anteriormente. Pela falta de Facilitadores homens, o programa é conduzido por duas Facilitadoras, profissionais experientes com o trabalho de grupos e pesquisadoras da temática de gênero, feminismo e violência contra as mulheres. Porém, essa turma não é destinada a HAV e, sim, a policiais militares. Apesar de o trabalho acima contar com bons resultados, a opinião dos Facilitadores entrevistados, a partir das narrativas das Facilitadoras de Pirajuí, é que elas consideram que seria mais produtivo se o trabalho fosse conduzido por homens. A autora Isabela Venturoza (2016) teve uma experiência parecida na pesquisa realizada em outro programa com GHAV, o Coletivo Feminista.

Para os coordenadores, esse tipo de dinâmica só é possível em um ambiente no qual estejam presentes apenas homens. Isto se deve em parte ao processo de "identificação" que os participantes criam uns com os outros e com os coordenadores, todos partilhando do pertencimento a um mesmo lugar social: o de homens. Nesse sentido, a participação de pesquisadoras ou facilitadoras mulheres se apresenta como impensável. Na mesma medida, uma questão que não se apresenta, mas pode ser digna de observação é que todos os coordenadores dos grupos reflexivos do Coletivo são homens heterossexuais de idades variadas, solteiros e casados (VENTUROZA, 2016, p. 87).

Cada um dos profissionais que trabalha como Facilitador do Programa "E agora, José" participou do curso de formação "Gênero e Masculinidades", ofertado pela ONG Entre Nós, com carga horária total de 104 horas, e posterior estágio nos GHAV, antes de se tornar um Facilitador e conduzir grupos com autores de violência encaminhados pela Lei Maria da Penha.

CAPÍTULO 3
A VIDA EM AÇÃO: (RE)FORÇANDO, CONFRONTANDO E
DECUPANDO MASCULINIDADES

3 A VIDA EM AÇÃO: (RE)FORÇANDO, CONFRONTANDO E DECUPANDO MASCULINIDADES

Identificar quais aspectos, contextos e dinâmicas contribuíram e contribuem para que os homens se constituam homens e sejam compelidos, questionados ou validados socialmente como tal, passa por compreender as especificidades de cada cultura, bem como os seus valores, crenças e ideais, num dado momento histórico. Desta forma, podemos apreender o que influencia a construção das diversas masculinidades e motiva os homens a perseguir (ou não) um ideal.

3.1 COLONIZAÇÃO E COLONIALIDADE: A ORIGEM DAS DESIGUALDADES E VIOLÊNCIAS NO BRASIL

Analisar os impactos da educação crítica e reflexiva, numa perspectiva de gênero, nos participantes de um Grupo de Homens Autores de Violência contra a Mulher (GHAV) no cenário brasileiro, na segunda década do século XXI, cujo trabalho é fundamentado nas teorias feministas de gênero e nos estudos de masculinidades, que têm por base as epistemologias feministas, perpassa pela análise sociocultural e histórica de alguns contextos, dinâmicas e significados, estruturados a partir de uma perspectiva colonizadora hegemônica. A lógica imperialista instaurou, segundo Aníbal Quijano (2005) a "colonialidade de poder", criando o conceito de raça, numa concepção, até então, inexistente.

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p. 117).

A colonização europeia foi tão violenta e opressora que assujeitou etnias e culturas, e criou um novo padrão de categorização, que se estendeu globalmente, subjugando povos e continentes, de forma tão sofisticada, que perpetua, até hoje, como padrão mundial (im)posto, percebido como uma condição quase natural, antes dos estudos feministas problematizarem a normatização dessa suposta superioridade masculina e racial.

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 117).

Mesmo aportando grande valor à compreensão dos impactos e desdobramentos imperialistas na América, a partir das análises oriundas da teoria da “colonialidade de poder”, sendo Quijano um homem branco, que traz em seu constituinte subjetivo a visão masculina dominante, essa condição talvez tenha sido a causa do impedimento do mesmo, segundo María Lugones (2008), em perceber certas diferenças dentro da categoria gênero, indissociáveis à teorização da “colonialidade de poder”. Essas diferenças, convertidas em desigualdades, resultaram e resultam em subalternizações e sobreposições de privilégios e violências, perpetradas e sofridas, inclusive na atualidade.

Ao constituir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da existência social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais (Quijano, 2000b:342). “América” e “Europa” estão entre essas novas identidades geoculturais. “Europeu”, “índio”, “africano” se encontram entre as identidades “raciais”. Esta classificação é “a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial” (2001-2002:1). Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta sobre a população do planeta. Desde então, permeia todas e cada uma das áreas da existência social, constituindo a forma mais eficaz da dominação social tanto material como intersubjetiva (LUGONES, 2008, p. 79).

As autoras do sul global (LUGONES, 2008; SEGATO, 2012), na condição de mulheres que sofrem parte dessas subalternidades em uma sociedade heteropatriarcal e machista, foram mais além e criaram novas epistemes. Incorporaram ao conceito de Quijano (2005) um aspecto invisibilizado e tratado de forma reduzida pelo autor, a colonialidade de gênero, que ficou conhecida como “sistema moderno/colonial de gênero”. Operando sistematicamente nesta conformação, os colonizadores reorganizaram e corromperam o arcabouço social pré-existente, cujas consequências das assimetrias perduram até hoje.

Portanto, "colonialidade" não se refere apenas à classificação racial. É um fenômeno abrangente, pois se trata de um dos eixos do sistema de poder e, como tal, permeia todo o controle do acesso sexual, a autoridade coletiva, o trabalho, e a subjetividade/intersubjetividade e a produção do conhecimento a partir dessas relações intersubjetivas. Em outras palavras, todo o controle do sexo, a subjetividade, a autoridade, e o trabalho são expressos em conexão com a colonialidade (LUGONES, 2008, p. 79).¹⁹

Ordem pré-intrusão [...] que convive conseguindo manter algumas características do mundo que antecedeu a intervenção colonial, mundo-aldeia: [...] ao serem alcançadas pela influência do processo colonizador, primeiro metropolitano de ultramar e depois republicano, foram prejudicadas, particularmente em um aspecto fundamental: exacerbaram e tornaram perversas e muito mais autoritárias as hierarquias que já continham em seu interior – que são basicamente as de *status*, como casta e gênero (SEGATO, 2012, p. 114).

Analisando o cenário, o Brasil é aquele país que manteve a escravidão por mais tempo. Mais da metade da população brasileira atual é de pretos e pardos, que representam 56,1% do total (IBGE, 2022). Somos a nação com a maior população negra fora da África (RIBEIRO, 2019) e este país apresenta algumas dinâmicas específicas, que contribuem para a manutenção das desigualdades, sobretudo em relação à população negra.

No Brasil, violência e desigualdade são realidades muito próximas, uma vez que a subjugação foi utilizada como ferramenta de controle social e opressões, entre colonizadores e colonizados. Além disso, os primeiros associaram o trabalho não remunerado às raças colonizadas (QUIJANO, 2005). Quando comparamos as vivências de homens e mulheres, sobretudo não brancos, em relação a essas duas categorias, os números falam por si só. Apesar de o Brasil ser um dos países com maior índice de feminicídio do planeta, no quesito violência, a realidade e as

¹⁹ Tradução própria.

consequências são ainda mais graves para os homens, que são os maiores autores e, também, aqueles que sofrem as maiores consequências. Em 2020, o Brasil era o terceiro país com a maior população carcerária do mundo, somando, ao final de 2022, mais de 830 mil presos, sendo que 93,9% são homens, segundo o relatório de dezembro de 2022, da Secretaria Nacional de Políticas Penais (BRASIL, 2022).

A maioria dos presos são homens. Nos Estados Unidos, que têm o maior sistema carcerário do mundo, a população prisional em 2011 era de 1,59 milhão, sendo 93% desse total homens. A maior parte dos mortos em situação de combate são homens, pois constituem a esmagadora maioria das tropas de exércitos e milícias. A maioria dos acidentes de trabalho na indústria envolve homens, pois eles são também maioria na força de trabalho de indústrias mais perigosas, como a construção civil ou a mineração (CONNELL, 2015, p. 35).

Se as pessoas negras, dentro da lógica colonizadora, têm menos privilégios que os sujeitos brancos, dentre elas, as mulheres negras são relegadas a uma posição ainda mais subalternizada, como denuncia Françoise Vergès, sobretudo quando analisamos a dimensão econômico-financeira, “[...] os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu *direito à existência*” (VERGÈS, 2020, p. 25). A crítica continua no texto “Invisíveis, elas “abrem a cidade””, na introdução do livro “Um feminismo decolonial” (VERGÈS, 2020, p. 23).

Bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo. Sem o trabalho delas, milhões de empregados, de agentes do capital, do Estado, do Exército, das instituições culturais, artísticas e científicas, não poderiam ocupar seus escritórios, comer em refeitórios, realizar reuniões, tomar decisões em espaços asseados onde lixeiras, mesas, cadeiras, poltronas, pisos, banheiros, restaurantes foram limpos e postos à sua disposição (VERGÈS, 2020, p. 24).

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos (QUIJANO, 2005, p. 120).

Ao analisar os fatos, dados e teorias científicas acerca da realidade colonial e contemporânea das nações colonizadas, percebemos que o legado heteropatriarcal permanece presente no tecido social e influencia as dinâmicas da vida pública e privada das sociedades e de seus cidadãos, sejam eles sujeitos e/ou assujeitados.

3.2 PATRIARCADO E PRIVILÉGIOS DE GÊNERO

Sabe-se que, culturalmente, os homens são colocados na condição de superioridade na hierarquia social. Como demonstrado por algumas autoras, trata-se de um longo processo histórico de constituição e consolidação do patriarcado (SEGATO, 2012; ZANELLO, 2018; LERNER, 2019).

O patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres. [...] A princípio, o patriarcado apareceu como Estado arcaico. A unidade básica de sua formação foi a família patriarcal, que expressava e criava de modo incessante suas regras e valores. [...] A sexualidade das mulheres, consistindo de suas capacidades e seus serviços reprodutivos e sexuais, foi modificada antes da criação da civilização ocidental. O desenvolvimento da agricultura do Período Neolítico fomentou a “troca de mulheres” intertribal [...] porque sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos. Ao contrário das necessidades econômicas das sociedades de caçadores-coletores, agricultores poderiam usar o trabalho de crianças para aumentar a produção e acumular excedentes. “Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres que as “mulheres como grupo” não tinham sobre os homens (LERNER, 2019, p. 261-262).

As contribuições de Gerda Lerner (2019) para a compreensão acerca de como os homens, recorrentemente, oprimiram as mulheres ao longo da história trazem luz para a questão da segregação do gênero feminino presente há, pelo menos, cinco milênios, concomitante ao uso da violência para a subjugação e submissão das mesmas (assujeitadas) ao sujeito homem. “Em qualquer momento específico na história, cada “classe” é constituída de duas classes distintas - homens e mulheres” (LERNER, 2019, p. 264). Segundo a autora, a mulher foi o primeiro escravo da história, numa época em que ainda não existia o conceito de raça, associado a povos, intencionalmente qualificados como primitivos e, portanto, inferiores.

As próprias mulheres tornaram-se um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias. Depois, elas foram dominadas ou compradas para escravidão, quando seus serviços sexuais eram parte de sua mão de obra e seus filhos eram propriedade de seus senhores (LERNER, 2019, p. 262).

Desde a organização dos povos em tribos que estes cultivavam dentre as suas práticas tanto alianças quanto invasões em relação àqueles que não faziam parte do seu grupo específico, sendo estas sempre conduzidas por homens. Há, pelo menos,

cinco milênios (LERNER, 2019) verifica-se o uso da violência masculina para subjugar, dominar, matar, violar e escravizar terceiros. Uma característica relevante, era a seleção perpetrada pelos invasores, que matavam todos os homens e escravizavam as mulheres, que tinham funções bem definidas na sua nova morada.

Em toda a sociedade conhecida, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas primeiro, enquanto os homens eram mortos. Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de sua própria sociedade (LERNER, 2019, p. 262).

Desde sua concepção na escravidão, a dominância de classe tomou formas distintas para homens e mulheres escravizados: os homens eram primeiro explorados como trabalhadores; as mulheres eram sempre exploradas como trabalhadoras, fornecedoras de serviços sexuais e reprodutoras. O registro histórico de todas as sociedades escravocratas oferece evidências dessa generalização (LERNER, 2019, p. 264).

O mundo é vasto e as culturas presentes nele também. Apesar da recorrente diferença hierárquica de gênero, com maior protagonismo dos homens na maioria dos casos citados pela literatura, têm-se registros de povos pré-colonizados americanos e africanos em que homens e mulheres partilhavam de poder e prestígio social (LUGONES, 2008; SEGATO, 2012; ZANELLO, 2018; LERNER, 2019). Nessas culturas, a intervenção imperialista com o recrutamento dos homens e a imposição de um novo *modus operandi* hegemônico, centrado na figura do heteropatriarca, mudou a organização existente, submetendo as mulheres e (quase) silenciando-as.

Como o capitalismo eurocêntrico global se constituiu através da colonização, este introduziu diferenças de gênero onde anteriormente não existia nenhuma. Oyéronké Oyewùmi (1997) nos ensinou que o sistema opressivo de gênero que foi imposto na sociedade Yorubá chegou a transformar muito mais que a organização da reprodução. Seu argumento nos mostra que o alcance do sistema de gênero imposto através do colonialismo abarca a subordinação das fêmeas em todos os aspectos da vida (LUGONES, 2008, p. 86).

Uma observação importante pontuada por Segato (2012) em relação a algumas populações pré-coloniais, é a substituição de uma organização de gênero estruturada na dualidade do poder decisório, partilhada entre homens e mulheres, para uma organização baseada no binarismo, termo trabalhado com viés de performances de gênero, por Judith Butler (2019, 2021). A influência e dominação colonizadora impôs a sua visão, costume e modos de vida às colônias.

O gênero, assim regulado, constitui no mundo-aldeia uma dualidade hierárquica, na qual ambos os termos que a compõem, apesar de sua desigualdade, têm plenitude ontológica e política. No mundo da modernidade não há dualidade, há binarismo. Enquanto na dualidade a relação é de complementaridade, a relação binária é suplementar, um termo suplementa o outro, e não o complementa. Quando um desses termos se torna “universal”, quer dizer, de representatividade geral, o que era hierarquia se transforma em abismo, e o segundo termo se converte em resto e resíduo: essa é a estrutura binária, diferente da dual (SEGATO, 2012, p. 122).

Existe uma sedimentação das normas de gênero que produz o fenômeno peculiar do sexo natural, ou da mulher de verdade, ou qualquer outra ficção social que se faça presente e seja convincente; essa sedimentação tem produzido, ao longo do tempo, um conjunto de estilos corporais que, de maneira reificada, são apresentados como configuração natural dos corpos, divididos em sexos que se relacionam de maneira binária (BUTLER, 2019, p. 220).

Como explorado por alguns autores, é impossível dominar metade de uma população sem a participação da mesma (LERNER, 2019; BOURDIEU, 2020). Nesses casos, com ganhos mútuos, Lerner trabalha com a expressão “dominância paternalista” como sendo “A relação de um grupo dominante, considerado superior, com um grupo subordinado, considerado inferior [...]. O grupo dominante troca submissão por proteção, trabalho não remunerado por sustento” (LERNER, 2019, p. 290). A autora problematiza desde a apropriação da função sexual, reprodutiva e laboral das mulheres, bem como a transformação dessas capacidades em mercadoria, passando pela fundação dos estados arcaicos que têm interesse na permanência da família patriarcal, até o aprendizado inicial da escravidão, que submeteu primeiro as mulheres de outras tribos e, posteriormente, os homens.

Mulheres, mais do que qualquer outro grupo, colaboraram com a própria subordinação, aceitando o sistema sexo-gênero. Elas internalizaram tanto os valores que as subordinam, que os passam para os filhos. Algumas mulheres são “oprimidas” em certo aspecto da vida pelos pais ou maridos, enquanto elas mesmas exercem poder sobre outras mulheres e outros homens. Tais complexidades tonam-se visíveis quando o termo “opressão” é usado para descrever a condição das ‘mulheres como grupo (LERNER, 2019, p. 284-285).

Garantia-se a cooperação das mulheres por vários meios: força, dependência econômica do chefe da família, privilégios de classe concedidos a mulheres dependentes e obedientes das classes mais altas, e pelo artifício da divisão de mulheres em respeitáveis e não respeitáveis (LERNER, 2019, p. 34).

Neste período histórico, os homens já dominavam os meios de produção e, com isso, podiam submeter os demais. Outro aspecto relevante é que a subordinação

sexual das mulheres estava prevista em leis e antigos códigos, e esse aspecto ficou ainda mais controlado quando destronaram as deusas mulheres - dissociando feminino e espiritualidade -, substituindo-as por um deus masculino dominante, alterando todo o simbolismo sagrado, que fundamentou a subordinação das mulheres aos homens e criou uma única condição das mesmas chegarem até Deus: pela procriação, reduzindo a sexualidade feminina exclusivamente para este fim, com o advento do monoteísmo hebraico.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2020, p. 24).

Conhecer, a partir das culturas e sociedades anteriores a nós, como se deu a sucessão de acontecimentos que culminaram em determinados contextos, ao longo da história, é crucial para entendermos o cenário atual. Apesar de muitos avanços e conquistas das mulheres, Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015, p. 34) sinalizam que “Mais de trinta anos após a ONU adotar a “convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher” (CEDAW, 1979) nenhum salário feminino no mundo se equipara ao masculino”. Além disso, as mulheres ainda são alocadas em trabalhos com remuneração inferior aos homens e boa parte das que resolveram ser mães, dependem economicamente dos maridos. Muitas delas sofrem situações de violência doméstica em função desta dependência.

Apesar de todo o exposto, nenhuma posição social e/ou de gênero é fixa e imutável. “[...] aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas, tais como a Família, a Igreja, a Escola e, também, em outra ordem, o esporte e jornalismo”. (BOURDIEU, 2020, p. 8). Porém, reparar e/ou reduzir as assimetrias e desigualdades resultantes do sexismo e do racismo estruturais, sobretudo em nações que foram colonizadas, é mais complexo e desafiador.

[...] os homens costumam controlar impostos, investimentos, tecnologia, relações internacionais, segurança e setores militares. Mesmo a Secretaria-

Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial até hoje só foram liderados por homens.

A representação das mulheres na política mudou com o tempo, mas lentamente e com muita dificuldade. Em 2011, a advogada francesa Christine Lagard foi a primeira mulher na história a chefiar o Fundo Monetário Internacional (FMI) (CONNELL; PEARSE, 2015. p. 31-32).

Quando conhecemos o processo em que as sociedades foram estruturadas, como as conformações se sustentam e permanecem em funcionamento, fica mais factível propor mudanças e agir. “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 2021, p. 38). Não só Freire como também Lerner reforçam que precisamos criar as condições necessárias para sair do lugar de oprimidos. Isso vale também para o público feminino. O movimento feminista é o grande responsável pelas maiores transformações, em termos de gênero, com foco em dar visibilidade às questões das mulheres.

O pensamento revolucionário é sempre baseado na melhoria da experiência do oprimido. O camponês precisou aprender a confiar na importância de sua experiência de vida antes de ousar desafiar os senhores feudais. O trabalhador feudal precisou tomar “consciência de classe”, o afrodescendente precisou tomar “consciência de raça” antes que o pensamento libertador pudesse ser desenvolvido na teoria revolucionária. Os oprimidos agiram e aprenderam de modo simultâneo – o processo de se tornar o mais novo grupo ou pessoa é libertário por si só. O mesmo vale para as mulheres (LERNER, 2015. p. 278).

Trazendo toda essa conjunção para o momento atual, o grande problema em relação à junção do patriarcado com a colonialidade de gênero, dentro do que ficou conhecido como “sistema moderno/colonial de gênero”, que inclui e expande a teoria da “colonialidade do poder”, é que, quando aplicados ao cenário Brasil e unidas às segregações de gênero e raça, a violência intrafamiliar e o feminicídio se concentram, em grande parte, sobre a população feminina negra (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2012; FBSP, 2022).

Analisando-se a violência urbana - em especial, os homicídios e o encarceramento - e o subemprego (DIEESE, 2016), dentre outros marcadores, esses problemas assolam e colocam os homens negros em condição de inferioridade. “Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não

teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riqueza” (RIBEIRO, 2019, p. 9). Na América colonizada, a população rotulada de racializada está em desproporcional desvantagem em comparação às pessoas classificadas como brancas. É imprescindível entendermos essas conformações sociais, a partir das categorias raça e gênero, para o objetivo geral deste trabalho.

3.3 GÊNERO E SEUS SIGNIFICADOS (IM)POSTOS, CONDICIONADOS, PERFORMADOS, (DES)VALIDADOS

*“Relações de gênero são sempre arenas de tensão”
(CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272)*

Gênero é um tema que ainda provoca muitas tensões e conflitos, uma vez que a sociedade brasileira foi educada e condicionada a pensar a partir de um modelo binário, com papéis definidos, numa tentativa de reduzir essa instância ao sistema sexo-gênero, ou seja, a restringir os aspectos femininos, correlacionando-os exclusivamente às mulheres e os masculinos sendo atrelados estritamente aos homens, tanto como projeto político quanto religioso (CONNELL; PEARSE, 2015). “Em seu uso mais comum, então, o termo “gênero” significa a diferença cultural entre homens e mulheres, baseado na divisão entre fêmeas e machos. A dicotomia e a diferença são a substância dessa ideia” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 46). Esse modelo limita as possibilidades do ser exercer-se em sua plenitude, sendo este cobrado a se adequar a padrões sociais vigentes há cerca de cinco séculos, e que não atendem mais às demandas do século XXI. Geralmente, quem não segue as normas, sofre sanções.

A unção do casamento como sacramento religioso só ocorreu, também, no século XII, em um movimento de expansão política da própria Igreja Católica. Ao torná-lo sacramento, quebrá-lo seria um dos maiores pecados que o ser humano podia cometer. Além disso, no século XIII, no Concílio de Latrão, instituiu-se a monogamia como seu pilar fundamental. Ou seja, instalou-se um controle cada vez maior da sexualidade e dos prazeres. O casamento legítimo era aquele colocado a serviço da prole e da família. Esta última foi eleita como centro divulgador da fé cristã. Ademais, houve um interesse crescente do Estado moderno em controlar as uniões e os frutos delas decorrentes: a natalidade. Nesse sentido, o controle do casamento passou a ser, cada vez mais, um projeto político e religioso (ZANELLO, 2018, p. 62).

Joan Scott (2019), em seu texto “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” traz o significado de gênero e sexo – homem e mulher, macho e fêmea – nos tradicionais dicionários francês e inglês, dos anos de 1876 e 1878, respectivamente, como algo dissociado, e pontua que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 2019, p. 67). A cor é a segunda.

Desde cedo, pessoas negras são levadas a refletir sobre sua condição racial. O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era "normal". "Neginha do cabelo duro", "neginha feia" foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente - o que quer dizer não branca - passou a ser apontado como defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Fui forçada a entender o que era racismo e a querer me adaptar para passar despercebida. Como diz a pesquisadora Joyce Berth: "Não me descobri negra, fui acusada de sê-la" (RIBEIRO, 2019, pp. 23-24).

Como bem pontuam Connell e Pearse (2015, p. 36), "No cotidiano, tomamos o gênero como algo dado. Reconhecemos uma pessoa como homem ou mulher, menino ou menina, instantaneamente. Organizamos nossos afazeres em torno dessa distinção". Uma vez que os indivíduos de uma sociedade tiveram os seus esquemas de pensamento estruturados e condicionados em padrões binários como norma dada e modelar, reforçada e repetida, desde a infância, em contraposição a todas as outras formas de expressão e de construção de si e das demais pessoas, percebemos o tamanho dos impactos negativos da influência deste padrão (im)posto, ao analisarmos os números de mortes de pessoas não binárias. O Brasil é o líder global em assassinatos de pessoas LGBTQIAP+²⁰. Desta forma, percebemos a importância de um trabalho de educação crítica, reflexiva e responsabilizante continuada, a médio e longo prazos, com o intuito de informar, problematizar, refletir criticamente e desconstruir os estereótipos de gênero (FREIRE, 2021, 2022; BEIRAS *et al.*, 2021).

Esses arranjos são tão familiares que parecem fazer parte da natureza. A crença de que distinções de gênero são “naturais” faz as pessoas se escandalizarem quando alguém não segue o padrão: por exemplo, quando

²⁰ Os dados constam no Dossiê de Mortes e Violências contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexos (LGBTI+) no Brasil <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>

peças do mesmo gênero se apaixonam uma pelas outras (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 37).

Como demonstrado nas publicações do *Manual Parent*, realizadas pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), no qual participaram pesquisadores de diversos países, “O gênero é uma das primeiras categorias sociais que as crianças reconhecem: por volta dos três anos, a maioria já formou uma identidade de gênero” (DO CARMO *et al.*, 2021, p. 46). Desde cedo, meninos e meninas aprendem a se comportar de acordo com os códigos sociais ensinados e cobrados ao longo de suas vidas, em relação às mais diferentes questões. Essas dinâmicas são estruturantes e vão constituindo a subjetividade dos sujeitos. As tendenciosidades são inculcadas quase imperceptivelmente. “Todos os sistemas de pensamento e filosofias nos quais somos treinados têm mulheres ignoradas ou marginalizadas” (LERNER, 2019, p. 282). As mulheres são o elo mais fraco dessas dinâmicas, sobretudo as negras e pobres.

A socialização de gênero começa com o nascimento, visto que as crianças assimilam, desde o momento em que nascem, as normas, atitudes e expectativas de gênero estereotipadas da sua comunidade e sociedade pelo contato com as pessoas que as cuidam, por aquelas que as educam e também por outras pessoas adultas influentes (DO CARMO *et al.*, 2021, p. 46).

Como podemos perceber através das questões expostas acima, gênero é um campo de estudos vasto, permeado de significados e leituras, que nem sempre coadunam e muitas vezes divergem, ainda mais no caso do Brasil, que tem uma sociedade multicultural, sexista e com forte herança colonial que estrutura as relações. A escolha epistemológica desta pesquisa para esta categoria se alinha com os estudos feministas pós-estruturalistas e decoloniais, bem como os estudos das masculinidades baseados nas epistemologias feministas.

Considerando o sistema patriarcal, a colonialidade de poder e a colonialidade de gênero que perpassam o nosso histórico sociocultural, esse contexto situa homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres, heterossexuais e homossexuais em diferentes hierarquias de poder e privilégios (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2008; LERNER, 2019). “São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular” (CARNEIRO, 2019, p. 314). A depender das

interseccionalidades de gênero, raça e classe, percebemos o quanto essa é uma dinâmica complexa, relacional e aberta às mais variadas possibilidades de expressão das identidades.

O gênero, como outras estruturas sociais, é multidimensional. Não diz respeito apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo. Padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes entre contextos culturais distintos. E há certamente muita variedade entre as maneiras de pensá-los (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 49).

Visto que o Brasil colônia herdou da sociedade europeia o conceito de gênero concebido dentro de uma ordem binária, e que este conceito obedece a determinados padrões e performances comportamentais, reiteradamente repetidos e reforçados, vale chamar a atenção para os estereótipos de gênero a que homens e mulheres são instados a performar e a evitar a qualquer custo (LUGONES, 2008; SEGATO, 2012; ZANELLO, 2018).

[...] Um gênero não é de alguma forma uma identidade estável da qual diferentes ações acontecem, nem seu lugar de agência; mas uma identidade tenuamente constituída no tempo – identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de certos atos. Os gêneros são instituídos pela estilização do corpo e, por isso, precisam ser entendidos como o processo ordinário pelo qual gestos corporais, movimentos e ações de vários tipos formam a ilusão de um Eu atribuído de gênero (BUTLER, 2019, pp.213-214).

A pesquisadora brasileira Valeska Zanello (2018) usa uma metáfora para exemplificar os processos do tornar-se pessoa na sociedade brasileira. Ela retrata que as mulheres são subjetivadas na “prateleira do amor”, através dos dispositivos amoroso e materno. Isso significa que ser validada como mulher é ser escolhida por um homem – e para tal é necessário possuir todos os atributos que este deseja –, concomitante a ser mãe.

Dizer que o dispositivo amoroso apresenta-se como caminho privilegiado de subjetivação para as mulheres em nossa cultura, significa dizer que as mulheres se subjetivam, na relação consigo mesmas mediadas pelo olhar de um homem que as “escolha”. Isto é, o amor, ser escolhida por um homem, é um fator identitário para elas. [...] Essa prateleira é profundamente desigual e marcada por um ideal estético que, atualmente, é branco, louro, magro e jovem (ZANELLO, 2018, p. 84).

Ser homem passa por uma construção bem diversa do ser mulher, uma vez que eles são subjetivados pelo dispositivo da eficácia. “Em nossa cultura, os homens

aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar, sobretudo, e principalmente, os homens” (ZANELLO, 2018, p. 84). Ser reconhecido como homem, pelos seus pares – outros homens – consiste em ser viril laboral e sexualmente, concomitante à negação do feminino.

[...] um verdadeiro homem é um comedor/penetrador e um trabalhador, e não pode pairar dúvidas de que não é gay. Trata-se de banir toda e qualquer alusão a um erotismo anal, o qual corresponde, no imaginário cultural, a uma posição feminina (nem que seja de passagem) “de ser penetrada”. No fulcro da homofobia encontramos assim a misoginia (ZANELLO, 2018, p. 233).

Apesar de o termo misoginia ser utilizado frequentemente como um sentimento de ódio às mulheres, a minha percepção é que esse “ódio” é sentido por um menor percentual dos homens (ZANELLO, 2018, 2020). Percebo este comportamento mais como uma negação de um possível lado feminino e/ou de características femininas nos homens e até um certo desprezo em relação às mulheres, em muitos casos, mas creio que é uma instância que merece ser melhor pesquisada.

Não existiria homem, masculino e masculinidade se não estivéssemos também operacionalizando noções sobre o que significa mulher, feminino e feminilidade. Tais categorias ganham forma e nos produzem como sujeitos generificados precisamente a partir de oposição contraste e complementaridade. Quando – o que acontece com frequência – não nos adequamos às formas previamente oferecidas, uma série de efeitos nos coloca em territórios de vulnerabilidade e violência (VENTUROZA, 2021, p. 31-32).

Ser homem ou mulher, dentro dos dispositivos propostos denunciam um não incentivo, uma não valoração para que as pessoas se permitam integrar as características masculinas e femininas, independente do sexo e/ou gênero. As estatística e estudos demonstram essa realidade, a partir de vários dados, como a ausência da participação mais efetiva das mulheres em cargos laborais de poder ou a prática dos homens no envolvimento afetivo conjugal e/ou do cuidado parental.

O que vale para a política também vale para o mundo dos negócios. Apenas sete dentre duzentas empresas listada no topo da bolsa de valores australiana em 2012 (incluindo aquelas responsáveis pelas revistas de ampla circulação) tinham mulheres como CEOs. Entre as quinhentas corporações gigantes internacionais listadas na “edição Global 500”, da revista Fortune, de 2013, apenas 22 tinham uma mulher como CEO (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 32).

Sem dúvida, os meninos brancos, em todas as classes, são prejudicados pela socialização patriarcal, mas esse dano é intensificado, na experiência dos

meninos negros justamente porque estes enfrentam uma situação de duplo risco (hooks, 2022, p.164).

Dentre as possibilidades existentes, entendemos gênero como um constante tornar-se, descobrir-se, construir-se e transformar-se, inserido num modelo social binário, que coloca em diferentes patamares homens e mulheres, brancos e pretos/não brancos e ricos e pobres (CONNELL; PEARSE, 2015; BUTLER, 2019, 2021). Todos sofrem, em maior ou menor grau, pressões, cobranças, validações e/ou punições para operar dentro da norma (im)posta, que é uma complexa rede de hierarquias de poder, mas que apesar de toda essa conformação, também se influencia, mutuamente, podendo os grupos considerados dominados, como as mulheres e masculinidades não hegemônicas, fazerem pressões por mudanças, como vêm ocorrendo nas últimas décadas pela organização dos movimentos feministas e do movimento LGBTQ+.

3.4 MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS X SUBALTERNAS

*“Homem é aquele que tem que ser.”
(Pedro Ambra, 2021, p. 15)*

O conceito de masculinidade hegemônica, socialmente construído, foi desenvolvido no início dos anos 1980, servindo de base para diversos estudos teóricos, passando por revisão e reformulação cerca de quarenta anos depois, após diversas pesquisas sobre homens e masculinidades (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; KIMMEL, 1998). O conceito não estabelece um padrão único e fechado em si de expressões do masculino, uma vez que as relações e contextos são dinâmicos, tampouco equivale a um modelo de reprodução social, pois as masculinidades são múltiplas e as relações de gênero se constroem sobre relações de poder, mas ele influencia as masculinidades, de uma forma geral.

A masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse. A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige

que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Assim como as relações de poder estratificaram a Europa patriarcal pré-colonial a partir de uma segregação de gênero, sendo a mulher o segundo sexo, este escopo foi ampliado com a colonização e a subsequente divisão social global em raças, gerando uma série de desigualdades que ainda perduram (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2008, SEGATO, 2012; BEAUVOIR, 2016; LERNER, 2019). Seguindo a lógica colonizador/colonizado, as masculinidades foram construídas dentro de uma oposição, alçando o homem branco heterossexual colonizador ao posto hegemônico e as demais expressões do masculino subalternas a este, em diferentes níveis de hierarquias.

Observamos com relação ao gênero o mesmo que com o desenvolvimento econômico, com relação às construções históricas dos significados de masculinidade. Enquanto o ideal hegemônico estava sendo criado, ele foi criado em um contexto de oposição a “outros” cuja masculinidade era assim problematizada e desvalorizada. O hegemônico e o subalterno surgiram em uma interação mútua mas desigual, em uma ordem social e econômica dividida em gêneros (KIMMEL, 1998, p. 105).

Os estudos e pesquisas de quatro décadas realizados por diversos autores à temática das masculinidades, levaram *Raewyn W. Connell* e *James W. Messerschmidt* a reformular o conceito de masculinidade hegemônica em relação a quatro aspectos: a natureza das hierarquias de gênero, a geografia das configurações de masculinidades, o peso social do processo de incorporação da masculinidade e a dinâmica das masculinidades. Ou seja, há uma percepção da influência recíproca dos padrões de masculinidades entre si e da influência de mulheres mais jovens, com possível culminância de mudança em alguns contextos. Em segundo lugar, existem múltiplas masculinidades hegemônicas entre as esferas local, regional e global, quando se leva em consideração o que *Connell* chamou de “masculinidade corporativa transnacional” (CONNELL; MESSERSCHMIDT; 2013), que ao interagir entre si, sofrem influências mútuas.

[...] modelos regionais exemplares influenciam – apesar de não determinarem completamente – a construção das relações de gênero e as masculinidades hegemônicas no nível local.

[...] Até o momento, as evidências sobre as dinâmicas globais de gênero estão crescendo, e fica claro que processos como a reestruturação

econômica, a migração de longa distância e a turbulência das agendas de “desenvolvimento” têm o poder de remodelar padrões locais de masculinidade e feminilidade (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 268).

Analisando a incorporação social, como já foi posto anteriormente, as masculinidades estão relacionadas a uma série de práticas corporais, que representam os corpos de homens e, conseqüentemente, geram práticas sociais. Os homens hegemônicos se valem da sua posição e dos ambientes que acessam para criar e incorporar práticas específicas que mantêm os seus privilégios e distanciamento em relação a outros homens, a exemplo de acessar esportes mais caros, custear uma alimentação diferenciada, comprar vestuário de alta costura, fazer viagens aéreas globais de primeira classe, que “amplificam os poderes físicos dos corpos de homens de elite”. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 268). Por fim, as práticas sociais de masculinidades e feminilidades são dinâmicas e há muita contestação em relação ao modelo hegemônico. O processo é aberto e pode haver espaço para atuarmos em prol da democratização das relações de gênero, estabelecendo um modelo hegemônico mais igualitário.

Outro fator importante a se analisar em termos de masculinidades é em relação às masculinidades dos homens negros. Findada a escravidão, os ex-escravos não foram indenizados, tampouco o Estado criou condições dignas de vida, educação e trabalho para a população negra, em geral, marcando demasiadamente esses corpos. No contexto político, econômico e nas dinâmicas sociais, como diz Frantz Fanon (2008, p. 26), “o negro não é um homem”. Apesar de retratar a população negra dos Estados Unidos (EUA), as pesquisas e escritos da autora feminista americana bell hooks (2022) se aplicam à realidade brasileira, assim como os escritos de Fanon.

Neste momento, esse sistema está linchando simbolicamente massas de homens negros, sufocando a vida deles, ao lhes tornar quase impossível o aprendizado de habilidades básicas de leitura e escrita na infância; ao promover o vício como sistema de livre iniciativa que trabalha para fornecer riqueza inédita para poucos e um consolo breve de dor coletiva para muitos; ao submetê-los ao desemprego generalizado e à contínua atração psicológica a comportamentos masculinos patriarcais que acarretam riscos de morte. Qualquer um que afirme estar preocupado com o destino dos homens negros nos Estados Unidos mas que não fala sobre a necessidade de eles radicalizarem sua consciência para desafiar o patriarcado se quiserem sobreviver e florescer, está em consonância com o sistema que insiste em manter os homens negros em seu lugar psicologicamente isolados, bloqueados (hooks, 2022, p. 35).

Associado ao grave problema de falta de apoio à população negra após a abolição (no “papel”), ainda houve o projeto social e político de embranquecimento da população, com repercussões até a atualidade em todas as instâncias da vida das pessoas pretas e pardas, colocando-as em posições de assimetria ainda maiores.

Além dos aspectos inerentes às masculinidades e suas interseccionalidades, sobretudo de gênero, raça e classe, é importante dar visibilidade a algumas questões específicas. Uma delas é de que muitos dos acontecimentos e situações que ocorrem no universo masculino não chegam ao conhecimento das mulheres, incluso às mães de meninos. Não à toa, temos um documentário nacional sobre masculinidades, chamado “O silêncio dos homens” (2019)²¹, que aborda o sofrimento socioemocional silencioso que acompanha a construção das identidades masculinas opressoras e invisibilizadas, ao longo da vida, e o quanto esse constructo contribui para a perpetuação das violências.

Tudo parece indicar, de acordo com as entrevistas realizadas no estudo sobre a homofobia e depois no das prisões que muitos homens que foram violentados sexualmente por outro homem mais velho acabam por reproduzir esta forma particular de abuso. É como se eles se repetissem: “Já que eu passei por isso, que ele também passe”. E o abuso, além dos benefícios que traz, é também uma forma de exorcismo, uma conjuração da desgraça vivida anteriormente. Depois, ao longo dos anos, quando a lembrança da dor e da humilhação se estanca um pouco, o abuso inicial funcionaria como um elemento de compensação, um pouco como uma conta bancária que teria sido aberta por imposição; onde os outros abusos perpetrados representariam os juros que o homem abusado vem cobrar. Isso vale tanto para abusos realizados contra homens como os contra mulheres, realizados em outros lugares (WELZER-LANG, 2001, p. 464).

Daniel Welzer-Lang faz uma analogia da socialização masculina com o que ele denominou de “A casa-dos-homens”. Para ser aceito pelos seus pares, os meninos precisam fazer escolhas. “A mensagem dominante: ser homem é ser diferente do outro, diferente de uma mulher”. (WELZER-LANG, 2001, p. 463). Para serem aceitos na “casa”, há uma série de ritos e exigências, em que a mensagem passada é só os fortes (homens) sobreviverão.

[...] aprender a respeitar os códigos, os ritos que se tornam então operadores hierárquicos. Integrar códigos e ritos, que no esporte são as regras, obriga a integrar corporalmente (incorporar) os não-ditos. Um desses não-ditos, que alguns anos mais tarde relatam os rapazes já tornados homens, é que essa aprendizagem se faz no sofrimento. Sofrimentos psíquicos de não conseguir jogar tão bem quanto os outros. Sofrimentos dos corpos que devem

²¹ Link do documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>

endurecer para poder jogar corretamente. Os pés, as mãos, os músculos... se formam, se modelam, se rigidificam por uma espécie de jogo sadomasoquista com a dor. O pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento – sem dizer uma palavra e sem “amaldiçoar” – para integrar o círculo restrito dos homens. Nesses grupos monossexuados se incorporam gestos, movimentos, reações masculinas, todo o capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

A violência intragênero masculina é a segunda questão que precisa ser visibilizada, em relação às questões de violência de gênero. Estamos sendo negligentes, como cidadãos, em relação a essa questão da mesma forma que a sociedade e os homens foram negligentes em relação à violência contra as mulheres. “Para os homens, como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo. [...] De violência inicialmente contra si mesmo. [...] Depois, numa segunda etapa, é uma guerra contra os outros”. (WELZER-LANG, 2001, p. 463). Essa cobrança contínua, opressora, agressiva e constante acompanha o sujeito/assujeitado, ao longo da vida, sem nunca cessar, conforme pontua o autor.

Nos primeiros grupos de meninos, se “entra” em luta dita amigável (não tão amigável assim se acreditamos no monte de choros, de decepções, de tristezas escondidas que se associam a eles) para estar no mesmo nível que os outros e depois para ser o melhor. Para ganhar o direito de estar com os homens ou para ser como os outros homens. [...] a “primeira peça” da casa-dos-homens, o que eu chamei de vestibulo da “gaiola da virilidade”, é um lugar de alto risco de abuso. Ela funciona, parece, como um lugar de passagem obrigatório que é fortemente frequentado. [...] a antecâmara da casa-dos-homens é também um lugar frequentado periodicamente por homens mais velhos. [...] modelo masculino a ser conquistado pelos pequenos homens e agentes encarregados de controlar a transmissão de valores (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

[...] O masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios (WELZER-LANG, 2001, p. 464).

Em nome de aceitação social, validação dos amigos e receio de sofrer mais violências e sanções, muitos homens aderem aos códigos de conduta e comportamentos da masculinidade hegemônica, mesmo que este modelo não corresponda à sua demanda interna de sujeito. “Nossas vidas, nossas situações materiais são o produto de um conjunto de relações sociais” (WELZER-LANG, 2001, p. 461). Conforme problematizado por diversos autores essa avaliação masculina passa pela violência intragênero, em diversos graus, geralmente dos mais velhos/fortes/majores em relação aos mais novos/fracos/menores (KIMMEL, 1998;

WELZER-LANG, 2001; ZANELLO, 2018; BUTLER, 2019; CONNELL; PEARSE, 2021; hooks, 2022).

Eu evoco aqui os abusos (ditos) sexuais. Eles são bem reais e em número muito importante. [...] Abusos individuais, mas também abusos coletivos. Que se pense nos diferentes golpes: socos, pontapés, empurrões. As pseudobrigas nas quais, na realidade, o maior mostra a sua superioridade física para impor seus desejos. As ofensas, o roubo, a ameaça, a gozação, o controle, a pressão psicológica para que o pequeno homem obedeça e ceda às injunções e aos desejos dos outros... Há um conjunto multiforme de abusos de confiança violentos, de apropriação do território pessoal, de estigmatização de qualquer coisa que se afaste do modelo masculino dito correto. Todas as formas de violência e de abuso que cada homem vai conhecer, seja como agressor, seja como vítima. Pequeno, fraco, o menino é uma vítima marcada (WELZER-LANG, 2021, p. 464).

Como pudemos perceber até aqui, a violência masculina vai muito além da violência cometida por homens contra as mulheres ou ao feminino. Welzer-Lang pontua que “Os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera pública ou privada e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos” (WELZER-LANG, 2001, p. 461), e acrescenta que a dominação masculina se exerce, sobretudo, por duas vias, não só através do heterossexismo, mas também da homofobia. As pessoas LGBTQIAP+²² são demasiadamente marginalizadas e vítimas de violências sobrepostas, que se intensificam ao longo da história. Essas violências são agravadas a depender da categoria étnico-racial e da condição socioeconômica em que a pessoa se encontre (KIMMEL, 1998; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; CONNELL; PEARSE, 2015; ZANELLO, 2018).

O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens tentados, por diferentes razões, de não reproduzir esta divisão, (ou, o que é pior, de recusá-las para si próprios), a dominação masculina produz homofobia para que, com ameaças, os homens se calquem sobre esquemas ditos normais da virilidade (WELZER-LANG, 2001, p. 465).

As masculinidades não heteronormativas sofreram e sofrem desqualificação e desprezo por parte dos homens autodenominados hegemônicos, e as feminilidades hegemônicas e não hegemônicas sofrem discriminação por parte de homens

²² Sigla que designa as identidades de gênero: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis, *queer*, intersexos, assexuais, pansexuais e outras identidades não binárias. <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/465934>

hegemônicos e não hegemônicos. Uma vez que estes últimos também nasceram com a biologia masculina e, na infância, foram educados e socializados no binarismo como meninos, passam a performar, muitas vezes, com superioridade em relação às mulheres. Muitos deles, procuram se sobressair em outras áreas, como contraponto ao aspecto afeminado desvalorizado, sendo a virilidade laboral um desses investimentos.

As mulheres e os homens gays são os outros clássicos, o pano de fundo contra o qual os homens brancos heterossexuais projetam as suas ansiedades de gênero e é sobre a emasculação destes que os *self-made man* constroem definições hegemônicas. [...] Os homens gays são bichinhas passivas e efeminadas assim como são sexualmente insaciáveis e predatórios (KIMMEL, 1998.p. 116).

A rejeição e o repúdio são, portanto, um importante processo na afirmação identitária masculina. O objeto do repúdio, unificador temporário, pode ser variável (bichas, negros, pobres etc), sendo que o único elemento incomum e permanente (ainda que possa ser provisório historicamente) é a rejeição e a opressão sobre as mulheres (ZANELLO, 2018, p. 230).

Como o trabalho foi se tornando uma instância cada vez mais central da vida humana e adquirindo valor de virtude, com a expansão e o fortalecimento do capitalismo, essa esfera social passou a ser disputada como um espaço de dominação, exibição e hierarquia masculina (ZANELLO, 2018). O aspecto laboral passou a se constituir um fator identitário para os homens, privilegiando os que tinham uma cor de pele branca, que já estavam categorizados numa hierarquia social superior, desde o período colonial.

A dominação, relacionada à virilidade masculina no ocidente, firmou-se assim em pelo menos quatro pilares²³, a saber: no mundo social (com todas suas características culturais históricas e locais), **contra si mesmo** (inicialmente embrutecimento, posteriormente, cada vez mais, controle sobre seus próprios comportamentos e afetos – ideal de razoabilidade), **contra as mulheres** (consideradas sempre como inferiores ou com qualidades incomparavelmente menos nobres), **contra outros homens** (tanto na competição com os iguais como no exercício de controle e subjugação dos considerados “inferiores”, de acordo com os valores sociais e culturais daquele momento) (ZANELLO, 2018, p. 179).

Numa sociedade capitalista, o fator econômico é o principal símbolo de ostentação dos homens heterossexuais, que validam o seu poder sobre os outros pelo

²³ Os destaques em negrito, na citação, são uma deliberação minha, para chamar a atenção de aspectos que impactaram e impactam, fortemente, as masculinidades até a contemporaneidade.

seu potencial de comprar bens que poucos têm acesso, o que os torna parte de um seleto grupo que apenas uma minoria consegue alcançar/acessar. Para atingirem essa condição, fazem um hiperinvestimento na figura do homem trabalhador, *workaholic*, que sacrifica a vida pela família (será?), mas que é ausente do lar, distante dos filhos e da esposa, muitas vezes. *Michael Kimmel* (1998) sinaliza que esses homens ficaram conhecidos como *Self-Made Man*, em alusão a uma nova versão de masculinidade, motivada pela possibilidade de mobilidade ascendente, que muito me faz lembrar da frase “Tempo é dinheiro”. Prefiro pensar que “Tempo é vida” e uma parte dela deve ser dedicada a gerar renda/recursos financeiros para diversos fins.

Alguns homens recebem mais do que outros, outros menos do que uns, ou nada dependendo de sua posição na ordem social. Um empresário rico detém enormes dividendos do processo de acumulação generificada no capitalismo avançado. Em âmbito mundial, o dividendo pode estar quase no nível de uma fantasia – considere as fortunas de Carlos Slim Helú (US\$ 73 bilhões), Bill Gates US\$ 67 bilhões) e Amancio Ortega (US\$ 57 bilhões), os três seres humanos mais ricos de 2013. Em contraste, um homem desempregado de classe trabalhadora pode não receber nenhum dividendo no sentido econômico. Grupos de homens podem ser prontamente excluídos de partes do dividendo patriarcal (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 269).

Vale ressaltar que, apesar de ser o grupo que mais goza de privilégios, até mesmo os homens brancos cis heteronormativos sofrem com todo esse contexto opressor e violento, visto serem poucos deles, realmente, os que estão no topo do poder e que desfrutam da qualidade de serem hegemônicos. A vida masculina vivida diariamente consiste numa vigília quase eterna, por parte de outros homens e mulheres, que estão sempre atentos a qualquer deslize, seja um comentário, uma expressão de sentimentos, um cruzar de pernas, tendo até casos de discriminação e *bullying*, a depender da cor da roupa e/ou do estilo de vestuário que o outro homem esteja usando.

[...] os homens também são afetados negativamente por políticas de gênero machistas. Existem custos para se manter no “topo”, e o topo é sempre um lugar que também guarda prejuízos. Assim, minha sugestão não é um olhar mais compassivo aos homens, mas, em outro sentido, perceber que tais efeitos, que recaem sobre homens, mulheres e outros sujeitos fazem parte de um mesmo sistema que produz normas (e violências) de gênero (VENTUROZA, 2021, p. 35).

O mundo vem passando por inúmeras mudanças, inclusive em relação às performances e compreensões acerca de gênero, com o surgimento de grupos

espontâneos de pessoas que não se identificam com o sistema que ainda impera e opera como modelo numa sociedade sexista e machista, como é o caso do Brasil. É importante ressaltar que os estudos feministas e de masculinidades vêm avançando e contestando, continuamente, o modelo hegemônico (pro)posto como modelador da ordem social, trazendo diversas alternativas em relação ao tornar-se pessoa. Por fim, o cenário exposto acima nos mostra o quanto é desafiador viver neste sistema social heteronormativo patriarcal, violento e opressor, sejamos mulheres ou homens. Quando se trata de pessoas negras, todas as questões acima expostas ganham contornos ainda mais acentuados e abusivos.

3.5 MASCULINIDADES NEGRAS

O contexto brasileiro de país colonizado reúne uma complexidade de fatores que somados colocam, sobretudo a população negra, mas também a indígena, em posições muito desfavoráveis e de exclusão. Grande parte da população originária indígena foi dizimada pelo trabalho escravo forçado até a morte, e aqueles que sobreviveram foram qualificados como primitivos (ZANELLO, 2018). A diáspora africana resultou na imigração forçada de cerca de cinco milhões (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019) de negros escravizados, trazidos para o Brasil em condições desumanas, que se mantiveram além dos quase quatro séculos, em virtude da falta de políticas sociais de acolhimento e destinação deste contingente populacional libertado das lavouras e casas de engenho.

Depois tivemos que enfrentar o olhar do branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor enfrenta dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo, reina uma atmosfera densa de incertezas (FANON, 2008, p. 104).

Homens negros na cultura do patriarcado supremacista branco capitalista imperialista são temidos, não amados. Obviamente, parte da lavagem cerebral que ocorre em uma cultura de dominação é a confusão entre temor e amor. Ao prosperar nos laços sadomasoquistas, as culturas de dominação fazem com que o desejo por aquele que é desprezado assumam a aparência de cuidado, de amor. Se os homens negros fossem amados, poderiam esperar mais do que uma vida trancafiada, enjaulada, confinada; eles poderiam se imaginar além da repressão (hooks, 2022, p. 32).

Levando-se em consideração as dinâmicas de colonialidade de poder, de colonialidade de gênero e das masculinidades hegemônicas e subalternas, já tratadas neste trabalho, face ao exposto até o momento, percebemos o quão desafiador é ser um homem negro, no Brasil, ainda mais um homem negro, pobre e não binário (KIMMEL, 1998; WELZER-LANG, 2001; QUIJANO, 2005; LUGONES, 2008; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; ZANELLO, 2018). A falta de oportunidades e condições ofertadas em diversas instâncias - educação, moradia, trabalho, saúde, bem como as suas representações nas tecnologias de gênero - se somam e se sobrepõe, criando um cenário situacional desfavorável, dificultando inseri-los no aspecto mais básico dos Direitos Humanos, que é a dignidade da pessoa humana. As barreiras criadas são sustentadas, alimentadas, reforçadas e repetidas, exaustivamente, nas músicas, novelas, cinema, séries, charges, literatura, entre outras expressões culturais e artísticas.

Muitos garotos negros são bombardeados, desde cedo, com a mensagem de que habitam um universo todo-poderoso que não apenas não deseja que eles tenham sucesso, mas está disposto a garantir sua morte. Essas mensagens chegam a eles pela grande mídia. Mas, antes mesmo que a grande mídia estrangule a psique masculina negra, a maioria dos meninos negros é condicionada a ser vítima de abuso emocional, em casa e na escola. Muitas vezes, a socialização patriarcal segundo a qual os meninos não devem expressar emoções ou receber cuidado emocional é mais cruel e implícita na socialização da primeira infância de meninos negros. A imagem de homens negros emasculados e castrados está tão presente na imaginação cultural que muitos pais negros sentem que é crucial treinar os meninos para serem “durões” (hooks, 2022, 162).

São os homens negros os maiores autores e vítimas da violência urbana e são eles também os maiores autores de violência doméstica, sendo as mulheres negras as maiores vítimas, de acordo com pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). Foram 47.503 mortes violentas intencionais, em 2021, das quais 91,3% são do sexo masculino, 77,9% são negras e 50% delas são pessoas jovens entre 12 e 29 anos. Considerando os assassinatos ocorridos em 102 países pesquisados, o total de mortes é de 232.676, sendo que o Brasil concentra mais de 47,5 mil delas. Ou seja, o nosso país tem, apenas, 2,7% dos habitantes do planeta, mas concentra 20,4% dos homicídios, sendo a maior parte deles cometidos por homens. Uma outra leitura é que dentre 102 países pesquisados, concentramos mais de 1/5 das mortes. Em virtude do exposto, é extremamente necessário um trabalho educacional crítico e reflexivo direcionado aos HAV, mas também à construção das

masculinidades tão associadas a performances de violência e dominação, em que os homens negros são os mais afetados.

Culturas de dominação, como a dos Estados Unidos, são alicerçadas no princípio de que a violência é necessária para a manutenção do status quo. Orlando Patterson²⁴ enfatiza que, muito antes de qualquer jovem negro agir com violência, ele já nasceu em uma cultura que tolera a violência como um meio de controle social, que identifica a masculinidade patriarcal com a vontade de agir violentamente. Ser agressivo é a maneira mais simples de afirmar a masculinidade patriarcal. Homens de todas as classes sabem disso. Como consequência, todos os homens que vivem em uma cultura de violência devem demonstrar, em algum momento da vida, que são capazes de ser violentos (hooks, 2022, pp. 111-112).

Levando-se em consideração que um dos pilares principais de subjetivação do masculino é a virilidade laboral, associada sobretudo ao êxito financeiro, à ostentação de símbolos de riqueza como forma de validação intragênero masculina, muitos homens - sem acesso a estudos e alocados em subempregos - viram no esporte e na música, uma via de ascensão social, ao passo que outros se envolveram com o tráfico de drogas. “[...] o dinheiro é o principal marcador do sucesso individual, e não a forma como alguém adquire dinheiro” (hooks, 2022, p. 69). Muitos desses homens são instados a performar dentro de uma matriz patriarcal, sem desenvolver a consciência crítica de que comportamentos desta natureza perpetuam a segregação racial e favorecem o sistema vigente.

O convite para participar de um trabalho capitalista competitivo e lucrativo, quando feito pelo Estado patriarcal supremacista branco capitalista imperialista, seduziu massas de pessoas negras, afastando-as da luta de resistência pela libertação (hooks, 2022, p. 68).

[...] os homens negros cujo trabalho bruto havia ajudado a base do capitalismo avançado nesta sociedade, nunca tinha recebido um salário digno. O trabalho nunca foi para eles o terreno em que sua masculinidade patriarcal poderia ser firmada (hooks, 2022, pp. 70-71).

Porém, como a questão não é apenas financeira e, sim, simbólica, de supremacia, de dominação, de disputas e de subjugação com o intuito de estar sempre no topo, sempre acima e à frente dos outros, os homens quase nunca estão satisfeitos com as suas posições e buscam, com recorrência, uma forma de se destacar. Como bem coloca a pesquisadora Joyce Berth (*apud* RIBEIRO, 2019, p. 24), “Não me descobri negra, fui acusada de sê-la”. A cor está posta. Kimmel (1998,

²⁴ Sociólogo e escritor americano, nascido na Jamaica, conhecido por seus trabalhos que abordam as questões raciais, nos Estados Unidos. É citado algumas vezes na obra de hooks (2022).

p. 106) provoca “É um luxo que somente pessoas brancas em nossa sociedade não pensem sobre raça a cada minuto de suas vidas. É um luxo que somente homens em nossa sociedade façam de conta que o gênero não importa”. Não deveria haver tanta hipocrisia e silenciamentos, mas é o que acontece. Mesmo que tenham sucesso financeiro e sejam famosos, numa cultura supremacista racista branca, esses homens ainda serão vistos como negros.

[...] a maioria dos homens negros sofre psicologicamente, no mundo do trabalho, quer ganhe muito, quer ganhe pouco dinheiro, por causa do terrorismo psicológico aparente ou oculto de base racial. A integração não interveio nas estratégias de terrorismo psicológico que os brancos não esclarecidos adotam para manter seu domínio sobre os negros (hooks, 2022, p. 77).

A outra via de subjetivação masculina, que foi/é atribuída aos homens negros, e assumidas por eles, foi o de predadores sexuais, homens insaciáveis e com uma compulsão quase desenfreada. hooks (2022) chama a atenção para o Ocidente como promovedor de “uma cultura que erotizava a dominação e a subjugação” (2022, p. 140), que impôs essa visão ao povo negro, que tinha outra matriz. A mídia, as tecnologias de gênero – músicas, filmes, charges, mensagens dos grupos de WhatsApp – cobram uma virilidade sexual, como se não houvesse uma outra possibilidade de esse homem negro ser reconhecido como homem, pelos seus pares masculinos (ZANELLO, 2018, 2020).

Como pontua Zanello (2018, p. 200), “O reverso desse ideal (casal formado pelo homem branco com a mulher negra) foi a erotização do homem negro (suposição de que ele seria “mais sexual” do que um branco)”. A cultura dominante vai encontrando formas disfarçadas de manter-se no topo, em troca de benefícios, que faz com que os grupos sub-representados contribuam com a manutenção do sistema.

Apesar da contínua exploração e opressão racial, quando se tratava de performance sexual, os homens negros no mundo segregado da sexualidade negra podiam controlar tudo e ser a estrela do show. Nesse mundo, os homens negros de qualquer classe, sozinhos ou em grupo, poderiam encontrar uma afirmação de seu poder nas conquistas sexuais (hooks, 2022, p. 142).

Por fim, ao analisar as masculinidades hegemônicas e subalternas, percebemos que este é um modelo opressor para a maioria dos homens, sobretudo

os negros. Embora haja hierarquização, o modelo vigente busca formas de compensação, em troca de apoio, para perpetuar o *status* e o poder conquistados. Em situações de disputas que envolvem as categorias gênero e raça, os homens negros se posicionam ao lado dos homens brancos e contra as mulheres negras, como bem pontuou Lugones (2008).

Trabalhar em prol da equidade de gênero perpassa por redistribuição de poder. Para as mulheres e grupos sub-representados avançarem socialmente, é preciso que homens cedam parte dos privilégios que possuem. Qual/quais ganho(s) a população masculina fará jus ao renunciar parte das vantagens que possui? Um ponto a ser considerado é tentar vislumbrar o que falta aos homens, o que ainda não lhes é permitido, mas desejável. Para ter acesso a informações desta natureza, é necessário ouvi-los. O trabalho com os GHAV é uma possibilidade de escuta e aprendizado mútuo.

3.6 SOCIALIZAÇÃO MASCULINA

Como apontam os registros históricos, vimos, no início deste capítulo, que a família patriarcal está presente como dinâmica desde os anos 3.100 a.C., mais ou menos. Nesta época, os homens guerreavam com tribos vizinhas por mais poder, sendo as mulheres os primeiros escravos (mercadorias) da história (LERNER, 2019). Elas eram submetidas e subjugadas pelos homens que as capturavam. A escravidão de homens de outras tribos só ocorreu em momento posterior.

Foi exposto, também, que a colonização da América e da África pela Europa racializou a população global, criando diferenças e inferioridade em relação aos povos e etnias classificados como não brancos. Esse contexto resultou em desigualdades seculares que ainda perduram e povoam a subjetividade da população global, influenciando consideravelmente o âmbito das relações de gênero, inclusive no que concerne à socialização das populações, como apontam as estatísticas em relação à realidade de homens e mulheres, brancos e não brancos.

[...] as masculinidades são construídas simultaneamente em dois campos inter-relacionados de relações de poder – nas relações de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações dos homens com outros

homens (desigualdades baseadas em raça, etnicidade, sexualidade, idade, etc.). Assim, dois dos elementos constitutivos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia (KIMMEL, 1998, p. 105).

Tendo o Brasil ainda preservado parte da cultura sexista, patriarcal e machista herdada da configuração social dos colonizadores, ser considerado e validado como homem ainda está atrelado a performar comportamentos específicos, que foram traduzidos pela pesquisadora Valeska Zanello (2018) de uma forma interessante. A autora pontua que o tornar-se homem passa pelo “dispositivo da eficácia”, que se dá por duas instâncias, uma negativa e uma afirmativa. Desta forma, ser homem é não ser mulher e refutar tudo o que se refere ao universo feminino, como os sentimentos e emoções, por exemplo, concomitante a ser duplamente viril, do ponto de vista laboral e sexual. Ou seja, fazendo uma outra leitura da proposição da autora, ser homem está sustentado em três pilares.

O processo de subjetivação dos homens se dá pelo dispositivo da eficácia, marcado pela virilidade sexual e laborativa. [...] Como vimos, no fulcro desse processo de subjetivação, na masculinidade hegemônica, temos a misoginia, um horror às mulheres e a suas qualidades. Ser homem é não ser uma “mulherzinha”. Nesse sentido, os homens são interpelados a “se endurecerem”: na relação consigo mesmos (tanto em seus afetos como em seus corpos), na relação com as mulheres e na relação com outros homens. O status e o dinheiro (com seu poder de compra) coroam a esfera laborativa (ZANELLO, 2018, p. 270-271).

Possuir virilidade laborativa é premissa de masculinidade, sobretudo, para os homens brancos, heterossexuais e de condição social privilegiada, que ocupam os melhores espaços de poder econômico e político, como desdobramento da colonização, e que coloca as mulheres negras no extremo oposto, como bem pontua Sueli Carneiro (2003, p. 119), ao escrever “Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária”. No tópico anterior deste capítulo, vimos o abismo laboral entre homens brancos, pretos e pardos.

O trabalho é um pilar identitário da masculinidade para os homens e é interpelado de forma específica a eles. [...] Homens pobres, se não trabalham, são considerados vagabundos e sem honra (ZANELLO, 2018, p. 236).

No entanto, se o homem rico pode usufruir dos desdobramentos de seu trabalho, seja na multiplicação de capital (e o poder de compra e acesso a bens de consumo caros), seja na realização pessoal, pelo reconhecimento social e simbólico de outros homens, o mesmo nem sempre acontece com homens pobres, cuja masculinidade é subordinada (ZANELLO, 2018, p. 237).

Em se tratando de homens negros, a cobrança hegemônica se dá em relação a uma exaltada virilidade sexual, como condição de ocupação de um lugar social, aparentemente valorizado, mas que serve de reforço à estratégia de dominação vigente da masculinidade hegemônica, hierarquizada intragênero e intergênero, que tentar impor aos homens negros uma única via de realização do masculino. As masculinidades hegemônicas não levam em consideração as diversas masculinidades que podem perpassar a população de homens pretos e pardos.

Masculinidades subalternas, que não têm acesso à execução desses ideais hegemônicos, encontram outras vias de busca de reconhecimento legitimador identitário. Como vimos, quando não é possível sustentar um dos dois pilares, busca-se um hiperinvestimento no outro pilar (seja no laborativo, seja no sexual) – quando isso é possível. A violência virilista também se apresenta como uma busca dessa afirmação.

Pelo fato de haver um profundo gendramento e racialização nos processos de subjetivação, cria-se, em geral, vulnerabilidades identitárias diferenciadas para homens (brancos e negros) e mulheres (brancas e negras) em nossa cultura (ZANELLO, 2018, p. 271).

Apesar da cobrança exacerbada em torno da virilidade sexual das masculinidades negras, a elas também foi associada um certo descontrole, um temor de que esses homens ficassem fora de si e fossem mais violentos que os demais, como se estados desta natureza só ocorressem com homens negros. Vale lembrar da exploração sexual de mulheres negras e indígenas no período colonial, por homens brancos, por quase 400 anos. Vale pontuar também a brutalidade com que homens, crianças e mulheres negros e indígenas eram tratados. São 135 anos de abolição da escravatura, sem criar condições dignas para que essas populações reconstruíssem as vidas subjugadas, a partir de outros paradigmas, contra 388 anos de todo tipo de exploração, violências e submissão do colonizador aos colonizados. É um período de tempo quase três vezes maior. Outro lugar reservado aos homens negros foi o de homens menos capazes e, por isso, motivo de riso.

[...] foram difundidas e reificadas representações de homens negros relacionados à periculosidade e à criminalidade (em função da suposta degeneração inata da raça negra, propalada pelos eugenistas), bem como a representação do homem negro burro, ignorante, e que é, por isso, engraçado (faz rir os brancos). [...] Um exemplo que se tornou clássico no Brasil é o Mussum, personagem que era interpretado por Antônio Carlos Bernardes Gomes, em *Os Trapalhões*, a partir da década de 1970 (ZANELLO, 2018, p.210-211).

Apesar de a cobrança por um corpo atlético ter sido arrefecida por um direcionamento ao sucesso profissional e financeiro, ainda assim, considero a virilidade física como um quarto pilar da subjetivação masculina – juntamente à negação do feminino, à virilidade laboral e à virilidade sexual. Os homens ainda são instigados a usar a força física como afirmação e validação de masculinidade. Os homens ainda são estimulados e ensinados a resolver os seus conflitos com o uso da violência, independente do corpo físico que cada um possui.

Algumas frases muito ouvidas ainda são “Seja forte!”, “Mostre quem manda!” e “Mostre com quem está o poder”, para citar alguns exemplos. Não à toa, “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas”, dentre outras metas, está no escopo do ODS 5, a ser trabalhado pelos 193 estados-membro da ONU.

A conexão da violência e masculinidades tornou-se uma via de estudos importante, visto que ela – a violência – passa a ser entendida como uma categoria que dá inteligibilidade à expressão de masculinidade e identidade masculina em muitas sociedades. Em muitos contextos, a capacidade de ser violento e a disposição à violência (ainda que de forma abrandada ou latente) são vistas como características intrínsecas e naturalizadas das masculinidades.

A estreita relação entre estas categorias explica uma maior ocorrência de violências produzidas por corpos entendidos como masculinos. A violência é entendida nesse contexto como parte legitimada do masculino, de forma cristalizada e esperada (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 22-23).

Gostaria, entretanto de enfatizar algumas questões que me chamaram a atenção em relação aos ODS (ONU). Numa rápida análise, ao comparar quantas vezes foram citadas, no singular ou plural, as palavras “homem/homens”, “mulher/mulheres”, “menino/meninos” e “menina/meninas”, percebo uma discrepância. A palavra, no singular ou plural, “mulher/mulheres” foi citada dezenove vezes em contraposição a “homem/homens”, que foi citada, apenas quatro vezes. O substantivo “menina/meninas” foi mencionado sete vezes contra “menino/meninos” que teve, apenas, duas referências.

Já foi posto neste trabalho e na literatura feminista o abismo que separa os privilégios dados aos homens brancos heteropatriarcais e às populações sub-representadas. Entretanto, me chama a atenção, sobretudo o ODS 5, que se refere à Igualdade de Gênero e à necessidade de reparação das desigualdades históricas, sociais e culturais que, em nenhum momento implica os homens no processo, tampouco as opressões que eles praticam. Como dizem os estudos feministas, é

preciso trazer à tona determinados aspectos, uma vez que tudo o que não é nominado, é invisibilizado.

[...] a masculinidade como uma construção imersa em relações de poder é frequentemente algo invisível aos homens cuja ordem de gênero é mais privilegiada com relação àqueles que são menos privilegiados por ela e aos quais isto é mais visível (KIMMEL, 1998, p. 105).

Em todo o documento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, em nenhum momento específico, se fala sobre a necessidade de trabalhar com a socialização masculina, sobretudo os homens hegemônicos – e outros não hegemônicos que desfrutam de benefícios pelo apoio conferido aos que estão no poder –, e as violências que os mesmos perpetram contra as mulheres, contra crianças, contra LGBTQIAP+ e contra outros homens subalternizados. Os indivíduos assujeitados são nominados, mas os sujeitadores não. A que devemos tais evidências? À uma incapacidade dos homens – que são maioria dentre os chefes de Estado – de perceber tais questões? São estes aspectos para eles invisíveis ou houve/há uma intenção clara de invisibilizá-los? Será/seria um condicionamento cultural e histórico, que dificulta a percepção de homens hegemônicos de se colocarem dentro do cenário e, não, acima/além dos problemas e dos “outros”?

Voltando aquilo que nomeiei de quarto pilar de subjetivação do masculino – a virilidade física –, que se vale da violência como uma ferramenta de solução de conflitos e demonstração de poder, podemos ter uma compreensão parcial da complexidade deste problema a partir das relações de gênero e de todas as implicações e intersecções já listados anteriormente. A violência intragênero masculina é algo presente na vida dos homens, ao longo da sua história, seja nas brincadeiras infantis, nos desenhos, nas histórias contadas/ouvidas, filmes, charges, jogos eletrônicos, enfim, nos diversos produtos culturais que mostram, reforçam, reproduzem e validam um comportamento misógino, machista e violento, que Teresa de Lauretis (1994) denominou de Tecnologias de Gênero.

Os homens estão desproporcionalmente envolvidos em situações de violência parcialmente porque são preparados para isso. Mesmo que os padrões de criação das crianças variem entre culturas, o quadro encontrado na Austrália não é incomum. Os meninos australianos são estimulados – por seus pais, escolas e pelas mídias de massa – a praticar esportes competitivos, como futebol, em que a dominação física é celebrada desde a mais tenra idade. Meninos sofrem também pressão dos colegas para se mostrarem corajosos e implacáveis e temem ser taxados de “maricas” ou

poofers (um termo local usado no sentido de afeminado ou homossexual). Mostrar-se capaz de cometer atos violentos se torna, então, um recurso social. Meninos da classe trabalhadora que não têm acesso a outros recursos que os encaminhem a uma carreira, são massivamente recrutados para funções que operam com violência: polícia, Forças Armadas, segurança privada, crimes de colarinho azul e esportes profissionalizados (CONNELL; PEARSE, 2015, p.35-36).

Interrelacionando os quatro pilares de construção do masculino – negação do feminino, virilidade laboral, virilidade sexual e virilidade física – com as estatísticas presentes nos documentos oficiais, além de diversas pesquisas de mestrado, doutorado e artigos científicos, a reflexão que me ocorre é a de que o processo de socialização dos homens está sendo exitoso, uma vez que eles estão respondendo às performances de masculinidade hegemônica que lhes são postas e instadas. Mas o questionamento que me vem em seguida a esta constatação, é se este êxito está sendo bom para a sociedade. A resposta é um contundente NÃO, em caixa alta.

A negação do feminino pode ser demonstrada pelas desigualdades de gênero, representadas por algumas diferenças de direitos civis, uma vez que as mulheres demoraram mais tempo para poder ter acesso à educação básica (1827) e superior (1879), ao voto (1932), a abrir uma conta bancária/ dispor dos próprios bens e trabalhar fora de casa (1962)²⁵, neste último caso, válido apenas para as mulheres brancas de classe média e alta (pois as mulheres negras e pobres sempre trabalharam), dentre outros aspectos. A virilidade laboral pode ser exemplificada tanto pelo percentual de homens brancos como CEOs, como a representação destes em cargos políticos e áreas estratégicas, conforme quadro mais abaixo, de autoria própria.

Fiz um levantamento acerca de como estava a divisão de poder entre homens e mulheres: na política (cargos de senadores e deputados); na alta hierarquia das organizações (CEOs); fundadores/atuais CEOs dos grandes conglomerados de comunicação e entretenimento (nacionais e internacionais); dentre os autores das grandes editoras nacionais nos últimos anos, até o final do ano de 2022. A resposta, em termos percentuais, está exposta no quadro abaixo. Como bem pontua Gerda Lerner (2019, p. 84), “o domínio de metade da humanidade sobre a outra metade é qualitativamente diferente de qualquer outra forma de domínio, e nossa terminologia deve deixar isso claro”.

²⁵ <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/uniprf/2023/marco/os-marcos-historicos-no-ensino-e-na-vida-publica-da-mulher-no-brasil>

Quadro 2. Divisão do poder na sociedade brasileira. Ano 2022

INSTÂNCIA	CARGOS	PERCENTUAL MASCULINO
Política ²⁶	Parlamentares	90,1%
Econômica ²⁷	CEOs	96,5%
Conglomerados de Comunicação (nacionais) ²⁸	Fundadores e CEOs	100%
Conglomerados de Comunicação (internacionais) ²⁹	Fundadores e CEOs	100%
Mercado Editorial (1965 a 2014) ³⁰	Autores publicados por grandes editoras	+70%

Fonte: própria autoria

O pilar virilidade sexual, dissociada de afetividade e autorresponsabilização como desdobramentos deste comportamento (é muito importante ressaltar estes dois aspectos interrelacionados ao pilar virilidade sexual), pode ser evidenciada pelo número de crianças sem o nome do pai na certidão de nascimento, que atingiu, no ano de 2022, o recorde de quase 165 mil documentos registrados (ARPEN BRASIL, 2023). Já a virilidade física é a mais destacada dentre todas elas, frente à violência que acomete mulheres, crianças e homens todos os dias, colocando o Brasil entre os países mais violentos do mundo (FBSP, 2022).

²⁶ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/09/apenas-4-dos-candidatos-eleit-os-para-cargos-de-senador-e-deputado-estadual-e-federal-sao-pretos.ghtml>

²⁷ <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/apenas-3-5-das-grandes-empresas-tem-mulheres-como-ceo-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 02 de mai. 2023

²⁸ Redes: Globo (<https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/biografia/noticia/roberto-marinho-1904-2003.ghtml>; <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/biografia/filhos-e-netos/noticia/jose-roberto-marinho.ghtml>), Record (<https://www.estadao.com.br/emails/tv/record-65-anos-conheca-a-origem-e-a-historia-da-emissora-de-tv/>), Band (<https://www.band.uol.com.br/entretenimento/faustao-na-band/noticias/quem-foi-joao-jorge-saad-que-deu-nome-do-auditorio-do-faustao-na-band-16468144>; <https://www.suno.com.br/tudo-sobre/joao-carlos-saad/>) e SBT (<https://www.sbt.com.br/brasil/auditorio/programa-silvio-santos/fiquepordentro/248958-60-anos-de-programa-silvio-santos-conheca-a-historia-da-maior-atracao-brasileira>).

²⁹ Grupo Meta (<https://about.meta.com/br/media-gallery/executives/mark-zuckerberg/>), Grupo Alphabet (<https://abc.xyz/>), Netflix (https://about.netflix.com/pt_br), Amazon (<https://www.suno.com.br/tudo-sobre/jeff-bezos/>), Disney (https://pt.wikipedia.org/wiki/Walt_Disney).

³⁰ Pesquisa do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea, coletivo de pesquisadores vinculados à Universidade de Brasília (2017) ;

Diante de todo o exposto, percebemos que este é um contexto complexo, que se retroalimenta de diversas formas. A socialização masculina opera dentro de quatro pilares, seguindo uma lógica hegemônica heteropatriarcal colonizadora branca, que gere as principais instâncias de poder e atua para manter o *status* vigente, tentando invisibilizar diversos aspectos de gênero, inclusive a dominação masculina em todas as esferas sociais. Observando estes aspectos visibilizados e as respectivas violências sobrepostas, pergunto àquelas e àqueles que lerem este trabalho: a socialização e a violência masculinas são um problema, apenas, dos homens? O que podemos fazer para que os homens possam validar uns aos outros, sem que seja necessário agir com violência, misoginia e disputas de poder, envolvendo dominação e subjugação? Seja qual for a resposta, sabemos que mudança de padrão cultural de comportamento leva tempo e, necessariamente, envolve uma educação crítica, reflexiva e responsabilizante.

3.7 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

Ao analisar o contexto histórico das configurações das relações de gênero na conformação do patriarcado por cerca 2,6 mil anos; a segregação de gênero preexistente na Europa pré-colonial, com forte depreciação das mulheres; somá-lo ao processo de colonização brasileira, permeado de violências e brutalidades contra os povos qualificados como racializados; e associar essas dinâmicas ao “Sistema moderno/colonial de gênero”, bem como ao processo de socialização dos homens e à construção de suas masculinidades, fortemente reforçadas pelas Tecnologias de Gênero (1987) e apoiada pelas instituições sociais (BOURDIEU, 2020) para manter o *status* vigente, temos alguns parâmetros para compreender, parcialmente, o atual contexto que coloca o Brasil dentre os países com maior índice de feminicídio, violência sexual contra as mulheres, mortes de LGBTQ+ e de homicídios (KIMMEL, 1998; WELZER-LANG, 2001; QUIJANO, 2005; LUGONES, 2008; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; ZANELLO, 2018; LERNER, 2019; FBSP, 2022; hooks, 2022).

No Brasil, por exemplo, país fruto da violência colonizadora e da disciplinarização dos corpos, temos uma realidade que expressa o reforço das hierarquias produzidas em prol de um desenvolvimentismo capitalista predatório. Em 2016, segundo consta no relatório produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Ipea, **o Brasil alcançou a marca histórica de 65.517 homicídios**, segundo informações do Ministério da Saúde. **Esta taxa corresponde a trinta vezes a taxa da Europa**³¹ (GAMA, 2019, p. 277).

Como demonstra a história, a violência perpetrada por homens sempre esteve presente mediando as relações de gênero, que são também relações de poder, uma vez que quem submete e subjuga, se coloca num patamar de superioridade e coloca o(s) outro(s) em posição(ões) de subordinação e inferiorização. Uma série de recursos foi/é utilizada para a manutenção desses privilégios e o quadro de “Divisão do Poder na Sociedade Brasileira: Ano 2022” (Quadro 2) apresenta um breve resumo das consequências – para a vida das mulheres e das mulheres negras/não brancas – do que é (sobre)viver num mundo pensado, criado e gerido por homens heteropatriarcais.

[...] a violência de gênero constitui um fenômeno global que afeta mulheres de todas as classes sociais, levando os países, de forma geral, a implementar políticas com vista à sua erradicação. Devido aos custos que têm na saúde das vítimas, cada vez mais a violência é encarada como um problema de saúde pública, todavia, não se pode esquecer nunca que este fenômeno constitui uma das formas mais extremas e perversas de desigualdade de gênero (DIAS; CAVALCANTI, 2022, p.17).

O problema da violência contra as mulheres, que já era desafiador, se agravou ainda mais com o advento da pandemia pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), popularmente denominado de COVID-19, em função da imposição governamental de medidas restritivas de convivência social, levando ao confinamento doméstico e gerando situações de hiperconvivência, o que potencializou as tensões e conflitos já existentes nas relações familiares e de intimidade (informação verbal de CAVALCANTI, 2021)³² O resultado desse cenário foi um aumento de 22% dos feminicídios (FBSP, 2020), entre os meses de março e abril de 2020, em 12 estados brasileiros, concomitante à paralização e/ou redução drástica das ofertas de serviços públicos e de assistência social. Oito mulheres foram agredidas fisicamente por minuto na pandemia (DATAFOLHA, 2008; FBSP, 2021).

³¹ O destaque foi por deliberação pessoal minha, por considerar este dado relevante.

³² CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. *In*: NEDH: **Acesso à Justiça e aos Direitos Humanos em Tempos Pandêmicos**. meet.google.com/PUU-UHHD-XWW. Acesso em: 26 mar. 2021.

A violência exhibe variadas faces, matizes e gradações, não se mostrando homogênea e nem uniforme em suas práticas. No entanto, quando o recorte é de gênero e de gerações, elas se multiplicam e assumem as tipologias todas, assinalando ser um processo social, cultural e enraizado em práticas relacionais” (DIAS; CAVALCANTI, 2022, p.5).

Vale ressaltar que o ambiente doméstico e familiar é um espaço simbólico (BOURDIEU, 2020) de extrema importância na vida das pessoas e dos brasileiros, em especial, como demonstrou uma pesquisa do Datafolha (2008), que já tinha sido realizada nove anos antes. Este é um local privado, cujo senso comum entende como sendo um espaço seguro e de pleno desenvolvimento dos indivíduos, que teve, durante muito tempo, a figura do homem como chefe e pai de família, como a autoridade máxima e inquestionável, mesmo as mulheres ostentando o posto de “rainhas do lar” e sendo responsabilizadas pela manutenção do casamento e da união familiar, custe o que custasse. Esse constructo social mascarou e invisibilizou as opressões e misoginias, para mais uma vez, proteger os autores de violências, até que os organismos internacionais pressionassem por uma ação do Estado brasileiro, em virtude dos altos índices de crimes cometidos.

Em suma, são inegáveis os custos da violência doméstica nas vítimas ao nível da sua saúde física, psicológica e emocional, assim como no plano dos serviços de saúde, em geral. Também é inegável que a prevenção da violência de gênero e a intervenção precoce com as vítimas pode contribuir, simultaneamente, para a eliminação do fenômeno e para a redução dos custos sociais, econômicos e humanos a ele associados” (DIAS; CAVALCANTI, 2022, p. 14).

Sendo a família o primeiro seio social do indivíduo, este é o lugar, por excelência, de educação e aprendizagem dos primeiros códigos de relacionamento e de valores que vão moldar o futuro cidadão. O tipo de preparo que as crianças terão neste microcosmo fornecerá os subsídios iniciais para elas atuarem nos demais ambientes. A depender da qualidade das relações familiares e conjugais, as experiências iniciais podem ser de acolhimento, amor e respeito ou medo, violência e opressões.

O agrupamento familiar, primordial contato da pessoa humana com o mundo, constitui-se no primeiro espaço de socialização das relações e dentro dele se aprendem as rotinas e são construídos os significados/significantes culturais. [...] Além dos aspectos de sociabilidade e de afetividade, o plano familiar também pode constituir-se como palco de violências como as elencadas a seguir: simbólica, física, sexual, patrimonial, psicológica e moral que ocorrem

na privacidade do lar e sinalizam para a origem de todas as demais. (CAVALCANTI; GOMES, 2015, p. 313-314)

Ao fazermos a intersecção das categorias gênero, raça e classe, percebemos realidades díspares num país tão desigual como o Brasil que, estruturalmente, é racista, prejudicando a população negra em níveis desproporcionais. O maior percentual de violências, gravidez na adolescência, mulheres jovens e mães com dependência econômica dos pais das crianças é de mulheres pretas e pardas.

A segunda edição da pesquisa “Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências”, realizada pela instituição *Plan International Brasil* (2021), que trabalha desde 1997 para que crianças, adolescentes e comunidades tenham acesso pleno aos seus direitos, revela que 74,1% das jovens entrevistadas entre 14 e 19 anos, são mães e são negras, o que pode representar maior vulnerabilidade social. É também uma população com menos acesso à educação de qualidade, a serviços de saúde, à moradia digna e melhores postos de trabalho. Das mais de 50 mil mulheres assassinadas entre 2009 e 2019, 67% eram negras (FBSP, 2022).

Há nesses dados a constatação de um marcador de desigualdade racial, demonstrada pela concentração de homicídios na população negra. Em um período de uma década (entre 2006 e 2016), **a taxa de homicídios negros cresceu 23,1% e a taxa entre não negros reduziu 6,8%**. Outro destaque é para **a taxa de homicídio de mulheres negras que foi 71% superior à de mulheres não negras** (GAMA, 2019, p. 277).

Parafraseando Simone de Beauvoir, “nenhuma criança do sexo masculino nasce violenta, torna-se” (BEAUVOIR, 2016, p 11). Onde a sociedade está falhando? Observando os números do Atlas da Violência (IPEA, 2021), a cada feminicídio ocorrido, no Brasil, morrem onze homens. Por acaso, a vida de uma pessoa do sexo masculino tem menos valor do que a vida de uma pessoa do sexo feminino?

Daniel Welzer-Lang (2001) trouxe preciosas contribuições acerca dos abusos, cobranças e pressões que os meninos do sexo masculino sofrem de outros garotos mais velhos para ‘se tornar homem’, desocultando temas polêmicos e proibidos de serem revelados. É factível pensar nas possíveis repercussões dessa forma opressiva, disfarçada de cumplicidade silenciosa – ou seria mais adequado dizer silenciada? –, como uma imposição de pertencimento de gênero, de validação de hombridade e, também, como uma pedagogia relacional futura?

Aprender a estar com os homens, ou nas primeiras aprendizagens esportivas na entrada da casa-dos-homens, a estar com os postulantes a status de homem, obriga os meninos a aceitar a lei dos maiores, dos antigos: daqueles que lhe ensinam as regras e o *savoir-faire*, o saber ser homem (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

Quando cerca de metade da população é submetida a um processo de desenvolvimento opressor e violento e é essa parcela que gere a sociedade, outro questionamento que trago é se este é um problema, exclusivamente, dos homens. “O mimetismo dos homens é um mimetismo de violências” (WELZER-LANG, 2001, p. 463). Outra pontuação que urge ser feita é que os homens têm sido alijados do processo de atenção à prevenção das violências intragênero masculinas perpetradas e silenciadas.

Além do exposto acima, precisamos estar atentos a outras influências que perpassam a subjetivação masculina. A autora italiana Teresa de Lauretis (1994) traz uma grande contribuição aos estudos feministas de gênero, ao visibilizar uma das formas mais opressoras de manutenção desse sistema de signos, que ela denominou de “Tecnologias de Gênero”, termo cunhado em alusão aos diversos dispositivos culturais como reforçadores das ordens binárias de gênero, dos costumes patriarcais e do lugar de exclusão a que todos aqueles/as que se contrapunham à norma masculina estabelecida eram destinados a ocupar. Tudo feito de forma sutil e estratégica por aqueles que geriam e ainda gerem o controle dos meios de comunicação e dos mercados editorial e de entretenimento, de forma a parecer natural.

[...] desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana (LAURETIS, 1994, p. 208).

Quando levamos em consideração a socialização dos homens em quatro pilares – negação do feminino, virilidade laboral, virilidade sexual e virilidade física – e associamos essas dinâmicas relacionais ao controle das principais tecnologias de gênero, podemos compreender a tendenciosidade dos conteúdos criados e disseminados largamente no cinema, na televisão, no marketing, na literatura, no jornalismo, na discografia, nas artes plásticas, no esporte e em outros segmentos,

representando homens e mulheres, de diversas formas, quase sempre moldados em determinados padrões.

Em quase todos os anos, o programa de televisão mais assistido nos Estados Unidos é o *Super Bowl* que, como a cerimônia de entrega do Oscar, é um evento altamente generificado: homens enormes com armaduras se chocam uns aos outros, enquanto perseguem uma bola pontuda de couro, e mulheres magras, em saias curtas, dançam e sorriem durante os intervalos (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 37).

O cinema costuma representar a imagem dos homens como super-heróis, personagens fortes, musculosos, com poderes sobre-humanos, que resolvem os problemas com o uso da força física. Algumas vezes, não têm músculos, mas têm força física mesmo assim. Tanto que as bilheterias de cinema, na última década, foram dominadas pelas sequências da *Marvel Studios* e *DC Comics*, tendo Os Vingadores, Batman e Pantera Negra como algumas das maiores bilheterias (ZULIANI, 2023). Os jogos eletrônicos também são uma tecnologia de gênero muito utilizada, na atualidade, e a maioria das histórias gira em torno da violência, o que reproduz, repete e reforça o binômio quase indissociável de masculinidades e violência.

3.8 LEI MARIA DA PENHA

Como resposta à intervenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), frente à omissão do Brasil em relação às situações de violência doméstica – apesar da pressão dos movimentos sociais – no dia 07 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei n. 11.340/2006, chamada Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), um marco legal com o intuito de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, que também passou a ser uma das formas de violação dos Direitos Humanos,

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

Mesmo sendo um importante corpo de normas, representar diversos avanços para a responsabilização dos autores de violências, ser citada pela ONU (ONU News, 2011) como referência de marco regulatório e ser reconhecido pelo Banco Mundial (ONU News, 2016) como umas das três melhores legislações do mundo nesta temática, a Lei Maria da Penha não conseguiu conter nem reduzir, de maneira efetiva e satisfatória, os diversos tipos de violências que as mulheres brasileiras são vítimas.

No primeiro semestre de 2022, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio, média de 4 mulheres por dia. Este número é 3,2% mais elevado que o total de mortes registrado no primeiro semestre de 2021, quando 677 mulheres foram assassinadas. Os dados indicam um crescimento contínuo das mortes de mulheres em razão do gênero feminino desde 2019. Em relação ao primeiro semestre de 2019, o crescimento no mesmo período de 2022 foi de 10,8%, apontando para a necessária e urgente priorização de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero (FBPS, 2022, p.1).

Apesar de não reduzir os números de violências, a LMP trouxe o assunto à pauta diária de discussões, conscientizando a população dessa grave realidade, uma vez que a cada crime cometido contra as mulheres diariamente, no Brasil, os diversos movimentos sociais e a sociedade civil pressionam a mídia e as autoridades, através das redes sociais, cobrando por justiça, soluções e responsabilização. “Se a Lei Maria da Penha não tivesse sido implantada em 2006, calcula-se que a taxa de feminicídio no Brasil seria cerca de 10% à observada nos anos seguintes” (FBSP, 2022; IPEA, 2022).

As discussões sobre as violências vivenciadas também foram visibilizando aspectos não contemplados na lei, causando pressão social e resultando em diversas alterações (expostas no Capítulo II), como a obrigatoriedade da participação do autor de violência em grupos socioeducativos, agora também válida como medida protetiva de urgência (LEI 13.984/20). O objetivo é implicar o autor de violência no processo que ele desencadeou e levá-lo a refletir sobre a construção da sua masculinidade, o machismo, seus comportamentos, a violência cometida em respeito à dignidade da pessoa humana, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, para que o mesmo consiga alcançar e elaborar o significativo – proposto na metodologia de Grupos

Reflexivos para Homens Autores de Violência contra as Mulheres – autor, reflexão, autorresponsabilização (BEIRAS *et al.*, 2021).

Ao contemplar a criação de serviços de responsabilização do HAV, essa Lei incorporou a dimensão das masculinidades na equação da violência, o que já vinha sendo objeto de iniciativas de organizações da sociedade civil, entendendo ser necessária uma atuação institucional voltada para os homens, em prol das mulheres. Essa atuação deve contribuir para a solução de conflitos sem o uso da violência por parte do homem que, através dessas experiências de responsabilização, reconheceria a si mesmo como autor de violência e adquiriria habilidades para solucionar conflitos, despojando-se do papel de dominante, condição fundamental para a PAX (PITANGUY, 2017, p. 10).

Outro ponto importante na LMP foi elencar os tipos de violências, uma vez que, como veremos no próximo capítulo, o senso comum aos homens é qualificar a violência como física ou sexual, desqualificando as outras condutas como um comportamento corriqueiro, não uma violência. Desta forma, a Lei 13.772/2018 atualizou a Lei Maria da Penha, tipificando cinco violências (BRASIL, 2018), como posto no Capítulo II, Artigo 7, Incisos I, II, III, IV e V, a saber:

I) a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II) a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento; III) a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada... [...] que a induza a utilizar a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição; IV) a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e V) a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Os pontos aqui levantados serão contextualizados no tratamento da análise de dados no capítulo subsequente.

CAPÍTULO 4
(RE)PENSANDO E (RE)FAZENDO TRAJETÓRIAS DE VIDA:
OS HOMENS NOS GRUPOS REFLEXIVOS

4 (RE)PENSANDO E (RE)FAZENDO TRAJETÓRIAS DE VIDA: OS HOMENS NOS GRUPOS REFLEXIVOS

Com o objetivo de analisar os impactos da educação crítica, reflexiva e responsabilizante, numa perspectiva de gênero, nos participantes de um Grupo de Homens Autores de Violência, bem como identificar as principais mudanças de paradigma, comportamentos e impactos percebidos pelos mesmos em relação às ressignificações de suas masculinidades e dos seus relacionamentos familiares e de afeto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez homens, cujas narrativas foram analisadas numa perspectiva dos estudos feministas de gênero e dos estudos de masculinidades, com epistemes feministas

Neste capítulo, serão apresentados os dez casos destes homens que participaram e/ou participam do Programa “E agora, José?”. Apesar de serem dois grupos de homens qualitativamente diferentes, resolvi juntá-los nos itens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 que abordam, respectivamente, sobre a apresentação dos “Casos”, “Dinâmicas Familiares”, “Socialização masculina: o que é ensinado/cobrado dos homens” e “Performances masculinas: experiências individuais”.

Esta junção se deu, sobretudo, em função de dois aspectos: a) ao processo de socialização destes homens ser similar, independente de serem HAV ou não e b) todos os dez homens terem vivenciado, em grupos diferentes, a mesma experiência de grupos reflexivos, terem participado dos mesmos seminários temáticos e tido a oportunidade crítica e reflexiva de repensar e/ou rever alguns aspectos relacionados às próprias masculinidades, a exemplo de tomar ciência do próprio machismo, conforme narrativa da maioria dos entrevistados de ambos os grupos, como veremos neste capítulo. O grupo reflexivo se mostrou como um lugar potente para refletir, repensar e tornar conscientes muitos comportamentos, que emergem das narrativas dos homens quando eles revisitam a experiência grupal vivenciada.

Cinco destes homens foram autores de violência contra a mulher, encaminhados pelo Anexo da Vara de Família de Santo André, município do Estado de São Paulo, por terem sido denunciados por suas companheiras ou ex-companheiras, na condição de namoradas, esposas ou mães de filhos/as incomuns, todos eles enquadrados na Lei Maria da Penha, que preconiza como obrigatório o

“comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação”, a partir de uma das atualizações que sofreu (LEI 13.984/2020).

Os outros cinco entrevistados são Facilitadores do Programa “E agora, José?”, que fizeram a formação em Gênero e Masculinidades no ano de 2015 e vivenciaram o mesmo processo de grupos reflexivos e temáticas aplicadas aos cinco HAV. Como todos eles atuam como Facilitadores-participantes de GHAV, estão a rever e repensar, semanalmente, sobre a sua condição de homens, numa sociedade patriarcal opressora e machista, com altos índices de violência contra as mulheres

Os dados sociodemográficos dos participantes serão apresentados no Quadro 3, com as seguintes informações: nome fictício, a fim de preservar a identidade do participante; idade, cor, atividade laboral, renda mensal, estado civil e filhos.

A descrição dos casos será apresentada, na sequência, com uma estrutura de dados específicos para cada grupo. Para os HAV, são abordados: a) identificação (nome fictício); b) motivo do encaminhamento para a LMP; c) a chegada ao programa; d) as ressignificações de masculinidades.

Em relação aos Facilitadores, estão contempladas as seguintes informações: a) identificação; b) quando começou a trabalhar com esta temática; c) as ressignificações de masculinidades; d) qual o sentimento de desenvolver um trabalho neste Programa.

As entrevistas englobaram uma complexidade maior do que a estrutura acima apresentada. Entretanto, por uma questão de organização e síntese, optei por apresentar nestes quatro itens.

Vale ressaltar que, embora a minha proposta analítica tenha se apoiado nos estudos feministas e suas interseccionalidades – gênero, etnia/raça/cor e classe socioeconômica – e de ter solicitado aos coordenadores do Programa “E agora, José?” para consultar HAV e Facilitadores que representassem essa variedade, vale ressaltar que a realidade que encontrei no campo foi, em sua maioria, de homens brancos, conforme exposto no quadro acima. Não foram entrevistados homens pretos, apenas pardos. Essa conformação se deveu a dois fatores: a) ao fato de a população da cidade de Santo André (SP) ser, majoritariamente, branca (IBGE, 2010) e b) ao fato de não ter podido escolher quem seria entrevistado. Vários homens foram consultados e, apenas alguns, concordaram em participar da entrevista.

Quadro 3. Variáveis sociodemográficas dos participantes do estudo

	NOME	IDADE	COR	ATIVIDADE LABORAL	RENDA MENSAL (R\$)	ESTADO CIVIL	FILHOS
H A V	Alan	26	pardo	Empilhador	1,7-1,8 mil	Solteiro	1
	Bernardo	42	branco	Psicólogo clínico	9 mil	Casado	2
	Cesar	42	pardo	Personal Trainer	4-6 mil	Solteiro	2
	Daniel	48	pardo	Empresário	8 mil	Casado	5 ³³
	Ernesto	55	branco	Marketing Político	+6 mil	Solteiro	-
F A C I L I T A D O R	André	45	branco	Funcionário Público	5 mil	Casado	2
	Bruno	60	branco	Psicólogo clínico	5 mil	Casado	2
	Cristóvão	63	branco	Músico	5 mil	Casado	2
	Divaldo	64	pardo	Professor aposentado	2,3 mil	Solteiro	-
	Oswaldo	65	branco	Funcionário Público	12 mil	Casado	2

Fonte: dados da pesquisa

4.1 CASOS

Os casos estão expostos em ordem alfabética. Primeiramente, foram apresentados os cinco HAV e, em seguida, os cinco Facilitadores. Todos os nomes citados nos casos são fictícios, inclusive os nomes das pessoas que constam nos relatos dos entrevistados. Vale ressaltar que toda a análise foi feita sobre as narrativas dos homens entrevistados. Desta forma, não há garantias de que os seus discursos versaram sobre a verdade. Como foram entrevistados, apenas, dez homens, os resultados não podem ser generalizados, tanto em virtude do reduzido número de entrevistados quanto em relação ao quesito desejabilidade social, em que os participantes podem ter dito algo que eles supuseram que eu desejasse ouvir, uma vez que eu estava realizando um trabalho de pesquisa num grupo, em que parte deles foi encaminhado como autor de violência contra a mulher.

³³ Daniel tem três filhos e dois enteados da atual relação.

CASO ALAN (EGRESSO)

Alan é um homem pardo de 26 anos, que nasceu na Paraíba e mora em Santo André (SP). Concluiu o ensino médio, é empilhador de supermercado e tem renda mensal em torno de um salário mínimo e meio (entre R\$ 1,7 e 1,8 mil). É solteiro, mas está em um relacionamento sério com a mãe da filha, há um ano e sete meses. A bebê tem seis meses. Mora com a mãe, o pai (padrasto) e a meia irmã, desde um ano de idade. Não conheceu o pai biológico e não tem religião.

Ele foi encaminhado para o Programa “E agora, José?” após ter mexido no celular da namorada, ter lido mensagens dela flertando com outro homem, via *WhatsApp*, e agredi-la. Alan jogou o celular na namorada, além de bater nela com o aparelho telefônico. Essa situação – pegar mensagens dela flertando e agredi-la – se repetiu algumas vezes. Ele tinha entre 22 e 23 anos, na época, e ela 36. Ela foi à delegacia, logo no início dos episódios de agressão, e fez um Boletim de Ocorrência, mas ia na casa dele, recorrentemente, e também ligava pedindo para ele ir vê-la. Depois de uma das agressões, pelo mesmo motivo, ela o denunciou e disse à delegada que, além de ele ter batido nela, ele a havia estuprado. Ele foi preso por seis meses, julgado e inocentado, pois a ex-namorada se negou a fazer os exames de corpo de delito, além de ter contado diferentes versões do estupro, dizendo não se lembrar direito o que havia ocorrido.

Alan não gostava do Programa “E agora, José?” no início. Achava chato, não queria estar ali, dizia que poderia estar fazendo qualquer outra coisa naquelas duas horas de encontro semanal e não aceitava aquela situação. Depois de um tempo, ao ouvir as narrativas de outros homens e conhecer as histórias de cada um, começou a interagir e gostar. Percebeu que aquele era um espaço fechado só para homens, onde ele(s) podia(m) expressar as suas opiniões e falar sobre o que pensava(m), sem ser julgado(s).

Ele considera que passar pelo Programa “E agora, José?” foi uma renovação e o fez pensar melhor sobre as próprias atitudes. As principais ressignificações de masculinidade foram não ser tão ciumento, possessivo, agressivo e nunca mais levantar a mão para uma mulher, independente do motivo. Ele é pai de uma garotinha e pretende ensinar a ela o que aprendeu.

CASO BERNARDO (EGRESSO)

Bernardo é um homem branco de 42 anos, que nasceu em São Paulo (SP) e mora em Santo André (SP). É formado em Psicologia, atua como psicólogo clínico e tem renda mensal em torno de sete salários mínimos (R\$ 9 mil). É casado, mora com a esposa e a filha menor, de sete anos. Tem uma filha de 12 anos, fruto do casamento anterior. Ele é ateu.

Bernardo e a atual esposa tiveram um desentendimento. Durante a briga, ela o agrediu. Ele revidou a agressão e ela o denunciou. Bernardo ficou extremamente chateado de apenas ele ser encaminhado para um programa como o “E agora, José?”. Sinalizou que quem revida não deveria ser penalizado ou não deveria ser o único responsabilizado por uma agressão mútua, que não começou com ele.

Relatou que no início do Programa “E agora, José?” estava bem consciente de tudo, mas teve um fator legal que o tirou do sério. Ele enfrentou muita dificuldade para renovar a licença de psicólogo e poder atuar profissionalmente, uma vez que estava à disposição da justiça, participando do Programa, o que provocou muito estresse.

Achou o Programa muito bom. Sinalizou que gostava de ver todos os homens falando, interagindo e se colocando. Disse que os encontros eram um lugar tranquilo para pensar e estar, que era um espaço que gerava tranquilidade. Disse que chegou a ter vontade de levantar e abraçar um colega, ao ouvir o seu relato e o desafio que ele estava enfrentando, mas não o fez, pois poderia parecer estranho para os demais. Pontuou que as temáticas trazem uma repetição das reflexões, o que foi importante em vários aspectos.

Como ressignificações de masculinidade, Bernardo se percebe mais esclarecido e, sobretudo, aprendeu a não retribuir agressões. Ele considera que todos os homens deveriam passar por uma experiência como essa, de preferência num momento mais jovem, da adolescência. Considerou o Programa “E agora, José?” vital e necessário.

CASO CESAR (EGRESSO)

Cesar é um homem pardo de 42 anos, que nasceu na Paraíba e mora em Santo André (SP), desde os oito anos de idade. É graduado em Educação Física e está cursando Nutrição. Tem pós-graduação em Medicina Chinesa e Fitoterapia. Trabalha como *Personal Trainer* e como professor de pilates. Tem renda mensal entre três e meio e cinco salários mínimos (R\$ 4 e 6 mil). É solteiro, mas já foi casado. Tem duas filhas de relacionamentos anteriores (15 e seis anos), que moram com as mães. Ele não tem religião.

Houve uma briga entre ele e a mãe da filha menor. Eles moram numa comunidade. Ele foi pegar a filha para ficar com ele e a mãe da menina não queria dar permissão. Houve um desentendimento e a mulher quebrou algum objeto na moto dele, começou a gritar, tentou dar um soco nele, que segurou a mão dela e a mordeu. Ela o denunciou.

Quando Cesar começou o Programa, disse que a sensação foi de caça às bruxas. À medida que o tempo foi passando, ele gostou dos bate-papos, que o ajudaram a entender o ambiente social em que foi criado e as cobranças feitas aos homens. Considera que a maior ressignificação de masculinidade foi se conhecer melhor e ter repertório para não reproduzir comportamentos machistas, sem perder de vista o seu lado masculino. Sinalizou que se, nos relacionamentos atuais, houver alguma situação de conflito que chegue no limite do que ele estabeleceu, ela vira as costas e vai embora.

Assinalou que um programa dessa natureza deveria ser ofertado aos homens a partir dos 12 anos de idade, e se estender até os 18, sem esquecer de continuar atendendo os homens mais velhos.

CASO DANIEL (EGRESSO)

Daniel é um homem pardo de 48 anos, natural de Indianópolis (PR), que mora em Santo André (SP). Tem ensino médio e é técnico em eletrônica. É empresário e dono de um negócio que presta assistência técnica. Possui renda mensal em torno de seis salários mínimos e meio (R\$ 8 mil), está no segundo casamento e tem três filhos biológicos e dois enteados, que considera como filhos. É espírita Kardecista.

Daniel teve um caso com uma mulher, que inventou que estava grávida dele. Ele combinou de morar com ela, durante a gravidez, para que ela não aparecesse grávida e solteira para a família, com a condição de que, se não desse certo, eles se separariam. Cerca de três meses depois foi que ela engravidou, de fato. Como ela era muito ciumenta e briguenta, ele decidiu se separar, mas ela nunca aceitou. Então, ela começou a criar dificuldades para ele ver e estar com o filho, colocando como condição ela estar junto. Eles discutiram, houve agressão verbal mútua e ela o denunciou.

No início do Programa “E agora, José?”, ele achou a comunicação e a postura dos Facilitadores muito agressiva. Fez uma reclamação e percebeu uma rápida mudança. Disse ter encontrado um lugar onde os homens podiam conversar e falar, sem ser criticados e, também, ser ouvidos por outros homens. Ter esse espaço foi tão impactante, que ele considerou a possibilidade de fazer a formação em Gênero e Masculinidades, para realizar um trabalho dessa natureza.

Considera que a principal ressignificação de masculinidade foi a melhora na comunicação. Ele costumava se comunicar de forma seca e num tom de voz alto, o que levava as pessoas a acharem que ele estava brigando. Hoje mede as palavras, fala num tom de voz mais baixo, é mais calmo no trânsito e têm atuado no trabalho e nas relações de amizade chamando a atenção das pessoas para a forma violenta e/ou desrespeitosa com que estão falando com os demais.

Falou sobre a importância de um programa dessa natureza ser ofertado a outros homens, principalmente, na escola. Ele considera não só importante, como necessário, para a conscientização dos homens.

CASO ERNESTO (EGRESSO)

Ernesto é um homem branco de 55 anos, é paulista e mora em Santo André (SP). Ele é formado em Economia, trabalha com marketing político e tem renda mensal acima de cinco salários mínimos (R\$ 6 mil). É solteiro, mas está em um relacionamento sério. Foi casado por cerca de 23-24 anos, não tem filhos e mora sozinho. Ele crê em Deus e não desacredita do diabo.

Durante a pandemia, Ernesto conheceu uma mulher casada na internet, e esta mulher enviou mensagens para ele, via *WhatsApp*, enquanto ele dormia na casa da namorada. Ao ver a insistência e a quantidade de mensagens tarde da noite, a namorada, que tinha a senha do celular, acessou o aparelho, viu tudo e não disse nada a ele. Pesquisou quem era a amante na internet, se ela era casada e se tinha filhos. Criou um perfil falso no *Facebook* e enviou as fotos para o marido e o enteado dela, que é um professor famoso na cidade. A informação chegou à amante, que o denunciou. Ernesto continua com a mesma namorada. Disse que não seria burro de deixa-la, pois ele escolheu como companheira uma mulher inteligente.

No início do Programa “E agora, José?”, Ernesto só pensava no tempo que ele ia perder, que ia ser uma atividade chata e o quanto essa participação ia ser custosa financeiramente, uma vez que atrapalharia uma outra atividade profissional que ele desenvolve, no mesmo dia e horário do curso, mas não houve outra alternativa. Decidiu aproveitar o curso e interagir, já que era obrigado a participar. Sinalizou que estava muito estressado, cheio de problemas no trabalho, que não conseguia resolver e que entrou com uma cabeça e saiu com outra. Literalmente, declarou que “foi a pior cagada que virou o melhor conserto da minha cabeça”.

Sinalizou que as principais ressignificações de masculinidade se referiram a ser mais paciente com as pessoas, ter conhecimento e repertório para não transgredir em algumas coisas que ele ainda transgredia. Além disso, nas trocas com um dos Facilitadores, ele indicou que Ernesto aprendesse a respirar. O mesmo começou a fazer Yoga e disse isso tem mudado a vida dele.

Disse que um programa como o “E agora, José?” não pode ficar só para eles, pois é muito rico!

CASO ANDRÉ (FACILITADOR)

André é um homem branco de 45 anos, é paulista e mora em Santos (SP). Tem ensino superior completo (Letras), é funcionário público, ativista político e social, além de Facilitador de GHAV. Tem renda mensal em torno de quatro salários mínimos (R\$ 5 mil), é divorciado do primeiro casamento e vive em união estável. Tem dois filhos, sendo uma menina da primeira união e um menino da segunda união. André não tem religião.

Os primeiros contatos com a temática de gênero datam dos anos de 1990, quando algumas amigas montaram um coletivo feminista e ele começou a ter desconfortos, ao ser apontado como machista. Começou a atuar com a temática, profissionalmente, nos anos 2000 e entre 2005-2006, iniciou um trabalho de gênero e masculinidades, na prefeitura de Diadema, interior de SP. Em 2010, se juntou à *Campanha do Laço Branco – Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

André participou da primeira turma do curso de formação em Gênero e Masculinidades, no ano de 2015, organizado e promovido pelo Programa “E agora, José?”. Neste mesmo ano, começou a atuar como Facilitador. Atualmente é, também, um dos professores do curso de formação, além de trabalhar em outros programas.

Ele se sente grato por realizar este trabalho e diz que o maior ganho é dele. As suas maiores ressignificações de masculinidade foram em relação à infidelidade, paternagem e conscientização de que o cuidado da casa também é um espaço masculino. Relatou que interagir nos grupos e fazer trocas com outros homens, o levou a refletir, fazer autoavaliações e autocríticas constantes. Ao passar por esse processo, recorrentemente, se deu conta de que sofreu e praticou inúmeras violências, ao longo da vida. Ele se vê um homem em construção e percebe os privilégios que têm como homem branco cis heteronormativo.

André considera que o Programa “E agora, José?” é uma oportunidade para os homens ampliarem o seu repertório e uma possibilidade de transformação das famílias e suas dinâmicas relacionais.

CASO BRUNO (FACILITADOR)

Bruno é um homem branco de 60 anos, que nasceu em Poços de Caldas/Minas Gerais (MG), e mora em Santo André (SP). É formado em Psicologia e Sociologia. Tem mestrado. Atua como psicólogo clínico, além de ser um dos Facilitadores do Programa “E agora, José?” e um dos gestores da ONG Entre Nós. Tem renda mensal em torno de quatro salários mínimos (R\$ 5 mil), está no segundo casamento e tem dois filhos (30 e quatro anos), um de cada união. Não tem religião.

Em 1999, quando concluiu Psicologia, montou uma cooperativa de psicólogos. Em 2001, uma colega o convidou para fazer parte da equipe de um projeto, na Prefeitura de Santo André, que se chamava Programa Gênero e Cidadania. Neste mesmo ano, fez parte do grupo de profissionais e instituições que trouxe para o Brasil a Campanha do Laço Branco. Em 2002, junto a outros profissionais, foi criado o primeiro Grupo de Homens do Estado de SP, na Prefeitura de Santo André, que se chamava Projeto Basta! Seguiu trabalhando com a temática, em diversos órgãos e prefeituras.

Em 2014, foi um dos fundadores do Programa “E agora, José?” e, em 2015, foi um dos responsáveis por criar e gerir o curso de formação Gênero e Masculinidades, que é ministrado anualmente, e é condição para preparar os profissionais que desejam atuar com Facilitadores junto a eles.

As ressignificações de masculinidades de Bruno foram diversas. Ele considera que fez uma mudança radical no estilo de vida. Enquanto o primeiro casamento foi tradicional, onde ele provinha e a ex-mulher era a única responsável pelos afazeres domésticos; no atual casamento, como o trabalho dele é mais flexível, ele é o responsável por todas as atividades domésticas e por cuidar do filho pequeno, na maior parte do tempo, enquanto a companheira trabalha numa organização pública.

Bruno se sente agradecido por poder fazer parte desse trabalho e percebe que o Programa “E agora, José?” possibilita que os homens tenham um espaço que não tiveram em outras fases de suas vidas, onde podem falar e ouvir outros homens, cujo foco não é o comportamento machista.

CASO CRISTÓVÃO (FACILITADOR)

Cristóvão é um homem branco de 63 anos, que nasceu em São Paulo e mora em Santo André (SP). É formado em Economia, trabalhou por 22 anos numa multinacional, em seguida na Prefeitura de Santo André e, atualmente, é músico. Trabalha em residenciais para pessoas idosas, além de ser Facilitador do Programa “E agora, José?”. Tem renda mensal em torno de quatro salários mínimos (5 mil), está no segundo casamento e tem dois filhos da primeira união. É espírita.

Cristóvão trabalhou na Prefeitura de Santo André e foi aluno do primeiro curso de formação em Gênero e Masculinidades, no ano de 2015. Colaborou com a ONG Entre Nós na tentativa de conseguir espaço físico para as reuniões com os HAV, se aproximando da equipe que compunha a instituição.

Pouco tempo após a formação, Cristóvão começou a trabalhar como Facilitador, além de ser o responsável pela recepção/cadastro dos homens autores de violências ao programa, pelo controle das presenças e pela interação com a Central de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), incluindo a devolutiva, ao final do tempo de cada HAV encaminhado.

As ressignificações de masculinidade de Cristóvão começaram em 2015, quando fez o curso de formação em Gênero e Masculinidades. Ele declarou ter percebido, naquela época, que ainda mantinha comportamentos machistas. Sinalizou que, apesar de fazer a feira semanal da casa (incluindo a higienização e acondicionamento das compras) e dividir o cuidado dos filhos com a ex-companheira - dar banho, ir ao médico e ter lazer semanal - ele disse nunca ter se preocupado com os cuidados da casa, além de refletir e perceber que, de vez em quando, paquerava de longe algumas mulheres. Disse ter se tornado mais compreensivo, reflexivo, dócil e menos amargo.

Se considera um aprendiz e sente satisfação em realizar este trabalho, que contribui para a melhoria da sociedade, mas espera que, um dia, a sociedade não precise mais de um trabalho desta natureza.

CASO DIVALDO (FACILITADOR)

Divaldo é um homem pardo de 64 anos, que nasceu em Santo André (SP) e mora em Santo André. É formado em Ciências Sociais, História e Pedagogia. É professor aposentado, além de ser Facilitador do Programa “E agora, José?”. Tem renda mensal em torno de dois salários mínimos (R\$ 2,3 mil), é solteiro, não tem filhos e é católico.

Divaldo trabalha com a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres, desde 2001, quando começou a Campanha do Laço Branco, no Brasil. Ele é um dos pioneiros dessa iniciativa no ABC, a convite de um amigo que, inclusive, é um dos fundadores do Programa “E agora, José?”.

Como Facilitador do Programa “E agora, José?”, Divaldo atua desde o início, em 2014. Em 2015, participou da primeira turma do curso de formação em Gênero e Masculinidades. Além de Facilitador, atende algumas demandas presenciais do Programa, como ministrar palestras, bate-papos e afins em universidades e/ou programas sociais, sob demanda.

O Programa “E agora, José?” trouxe à Divaldo muito aprendizado acerca do comportamento masculino em sociedade e em relação a si próprio. Ele considera que as maiores ressignificações de masculinidades estão relacionadas a ser mais atencioso em relação ao respeito às mulheres, vigiar mais a própria fala, ter uma postura mais equilibrada, afetiva e cuidadora, inclusive consigo. Além disso, esse trabalho serviu como um importante apoio terapêutico para ele, quando sofreu uma grave depressão, que o afastou de suas atividades laborais.

Ele se sente muito realizado em atuar no Programa “E agora, José?” e contribuir com uma sementinha para promoção da equidade, não só de gênero, mas todo tipo de equidade, que envolva as pessoas pretas e os povos originários, as pessoas pobres e os LGBTQIAP+.

CASO OSVALDO (FACILITADOR)

Oswaldo é um homem branco de 65 anos, que nasceu em Santo André (SP) e mora em Santo André. É bacharel em Matemática e possui especializações em Ciências da Informação, em Educação Popular em Saúde Pública e em Design & Sustentabilidade. É concursado em uma prefeitura municipal de SP e trabalha também em uma secretaria do Governo do Estado de SP. É Facilitador do Programa “E agora, José?” e de mais outros dois programas para homens, tendo sido coordenador de um deles, entre 2018 e 2021. Tem renda mensal em torno de dez salários mínimos (R\$ 12 mil), é casado, tem dois filhos e é católico apostólico romano.

Oswaldo trabalha com o tema do enfrentamento à violência há cerca de 13 (treze) anos, quando passou em um concurso de uma prefeitura do interior de SP. Ele desejava atuar com a temática da Cultura de Paz e uma colega o convidou para compor a equipe de um projeto de prevenção à violência contra as mulheres. Foram realizadas dez oficinas, para um público, majoritariamente feminino, em torno de 400 pessoas.

Ele também participou da primeira turma do curso de formação em Gênero e Masculinidades, realizada em 2015. Em 2016, foi convidado a participar como Facilitador e, desde 2018, é também professor em uma das oficinas do curso Gênero e Masculinidades.

Em relação às ressignificações de masculinidades, Oswaldo sinalizou que quanto mais o tempo passa, mais ele se identifica com os homens encaminhados ao programa. Relatou que o que mais impacta nele são as desigualdades econômicas e sociais, implicadas nas questões de gênero, raça e sexo. Sinalizou que ter trabalhado com mulheres em situação de vulnerabilidade social o fez rever a infância dele e disse que, apesar de elas não saberem, é por elas que ele faz esse trabalho.

Sente satisfação e prazer com o trabalho que realiza e o considera necessário antes, durante ou depois de uma agressão.

4.2 DINÂMICAS FAMILIARES

Considerando a família o primeiro ambiente social a receber os indivíduos, logo em seguida ao seu nascimento, iniciamos a análise dos dados desta pesquisa pela constituição das famílias de origem, visto ser este um *lócus* privilegiado de convivência das primeiras aprendizagens sobre identidade de gênero, bem como das dinâmicas relacionais e conjugais (DONATI, 2008; PETRINI, 2008; MOREIRA; PETRINI, 2020; DO CARMO *et al.*, 2021).

A socialização de gênero começa com o nascimento, visto que as crianças assimilam, desde o momento em que nascem, as normas, atitudes e expectativas de gênero estereotipadas da sua comunidade e sociedade pelo contato com as pessoas que as cuidam, por aquelas que as educam e também por outras pessoas adultas influentes [...]. O gênero é uma das primeiras categorias sociais que as crianças reconhecem: por volta dos três anos, a maioria já formou uma identidade de gênero. (DO CARMO *et al.*, 2021, p. 46)

Quando falamos em famílias, jamais podemos considerar esta categoria no singular, devido à multiplicidade de conformações existentes. As narrativas dos dez entrevistados nos deram uma pequena amostra dessa variedade de formações familiares, bem como de parte das suas dinâmicas de funcionamento, relacionamentos e afetos.

Um grupo de pessoas é reconhecido como família quando se configura como uma relação de plena reciprocidade entre os sexos e entre gerações. Formas de cooperação entre os cônjuges e destes com eventuais filhos e com pais idosos podem ser encontradas em todos os modelos de família, ao longo da história e nas diferentes culturas. (MOREIRA; PETRINI, 2020, p. 32)

O mesmo princípio utilizado nesta dissertação para analisar *Gênero* como uma categoria relacional é aplicado à categoria *Famílias*, uma vez que ela engloba uma complexidade de características, que vai muito além dos aspectos funcionais (DONATI, 2008; PETRINI, 2008). Ela é supra-funcional, como bem Pierpaolo Donati (2008).

A teoria relacional propõe um modo de observar a família, de avaliar a situação e de intervir segundo o método relacional. A observação, o diagnóstico e a intervenção devem ser relacionais. Nesse sentido, a observação deve focalizar as relações, pois **os problemas da família nascem nas relações, não nos indivíduos**³⁴. Os problemas implicam comportamentos e reações individuais, mas se situam no espaço das relações. Quando se tomam os indivíduos como ponto de partida, não se chega às relações. Pelo contrário, partindo das relações, encontram-se os indivíduos (PETRINI, 2008, p. 31).

Abordamos, também, sobre a divisão das responsabilidades de provimento, tarefas domésticas e cuidados dos filhos, passando pela resolução de conflitos e percepção das trocas afetivas. Em seguida, apresentamos os pilares que estruturam a socialização masculina e as respostas/performances destes homens, através de suas escolhas de vida às cobranças sociais.

A abordagem relacional não somente favorece a pesquisa científica, mas é importante também para os operadores sociais, chamados a intervir nas famílias em situação de risco. A intervenção **deve ser sobre as relações e, a partir das relações, modificar a situação de sofrimento ou de risco dos indivíduos**³⁵. Por exemplo, no caso de uma mulher sobrecarregada de trabalho, deve-se observar a sua relação com o homem, a relação entre o interior e o exterior da família, pois a sobrecarga não depende de problemas individuais e sim de conflitos nas relações (PETRINI, 2008, p. 31).

Encerramos com dois subcapítulos. O quarto é exclusivo para os homens autores de violência (HAV) egressos do Programa “E agora, José?” e discorre sobre as ressignificações das masculinidades e mudanças comportamentais dos mesmos, percebidas ao final do Programa.

O quinto subcapítulo é voltado, unicamente, aos Facilitadores. Analisamos desde o motivo que os levou a desenvolver um trabalho desta natureza, bem como o que os estimula a continuar – uma vez que este é um trabalho voluntário para todos eles –, passando pelos casos que marcaram cada um e finalizando com as repercussões de vivenciar constantes processos reflexivos, uma vez que são Facilitadores-participantes, em diversos grupos, ao longo de anos de atuação.

³⁴ Destaque desta autora.

³⁵ Destaque desta autora.

4.2.1 Constituição da família de origem e nuclear

Na constituição da família de origem de cada entrevistado, nove deles conheceram e conviveram com a mãe e o pai biológicos em parte da infância e/ou adolescência ou até saírem da casa dos pais. Apenas Alan (26 anos) não conheceu o seu progenitor. Desde um ano de idade, ele mora com a mãe e o padrasto, que ele considera como pai. Após alguns anos, ganhou uma irmã mais nova.

Desde pequeno, tipo, desde criança, mora eu, minha mãe, minha irmã e meu pai. Meu padrasto, no caso, que eu tenho como um pai. Ele me criou, desde pequeno. Me criou, me deu as coisas, cuidou da minha mãe também, sabe! Então, pra mim, eu penso desse jeito. Pai, pra fazer filho hoje em dia, é muito fácil. Agora, pai mesmo, que tá ali presente, que cuida, não tem outra palavra. Contato com o meu pai biológico, mesmo, eu não tenho. Eu nunca cheguei a conhecer ele. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Metade das famílias era constituída por pai, mãe e filhos. O número de pessoas dentro de uma mesma residência variava de quatro a dez pessoas, enquanto o número de filhos oscilava entre dois e oito, sendo: a) três famílias com dois filhos; b) duas famílias com três filhos; c) três famílias com quatro filhos; d) uma família com cinco filhos e e) uma família com oito filhos. Além dos genitores e da prole, em duas famílias havia avós (uma materna e uma paterna) e em duas outras haviam tia(s) e/ou primos.

Morávamos meu pai, minha mãe, eu e mais quatro irmãos. Ao todo, cinco homens. Muitos filhos gera aquela coisa, gera a família. Hoje, não. Hoje, é cada num canto. Um num site, outro em outro site. Uma palavra que está extinguindo, a palavra família tá se extinguindo, família, infelizmente. (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)

Em cinco das dez famílias, houve separação dos genitores, sendo que Osvaldo quase não conviveu com o pai e a mãe juntos, ao passo que os genitores de Cristóvão se separaram quando ele e os irmãos já eram adultos. Osvaldo relatou que, pouco tempo após o nascimento dele, os pais se separaram, mas moravam próximos um do outro, e o trânsito dos filhos era livre entre as casas, com todos se revezando, ora na casa da mãe, ora na casa do pai.

A diferença de idade entre eu e meu pai era de 45 anos. Logo depois que eu nasci, eles se separaram. [...] Não se conversavam, mas também não havia atritos nem controvérsias. Éramos oito filhos, sendo cinco mulheres e três homens. Eu era o penúltimo dos filhos em idade. Logo, cresci em meio a irmãos mais velhos. Com 13 anos, uma irmã de minha mãe, que era solteira, passou a morar conosco, pois a sua mãe e minha avó materna, com quem ela convivia, faleceu. (Osvaldo, 65 anos, ensino superior completo/especialização, funcionário público e Facilitador)

Enquanto Cesar conviveu com os genitores na mesma casa, durante a primeira infância, Bernardo e Daniel moraram com pai e mãe até a adolescência e início da vida adulta, respectivamente, enquanto o pai de Bruno faleceu quando ele tinha dezessete anos. Entre os entrevistados, cujos pais se separaram, na maioria dos casos, morava e/ou veio a morar, pelo menos, um parente, todos eles mulheres.

Na realidade, eu vim pra São Paulo muito cedo, né, aos oito anos. Na época, minha mãe e meu pai ainda estavam juntos. Aí ele veio para cá, depois de um tempo ela nos trouxe, só que aí, depois, ele se separou da minha mãe. Desde então, desde os meus oito anos, é só eu, meus irmãos, a minha mãe e minhas tias que, no caso, me criaram. [...] E a partir daí, a gente foi tentando evoluir. (Cesar, 42 anos, ensino superior completo/especialização, professor de pilates e personal trainer)

Quando o assunto é família, tomando esta como uma categoria de análise, não se pode pensá-la no singular, pois cada uma tem um arranjo, um funcionamento, uma dinâmica (CAVALCANTI; GOMES, 2015). Na família de Daniel, como ele bem pontua, “era um aglutinado de pessoas”. Em quatro das famílias dos entrevistados, sendo Daniel um deles, moraram familiares, como tias, primos e avós.

Na infância, eu morei no Paraná até os 9 anos. Dentro da minha casa, moravam meus pais, pai e mãe, meus três irmãos – somos 2 homens e 2 mulheres –, 2 primos e uma avó. Era um aglomerado, um aglutinado de pessoas. Morava primo, tio, avó, era um negócio maluco. Era a grande família. As casas uma do lado da outra, era tudo muito próximo. Depois, eu vim pra São Paulo, para a capital. No início era um aglomerado, duas casas com o mesmo quintal. Era como se fosse uma coisa só, um entrava na casa do outro.

Na primeira casa, morávamos eu, minha avó, dois primos, depois apareceu mais um outro primo. Na casa da frente, morava gente pra caramba. Com o passar do tempo, os meus primos foram indo embora, tendo a sua vida. Com 19 anos, a parentada já tinha ido embora e ficado eu, minha mãe, meus irmãos e minha avó. Meus pais

se separaram, então eu tive um rompimento com o meu pai, nessa época que eles se separaram. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário)

Atualmente, dentre os egressos, Alan continua morando com os pais e a irmã. Ele tem uma namorada, há um ano e sete meses, e uma filhinha de seis meses, fruto desse relacionamento. A namorada e filha moram com a mãe dela. Bernardo é casado pela segunda vez, tem duas filhas e mora com a esposa e a filha menor. Cesar já foi casado e voltou a morar com a mãe. Daniel tem três filhos biológicos e dois enteados, que considera como filhos, e mora com a terceira esposa e os enteados. Ernesto já foi casado, mas não teve filhos, mora sozinho e tem um relacionamento com uma pessoa, a namorada que pegou as mensagens da amante no celular dele.

Meu pai veio tentar a vida no ABC, naquela época das montadoras, quando abriu, ele veio pra cá. Eu, na época, tinha cinco anos de idade. E Santo André, quando a gente foi morar na rua, era um bairro que, na época, não tinha nem asfalto, não tinha luz elétrica, não tinha esgoto. Eu lembro disso. Eu lembro deles colocando poste, eu lembro deles colocando esgoto, asfaltando. [...] Em Santo André, as coisas ficaram mais difíceis, pois eles ficaram sem rede de apoio. (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador “E agora, José?”).

Dentre os Facilitadores, André mora com a esposa e o filho menor, assim como Bruno, ambos no segundo casamento. Cristóvão mora com a segunda esposa. Divaldo ficou solteiro, não teve filhos, e morou com os pais, até eles faleceram em 2014 (pai) e 2021 (mãe). Ele tem se sentido sozinho, pois relatou que a mãe “tinha 90 anos, era muito alegre, muito pra cima, era a minha parceiraça, sempre! Ia comigo em todos os lugares. Até hoje, todo mundo comenta. No “E agora, José?” todo mundo conhecia ela”. Ernesto é casado, tem dois filhos adultos, e para ele e a esposa, o fato de os filhos terem nascido e crescido juntos aos avós, foi motivo de alegria. Os sogros moravam com eles.

4.2.2 Provimento, tarefas domésticas e cuidado dos filhos

O objetivo deste subcapítulo é compreender a dinâmica da família de origem de cada entrevistado em relação ao provimento da casa, divisão de tarefas domésticas e do cuidados dos filhos. Em seguida, o intuito é avaliar se houve ou não uma tendência a reproduzir o modelo parental, em que há prevalência da divisão sexual do trabalho remunerado para os homens, bem como dos afazeres domésticos e das atividades de atenção e cuidado à prole para as mulheres. Além disso, observar os impactos dos modelos parentais nas famílias nucleares formadas, se houve reprodução ou se se configuraram novas formações, que evidenciem maior ou menor grau de desigualdade de gênero.

Nas dinâmicas familiares de oito dos dez homens entrevistados, pai e mãe exerceram atividade remunerada em ambiente laboral externo, sendo que, em dois casos, as mães pararam de trabalhar, temporariamente ou definitivamente, após o nascimento de um segundo filho.

Meu pai e minha mãe trabalhavam fora de casa. A minha mãe trabalhou até ela engravidar da minha irmã. Ela trabalhava quando casou com o meu pai. Trabalhou numa indústria. Meu pai também trabalhava. A minha mãe continuou trabalhando. Ela teve o primeiro bebê dela, que sou eu, e continuou trabalhando. Aí, depois, ela engravidou da minha irmã, conversou com o meu pai, foi uma decisão acordada, e ela preferiu ficar em casa, porque aí, já havia o segundo filho. Eu era pequeno ainda. Eu tinha uns quatro, cinco anos. (Divaldo, 64 anos, ensino superior completo, professor aposentado e Facilitador)

Levando-se em consideração os dados acima, mesmo realizando atividade laboral externa remunerada e contribuindo financeiramente para o orçamento familiar, ainda assim, as mães foram as responsáveis pela quase totalidade dos afazeres domésticos e dos cuidados com a prole, sendo que houve dois não respondentes para esta questão. Em um dos casos, o pai ajuda, eventualmente, aos finais de semana. Em outros dois contextos, os progenitores executavam serviços domésticos de consertos gerais nas residências, a exemplo de troca de chuveiro, de lâmpadas e até serviços de obra.

O cuidado da casa, eu via como algo feminino. E, mesmo minha mãe trabalhando fora de casa, a minha mãe assumiu profissões associadas ao cuidado, empregada doméstica, auxiliar de limpeza, merendeira e cozinheira. Ela também chegou a ser cozinheira. Já o meu pai, ele ficava com a parte dos consertos, trocar luz, pintar casa, arrumar móveis, coisas pesadas, construção, reformas, então, a parte dele era essa. Então, era essa a divisão que eu fui observando. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)

Vale ressaltar que, mesmo havendo participação masculina nas tarefas do lar em 20% das residências, ainda assim, há assimetria das responsabilidades parentais, visto que a frequência de atividades de conserto é algo esporádico, enquanto as demandas de tarefas como cozinhar, arrumar, lavar e passar roupa, dar banho nos filhos, ajudar nas tarefas escolares, dentre outras questões, são necessidades diárias. Esse dado coaduna com narrativas encontradas por Beiras (2012, p. 132), que relata “o homem não deve fazer trabalhos domésticos, indicando a sua educação como menino, de acordo com a manutenção da ordem social de gênero e diferenciação sexual”. Um dado relevante a se observar, é que a composição das famílias varia de duas a oito crianças, como vimos no tópico anterior. No caso de Cesar, por exemplo, são quatro filhos em casa e, apenas, as mulheres fazendo os serviços do lar.

Lá no Nordeste, tinha essas funções, tinham essas questões como eu falei. O homem que provia, de repente, algumas questões de dinheiro, de algumas coisas que necessitavam à casa, né, ainda fazia aquelas tarefas domésticas de consertar uma pia, consertar um chuveiro, trocar uma lâmpada, e a mulher, pelo carinho, pelo cuidado, pela qualidade de ter um pouco mais de inteligência emocional pra lidar com determinadas questões, um pouco mais nessa questão do cuidar, do direcionar o que é certo e o que é errado. (Cesar, 42 anos, ensino superior completo e pós-graduação, professor de pilates e *personal trainer*)

Das dez famílias de origem, em nove delas havia filhos do sexo masculino e feminino. Em metade destes núcleos, os filhos homens tinham responsabilidades em relação aos afazeres domésticos, contrariamente a apenas um em que as filhas mulheres não tinham obrigações, sendo que oito delas recorrentes e uma delas com a realização de tarefas esporádicas. Esses dados coadunam com a reprodução do modelo social que destina e reforça que o trabalho não remunerado – os serviços domésticos acrescidos do cuidado dos filhos –, é tarefa feminina, mesmo que as mães exerçam atividade laboral externa remunerada, como é o caso da família de Cristóvão.

Tarefas domésticas? Acho que só minha irmã mesmo participava. Como nós tínhamos uma avó que morava junto, e eu lembro que na adolescência, minha avó já tinha falecido ou ela tinha mudado, tinha uma pessoa que ajudava a minha mãe. **Quem fazia isso era a minha avó ou essa pessoa e, aos finais de semana, minha mãe.** (Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)

Contar com rede de apoio às famílias é uma das alternativas para conseguir dar conta da multiplicidade de tarefas, afazeres e responsabilidades. Em três das famílias de origem, os irmãos mais velhos eram responsáveis por cuidar dos mais novos e até de organizar a divisão de tarefas do lar. Essa mesma estatística se repete para as famílias que tinham tias ou avó, que contribuía com esse apoio, sendo que um dos entrevistados, cuja avó paterna continuou morando com a família materna após a separação dos pais, não informou se ela participava dos cuidados e tarefas.

Aprendi a cozinhar pão, aprendi a estar na cozinha com a minha mãe, porque eu tive a sorte de não ter um pai, talvez. Um pai presente e autoritário, que ia me impedir de fazer isso, que tava replicando conceitos machistas, que ele também teve quando criança. Talvez, por ter essa criação, ela teve essa brecha, esse espaço. [...] Inclusive, cuidei da minha irmã mais nova, dando o suporte necessário, enquanto minha mãe tinha que se ausentar para o trabalho. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Nos atuais contextos de famílias nucleares, houve mudanças em relação à parte das conformações, que apresenta novas configurações, inclusive em relação ao provimento e à divisão das tarefas domésticas e cuidados dos filhos. Dos oito entrevistados respondentes, em sete das famílias atuais, eles e as esposas trabalham e contribuem com o orçamento doméstico. Um não se casou e dois não falaram a respeito desse assunto.

No antigo casamento de Daniel, a esposa ganhava mais do que ele, o que o incomodava. Já Ernesto, relatou que tanto a ex-mulher quanto a atual namorada têm provimentos superiores e ele acha ótimo, pois assim todos têm autonomia, independência e podem dividir as contas.

*Os homens, antigamente, ele teria que ganhar o dinheiro que sustentasse o lar. Hoje não precisa ser dessa forma, pode ser a mulher que ganha, pode ser o homem. A porcentagem ali, junta uma soma, cada um entra com a sua porcentagem. **Para os homens é muito difícil a mulher ganhar mais do que o homem ainda. Minha***

segunda esposa ganhava bem mais do que eu, e era um negócio que eu... no começo eu ficava meio... tinha época que eu ficava meio incomodado com isso. E aí depois, eu fui relaxando com isso, e a gente tinha uma relação tipo assim, quem tem põe, quem não tem, tira.

Porque era engraçado que, nos meses de inverno, pra minha profissão, diminui a entrada de dinheiro e, pra ela, aumenta, porque ela é psicóloga. No inverno, a depressão aumenta. Então, todo mundo procura psicólogo. No verão, queima muito aparelho, então entra pra mim mais dinheiro. No verão, ninguém quer ir para o psicólogo. O pessoal quer ir pra praia, vai para o bar beber, vou me divertir. Então, nas épocas de quente, eu entrava com a parte maior, na época fria, ela entrava com a parte maior. Era um negócio até engraçado. A gente ria de tudo. Ficou uma coisa leve depois, mas nos primeiros meses, ficou um negócio meio estranho assim. Ficamos juntos 5 anos. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário)

Todos os dez entrevistados participam da divisão de tarefas domésticas e cuidados dos filhos, em maior ou menor grau, ressaltando os dois que não tiveram descendentes. Eles moram sozinhos e fazem todo o serviço doméstico, sem contratação de ajudantes remunerados. Dos oito que têm filhos, sete participam e/ou participaram da divisão das tarefas domésticas e atenção aos filhos.

Final de semana, quem fazia a feira era eu. Chegava em casa, limpava tudo, todas as coisas. Era uma época que nós tínhamos freezer em casa, era uma coisa mais chique, você tinha freezer, geladeira. Então, você conseguia abastecer o freezer. E aí, eu limpava, colocava em saquinhos, colocava no freezer, e o que era da geladeira ia pra geladeira. Nem tinha tempo para ir para o fogão. Eu trabalhava em dois locais diferentes e eu não tinha tempo. Mas, final de semana, eu fazia a feira. A feira e o Sacolão, os dois. Então, eu sempre tive muito cuidado e muita dedicação com os filhos. Eu sempre brinquei muito com eles, passeava muito com eles, sem conhecer o que era essa história do gênero, masculinidade, um novo homem, você agir de forma diferente. (Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)

André, Bernardo, Bruno e Cristóvão são os principais responsáveis pelas atividades domésticas. Além disso, na casa de Bruno, é ele quem dispense maior tempo de cuidado com o filho pequeno e quem, prioritariamente, assume qualquer incumbência fora da rotina. Alan ainda mora com os pais e, atualmente, participa das atividades domésticas, bem como partilha com a namorada o cuidado com a filhinha, que mora com ela. Cesar voltou a morar com mãe e tem as suas obrigações na organização da casa. Em relação às duas filhas, de uniões diferentes, ele vê a caçula

quase todos os dias. Na união anterior de Daniel, as tarefas eram partilhadas, mas ele relatou que a atual esposa é machista e cria dificuldades para ele cozinhar, atividade que lhe dá prazer.

*Agora eu estou mais preocupado com essas coisas internas mesmo, coisas da família, coisas de ficar bem. **Tarefas domésticas, no meu primeiro casamento, ela fazia tudo. Eu não fazia nada.** Eu não sabia, né... Eu lembro que fazia umas coisinhas, assim, pra mim, eu lembro de passar roupa, de lavar louça, mas coisas pontuais. Foi só **depois que eu me separei dela, que eu fui morar sozinho e, morando sozinho, que eu fui aprender a cozinhar, a lavar.** E, hoje, **nesse casamento atual que eu tenho, eu faço todas as tarefas. A gente tem uma divisão assim, eu faço todas as tarefas. Eu cozinho, lavo, faço tudo e ela fica mais para fazer o trabalho dela. Ela é assistente social num órgão público, então ela vai trabalhar e eu faço as coisas da casa.** (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador).*

Em relação a receber o apoio de parentes e familiares na atenção e cuidado com os filhos, Osvaldo sinalizou que ele e a esposa quase sempre fizeram as atividades e cuidados juntos, sem estipular divisão de tarefas, havendo colaboração mútua o tempo todo, entre ambos. Relatou, também, que a companheira “sempre se aplicou mais aos cuidados das crianças, ao passo que eu cumpria o papel de assistente dela. Sempre fui muito presente, mas tive a sorte de ter meu sogro e minha sogra sempre junto da gente”. Além de Osvaldo, apenas André conta com o apoio dos pais da companheira.

4.2.3 Resolução de conflitos conjugais e familiares

O intuito deste subcapítulo é, sobretudo, trazer à tona as dinâmicas de resolução de conflitos conjugais e familiares, mas também dos relacionamentos afetivos entre os entrevistados e suas companheiras e/ou ex-companheiras. As estatísticas e estudos apontam o alto índice de incidência de violência doméstica e intrafamiliar no Brasil, perpetrada pelos homens, ranqueando o país como um dos mais violentos do mundo (FBSP, 2022). As violências são resultado de desigualdades históricas e de poder que mantêm a subordinação, seja por meio do uso de força

física, de abuso sexual, psicológico, emocional, verbal, econômico, mas também de intimidação e de isolamento social (DIAS; CAVALCANTI, 2022, p. 195).

Madalena Oliveira, Ana Sani e Teresa Magalhães (2012) pontuam, em relação ao uso da violência como ferramenta de resolução de conflitos, que “Na raiz deste problema pode estar a transmissão intergeracional desta violência, designadamente a partir da família, a qual se pode começar a revelar desde as relações de namoro na adolescência”. As narrativas dos entrevistados nos informaram se o estudo realizado pelas autoras supracitadas coaduna com algumas das experiências vividas por estes homens.

Quatro entre os dez entrevistados narram haver presenciado “brigas”³⁶ entre os seus genitores, que eram, em sua maior proporção, discussões, mais ou menos intensas, com o componente da ingestão alcoólica em alguns casos, por parte do progenitor. No caso de Bruno, ele relata haver presenciado brigas recorrentes entre os irmãos mais velhos e o pai, que enfrentou problemas de saúde, em função da ingestão excessiva de bebida alcoólica, passando por algumas internações e vindo a falecer quando ele tinha dezessete anos.

Cachaça no meio, então, aquele ambiente confuso. Mas nunca vi nada voltado à pancadaria, aquele negócio exagerado, não. Tinha xingamento, isso daí era normal. Não chegava a ser aquele ambiente de os dois saírem na pancada, mas tinha a ação de querer, de certa forma, se agredir. Tinha um pouquinho disso, mas é que eu não lembro, já faz bastante tempo. Tinha um pouquinho essa questão de querer falar, de tentar mesmo um, de repente, tentar me segurar e o outro não deixar, então aquela confusãozinha de proteção, mas a ponto de sair na pancada, de ter uma agressão mútua, num ambiente pesado, não, isso nunca vi. (Cesar, 42 anos, ensino superior completo e pós-graduação, professor de pilates e personal trainer)

Dentre os casos acima citados, Bernardo presenciou discussões recorrentes entre os seus genitores, na faixa etária dos oito aos 14 anos, quando os pais se separaram, definitivamente, após haver ocorrido muitos terminos e retornos. O pai de Cristóvão tinha outra família e se ausentava, por alguns dias, recorrentemente, o que gerava discussões e reivindicações por parte da mãe, que nunca se concretizaram. Já André, era envolvido por ambos os genitores como mediador das discussões, o

³⁶ Apesar se o tópico ser sobre conflitos familiares e conjugais, todos os egressos entrevistados utilizaram, em suas narrativas, o termo “brigas”.

que lhe causava desconforto. Hoje, uma das atividades que ele exerce em sua profissão, é mediar conflitos entre casais, no município onde trabalha, o que continua a lhe trazer sofrimento, ao presenciar dinâmicas desrespeitosas e conflituosas, segundo o mesmo pontua.

Gritando um com o outro. Geralmente, essa era a dinâmica. Às vezes, eles ficavam sem se falar. Tem uma situação que eu até uso quando eu vou dar alguma palestra sobre conflito, sobre mediação de conflitos que, às vezes, eles me usavam como canal de comunicação, porque eles estavam desconectados e queriam conversar entre si. E aí, ficava, "Fale para o seu pai que não sei o quê lá, não sei o quê lá, não sei o quê lá". E o meu pai nem esperava eu falar, "Fale para a sua mãe que não sei o quê lá, não sei o quê lá, não sei o quê lá". E aí eu ficava assim, "Meu, vocês são doidos, né, porque vocês pedem para eu falar, mas não deixam eu falar!". Então, tinha um pouco essa expressão, mas eu percebo que essa é uma expressão da dinâmica muito influenciada pelas dinâmicas dos papéis de gênero e até da economia de mercado capitalista, bem como dessa dinâmica do patriarcado. É uma dinâmica competitiva, adversarial. É muito forte! Acho que é muito forte e que a gente precisa rever isso. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)

Dentre os seis entrevistados que declararam não haver presenciado brigas entre os pais, um terço deles afirma que ocorriam discussões que qualificaram como “normais”, a exemplo de Alan e Ernesto, “Como casal, casal exemplar, que se casou e, nunca se separaram, sempre estiveram juntos. [...] Brigas entre os dois, não via. Via discussões, discussões entre homem e mulher, discussões normais, e é isso”.

Daniel contava com 18 anos, quando presenciou a única briga que se recorda que os pais tiveram, resultante de sua genitora ter flagrado o esposo traindo-a, o que resultou em separação.

Que eu me lembre, na minha infância, o relacionamento deles sempre foi tranquilo, sabe! Tipo, eu nunca presenciei briga, apesar de todo relacionamento que a gente sabe, hoje em dia, tem as dificuldades, tem os problemas, como todo casal tem, mas que eu me recorde, assim, não teve muitas brigas, sabe. De uns tempos pra cá, teve alguns problemas entre eles. Entre a minha mãe e meu pai. E até pensei que eles iriam até separar, por causa dos motivos que foram, que aconteceram. Mas, eles acabaram se resolvendo. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Em relação ao tratamento dado aos filhos, quando estes desobedeciam, dos sete respondentes, todos recebiam algum tipo de punição ou castigo, sendo seis com palmadas e, apenas, um narrou não haver o uso de violência física parental. Dois deles relatam que os episódios foram muito raros, variando de uma a três incidências, ao longo da infância e início da adolescência. Três relatam que apanhavam da mãe, um do pai, enquanto os demais não fizeram distinção.

A forma de punição dos filhos sempre foi a mãe que fez. Minha mãe batia muito na gente. Ela punia batendo e batia muito. Meu pai bateu uma vez em cada uma das minhas irmãs. Uma vez, a minha irmã pôs fogo num negócio lá, na toalha da mesa, um negócio assim. Mas não foi aquele bater de espancar, foi aquele bater, como se fosse um corretivo da época. E ele bateu na minha outra irmã, a mais nova, porque ele queria que ela usasse uma roupa de balé para ir para rua e ela não queria, porque ela tinha vergonha. Aí, ele bateu nela, mas ela também não tinha outra roupa para por. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário)

Castigo, não. O pau cantava, o pau comia! O pau cantava, era tipo umas, três ou quatro chineladas, mas era uma vez só, né. Era uma vez só. No meu caso, foi uma vez só. Foram três varadas de marmelo na perna. Aprendi e nunca mais... Claro que eu cometi meus erros, mas eu sabia cometer os erros. Mas, na época, era na base... você deve saber, a gente apanhava, apanhava e apanhava mesmo! (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)

As narrativas evidenciam a presença de algum dos tipos de violência como uma dinâmica presente e, muitas vezes, recorrente, nas relações familiares dos entrevistados, seja entre os progenitores ou destes em relação aos seus filhos, como consequência do que consideraram desobediência filial. Como evidenciado na literatura, o fato de ter sido exposto à violência intrafamiliar não é fator preditivo de reprodução comportamental, porém constata-se uma certa influência nessa transmissão intergeracional da agressividade, a partir dos contextos familiares (SANI, 2012).

Estas cenas de violência passam a ser banalizadas e naturalizadas no "mundo dos homens", principalmente, mas também em nossa sociedade ocidental, de maneira que deixam de ser vistas como "chocantes", como afirma outro integrante do grupo (BEIRAS, 2012, p. 165).

Uma pesquisa realizada pelo Ministério Público de São Paulo (2017), com os participantes do Projeto Tempo de Despertar, voltado para homens autores de

violência na capital paulista, constatou que 67% dos HAV que frequentaram os encontros dos grupos reflexivos, haviam experienciado violência doméstica e/ou intrafamiliar em suas famílias de origem.

4.2.4 Famílias e afetividade

O objetivo deste subcapítulo é evidenciar as dinâmicas de vínculos e trocas afetivas entre os casais e sua prole, nas famílias de origem, uma vez que essas relações que criamos no seio familiar parental, tendem a influenciar os padrões comportamentais e moldar os valores, as crenças, os pensamentos e as atitudes, em relação às futuras parcerias românticas e conformações familiares.

Muitas vezes, somos incapazes de admitir que a grande maioria de nós, homens e mulheres negros, vem de famílias disfuncionais e que esses laços íntimos iniciais podem nos impedir de alcançar maturidade emocional e bem-estar. [...] Quase todas as famílias de qualquer raça são disfuncionais em nossa sociedade (hooks, 2022, p. 205).

Partindo da explanação de hooks (2022) e do exposto no capítulo III sobre a socialização masculina que estimula o distanciamento afetivo nas relações de gênero, analisaremos o que evidenciam as narrativas dos entrevistados desta pesquisa, acerca das experiências que vivenciaram em suas famílias parentais e nos contextos sociais, e as escolhas afetivas atuais com as suas parceiras, filhos e genitores.

Dos dez entrevistados, apenas um, Alan, relata ter vivenciado e ainda experienciar trocas afetivas que incluem beijos, abraços, expressões como “eu te amo”, exclusivamente da parte da mãe. Em relação ao pai, ele afirma, que a postura é oposta, apesar de trazer a narrativa de que o seu genitor é uma pessoa brincalhona, mas bruta.

A minha mãe sempre fala, ela manda mensagem, fala que me ama, tal. Quando ela tá precisando de alguma coisa, eu sempre tento ajudar ela, sabe. Até esses dias, eu tava deitado, tava dormindo, aí ela saiu pra trabalhar. Aí, ela veio, me deu um beijo, aí falou: "Te amo, tá?". Aí, eu acordei nessa hora e falei: "Eu também te amo, mãe. Bom trabalho!". Sabe, é uma coisa que ela faz frequentemente.

Desde pequeno, assim, que eu me recordo, meu pai é uma pessoa fechada, sabe. Ele é uma pessoa bem fechada. Então, isso eu já tenho para mim, desde pequeno. Ele não é de falar "te amo", ele não é de falar "tô com saudade", sabe, chorar muito menos. Nunca vi ele chorando. Desde quando eu sou pequeno, que eu moro com ele, eu nunca vi ele chorando. Isso é incrível, sabe! Nunca vi. Sabe, a gente vê que, às vezes, tem umas dificuldades assim, tal, mas ele é um cara bruto, sabe. É um cara bruto, ele. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Bernardo, Cesar, Daniel, Ernesto, André, Bruno, Cristóvão, Divaldo e Osvaldo não presenciaram toques, abraços nem beijos entre os genitores, tampouco experienciaram esse tipo de troca com eles, exceto Bernardo, que não fez alusão sobre ocorrências desta natureza com a sua genitora. Essas narrativas se aproximam de parte do discurso dos entrevistados de BEIRAS (2012, p. 130), quando se lembra da relação com os seus pais, “Um dos participantes narra a relação com o pai e com a mãe também com falta de carinho, [...] “cresci com essa falta de carinho, com essa falta de amor... [...] quando criança nunca me disseram, te quero, te amo””. Cada entrevistado trouxe um aspecto dessas relações.

Não eram amorosos. Nunca foram, até pela educação que, na época, foi oferecida a eles, né? Aquele negócio todo, bem antiquado. Meu pai, se tivesse vivo hoje, teria 87 anos. Minha mãe tem 88. Então, eles passaram por uma infância que não receberam amor e não foram ensinados a dar amor. (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)

Bernardo e Bruno relatam ausência do pai e grande distanciamento relacional. Bruno sinaliza que “a mãe sempre foi afetiva, carinhosa, cuidadora, mas batia muito”, enquanto Bernardo fala que a mãe era superprotetora e guerreira, pois assumiu a casa sozinha, após a separação dos pais, na adolescência dele e da irmã quatro anos mais nova.

A minha relação com meu pai sempre foi bastante fria. Na verdade, dele para mim sempre foi bastante fria. Uma coisa que eu tenho - até já brinquei no grupo várias vezes, que a gente brinca, né - que minha mãe é meu pai. Que minha mãe me criou como uma verdadeira guerreira. Ela foi meu pai, ela foi minha mãe. Então, minha mãe tem todo esse valor pra mim. Ele era um pouco mais frio. Não é que eu não sentia é que ele, realmente, era mais distante, não era muito amoroso comigo e com minha irmã também. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Daniel traz a narrativa que o pai sempre foi muito mulherengo, chegava tarde em casa e não se lembra de haver diálogo entre eles, muito menos trocas afetivas. A narrativa dele é uma percepção que aproxima relacionamentos a coisificação, a objetos, mercadorias, algo dentro destes contextos.

Antes eu não via afeto nas relações, entre homens e mulheres. Não tinha. Não vejo que tinha. Não tava nos meus pais e nem nos parentes próximos, pessoas que eu tinha contato. Não via isso aqui. Era mais ou menos, -"Vamos fazer um negócio. Eu forneço isso para você e você fornece isso para mim". Era mais ou menos assim, era uma troca, era tipo uma troca, -"Eu tenho 2 kg de feijão e você tem 2 kg de arroz, então, eu te dou 1 kg de feijão e você me dá 1 kg de arroz. Tá bom?" Então, era mais ou menos assim. Hoje, eu sinto que ainda existe muito essa troca. Eu te dou isso, te dou aquilo, de forma diferente. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário)

Cesar perdeu o contato com o pai e, em respeito à mãe, manteve distância do seu progenitor, "Ele tentou se aproximar, mas chegou um momento que eu não via mais necessidade de tê-lo perto. Eu já tinha perdido todo aquele contexto de família. Eu acho que o homem é um pouco mais ríspido com relação a essas coisas". O Facilitador André traz um relato bem significativo em relação ao resgate que conseguiu fazer com o pai, nos últimos anos de vida de seu genitor.

Eu acho que a ideia de amor que os meus avós tinham e que meu pai e minha mãe também traziam e trazem, está muito associada à questão da provisão, de garantir o sustento, de garantir o desenvolvimento, de garantir as necessidades, principalmente, materiais, fisiológicas. Ela não vem com essa questão do toque, de carinho e tudo mais. Tem a questão de dedicar tempo. Eu tenho uma memória afetiva bem gostosa assim, de que a gente ia pra parque, a gente brincava, jogava bola, fazia piquenique.

Meu pai não mais, a não ser em pensamentos e vibrações, mas que, em vida, ainda fui tentando quebrar isso, beijando ele no rosto, abraçando. Foi bem engraçado. Ele parecia uma marionete sem expressão, os braços soltos assim, eu abraçando ele, e ele com os braços soltos assim, não sabia o que fazer. Aos poucos, em alguns momentos, eu lembro dele batendo nas minhas costas, dando aqueles tapinhas, assim, e chegou o momento, em alguns momentos, ele conseguiu dizer 'eu te amo'. -"Olha, o pai não sabe falar e expressar muito bem isso aí, mas você sabe que, você sabe né? Você sabe que eu gosto de você". Em outros momentos, -"Você sabe que eu gosto de você também". Mas, ele conseguiu dizer 'eu te amo'. E ali, quando ele estava no hospital, nas suas últimas semanas ali, eu consegui pedir desculpas pelos meus erros, por, às vezes, não ter sido bom filho (emociona-se e começa a chorar), eu te amo, tal. E ele falou,

-"Não, filho. Não tenho nada contra ti, você não tem nada que..., você sempre foi um bom filho e tal". Então, foi muito bom. A gente conseguiu ter, nos últimos anos, alguns momentos bastante significativos, conseguimos romper algumas barreiras. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)

Os Facilitadores Cristóvão e Osvaldo também conseguiram transformar o relacionamento com os seus progenitores, a partir de mudanças comportamentais em si. Os novos comportamentos dos Facilitadores impactaram os seus pais, obtendo respostas afetivas mais amorosas e, cada um ao seu modo, vem ressignificando essa relação de filho e pai.

Agora, depois de velho, eu ligo pra ele, praticamente, todo dia. Eu ligo pra ver se tá tudo bem. Quarta-feira, eu fui na casa dele, ele mora na praia aqui. Cheguei lá, eu fiz uma costela de porco. Passei no açougue, comprei uma costela. Cheguei na casa dele, fiz a costela, deixei pronta pra ele lá e falei, "Olha, tem costela aí pra você comer uns dois dias aí". Fui no mercado com ele, comprei umas coisinhas pra ele, passei o dia lá com ele. Levei o violão, toquei violão com ele. Então, agora que ele tá velhinho, morando sozinho, aí teve um dia que ele, dando uns telefonemas, ele, -"Ôh, filhão", no final, ele falou: -"Ôh, filho, eu te amo, viu?" Foi a primeira vez, na vida, que ele falou, "Ôh, filho, eu te amo!". Foi super legal, fiquei surpreso! "Meu Deus, ele falou, "meu filho, eu te amo!". Eu falei, -"Pôxa, vida! Finalmente, né? Um dia ia acontecer! Aconteceu. Porque tá lá dentro, né! Tá lá dentro. (Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)

Com 12 anos, não gostava da forma como ele me tratava, então rompi a relação com ele. Ou seja, como morávamos em casas distintas, passei a não mais visitá-lo. Isso durou 12 anos. Com 24 anos, reatamos a amizade. Não houve cobranças de nenhum dos lados. Apenas voltamos a conversar. Depois, com 29 anos de idade, voltei a morar com ele na mesma casa, o que durou até os meus 35 anos de idade quando casei. Depois de casado, passei a morar em outro imóvel, mas perto da casa dele. (Osvaldo, 65 anos, ensino superior completo/especialização, funcionário público e Facilitador)

Divaldo sinalizou que não tinha “essa prática de toques, de abraços, de carinhos”, mas que o pai foi sempre muito atencioso com os filhos e com a esposa. Como ele não se casou, morou com os pais até a idade adulta. O pai faleceu em 2014 e a mãe em 2021. Ele relata sentir muita falta de sua genitora, pois a tinha como uma parceira. Enfatiza que faziam tudo juntos, que ela era alegre e viveu até os 90 anos.

Oito dos entrevistados são pais. Todos eles trouxeram em suas narrativas que são mais próximos dos filhos e mais participativos e presentes na vida deles, bem

como na divisão de cuidados e, não apenas, no provimento. Sete deles, relataram que há trocas afetivas com os filhos, envolvendo toques, beijos, carinhos, abraços, declarações verbais de estima/amor/gostar e diálogos sobre alguns desafios que vivenciam nestas relações.

Prover, cuidar e proteger são ações distintas, mas que demonstram a necessidade e o exercício para além do econômico como motriz da ética do cuidar nos primeiros anos de vida. Esse ambiente não somente está vinculado à formação do próprio indivíduo, mas espelha, ainda, de que maneiras as práticas familiares e sociais serão constituídas e fomentadas. (CALDEIRA; BARBOSA; CAVALCANTI, 2012, p. 113)

Conforme pudemos observar nas narrativas acima expostas, embora a socialização masculina estimule o distanciamento emocional e afetivo dos homens em seus relacionamentos, o que pudemos verificar em relação a este grupo pesquisado é que há uma expectativa de trocas e vivências afetivas por parte dos homens, tanto em relação aos seus genitores, como em relação à sua prole. Os resultados obtidos sugerem que esse distanciamento é prejudicial e traz sofrimento para ambos os lados, pais e filhos, que não desenvolvem repertório nesse sentido.

4.3 SOCIALIZAÇÃO MASCULINA: O QUE É ENSINADO/COBRADO DOS HOMENS

Conforme exposto no capítulo III, a socialização dos homens é baseada num ideal de masculinidade hegemônica, que foi normatizado e se estrutura em quatro pilares – negação do feminino, virilidade física, virilidade sexual e virilidade laboral – que são ensinados, reproduzidos, repetidos, performados, validados e desvalidados, através das diversas tecnologias de gênero e de instituições como a família, as escolas, os templos religiosos, dentre outras (LAURETIS, 1994; WELZER-LANG, 2001; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; ZANELLO, 2018; BUTLER, 2019, 2021).

Os homens tendem a se posicionar em relação a esse ideal, embora poucos o alcancem. “A pessoa não elabora a sua identidade permanecendo em si. É indispensável a relação com outrem. Por outro lado, uma relação humana não pode

prescindir da identidade dos sujeitos que a constituem” (MOREIRA; PETRINI, 2021, p. 31).

No capítulo anterior, vimos no quadro da “Divisão do Poder na Sociedade Brasileira: Ano 2022 (Quadro 2, p. 84), que os homens controlam as principais instâncias sociais de poder, sejam elas política, econômica, mercado editorial e veículos de comunicação e/ou entretenimento. Eles são, em maioria percentual, os gestores, donos e/ou CEOs em todos esses segmentos e atuam para manter o *status* vigente.

Neste subcapítulo, verificaremos, através das narrativas dos entrevistados, se houve ou não consonância entre o processo de socialização masculina e as realidades vivenciadas por estes sujeitos, em termos de construção da identidade subjetiva masculina.

4.3.1 A negação do feminino

Welzer-Lang (2001, p. 462) afirma que a identidade masculina se constitui em oposição ao feminino, que “inculca nos pequenos homens a ideia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres”. Como essa identidade masculina foi construída sobre uma visão heteronormativa, os homens que optam por um modelo não binário, são considerados ‘não homens’ ou ‘menos homens’ e comparados, pejorativamente, às mulheres.

Desde pequenas, as pessoas costumam ser agrupadas por sexo, em nossa sociedade. Uma das primeiras vivências, neste sentido, está relacionada às brincadeiras infantis. Meninos e meninas são, recorrentemente, separados, comparados e confrontados, e reproduzem essa dinâmica nas diversas áreas da vida. Além disso, os xingamentos e desqualificações também se mostraram constantes nas interações dos homens pesquisados.

A maioria das brincadeiras era só meninos, né! Eu acho que vou ter alguma dessas brincadeiras que a gente brincava junto, mas, no geral, a gente não se misturava. Desde muito pequeno, a gente foi aprendendo que a gente nunca deveria fazer as mesmas coisas

que as meninas, não era legal. Brincávamos de futebol, pião, taco, bolinha de gude, bater figurinha, um pouco de vídeo game, geralmente na casa dos amigos, porque eu não tinha essa tecnologia, carrinhos, super-heróis, homens de guerra e vôlei, um pouco na interação com as meninas.

O que é muito perceptível, que é **essa questão da construção da masculinidade, a gente constrói, principalmente, pela negação. A negação do outro. Isso é coisa de mulher, isso é coisa de mulherzinha, não seja assim, não seja afeminado. Então, homem é assim, mulher é assado.** Eu acho que essas são **afirmações imperativas muito fortes dentro do nosso desenvolvimento.** Qualquer coisa que saísse disso, de alguma forma, a gente era cobrado para voltar, para estar no lugar adequado. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)

Dos dez entrevistados, tivemos oito respostas³⁷, das quais seis relataram, em suas narrativas, que as brincadeiras eram separadas por sexo, exceto em algumas ocasiões como vôlei e *handebol*, ocasiões em que podiam jogar juntos, ressaltando-se que esses esportes eram qualificados como brincadeira de menina.

Tinha divisão de brincadeira de menino e menina. A gente jogava futebol na rua, brincava de esconde-esconde, pega-pega. O pessoal da escola, **vôlei e handebol colocavam como questão de meninas.** Só que eu era meio doido, e **eu jogava com as meninas mesmo.** "Fazer coisas de menina", sempre essa cisão. **Ô bichinha! Ô viadinho! Sempre atacando a suposta masculinidade, né. Quando era bem mais jovem, eu não gostava não. Mas depois, na quarta série, quinta série, eu lembro que eu já não tava ligando mais para ninguém.** (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Tem algumas questões que elas foram passadas para as pessoas. Por exemplo, **pipa era coisa de menino. Tinham algumas brincadeiras que eram mais voltadas pro sexo masculino e outras pro sexo feminino.** Tinham algumas coisas que eram direcionadas, **mas eu ainda peguei uma época em que as meninas interagem também.** A gente tava jogando bola, tinha o momento dos meninos, mas as meninas brincavam também. Não tinha muitos problemas com relação a isso não. **Mas essa divisão sempre existia, não teve jeito.** A gente vivia na rua aquelas brincadeiras básicas, pega-pega, pique-bandeira, mana-mula. Futebol nunca gostei. Às vezes, queimada, vôlei. Tipo, algumas brincadeiras só homens, mas não tinha muita divisão não. Ter algumas atitudes femininas como, no caso, **dois homens tomando cerveja, é tranquilo, é suave. Dois homens tomando vinho, é coisa de homossexual.** Essas visões imbecis que ainda perpetuam. (Cesar, 42 anos, ensino superior completo/especialização, professor de pilates e personal trainer)

³⁷ Dois dos entrevistados não fizeram alusão às brincadeiras, apesar de relatarem outros marcadores de diferença entre os gêneros.

Apesar de em suas narrativas Divaldo relatar que fez parte do seu repertório de aprendizagem a separação e o distanciamento entre coisas de meninos e coisas de meninas. Na hora da diversão, ele, que tinha duas irmãs mais novas, vivenciou realidades opostas. Enquanto uma irmã era “mais recatada e do lar”, a outra o acompanhava, sem que os pais e ele oferecessem resistência.

Naquela época, a gente brincava muito na rua e as meninas, geralmente, ficavam mais em casa. Mas, o que eu me lembro, que é interessante, eu tenho uma irmã, que meu pai nem minha mãe nunca proibiu ou interviu dela sair também. Eu ia andar de bicicleta e ela também andava de bicicleta. Desde pequeno, gostava de jogar futebol, de carrinho de rolimã. Eu, particularmente, gostava mais de andar de patinete do que no carrinho sentado. (Divaldo, 64 anos, ensino superior completo, professor aposentado e Facilitador)

Osvaldo vivenciou outra experiência acerca das brincadeiras infantis. No local onde morou, durante a sua infância, as crianças brincavam todas juntas e eram brincadeiras na rua. Ele nos apresentou, porém, outros marcadores de diferenças socialmente (im)postas, para homens e mulheres, que punia aqueles que não seguiam as regras normatizadas.

Na sociedade, a gente já percebia a diferença entre o que era menino e o que era menina, e a função do menino e da menina e, também, o que era a função de homem e de mulher, porque se falava de tudo. Rebolar é coisa de mulher! É coisa de mulher ou de viado! Tinha uma época, que se usava cabelo repartido de lado. O homem repartia o cabelo da esquerda para a direita, e a mulher da direita para a esquerda. O homem que repartisse o cabelo e tivesse um redemoinho virado para a esquerda, era afeminado, viado e coisas do tipo. Outra coisa que era interessante, camisa. O botão da camisa de homem se abotoava da esquerda para a direita e da mulher da direita para a esquerda. Calça também. A calça dos homens, o zíper é da esquerda para a direita, a calça se fecha da esquerda para a direita, igual à camisa, e das mulheres, era o contrário. (Osvaldo, 65 anos, ensino superior completo/especialização, funcionário público e Facilitador)

Sete dos dez entrevistados, trouxeram narrativas sobre frases e expressões que ouviram dos amigos, colegas e/ou vizinhos, em sua maioria, que continham as palavras “viadinho” e/ou “bichinha” e/ou “mulherzinha”, questionando a hombridade deles. Inclusive, um grupo deixou de adentrar numa festa, porque era LGBT. Havia a

cobrança para agirem como um “macho”, quando não performavam dentro dos modelos prescritos e validados para os meninos e homens. São dois relatos apresentados por Alan e Ernesto.

*Eu me recordo que uma vez tinha uns colegas meu e **tava tendo uma festa, numa balada LGBT. E mandaram a localização. Era uma amiga que tava comemorando aniversário** e tal. Tava eu e mais três colegas meus. Só que todos os meninos era tudo hétero, né! **Os meninos que tava junto, era tudo hétero. E quando chegou lá, que viu que era a balada de LGBT, os moleque não quiseram entrar.** Aí nós deixou de ir pra balada, nós deixou de entrar, e os moleque falou, “-Vamos embora!”. **Poderia ter entrado, poderia ter se divertido.** Então, por conta de um ou dois não querer, a gente acaba não indo, né? A gente tá junto ali. [...] Querendo ou não, a gente fica constrangido. Tem uns cara, tipo, eles vêm com as brincadeira, mas a gente fica constrangido. Eu mesmo, **às vezes, eu fico com vergonha. Não gosto, mas eles se pega.** (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)*

*O que eu **aprendi** foi o seguinte, **homem é homem, mulher é mulher! Isso. Respeite o espaço tanto do homem, quanto o espaço da mulher.** Sabe, isso era constantemente me passado. Então, **por eu ser amigo de gay, é porque eu sou gay? Não!** Eu sou amigo dele. Eu não sou gay! É isso, entendeu? **É um absurdo, mas acontece e acontece com muita frequência!** (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)*

Outra narrativa que apareceu em metade das falas dos entrevistados foi “homem não chora”. Cristóvão relata, “A minha geração, ouvia as frases clássicas: “Homem não chora”, “Isso não é coisa de homem”, “Homem tem que ser macho”, “Homem que é homem não...”, “Mulher foi feita pra ser usada”, “Mulher é assim mesmo”. Alan também discorre sobre algumas das memórias relativas a esse contexto. Outros enunciados foram citados, a exemplo de “homem não se faz por vencido”.

*Posso dizer assim, de um modo geral, na sociedade que vivi, na época, **"Homem não chora", "Quem chora é viadinho", "Homem tem que ter comportamento de homem, tem que ser bruto".** Eu me lembro até de uma frase que ouviu já era adulto, mas me remete aquela frase lá, **"Homem que é homem, não come pão de queijo nem pizza".** Eu ouço essa frase de vez em quando e penso, "Meu, esse cara é maluco! Eu penso, "Coitado do mineiro! Em Minas, não tem nenhum homem, então". (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário).*

Porque os homens são pressionados por essa coisa de você não chorar. Não só de não chorar fisicamente, mas de não chorar no sentido de ficar reclamando da vida, de ficar resmungando. Essa coisa não é esperada dos homens. E é proibido tudo o que for feminino. Tudo o que você manifestar de feminino é proibido. É proibido ou discriminado. Por exemplo, você usar saia, você usar unha pintada ou você usar batom, ou ter o cabelo comprido e amarrar o cabelo, fazer maquiagem ou ter comportamentos, assim, afeminados, jeito feminino, tudo isso é proibido. Tudo o que se aproxima do feminino é proibido. (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador “E agora, José?”).

Ao observar as narrativas trazidas pelos entrevistados, percebemos que as experiências vivenciadas por estes homens coadunam com os estudos sobre masculinidades e com o exposto por Welzer-Lang (2001).

4.3.2 Virilidade física

Além da negação do feminino, uma outra cobrança social presente nos processos e práticas do tornar-se homem, em nossa sociedade, está relacionado a performar virilidade física, a exemplo de demonstrar força, firmeza, coragem, postura de combate, para citar algumas atitudes esperadas daqueles que querem ser reconhecidos e validados como homens, pelos outros homens.

Considerando a história das relações de gênero, constatamos que virilidade física está associada ao estímulo do uso da violência como solução de conflitos, inclusive nos relacionamentos afetivos (BEIRAS *et al.*, 2021, 2022; DIAS, CAVALCANTI, 2022). Nas narrativas abaixo, poderemos vislumbrar se as experiências dos nossos entrevistados corresponderam ao exposto nos estudos científicos.

Dos dez homens que partilharam as suas memórias e experiências, sete deles relataram aprendizados relacionados à virilidade física, que contribuíram para que desenvolvessem atitudes dessa natureza, embora um deles tenha exposto incômodos, em relação a esse tipo de comportamento.

Desde criança, eu lembro que eu tinha alguns amigos, que era muito legal, que a gente tinha uma relação muito boa, mas sempre tinha essa coisa de você mostrar o machismo, sabe. Essa necessidade

de mostrar que é homem, de provar para os outros que é homem, de discriminar. Na escola também, essa coisa dos meninos, da brutalidade dos meninos, essa agressão que os meninos têm o tempo todo uns com os outros. Então, eu sempre tive muita dificuldade com isso. E a gente vivia nos dois polos. Às vezes, você tem que brigar para conseguir respeito, às vezes você pode sofrer uma violência de alguém maior que você e não ter ação. Então, foi dessa forma que eu fui criado, crescendo. (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador “E agora, José?”)

Os demais entrevistados que compartilharam de experiência similar à de Bruno, tiveram cada qual uma vivência, o que corrobora com a recorrente pressão da sociedade por performances masculinas mais contundentes e firmes, ou seja, viris.

Homem não abaixa a cabeça, homem que é homem tem que sair na porrada, tem que ser na pancada, tem que ser um pouco mais assim. Então, era basicamente as necessidades de combate. Era algo sempre voltado a combater e deixar bem claro para o outro e para as outras pessoas que nada te abalaria, de alguma forma. (Cesar, 42 anos, ensino superior completo/especialização, professor de pilates e personal trainer)

Na adolescência, eu sabia que o homem tinha que falar palavrão, tinha que ser meio bruto. Se não fosse assim, não era... Ele tinha que ser protetor do lar, protetor no sentido físico, mesmo. Alguém mexeu com alguém da sua casa, você tem que ir lá e dar conta daquilo. Não pode deixar ninguém mexer com a tua honra, vamos dizer assim. Com a honra da sua família, era mais ou menos assim. Não pode deixar isso passar não. Você tem que mostrar que você é o macho alfa. Resolver os conflitos é na violência, física. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário).

Na minha época, não existia bullying! Não existia! A gente não gostava, a gente resolvia no tapa! Era assim. Era simples. “-Não gostou?” “-Não gostei!” Então, sabe, era isso. E muitos quando chegavam em casa, se chorasse e chegasse chorando, e falasse apanhei... “-Apanhou por quê?”. “-Eu fiz isso.” “-E vai apanhar de mim também, porque não deveria ter feito isso!”. Apanhava duas vezes. Era assim que se resolvia. (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)

Os três entrevistados cujas narrativas se concentraram em serem confrontados e desqualificados por não agirem com postura agressiva e impositiva, cada um traz a sua experiência, ao vasculhar a memória. Osvaldo (65 anos), relata que “Muitas foram as vezes que desentendimentos aconteciam com outros garotos, até 18 anos. Na medida que o tempo ia passando, eles iam se tornando menores [...] muitas das vezes

eram discussões e xingamentos”. Bernardo e André vivenciaram de outra forma essa cobrança.

Na aula de educação física, o pessoal tá jogando bola e você vai lá pro canto, e o pessoal tá lhe incomodando. Você não quer e xingam, chamam de viadinho e tudo mais. Isso aí, é a parte mais chata. O macho dominante, ele tem que se provar perante os outros. Ele incute uma coisa fraca no outro, pra que ele possa crescer nisso, pra que ele possa se fundamentar nisso e, com isso, ele se torna ali o pseudo macho alfa. Porque essa virilidade não permite que você seja sentimental, essa virilidade, coisa grosseira, intensa, forte! Desde quando eu era criança, eu tava sendo julgado por estar jogando xadrez no intervalo, quando tava todo mundo correndo e fazendo balburdia... não é recíproco, porque eu também não tô indo lá, encher o saco de vocês. Por que vocês estão fazendo essa zona? Mas, tão enchendo o meu saco porque eu estou quieto, aqui parado, num espaço bem pequeno! Por que isso acontece? (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Ouvia, “Você não tem coragem”, “Um franguinho”, “Viadinho”. Acho que é essa expressão mais comum que está ligada ao machismo e ao viriarcado, muito exaltando essa coragem, essa força, o desafio, não ter medo, não se demonstrar vulnerável, não se demonstrar fraco, caso contrário, seria o oposto de homem, que seria a mulher ou a sua versão mais próxima, que seria o gay. Então, eu acho que as piadas e os bullyings, essas violências camufladas de brincadeiras, eu acho que era muito isso. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)

As memórias expostas por Cristóvão e Alan se alinham, equivalendo à uma correspondência entre os discursos ouvidos e uma experiência relatada. Em relação a Divaldo, uma narrativa recorrente, ao longo da entrevista foi “Eu era muito aprontão na escola e na vizinhança, eu era muito aprontão!”, sem contudo entrar em detalhes.

Os homens são criados para ser os protagonistas, nas brincadeiras infantis, protagonistas no namoro, protagonista como marido, na relação do casal, protagonista como pai e depois como avô, como o chefe da família, e essa conceituação, até hoje, está muito impregnada de atitudes mais violentas, de palavras mais agressivas, de gestos mais contundentes, assim como o dedo em riste. [...] Então, essa violência toda dos meninos vem dessas brincadeiras infantis, dessa coisa do contato do corpo a corpo, da luta, de você quebrar uma coisa do amigo, de você castigar, de você fazer corredor polonês. Os meninos sempre viveram essa violência e isso naturalizou. Eles não enxergam isso como violência. Aí, você cresceu, ficou adulto. Aquele instinto violento lá do passado, ele tá lá dentro de você. E aí, numa discussão com a esposa, com a namorada, quando você não tem mais argumento, você parte

pra violência, para o xingamento. *Aí, você apela!* (Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)

“Ser homem é ser forte”, “Homem que é homem, não bate em mulher”. Tô um pouco nervoso. Você acredita? *Ah, olha, eu não sei, mas, eu acho que, tipo, cada um tem o seu jeito de pensar, as suas opiniões, tal, cada um tem o seu. Mas eu acho que eu, antigamente, eu era um cara muito obsessivo. Eu era. Eu era. Porque, quando eu tava com a pessoa num relacionamento, eu brigava ou discutia, tipo, eu não conseguia dormir, sabe! Era uma coisa muito estranha!* (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Todos os entrevistados foram instigados, confrontados e expostos, em maior ou menor grau, à cobrança de outros homens ou meninos a agirem ou terem atitudes mais viris, em termos de posicionamento de força, frente a outros garotos e homens.

4.3.3 Virilidade sexual

O primeiro entrevistado, Alan (26 anos), ao ser solicitado para falar sobre os comportamentos masculinos mais cobrados dos homens, logo enunciou “Homem que é homem, é comedor, né!”. Esta narrativa serve de exemplificação da pressão social que os homens sofrem em relação a performar uma exacerbada virilidade sexual que, em muitas representações, é demonstrada como algo desenfreado, quase incontrolável (ZANELLO, 2018). Alan, porém, tornou-se pai, de uma bebê de seis meses e seu *status* perante os amigos mudou, assim como as provocações que passou a ouvir.

Homem que é homem é comedor, né? *Desculpe até pela palavra, mas é a palavra que os homens usam. Pra ser homem, você tem que pegar várias. Não ficar só com uma, mas pegar várias.* **“Pô, agora fodeu! Fodeu! Agora é pai e já era”. “Esquece os rolês, esquece tudo!”.** *Eu ouvi bastante isso.* (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

As narrativas dos entrevistados demonstram que dos dez participantes, nove trouxeram o elemento de uma virilidade sexual requisitada nos contextos vivenciados. Apenas Ernesto (55 anos), relatou uma experiência num outro sentido, que considere

interessante para esta pesquisa, pois reforça o comportamento masculino aprendido e performado, independente de orientação sexual ou identidade de gênero. “Tem que ter respeito. Não é porque você é gay e tem outro homem ali, sentado, que ele é gay ou você é obrigado a dar em cima. Não, não! As pessoas deveriam aprender a se colocar no lugar da outra pessoa”. Ele relata que estava em um bar e foi assediado por um homem gay, de forma invasiva, segundo o seu relato. Ele ficou furioso e se sentiu desrespeitado.

*O cara que tem que ficar com um monte de meninas para se dizer que ele é melhor. [...] **Tinha essas questões do machismo, do macho, onde ele não aceitava o não. Quando o cara se envolvia com uma, ele era visto de um jeito, quando ele se envolvia com duas, três, era de outro jeito. Ele era enaltecido.** Às vezes, a mulher tem um cara que é bacana, tem com quem conversar, quer de repente até conquistar e não sabe como, mas ela visualiza sempre aquele cara que tá chamando atenção de tudo e de todas, aquele cara que o pessoal chama de descolado. (Cesar, 42 anos, ensino superior completo/especialização, professor de pilates e personal trainer)*

***Os homens são muito cobrados, para ter uma liberdade sexual, para ter várias parceiras sexuais. Não é de bom tom o homem falar para o outro que ele só saiu com uma mulher ou que ele é casado e não sai com outras mulheres. Então, os homens têm uma marcação, mesmo que não façam, eles têm uma marcação o tempo todo, que eles fazem, que eles saem, que eles vão.** (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador “E agora, José?”).*

Um dos ambientes privilegiados de aprendizagem relacional é a família. Os garotos aprendem, num primeiro momento com os seus genitores e com aqueles que residem na mesma casa. Dois dos homens ouvidos, Cristóvão e Daniel, relataram o comportamento de seus pais como “mulherengo” e um estímulo constante para que agissem de maneira similar.

***Meu pai foi o símbolo do machismo e ele era daquele que falava, “Não, não! Não vai ficar namorando, não! Vai lá, se possível, transa com a menina e deixa pra lá. Não vai ficar. O que é isso de namorar? Não sei o quê! Pra quê?”. Ele nunca respeitou muito as mulheres. Ele passava para o filho dele que não precisava respeitar.** Ainda existe o modelo de você ser o conquistador. (Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)*

Meu pai foi sempre muito mulherengo! Mas, muito mesmo! Baiano! Com todo respeito. Ele sempre foi muito mulherengo! [...] Ouvia que homem tinha que ser mulherengo. [...] E tinha a

mãe, "-Olha, não seja como o seu pai, não faça isso. Você tem que ser mais delicado, você tem que dar mais atenção à mulher" e essa série de coisas. Então, era um conflito maluco na cabeça. No dia 3 de novembro, eu tô saindo de casa e, quando eu tô saindo pra trabalhar, vem o vizinho e ele e disse, "-Daniel, eu preciso falar com você". Eu falei, "-O que foi?". Ele falou, "-Eu estava esperando você sair, eu estava aqui no portão, olhando você sair de casa, que eu preciso falar com você e tem que ser agora". "-O que que aconteceu?". Ele falou, "-Olha, Daniel, eu quero te falar uma coisa que é chata, e que aconteceu. É em relação a seu pai". Eu falei, "-Fale". Aí, esse cara começou a falar. Quando eu lembro, eu tô revivendo a cena, e não é uma coisa muito boa. Aí, ele falou: "-Teu pai deu em cima da minha mulher, paquerou ela, tentou transar com ela, tatatá, tatatá". E eu falei, "-Sério?!". Ele disse, "-Sério. Você sabe a fulana ali? Ele teve um caso com ela. Os filhos dela querem matar ele, porque ela é casada. Sabe a outra vizinha aqui de cima? Então, seu pai também tá saindo com ela". Aí eu falei, "-Ah, é?". Eu fui trabalhar aquele dia e trabalhei daquele jeito! (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário).

André, Divaldo e Osvaldo relataram desde uma certa reserva à revelação da presença de timidez, em relação a essa (quase) imposição ostensiva de o homem ter que mostrar e provar que é viril sexualmente, inclusive abordar as mulheres, quando há interesse nelas.

E, nos momentos que eu sofria por uma garota ou por uma jovem mulher, os amigos falavam no geral, não sofre não, pula para outra, não fica na fossa não, deixa para lá, tá cheio de mulher aí. Então, tinha uma coisa que a gente não podia sofrer, e expressar sofrimento, ficar triste. [...] Então, até falando isso, eventualmente, se alguma mulher se interessasse pela gente e a gente não quisesse, e a gente não fizesse nada, a gente era broxa. [...] Então, ia lá, pegava, dava uns beijos, enfim, mas era desconfortável. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)

Eu cresci nos meios de rodas de homens, em que o homem tinha que ser macho, tinha que ser pegador pra ser homem, esse estereótipo do homem macho. [...] Na minha adolescência, os meninos e eu também não me excludo, tinha muito a questão de provar a virilidade masculina. Então, tinha que dar em cima da menina. E eu era meio recatado de chegar na menina e falar, "Olha, tô a fim de você e tal, quer namorar comigo?". Sabe, me faltava muita coragem pra isso. (Divaldo, 64 anos, ensino superior completo, professor aposentado e Facilitador)

Para falar de masculinidade, a gente tem que falar de sexualidade. A forma de ser homem tem a ver com a libido. E essa libido está associada à violência, ou seja, à invasão da privacidade do outro, à invasão do território do outro. Tem a ver com aquela forma, que a gente dizia, de cortejo, da minha infância, que a gente viu os homens cortejando as mulheres. [...] No passado, a gente falava "ganhar a mulher". O cara falava, "A gente tem que ganhar mulher". [...] Mas,

*não é um "ganhar" uma mulher. **É você se aproximar daquele elo de afeto.** (Osvaldo, 65 anos, ensino superior completo/especialização, funcionário público e Facilitador)*

Como são diversas as expressões de masculinidades (e feminilidades) existentes, tanto em nível local quanto global, há aqueles que não se enquadram nos estereótipos prescritos e precisam encontrar alternativas para equilibrar as expectativas sociais com as demandas pessoais.

***Eu não possuía as prescrições sociais para conquistar as meninas, na visão masculina, que era ter carro, ser o mais bonito, ser bombadão.** [...] Eu não tinha carro quando eu era um adolescentezinho, e tinham outros adolescentezinhos que tinham carro. E você via que as menininhas iam para quem tinha carro. E o carro era uma coisa assim... eu nunca gostei de carro. **Os meninos, eles gostavam de carro.** Eu, até hoje, eu não sei essas marcas, sabe, os nomes? **Eu nunca tive essa visão aí.** Pra homens, é normal. Nunca me foi uma coisa tão valiosa. Eu acho que foi a criação. **Por eu ter sido criado com a minha mãe, eu tive uma visão um pouco mais aberta,** sabe. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)*

As narrativas expostas acima evidenciam os dados expostos nos estudos e pesquisas científicas, em relação a uma constante exposição masculina à contextos e dinâmicas relacionais, que prescrevem, reforçam e cobram performances de virilidade no campo sexual.

4.3.4 Virilidade laboral

Quando crianças, as maiores pressões que os homens sofrem giram em torno da negação do feminino (ser homem é não ser mulher) e da virilidade física (seja forte). À medida que crescem, outras demandas são adicionadas. Na adolescência, o garoto é instado a demonstrar a sua suposta virilidade sexual e, por último, passa a ser solicitado em relação a demonstrar virilidade laboral. Ser homem passa pela dimensão do prover, seja um lar, uma família, a si e, inclusive, as mulheres. Apesar das inúmeras mudanças e transformações sociais ocorridas, entre o final do século XX e início do século XXI, essa ainda é uma forte exigência relacionada à subjetivação masculina.

Alguns dos nossos entrevistados tiveram a presença do pai e da mãe, morando na mesma residência, até a fase adulta, e tiveram a oportunidade de observar o comportamento em relação a essa dinâmica laboral do progenitor. Em outros casos, houve separação. Algumas narrativas demonstram diferenças significativas entre o que era pregado socialmente e as experiências que esses homens tiveram.

Meu pai perdeu o emprego e passou um longo tempo lutando por sua indenização, na empresa que trabalhou por mais de 22 anos. Meu pai nunca mais arrumou um emprego. Ele se sentia velho e ultrapassado. Cresci vendo meu pai em casa lendo jornal. (Osvaldo, 65 anos, ensino superior completo/especialização, funcionário público e Facilitador)

Na adolescência, eu sabia que o homem tinha que trabalhar, ele tinha que ser o chefe da casa. [...] Ele se sentiu, de alguma forma, cobrado por minha mãe, pelos outros familiares. Todos conseguiam prover. O meu pai era o único que não provia. Não eram bem-sucedidos, mas proviam o lar, pelo menos. Existem as histórias que meu pai não conseguia prover o lar, porque ele gastava dinheiro com mulheres na rua. Mas, por outro lado, meu pai, hoje, eu vejo ele como aquele cara que não tem foco, disperso. Então, se tem serviço pra fazer hoje, ele pensava "-Por que eu não posso deixar pra fazer amanhã?". Ele não tinha essa visão que eu tenho hoje, de negócio. [...] Meu pai gastava muito. Ele gostava de festa, gostava de sair para tocar nos bailes. Aí, acabava o dinheiro dele e acabava por aí. A família ficava em segundo plano. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário).

O pai de Cristóvão, apesar de também ser mulherengo e se ausentar, frequentemente, sempre cumpriu com o papel social esperado de cuidar da provisão de todas as necessidades do lar.

Meu pai tinha dois empregos e aprendi com ele a abastecer a casa. Eu acho que ainda existe um modelo padrão muito antigo de você encaixar esse homem na sociedade, nessa socialização, que ainda é aquele modelo do Poder, é o modelo do sustentar a família, de ganhar bem, ter um carro de último tipo, de usar o cabelo da moda, de usar roupa da moda, de você ser o conquistador. Ainda existe esse modelo. A sociedade ainda quer esse modelo, a sociedade ainda aceita esse modelo, e ela privilegia esse modelo. Eu vou dizer que, ultimamente, esse modelo, além de tudo isso, ele tem que ser uma pessoa agressiva. (Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)

Três dos entrevistados, presenciaram a separação dos pais, entre o fim da primeira infância e adolescência – Bernardo, Cesar e Daniel –, recaindo sobre a mãe

a responsabilidade do provimento e do cuidado. Cesar teve a sorte de contar com a ajuda das tias maternas que foram morar com eles. “Fui criado por elas, pela minha mãe e as minhas duas tias. Elas trabalhavam bastante. Passou um pouco dessa vontade de trabalhar, dessa cultura mesmo de batalhar”. No caso de Daniel, citado mais acima, lhe foi imposto, aos 18 anos, o papel de chefe da casa, quando a mãe decidiu se separar do marido. Essas experiências fazem parte da estatística do IPEA (2022), que constatou que cerca de 45% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres.

Na minha infância, eu não tive um bom exemplo masculino. Minha mãe assumiu esse papel do que é ser homem, que era sustentar, que era dar esse apoio para o lar, que era quem tava ali. Na verdade, acho que a gente poderia resumir em uma pessoa extremamente responsável. Esse foi o ser homem que eu aprendi na minha infância. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Quando os pais de Bruno se mudaram de Minas Gerais para Santo André, eles ficaram sem apoio familiar algum. Eram os progenitores e mais quatro filhos. Ambos começaram a trabalhar como faxineiros e Bruno, de vez em quando, acompanhava a mãe, pois não tinha com quem ficar. Outras vezes, ficava com os irmãos mais velhos em casa. Na fase adulta, quando trabalhava em um banco, se recorda de algumas pressões que sofria e o que o incomodava.

Eu lembro que tinha essa cobrança o tempo todo dos homens. É uma cobrança de virilidade mesmo, de posição e dinheiro. Você tem que ter dinheiro, renda, e uma série de coisas que te cobram. (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador “E agora, José?”)

Ernesto (55 anos) relata que agradece o exemplo dado pelo pai, que ele considera uma virtude, “Ensinou os filhos a trabalhar, desce cedo”. Experiências semelhantes vivenciaram Alan (26 anos), que ouvia que “Homem que é homem, tem que prover as coisas e “Homem tem que trabalhar”, ao passo que André (45 anos), queria trabalhar com algo bem diferente do exemplo paterno e do preconizado socialmente.

Ouvia que homens devem ser provedores, trabalham fora e com trabalho pesado. [...] eu não gosto de trabalho pesado. Eu gosto de trabalho que mexe com sonhos. Eu sou pisciano, eu gosto de

trabalhar com idealismo, com sonhos, com viagens intelectuais, com comunicação. Isso é o que me dá prazer. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)

Pelas narrativas acima expostas, percebemos a recorrência discursiva acerca de uma exigência em torno de uma vigorosa performance laboral. Ela é tão presente e impositiva, que o pai de Divaldo foi pedir emprego para ele num estabelecimento, uma espécie de bar e armazém, quando ele tinha, apenas, dez anos de idade.

4.4 PERFORMANCES MASCULINAS: EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS

A proposição deste subcapítulo é fazer uma interlocução com o subcapítulo anterior e verificar, a partir do modelo de socialização masculina proposto, estruturado em quatro pilares – negação do feminino, virilidade física, virilidade sexual e virilidade laboral – quais foram as escolhas de vida feitas pelos entrevistados, em relação à norma hegemônica vigente (WELZER-LANG, 2001; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; ZANELLO, 2018).

4.4.1 Performances de negação do feminino

No subcapítulo 4.3.1, foram apresentadas as narrativas das memórias dos entrevistados, em relação ao que viram, ouviram, leram, foram ensinados e aprenderam sobre como os homens devem se comportar, que posturas manter/eliminar, o que é permitido/proibido. “É certo que as mulheres e os homens são coagidos para o desempenho de papéis sociais diferenciados; no entanto, eles costumam escolher os seus caminhos de gênero” (DIAS; CAVALCANTI, 2022, p. 186). Houve a cobrança para agirem como um “homem” ou um “macho”, para não serem “mulherzinhas”, “bichinhas” ou “viadinhos”, quando performavam fora dos modelos prescritos e validados para os meninos e homens.

Alan havia trazido o relato de que seus amigos não quiseram participar da festa de aniversário de uma amiga dele, porque era num espaço LGBT. Nesta nova

narrativa, ao verem Alan conversando com os amigos da amiga, questionaram a hombridade dele, o que o deixou incomodado.

*Eu tenho minhas amigas que moram aqui na minha rua, tal, e **eu trabalhava com eventos**. E o pessoal de lá, **tinha umas pessoas que, que, que eles era gay mesmo, né, homossexuais**. Eles eram homossexuais. E tipo, os cara, mano, sabe assim, **não aparentava aquilo que o pessoal fala**. Pô, os meninos bonitos, tal, todo tatuado, boné, sabe? E, tipo, a gente foi conversando e as meninas falaram, 'Ah, ele é gay, tal'. Que hoje é o que a pessoa fala, né! Ele é gay. E eles não se ofendem. "Ai, bicha, vem cá, bicha, tal", as meninas comentando. E as meninas tem uma brincadeira, uma relação assim e, nisso, vai o entrosamento. **Não tenho preconceito. Ainda fiz bastante amizade**. Já cheguei até a sair com umas amigas e uns amigos assim, **só que aí, depois, vem as piadinhas, né. Os outros meninos vinha ver: -"Óh, mas cê tá colando com gay, tá colando com viado, o cara gosta de homem, tá bebendo no mesmo copo que o cara!"**. Sabe, a gente ouve esse tipo de coisa, sabe. No começo, assim, **eu ficava tipo vai, tipo, meio constrangido**, digamos assim, né, tipo **"O cara tá pensando que eu sou..., que eu gosto de homem, sendo que eu gosto de mulher!"**. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)*

Bruno e Cristóvão discorrem sobre o comportamento da juventude atual e da juventude de suas épocas. Relatam sobre a discriminação que havia em relação aos homossexuais, em contraposição a uma certa abertura para a convivência entre meninos e meninas de diferentes orientações sexuais e identidades de gêneros, na atualidade.

*Eu cresci num tempo que **a gente discriminava muito os gays, discriminava muito. Era uma fase desrespeitosa! Apesar de a gente conviver**, eu me lembro que, na minha rua mesmo, tinha uma moça que ela era lésbica e, na rua, assim, **a gente chamava de sapatão**. (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador "E agora, José?").*

***A convivência dos meninos, de uma forma geral, melhorou muito, porque, no meu tempo, nós não convivíamos com os nossos amigos homossexuais**. Nós sabíamos que eles eram, e **nós tínhamos um preconceito**. E eu vejo que, **hoje, os jovens convivem muito bem entre eles**, o jovem heterossexual com o jovem homossexual. E, hoje, nós temos até mais categorias. (Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)*

A convivência com mulheres causou diferentes impactos em Bernardo, Cesar e Divaldo. Cesar enuncia que considerava a própria postura um pouco passiva,

atribuindo esse comportamento ao fato de ter sido criado por mulheres. Bernardo era provocado, com frequência, em virtude de gostar de ler e por optar por outros tipos de brincadeiras, a exemplo do xadrez e vôlei. Divaldo relata os aprendizados com esse público, numa fase mais avançada da vida.

Na adolescência, quando eu estava quieto, na paz divina, jogando o meu jogo de xadrez, lá nos intervalos, ou na biblioteca ou com um grupo de meninas, sempre tinha um infeliz para me incomodar. É um nerd! Aquela pessoa que quer jogar bola ali, na aula de educação física, o pessoal tá jogando bola e você vai lá pro canto, e o pessoal tá lhe incomodando. Você não quer, e xingam, chamam de viadinho e tudo mais. Isso aí, é a parte mais chata. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Bem antes de qualquer militância, quando eu entrei na faculdade, eu comecei a conviver mais com mulheres. Não que eu não convivesse com mulheres, mas eu comecei a conviver mais, em termos de ampliar o meu espectro de amizades com mulheres, com meninas. Eu estava refletindo esses dias, sobre como, no meu tempo de faculdade foi revolucionário para mim, conviver com muitas outras mulheres. Algumas tinham namorado, outras eram casadas, outras não. Conviver com essas mulheres na faculdade, implicitamente, não diretamente, essa convivência me reeducou para o respeito com as mulheres. (Divaldo, 64 anos, ensino superior completo, professor aposentado e Facilitador)

Ernesto traz uma passagem, de uma situação que ele presenciou num estádio de futebol, num jogo entre Corinthians e Palmeiras. Apesar de a situação não o envolver diretamente, ele decidiu posicionar-se, uma vez que declarou ter sido ensinado – e levado esse aprendizado para a vida – a respeitar o espaço tanto do homem, quanto da mulher.

No sábado, jogo do Palmeiras, tinha um corinthiano na arena, e as cadeiras são numeradas. Não sei que cargas d'água, eu acho que o cara comprou errado, e jogou a mulher dele para o canto. Daí, ele pediu para o cara que tava no lugar dela - que não era o lugar dela - para trocar. Aí, o cara fala: "-Pô, mas você vai trazer mulher para o estádio?!". Olhei pro cara e falei, "-Nossa, tu é ridículo, cara!". (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)

O marcador “coisa de mulher” aparece nos relatos dos entrevistados Daniel, Ernesto e André em diferentes situações, sendo um deles, numa posição, intencionalmente, distinta.

Quando eu era adolescente, eu lembro uma vez que eu tinha uma sobancelha muito grande, que elas ficavam juntas. E eu lembro que, uma vez, eu peguei um prestobarba e fui tirar a sobancelha. Nossa! Eu quase morri! Quase me mataram! Quase me mataram! Foi um negócio de maluco, aquele dia! Quase que me mataram! Então, foi um negócio muito estranho. Eu gostei do resultado, eu achei legal, porque eu me achei menos feio, mas foi muito esquisito, porque eu fui quase espancado. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário)

Uma vez, eu tive uma calça que eu ganhei - roupa passava de irmão pra irmão - e aquela calça, eu ganhei da minha irmã. E era uma calça que cabia, o formato dela cabia inteirinho em mim. Eu já estava crescendo e usei. Só que o zíper era invertido, e eu fui na escola com aquela calça. Não teve dúvida. A primeira coisa foi, "O Osvaldo tá com calça de mulher, calça de mulher!" (Osvaldo, 65 anos, pós-graduado, funcionário público e Facilitador)

Eu voltei aos brincos, voltei a deixar o cabelo crescer, eu uso um coque e tal, um pouco para quebrar esses estereótipos e gerar um desconforto e uma provocação nesses homens que a gente vai trazer, pra sair um pouquinho desse negócio de 'usar coisas rosas'... Isso aqui também foi um exercício pra mim, porque até a minha juventude eu não usava rosa, eu não usava! Era uma coisa assim que, eventualmente, você pegava alguma coisa assim e dizia, "Não, é salmão!", brincadeiras bem homofóbicas, que nós homens temos também, de falar que rosa é de mulher. Só que hoje eu faço questão. Eu gostava muito de usar preto. E aí, eu tenho me permitindo também ser um pouco mais colorido e usar rosa pra criar mal-estar. E cria, viu! Parece bobagem, mas cria. Eu recebo umas brincadeiras assim, meio machistas, às vezes homofóbicas, por conta disso. Sinto umas provocações, mas como me chamar de afeminado, de sensível, de gay não me ofende, porque eu não tenho problema nenhum com essas pessoas - passa até algumas coisas despercebidas. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)

Observar as narrativas dos entrevistados e perceber a repercussão e os desdobramentos de um modelo de socialização masculina patriarcal, heteronormativa, machista e misógina na vida destas pessoas, serve como uma pequena fotografia do que acontece na sociedade, quando a lente é ampliada. Os índices de violência e desigualdade de gênero podem servir de indicativo da relação de causa e efeito. A fala de André, encerrando este tópico, é uma pequena demonstração dos efeitos positivos de participar de grupos reflexivos, fundamentados na perspectiva de gênero feminista e dos estudos das masculinidades baseados nestas epistemes.

4.4.2 Performances de virilidade física

Como percebemos no item 4.3.2 e no capítulo III deste trabalho, as vivências masculinas, desde cedo, são permeadas por diversos tipos de violências, tanto perpetradas quanto sofridas (WELZER-LANG, 2001).

A inclusão, na Lei Maria da Penha, das tipificações de violência – física, psicológica, moral, sexual e patrimonial – foi fundamental para trazer este tema à pauta de discussões na sociedade, bem como ampliar a compreensão das pessoas e, sobretudo dos homens, acerca do conceito de violência. As diversas violências perpetuadas e praticadas pelos homens contra as mulheres e contra outros homens, abrange um contexto muito mais amplo do que a agressão física ou sexual.

Alan declarou no tópico anterior que ele ouviu/aprendeu que “Ser homem é ser forte” e “Homem que é homem não bate em mulher”. Apesar desta última declaração, na prática, o seu comportamento era bem diferente.

Teve algumas vezes que eu perdi a cabeça, e acabei agredindo ela. Assim, tipo empurrando. Eu bati, a gente brigou, mas eu não bati na cara dela. E isso, depois que eu fui ver, mano, qual que é a diferença de você bater numa menina, mas na cara não pode, na cara, entendeu? Você bateu! Então, independente de onde você bateu, se foi na perna, se foi no braço, se foi na barriga, alguma coisa, você bateu! Você já tá errado! Resumindo, já tá errado!

Eu era um cara muito ciumento. Tipo, se eu pegasse a minha mulher ou a minha namorada conversando com um cara, ela tinha que aprender que não é desse jeito. Ela pode conversar, mas não pode ficar se insinuando, dando corda pra outros caras. E, vai, eu pensava, o que que eu posso dizer, eu era muito ciumento, mano, eu era agressivo, eu era agressivo, era isso! Então, eu pegava o celular, eu gritava, eu xingava, eu era assim. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Numa postura comportamental oposta à de Alan, encontramos Bernardo, que relata ter aprendido com a mãe a não dar muita importância às provocações alheias, uma vez que as pessoas poderiam falar o que bem entendessem. Sinalizou que, apenas uma vez, saiu do controle e se utilizou do recurso da virilidade física para resolver uma questão que o incomodava.

A única coisa que a mãe colocava muito, era que a gente tinha que ser responsável, que a gente tinha que ter noção e não fazer o errado: bater, entrar em briga, roubar. Eu não sei, minha mãe acha que ela me ensinou muito bem o que é certo e errado, e não dar atenção para aquilo que não me é. Você pode estar falando um monte de coisa aí, mas eu sei que eu não sou isso, então isso não me afeta. Minha mãe me ensinou isso muito bem. Não dar muita atenção, porque qualquer um ia falar pra você, de você. “-E você sabe, tem educação, você aprendeu isso daqui. Por que você tá dando atenção pro moleque lá, falando uma porcaria de você?” Então, acabava não ligando tanto mesmo. Ah, “você é viado!”. Ah, tá bom! Eu adolescente, eu gosto pra caramba de mulher! Então, deixa ele me chamar de viado. Eu tô no lucro! Mas, **eu até discuti com um moleque, uma vez lá,** que não era nem por esse ataque à sexualidade, era por encheção de saco, **por mexer nas minhas coisas. Eu saí de mim. Briguei na sala, de cadeiras voarem. Quase eu surto. Foi uma coisa de louco.** (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Ernesto também trouxe em seu relato a necessidade de dar limite, no caso dele a outro homem, para que este não mais invadisse o seu espaço pessoal, num momento que havia elegido para estar só e relaxar, de uma situação estressante que estava vivenciando. Porém, quando falamos das brincadeiras infantis, ele trouxe um relato que quando alguém não gostava de algo que o outro fez, resolvia na hora, na “porrada”.

*Eu vou remeter uma experiência que eu tive que eu tive 15, 20 dias atrás. **Eu tava com cabeça um pouco cheia, e não queria sair com ninguém. Eu queria sair sozinho, precisava tomar um chopp, sabe, sozinho. Puxa, eu fui para um bar, aqui no ABC Paulista que é muito bem frequentado, sentei, pedi um chopp e um cara, na cara dura, senta em frente a mim e pula. O cara começou a me paquerar. Você entendeu? Aí que eu te falo, do aprendizado lá de trás. Se eu não tivesse aprendido a respeitar o raiz³⁸, eu ia pegar esse Nutella, e ia encher ele de pancada, tá entendendo? Entendeu? Simples assim! Aí, eu pedi ao garçom, “-Pega o meu copo, leva lá pro fundo, porque esse cara tá me assediando. Mas o meu negócio, não é muito assédio não, sabe. Porque tira daqui, senão vai dar merda!” Você se sente invadido, não é legal, não é legal! Porque eu não faço isso com ninguém. Eu não faço isso com mulher. Por que um homem vai fazer isso comigo?***

*Eu nunca vou dar um tapa na cara nunca. Nunca! E nunca levei. Ah, você é mais homem, menos homem do que os outros? Não! **Eu fui ensinado a não levar esse tapa na cara, mas também eu fui***

³⁸ Ernesto relatou na entrevista que tinha um amigo que era “viado, viado raiz” e explicou a diferença de comportamento entre o “viado raiz” e o “viado Nutella”. “O cara era viado, mas ele me respeitava, a gente era amigo, amigo e confidenciava. Ele nunca encostou a mão na minha perna, nunca! Você tá entendendo? Hoje é diferente!”

ensinado a não dar esse tapa na cara. Muitas vezes, ele para na garganta. Mas você tem que engolir. (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)

Houve uma recorrência de seis narrativas acerca da necessidade de agir ou ameaçar agir de forma mais contundente e agressiva, com o intuito de frear violências e/ou tentativas de intimidação sofridas por outros homens. Beiras (2012, p. 130) encontrou achados que se alinham com os discursos trazidos, “Ser temido, ser forte e ter habilidades bélicas ou defensivas são aspectos valorizados e constituintes do que se compreende socialmente como masculino, o ser homem”. Nos casos de Cesar e Daniel, o fato de ameaçarem agir com mais firmeza e usar a força física, caso fosse preciso, foi suficiente para cessar os episódios de abusos.

Dentro da capoeira, eu sempre fui muito passivo, como eu sempre fui muito passivo com relação à minha educação. Porque o próprio mestre da casa falava, vai com tranquilidade, vai com paz interior e não sei o quê. E o pessoal só abusando. Até que chegou uma hora que eu falei - a gente começa a amadurecer – “Ei, espere aí, tô virando saco de pancada. Até quando?” “-Não! Você não precisa ser a besta dos outros!” “-Então, era só isso que eu queria saber”. Aí, na hora que você chega um pouco mais firme e, nada como uma rasteirinha ou uma cabeçada no meio da testa do outro. É isso o que eu quero que você entenda: tem algumas questões que não é de todo mal, na minha percepção. Porque tudo na vida é conquista. Eu acho que a gente só consegue conquistar, principalmente no mundo masculino, o respeito, quando a gente se faz um pouco mais autoridade, tipo assim ó: se vier aqui, também tem. Então, eu vou te respeitar, você vai me respeitar. Não me trate como um objeto de chacota, que vai ser complicadinho pra você. (Cesar, 42 anos, ensino superior completo/especialização, professor de pilates e personal trainer)

A violência física, quando eu apanhava da minha mãe, era uma violência física, né? Às vezes, violência física na escola, com bullying, essas coisas. Como eu não era muito de brigar, às vezes, eu sofria esse tipo de violência. Até o dia que eu cheguei na escola e falei: "A partir de hoje, ninguém vai fazer mais nada. Quem vim, eu vou bater e vou bater com gosto". Mas, eu só ameacei, aí parou. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário)

Bruno e Divaldo já foram um pouco mais além nessas respostas às ameaças alheias, embora Divaldo tenha relatado que o uso da força física aconteceu apenas uma vez, e que depois ele, refletindo sobre o episódio, se arrependeu.

No primário ainda, foi a única vez, também, na minha vida, que eu me lembro. Eu não lembro o fato que desencadeou, eu tive um problema, um conflito, com um dos meninos, um coleguinha, na época, e um esperou o outro lá fora. Eu lembro que alguém foi tentar separar a briga e segurou o Junior. Até hoje, eu lembro, tenho saudade dele, gostaria de ver, pedir perdão pra ele, porque depois, a gente não se falou mais na vida. A gente cresceu com essa mágoa um do outro. Alguém segurou ele, e eu aproveitei que seguraram ele, fui lá e puff no nariz. Estourou o nariz do menino e foi um negócio muito feio. Sessenta anos atrás, praticamente. Com o tempo, eu fui refletindo e, puxa vida, que besteira que a gente faz na vida! Mas, com certeza, eu tinha que provar a minha virilidade ali, e não levar desaforo pra casa. (Divaldo, 64 anos, ensino superior completo, professor aposentado e Facilitador)

A gente andava na rua de cima, e um menino da rua de cima, ficava xingando a gente. "Vocês são não sei o quê", defendendo o território. E a gente combinou assim, vamos passar hoje, eu me lembro que a gente tava com uma tampa de lixo, como se fosse um escudo, e uma faca sem ponta, mas era uma faca. E a gente andando, eu não lembro se eu estava com o escudo ou com a faca, que a gente tava os dois, e a gente falava, "Ó, se ele chegar perto, um dá a facada e o outro bate com o escudo na cabeça dele". E foi isso, foi isso. O menino veio, a gente fez, exatamente, isso, bateu na barriga dele e a faca não tinha ponta. Ainda bem. Mas, seja como for. Aí, saímos correndo, e eu lembro que ele jogou uma pedra e a pedra acertou em mim. Começou a sangrar a cabeça. Quer dizer, é uma marca da violência, como se fosse uma brincadeira. Enquanto uma brincadeira, era uma espécie de uma brincadeira, que a gente tava fazendo ali, era uma espécie de brincadeira, mas era brincadeira que se transforma em violência, a qualquer momento. Essa marca da violência, ela é muito forte assim! O tempo todo, ela nos atravessa. (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador "E agora, José?").

O relato de Cristóvão também remete a uma situação que, aparentemente, era uma brincadeira pacífica, mas permeada de violência, visto a intenção de aniquilar o outro, sem pensar nas consequências daquele ato.

O que eu gostava de fazer, era brincar de pião, jogar pião e o pião tem em uma das extremidades um prego, que é onde roda, é um prego que tem ali. E eu falei para uma pessoa, "-Olha, eu gostava muito de jogar pião. Eu gostava muito quando eu conseguia acertar com o meu pião o pião do meu amigo, e o brinquedo, que era do meu amigo, quebrava". O prego que tava ali, a gente jogava com tanta força que, às vezes, esse prego pegava no corpo do pião da pessoa, e rachava o pião". Naquele tempo, os pais e as mães tinham que fazer uma opção, ou ele comprava um pião para o filho ou ele comprava um pão. Então, naquele mês que era aniversário do garoto, deixava de comprar o leite pra comprar o pião para o garoto. Aí, vai o amiguinho e racha o pião do garoto e ele fica sem

o brinquedo. Além dele levar uma bronca, ele vai demorar meses para ganhar um pião de volta. Os pais não tinham dinheiro, não era uma coisa muito simples dar um brinquedo para o filho.
(Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)

André traz um relato interessante vivenciado com a mãe e o pai, respectivamente, pela forma com que ele significa em sua subjetividade os acontecimentos em sua infância e adolescência, a partir da marca do gênero e da violência masculina presentes nas relações, inclusive entre pais e filhos.

Quando eu chego chorando, falando que eu apanhei de um amigo, eu achei que, como acontecia com a minha irmã, ela era acolhida quando chorava. A minha mãe falou, "Olha, moleque, engole esse choro aí, que homem não chora! E aí o que é que aconteceu, eu falei: "-Eu apanhei do meu amigo" e ela disse: "-Da próxima vez que você apanhar na rua, você apanha aqui em casa também. Então, bata, não apanhe!"

Mas, ele (pai), por exemplo, no futebol, às vezes, quando a gente ficava em times opostos, ele ficava me sacaneando, porque eu driblava ele, aí ele passava o pé e, às vezes, chutava a minha perna e eu ficava bravo assim e tal. Porque essa coisa dos homens mais velhos tirarem proveito, meio que abusarem os mais novos, até como uma forma de ensinar como um homem age, é uma coisa bastante forte e expressiva dentro dessas relações masculinas, da Casa dos Homens³⁹. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)

Oswaldo traz o relato que também vivenciou provocações, cedeu a elas, mas foi chegado um momento em que os meninos mais velhos começam a chamar a atenção dele para não dar importância aqueles comportamentos e seguir em frente.

Muitas foram as vezes que desentendimentos aconteciam com outros garotos, até 18 anos. Na medida que o tempo ia passando, eles iam se tornando menores. Do primário para o ginásio e do ginásio para o colegial⁴⁰, quando mais novo, muitas das vezes eram discussões e xingamentos. Algumas vezes em forma de briga, ou seja, troca de murros e chutes. Num determinado momento, alguns colegas mais experientes nos apresentavam regras sociais que tinham conotação de "Civilidade", que começavam com a expressão: "Deixa pra lá!", "Não liga", "Deixa

³⁹ Alusão ao autor francês, Daniel Welzer-Lang, um estudioso sobre masculinidades, que cunhou o termo "A casa dos homens", para descrever a construção da identidade masculina.

⁴⁰ Até o ano de 2006, antes de ser instituída a Lei 11.274, referente ao sistema nacional de educação, o primário compreendia do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, o ginásio equivalia ao período entre o 6º e o 9º ano do Ensino Fundamental II e o colegial correspondia ao Ensino Médio.⁴¹ Substituí o nome da empresa pela expressão "numa multinacional de automóveis", como forma evitar uma possível identificação do entrevistado.

disso", "Isso não é legal!", "Isso não pega bem", "Olha a esportiva", era a lei do mais forte daquelas relações. Uma espécie de regra sagrada ou regra de ouro, que era aceita por todos, embora houvesse bate-boca ou brigas em todas as idades. (Osvaldo, 65 anos, pós-graduado, funcionário público e Facilitador)

As narrativas acima expostas evidenciam a prevalência da violência física como parte das vivências de todos os entrevistados, seja como autores e/ou vítimas, nas mais diversas situações, que abrange desde atitudes mais leves até comportamentos com alto teor de agressão.

Trazer à tona essas informações acerca da socialização dos homens em contextos nos quais aspectos de violência física eram naturalizados e os mesmos eram estimulados a usá-la como ferramenta de solução de conflitos, pode servir de indício para compreender porque os homens praticam violência sem perceber os próprios comportamentos como violentos. Sendo a conexão entre violência e generificação um lugar comum aos homens, parte dos entrevistados relata ter agido em consonância com o que lhes foi ensinado.

4.4.3 Performances de virilidade sexual

Conforme abordado na obra de Valeska Zanello (2018), a virilidade sexual é um dos pilares estruturantes da subjetivação masculina. No subcapítulo anterior, trouxemos os relatos dos entrevistados acerca daquilo que eles ouviram, viram, foram ensinados e cobrados em relação a este tema. Neste subcapítulo, saberemos as escolhas feitas por cada um, em relação aquilo que lhes foi ensinado.

Bruno nos apresenta algumas memórias do início da sua adolescência, entre 11 e 12 anos, acerca das interações entre meninas e meninos e das práticas coletivas, entre meninos, descritas por Welzer-Lang (2001).

As meninas eram meio que objeto de desejo já. Já era naquela construção lá que a gente recebe da sociedade naquele grupinho de meninos. Tem aquelas práticas de masturbação coletiva, jogos de troca-troca, essas coisas que os meninos faziam. E já tinham algumas meninas de querer... Alguns meninos já diziam que gostava de meninas, eu já dizia que gostava de uma menina também da rua. Mas eram coisas de brincadeira. A gente fazia clubinho de

dança para dançar com as meninas. *Eu lembro disso muito novo assim, com 12, com 11 anos. Lembro que queria passar a mão nas meninas, encostar nas meninas, espiar as meninas. Cresci brincando na rua.* (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador “E agora, José?”).

Alan e Ernesto, ambos estão em um relacionamento sério, porém apresentaram relatos de posturas diferentes para com as suas companheiras. A namorada de Ernesto descobriu ele traindo-a durante a pandemia, criou um perfil falso da amante na internet com as fotos que ela enviou para o celular dele e remeteu o conteúdo para o marido dela e o enteado. Ele continua com a namorada. O relato que ele traz mostra incoerência entre discurso e prática.

Me tira do sério mulher casada dando em cima de mim. *Não, isso me tira do sério! O que mais me tira fora do sério, é isso, mulher casada que pô... Não sei o que acontece. É a liberação feminista? Ok. Não case, entendeu? Não case! Isso me tira, isso me deixa profundamente puto da vida.* (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)

No caso de Alan, ele passou a ser alvo de piadas dos amigos, que excluíram ele da categoria de “comedor” – narrativa que ele trouxe no tópico anterior – pelo fato de ele ter se tornado pai, e não pelo fato de estar num relacionamento sério. Relata, porém, que tem amigos que o apoiam a ficar com a filha.

Então, alguns eu já cheguei a ouvir: "Pô, tá namorando, tal, foi pai, tal". Os moleques fala agora assim, "Pô, Alan, agora fodeu! Mas tem uns amigos meus, principalmente, o que eu mais ando, que ele é da Bahia aí, e faz uma semana que ele chegou, o Valter. E nós é muito amigo, muito amigo, mesmo! Ele me apoia bastante, né. Ele fala, "- É isso mesmo, parceiro. É isso mesmo, parceiro. Tem que ficar lá com a sua filha. Vai lá com a sua filha, fica com ela, tal, tá certinho, tal". Mas ele também apronta, né? E ele é casado lá na Bahia, mas vem pra São Paulo só pra... (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Cesar e Bernardo apresentaram narrativas no sentido oposto ao apregoadado como ideal de potência sexual. Os relatos deixaram transparecer que o foco deles é o relacionamento com a parceira e, não, a redução deste à uma performance sexual que comprovaria a virilidade de cada um.

No começo, não era muito bom não (em chegar nas meninas). Por exemplo, não tinha um carro, eu sempre defendi muito uma questão de saber conversar com ela. Se você souber conversar, você passa, né? Você pode não ser o mais bonito, mas se você souber conversar, você vai levar ela facinho. (Ri). **Você tem que ter objetivo. Você quer aquela pessoa, então você tem que ter o mínimo de argumentos.** Você não tem com o que impressionar ela. Não é com esses invólucros machistas de um carro. **Você não é aquele homem bombadão, grandão. Então, você não faz parte disso. Então, o que é que você faz parte? Ah, o que é que eu gosto? Eu gosto de ler, porque eu sou nerd de biblioteca. Então, como é que a gente consegue? É conversando, né! Eu aprendi assim, que não importa.** Eu brinco, vai na mais bonita, cara! Pode ir sem medo, que aquela ali é a que os caras mais têm medo. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Então, uma coisa é a questão do ser homem, outra coisa é a questão do ser macho. Eu acho que tem essa divisão. Eu acho que o homem tem um pouco mais de consciência com relação às questões. **O cara que tem que ficar com um monte de meninas para se dizer que ele é melhor? Não, cara! As pessoas têm necessidades, têm sentimentos, tem que entender, tem que respeitar, aproveitar aquele momento para evoluir, pra tentar construir.** Isso não significa que, de repente, vai ter que viver pra sempre, mas, quem sabe, construir alguma coisa bacana. [...] **Eu fiquei um pouco mais passivo com relação a essas questões, porque eu fui criado com duas mulheres, que não aceitavam e não queriam que, de repente, aquilo que elas sofreram, acontecesse com nenhuma outra mulher.** Então, sempre fui muito passivo com relação a isso. **Me arrependo, porque a gente acaba perdendo muitas oportunidades no sentido de, às vezes, uma pessoa que você gosta, uma pessoa bacana, que às vezes você não tem coragem de chegar, você não tem coragem de se expor.** (Cesar, 42 anos, pós-graduado, professor de pilates e personal trainer)

A timidez exposta por Cesar encontra eco na narrativa de Divaldo, que contou com o apoio dos amigos para tentar conquistar a colega por quem nutria uma afeição, mas faltava coragem para se aproximar. Divaldo já foi noivo, mas ficou solteiro.

Na escola, todos sabiam que eu tava a fim da Sueli. Aí, Paulo, me lembro que ele falou assim, "Óh, nós vamos lá pra casa do Divaldo, vamos pôr aquela música bem romântica, fazer uma roda, e ele e a Samara vão dançar no meio da roda. E ele vai tascar um beijo na Samara e, aí, vai começar um romance". Foi tudo um plano. Eu tinha que provar, só que não aconteceu nada disso, que a Samara não veio. (Divaldo, 64 anos, ensino superior completo, professor aposentado e Facilitador)

Oswaldo também enfrentou o questionamento de outros garotos quanto à sua virilidade, até que uma série de coincidências serviram de contributo para que essa dúvida fosse desfeita.

A sobrinha do dono da barraca começou a me paquerar. A gente já tinha amizade, a gente já tinha até ido em baile junto. A gente só não começou a namorar, mas a gente teve aquele affaire, aquela aproximação. Dançamos muitas vezes juntos, então também sabia que o Oswaldo não tinha medo de mulher, que mulher não doía. Ela sabia do meu cheiro também, sabia dos meus tons. Então, ela poderia ser uma defensora minha. (Oswaldo, 65 anos, pós-graduado, funcionário público e Facilitador)

André relata incômodo em relação a essa cobrança de virilidade que o colocava numa posição de estar sempre pronto, sempre disponível para o outro, abrindo mão da própria vontade, para agradar a terceiros e não correr o risco de ser questionado.

A gente tinha que estar sempre vibrando, pronto! [...] Quando eu me separei da minha esposa e fiquei solteiro, e conhecia uma outra mulher, às vezes, eu não queria sair de uma hora para outra, queria ver, entender, conhecer e, às vezes, a mulher falava assim, “-Nossa, fica enrolando pra sair, que dificuldade pra transar, tá difícil, hein!” Nossa, então, assim, eu teria que estar pronto ali, eu tenho que ir lá transar, na hora quando ela quer? E isso também, é uma coisa que eu passei na adolescência, de eu não querer ficar com uma jovem, de não ter atração por ela, mas ela tá dando mole, está todo mundo vendo e, como todo mundo estava vendo, tinha uma obrigação de ficar. Em algumas situações, acabei ficando para mostrar para os outros que eu era homem, para atender a expectativas do grupo, da sociedade. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)

Apesar da pressão paterna para agir conforme as regras sociais (im)postas e seguir o modelo do pai, “mulherengo”, Cristóvão optou por outro caminho, mas se percebeu, em dadas situações com um comportamento machista e viril.

Meu pai tá vivo, ainda é vivo, ele tem 87 anos e ele foi o símbolo do machismo - alagoano, super machista, e é machista até hoje. Ele passava para filho dele que não precisava respeitar, mas eu nunca segui os conselhos dele com relação a isso, nunca. Eu sempre respeitei muito as mulheres, namoradas. Sabe aquela coisa de pensamento machista de olhar as meninas? Eu nunca fui aquele cara de mexer com mulher nenhuma, eu nunca fiz isso, mas de paquerar as meninas... Aí, eu falei, “-Caramba! Que coisa horrível! Você tá fazendo isso por quê? Será que elas não teriam

o mesmo direito de fazer?”. Porque eu acho que o grande entrave do machismo é esse direito, também, para as mulheres. De elas fazerem, de elas paquerarem, de elas saírem. (Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)

Como relatado por Welzer-Lang (2001), um dos grandes silenciamentos que pairam sobre a violência perpetrada no universo masculino, geralmente dos homens mais velhos em relação aos meninos, são aos abusos sexuais. Após muitos anos sem partilhar com ninguém, Daniel quebra o silêncio e relata ter sofrido violência sexual, tanto de mulheres quanto de homens.

Violência sexual eu já fui, tanto de homem quando era criança, quanto de mulher, no começo da adolescência. É um negócio maluco. Eu até brinco hoje, que eu falo, no começo da adolescência, eu tinha meus 11-12 anos, as mulheres queriam abusar de mim. Depois que eu tinha 18, 16, 17 nenhuma queria. Eu até brincava na época. Mas, com relação a homens também, quando era criança. Então, isso marcou. Foi uma coisa que ficou. Não havia falado sobre isso antes, não. Por incrível que pareça, nunca tive coragem. Na terapia, engraçado, na terapia, eu nunca tive coragem de falar isso. Engraçado, fiz terapia com mulher. Hoje, eu já falo. Isso foi vindo, sei lá, foi uma série de coisas que eu venho pensando, refletindo com o tempo. Que eu costumo refletir bastante sobre a vida minha vida, né. O que tá acontecendo, o que faço e o que eu fiz, que dá para melhorar. Então, é isso aí, eu vendo outras coisas... Tanto que, no programa “E agora, José?”, foi a primeira vez que eu falei, na penúltima quarta-feira, e o tema era esse. Eu falei: “Já ocorreu isso e pronto. E falei numa boa. Não sei se é porque eu já me “fortaleci” nesse ponto da vida. “Ah, falei e dane-se!”. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário)

Os relatos expostos acima nos dão uma pequena amostra das (o)pressões, exigências, violências aprendidas, cobradas, exigidas, praticadas/sofridas de homens em relação aos homens e de homens em relação às mulheres.

4.4.4 Performances de virilidade laboral

No subcapítulo anterior, no item 4.3.4, foi apresentado o tópico virilidade laboral para abordar acerca do processo de subjetivação masculina, que tem como um dos pilares estruturantes a cobrança contínua e constante de uma alta performance e de

altos resultados financeiros para os homens em relação a esta área da vida. Neste subcapítulo, faremos uma análise das narrativas dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa para avaliar como este processo os impactou/impacta e quais foram/são as suas escolhas de vida frente ao que a sociedade ainda impõe aos homens como uma característica indissociável do masculino, uma condição para que este seja considerado pessoa, tenha valor e seja reconhecido perante os seus iguais, as mulheres e a sociedade.

Levando em consideração que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, as realidades vivenciadas pelos entrevistados foram diversas. Dos dez entrevistados, nove responderam a idade com que começaram a realizar qualquer atividade remunerada e a média foi de 13,3 anos entre os respondentes, porém uma diferença significativa se apresenta entre eles, pois há homens que começaram a trabalhar aos dez anos e outros com 16, 18 anos.

Apresento abaixo um quadro ilustrativo acerca da idade que cada entrevistado começou a trabalhar, formal ou informalmente (Quadro 4).

Quadro 4. Dados relativos à idade da primeira experiência laboral

NOME	IDADE QUE COMEÇOU A TRABALHAR
Daniel	10
Divaldo	11
Oswaldo	12
Ernesto	12
André	14
Bruno	14
Cesar	15
Cristóvão	16
Bernardo	18
Alan	Não informou

Fonte: dados da pesquisa

Daniel, Divaldo e Oswaldo foram os entrevistados que começaram a trabalhar mais cedo, com 10, 11 e 12 anos, respectivamente. O pai de Daniel não provia as necessidades da casa, como dito no item 3.3.4. Quando a mãe dele resolveu se separar do pai, colocou sobre ele a responsabilidade de prover a casa, junto com ela,

e cuidar dos irmãos mais novos. Isso o levou a colocar a família sempre como prioridade, “Financeiramente, eu vejo como prioridade a família. Às vezes, eu abro mão de coisas pra mim, pra colocar a família. O olhar pra família”. Ele traz alguns relatos, de diferentes fases da vida: infância e adolescência/início maioridade.

Eu comecei a trabalhar desde cedo, com 10 anos. Com 11 anos eu vendia jornal para Folha de São Paulo. [...] Minha adolescência, eu brinquei pouco. Era uma das questões que eu brigava. Eu lembro que um dia, eu cheguei pra minha mãe e falei, "-Olha, eu vou fazer isso! Pô, eu trabalho, estudo, faço tudo isso e você não quer deixar eu sair de casa. Por quê? Sair pra trabalhar eu posso! Ir pra rua brincar, eu não posso?". Então, ficou um negócio meio assim... Saiu na hora da raiva, na hora da fúria.

Pra mim, era um negócio meio maluco. 90% da minha renda era comprometida. Eu lembro que aquilo me gerava uma sensação ruim, constantemente. Essa parte da renda, tudo bem, isso passava, eu fazia trabalho, bico, pra complementar a renda, então eu conseguia me virar. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário)

O sentimento de Divaldo, é que uma das preocupações de seu progenitor era que ele crescesse um homem não trabalhador e, a partir dos dez anos, o pai começou a procurar emprego para ele. Em relação à Osvaldo, os pais eram separados, desde que ele era bem pequeno. O pai havia sido demitido da empresa onde atuou por 22 anos e não mais voltou a trabalhar. Tanto Divaldo quanto Osvaldo começaram a trabalhar na feira.

Eu trabalhei na feira. Tinha que levantar cedinho, mas não trabalhei muito tempo na feira, não. Depois, eu comecei a trabalhar na indústria. Na feira, eu comecei devia ter uns 11 ou 12 anos. Não mais que isso. Pelo que eu me lembro, assim 11 a 12. Eu trabalhei na feira, trabalhei por conta própria. Meu pai comprava pacote de amendoim e comprava uns saquinhos plásticos pequenininhos. Aí, eu e minha mãe fazíamos pacotinho de amendoim pequeno para eu, numa caixinha, sair e vender na rua. Muito isso. Aqui em casa, tinha fruta. A gente colhia goiaba e eu saía na rua pra vender amendoim e goiaba. Então, eu posso dizer que, desde pequenininho, eu sempre fui muito trabalhador. (Divaldo, 64 anos, ensino superior completo, professor aposentado e Facilitador)

Com 12 anos de idade, eu já trabalhava aos domingos na feira e ganhava um dinheirinho. Eu estudei em escola pública a vida inteira. Eu, quando fui fazer universidade, eu paguei pra estudar. Eu trabalhava pra ter dinheiro, eu passava fome, eu passava necessidade. Eu passei toda sorte de privacidade. Então, eu sei o que é isso, o que é você andar em ônibus lotado. Eu não tive esse privilégio

na sociedade. Isso dói muito! (Osvaldo, 65 anos, pós-graduado, funcionário público e Facilitador)

Três dos entrevistados começaram a trabalhar como *office-boys*, entre 12 e 14 anos, que são André, Bruno e Ernesto. Atualmente, a realidade profissional deles é bem diversa. André é funcionário público, Bruno facilita o Programa “E agora, José?” e administra a ONG Entre Nós, e Ernesto atua na área de marketing político, além de exercer outra atividade remunerada, em paralelo.

Eu já trabalhei em posição de coordenação, onde as pessoas cobravam, "-Você tem que ser mais duro com as pessoas, tem que ser mais firme, você tem que falar!". A gente é cobrado o tempo todo para ter uma postura ativa, para ter voz ativa, para ter aquela questão de você ser mais viril. Então, a sociedade cobra isso da gente. Dependendo da posição que você está, se você está numa grande empresa, isso também é muito cobrado, pra você ocupar um espaço. Os homens fazem isso na disputa de poder. (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador “E agora, José?”).

Ernesto tem duas atividades profissionais, mas tanto a sua ex-companheira quanto a atual têm proventos maiores. Ele sinaliza que não vê nisso um problema. Considera algo “muito bom” cada um ter a sua renda e poder dividir as contas. Apesar disso, sabe que a realidade de mercado remunera as profissionais mulheres numa desproporção em relação aos homens.

Uma gerente de marketing ganha muito menos do que um gerente de marketing. *Eu falo porque eu sou diretor de marketing. Hoje, se eu me lançasse no mercado com uma mulher, com menos experiência do que eu ou até com mais experiência do que eu, eu sei que eu vou ganhar, pelo menos, 60% acima do que ela. Tenho certeza!* (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)

Cristóvão e Bernardo foram os entrevistados que começaram a desenvolver atividade remunerada com mais idade, 16 e 18 anos, respectivamente. Cristóvão começou a dar aulas de violão e, posteriormente, iniciou estágio na área de engenharia, que não gostava, mas aí permaneceu por longos anos. Bernardo trabalha com o que gosta, apesar de os amigos fazerem piadas desqualificantes em relação à profissão que ele escolheu e, atualmente, está cursando uma formação complementar à sua, para atuar com o que sempre quis, especificamente.

Meus amigos diziam, desde sempre, que o maior defeito dele, é que ele não gosta de trabalhar (Ri). Na visão deles, você tem que estar trabalhando ali com administração de empresas, acham que você tem que estar em outra área, em outro âmbito, que é mais masculina. Então, se você é psicólogo ou você ficar lá, ouvindo problema dos outros, então você não trabalha não. Você é um vagabundo. [...] Eu estou fazendo psicopedagogia agora. Eu sou formado em psicologia clínica já tem 10 anos. E meu sonho sempre foi trabalhar com criança, mas eu tinha uma dificuldade enorme de trabalhar com criança por causa dos pais das crianças, que eu não me aguentava. Quando eu via aquele pai, que a culpa tá na cara, que a culpa é do pai e da mãe, eu não me aguentava. Então, eu não servia pra trabalhar com criança, me causava muito mal. Agora, eu tô voltando a isso. É um trabalho parental. Se você quer trabalhar só criança, é furada. Tem um buraco ali. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Eu fui fazer uma faculdade e fiz uma faculdade de economia. Aí, eu fui fazer estágio “numa multinacional de automóveis”⁴¹ e eu fiquei lá por 22 anos. Eu acho que os cinco primeiros anos, nesta empresa, foram terríveis para mim, foram terríveis, terríveis, terríveis! Eu não via a hora de sair de lá, ir para casa. E eu trabalhava! Porque eu sempre fui muito dedicado naquilo que eu tô fazendo. Então, eu trabalhava direitinho, fazia tudo direitinho, mas, “Nossa! Detestava aquilo!” E eu falava, “Meu Deus, por que eu tô aqui? O que é que eu tô fazendo? Por que é que eu não vou fazer a faculdade de música?”. Passou aquela fase e fiquei mais um monte de anos lá. Enfim, foi a empresa que me deu a primeira casa, foi empresa que me deu o primeiro carro, foi empresa que eu constituí a minha família, e foi através dela que eu fiz tudo isso. Mas, eu penso que quando você faz as coisas que você gosta, você é tão mais leve, você é uma pessoa tão mais leve, você é uma pessoa sem preocupação, uma pessoa que tudo que tá acontecendo tá bom, tudo que tá acontecendo tem uma outra visão do mundo, tem uma outra visão da sociedade, tem uma outra visão do que é ser companheiro, ser amigo, ser. Eu penso que para uma pessoa estar plena, é fundamental ela fazer o que ela gosta. (Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)

Assim como Bernardo, Cesar está fazendo uma outra graduação em nutrição, com o intuito de estar mais preparado laboralmente, mas relata que ainda se sente um pouco perdido em relação ao que quer fazer do trabalho. Reportando à narrativa de Cristóvão, Cesar trabalha na área que gosta ou naquela que viu maiores chances

⁴¹ Substituí o nome da empresa pela expressão “numa multinacional de automóveis”, como forma evitar uma possível identificação do entrevistado.

de sucesso profissional? Esse questionamento não fazia parte do rol desta entrevistas.

Tô sempre estudando, tô sempre fazendo um curso, tô sempre tentando evoluir, melhorar. [...] Correr atrás, se coçar, se vira, dá seus pulos, que agora não é mais só você. Isso eu via isso daí na minha mãe. Não era à toa, que ela trabalhava em dois empregos e, às vezes, fazia um bico, exatamente pra manter as necessidades e não deixar faltando nada. Então, agora a preocupação é sempre elas, o estudo, manutenção. Mas, hoje, eu ainda me vejo um pouquinho perdido com o que eu quero fazer do meu trabalho. (Cesar, 42 anos, pós-graduado, professor de pilates e personal trainer)

Alan é o mais novo de todos os entrevistados. Tem 26 anos e é pai de uma bebezinha de 6 meses. Ele relatou que sempre quis ser pai e que está muito feliz com a sua fase atual, que lhe trouxe mais responsabilidade.

Eu faço o que for possível. Trabalho, trabalho 12 (horas), se quiser trabalho dois dias, pra poder dar o do bom e do melhor pra ela. E espero dar mais, entendeu? Ela ainda tá lá (na casa da namorada e sogros), mas vou alugar uma casa, vou pegar e ficar mais junto dela. Eu vou, compro as coisas pra ela, o que ela tiver precisando, leite, fralda. Minha namorada trabalha, eu também trabalho e ajudo ela bastante nessa parte. Então, todo dinheiro que eu pego, a maioria do dinheiro que eu pego, eu dou mais que a metade pra ela. Dou tudo pra ela comprar. É um sentimento muito bom, muito bom! Se eu tiver ali o dinheiro pra mim colocar gasolina no carro e minha filha tiver precisando de uma lata de leite, eu vou pegar e vou dar o dinheiro pra ela, pra comprar a lata de leite dela. O carro espera, mas minha filha não pode esperar o leite. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

As respostas encontradas neste subcapítulo coadunam com parte do exposto por Venturoza (2016, p. 89), “O que costumava ocorrer era que ideias como ser o principal provedor da família, ter uma companheira que arcasse com a maior parte dos trabalhos domésticos e cuidados com os filhos era entendido como o “natural” e “esperado”. A autora pesquisou narrativas sobre gênero e violências num GHAV.

4.5 RESSIGNIFICANDO MASCULINIDADES? EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA?

Este subcapítulo é voltado, exclusivamente, aos Homens Autores de Violência, egressos do Programa “E agora, José?” – Alan, Bernardo, Cesar, Daniel e Ernesto –, que cumpriram todas as 20 oficinas, e tem por objetivo verificar se houve, a partir das narrativas dos entrevistados, mudanças de concepção, atitudes e comportamentos, após vivenciarem a experiência de um grupo reflexivo, voltado a problematizar as questões relacionadas à violência contra a mulher e ao machismo, ainda presente nos comportamentos masculinos.

4.5.1 GHAV: um lugar seguro para falar e ouvir

A metodologia de GHAV foi pensada para criar um ambiente homogêneo e respeitoso de trocas, discussões, reflexões e tomada de consciência. O intuito é que os significantes autor-reflexão-autorresponsabilização sejam alcançados ao final do processo. A metodologia é pensada para ser aplicada com grupos, em formato circular (quando é presencial), para debater sobre um tema a cada encontro, em que são problematizadas algumas questões. A metodologia insta a participação de todos, com a premissa de respeitarem a opinião alheia e falarem na primeira pessoa do singular (Eu). Esse processo é conduzido, geralmente, por dois Facilitadores com formação na área de gênero e com experiência para conduzir trabalhos desta natureza.

Vale lembrar que este tópico foi aplicado, exclusivamente, aos cinco HAV, visto os Facilitadores terem vivenciado esta experiência no ano de 2015. Foi perguntado aos entrevistados qual foi a sensação deles ao chegar ao Programa “E agora, José?” e como foi vivenciar o processo. Alguns aspectos foram recorrentes nas narrativas dos egressos: quatro deles relataram que, no início, não gostaram e não queriam estar ali; todos afirmaram que a sensação inicial foi passando no decorrer dos encontros; os cinco relataram que encontraram um lugar onde podiam se expressar, sem ser acusados e todos consideraram a experiência positiva e significativa.

No começo, eu falava: “-Pô, eu não queria tá aqui. Eu poderia tá em casa, poderia tá fazendo qualquer outra coisa, menos aqui”. Não aceitava, achava chato. No começo, a gente tem essa percepção, como qualquer um que chega lá. No começo, a gente não gosta, a gente acha chato!

Depois, você vai conhecendo as pessoas, você vai conhecendo as histórias, o que aconteceu, as opiniões, [...] conversar com os meninos também que estavam lá. Porque o “E agora, José?” é aquilo, é um espaço fechado, só pra nós, homens, que ali a gente pode discutir o que é ser homem, o que não é. A gente discute sobre o que a gente pensa, a gente tem a nossa opinião, sem ser julgado. Então, a gente pode conversar ali entre a gente e, ali, a gente pode falar o que a gente pensa, mas não vai ser julgado por isso. A gente só vai ser instruído de como que é o certo. Era melhor quando era presencialmente, mas depois que veio a pandemia, ficou virtual. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Bernardo foi o único que não comentou sobre esse incômodo inicial de estar ali. Declarou que tinha consciência. O que o tirou do sério, que foi relatado, anteriormente, foi ter o registro profissional suspenso temporariamente.

Eu tava bem consciente de tudo. Não foi nada negativo. Na verdade, eu fiquei meio assim pela estrutura, um pessoal que, no começo, não tava gostando, não tava se encaixando lá, de jeito nenhum. Podia ser uma coisa mais elaborada, uma atenção maior. Eu sei que o pessoal do “E agora, José?” faz isso como voluntário, mas podia ser uma coisa um pouco mais elaborada, mais custeada.

O grupo, ele traz isso, esse lugar mais tranquilo para se pensar, esse lugar mais tranquilo para se estar. Eu gostava de ver todo mundo ali, eu gostava do empenho, eu gostava de ver a coisa funcionando, sabe. Não tem algo específico que eu diga isso é legal, isso não é, isso me agrada mais. A estrutura mesmo, quando tava todo mundo ali falando, se colocando, isso eu acho legal, isso eu acho que é o objetivo do encontro. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Cesar também trouxe a narrativa de um desconforto inicial, mas sinalizou que considera importante e válido ter espaços para trocas e interações, chamando atenção para o fato de ter sentido alguns desconfortos e considerado válido este aspecto.

Quando eu entrei, era essa sensação que eu comentei de caça às bruxas. Teve todo o processo de algumas questões relacionadas a gênero, a desigualdade, a feminismo, que são algumas questões sociais atuais importantes de discutir. Achei legal, que era um pouco desse bate-papo que a gente está tendo aqui, que não tinha muito certo ou errado, era mais a percepção. Eu saí tranquilo, porque foi

um ambiente desconfortável de aprendizado. Se não for desconfortável, não tem aprendizado.

*Eu comentava muito nos encontros, eu acho que todo tipo de interação, como a gente está comentando aqui, tá fazendo agora, é importante. **Acho que isso seria bem melhor, bem mais benéfico, quanto mais jovem possível.** Todo tipo de terapia, quanto mais cedo possível é melhor. (Cesar, 42 anos, pós-graduado, professor de pilates e personal trainer)*

Daniel também enuncia um desgosto inicial, um aborrecimento em relação a algumas posturas dos Facilitadores, que foram mudando, e que foi importante ter aquele espaço de interlocução e trocas com outros homens.

No início, eu achei os encontros muito agressivos, a comunicação dos facilitadores, a postura. A comunicação que eles tinham conosco, aquela frase, aquela velha frase: "Nós homens, somos machistas e violentos!". Chegou um dia, que eu cheguei no grupo e falei: "-Óh, tá acontecendo isso, isso, isso, isso e isso". Aí depois disso, começou a mudar. Foi ali que eu encontrei um lugar onde os homens podiam conversar e falar, sem serem criticados, e ouvido por outros homens.

*As pessoas falam que nos grupos que as mulheres querem fazer, os homens travam. Porque, **os homens também têm medo de falar, não se sentem à vontade com a mulher por lá.** A mulher lá, ele vai falar assim: Eu vou falar de algo meu aqui, e eu vou ser criticado por essa mulher. Eu vou ser tido como algo ruim, eu vou tomar porrada, então, eu não vou fazer nada lá. Então, se eu ficar quieto, eu não arrumo pra minha cabeça. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário).*

A sensação inicial de perda de tempo também foi trazida por Ernesto. Ele relatou que chegou a fazer a conta de que seriam 40 horas de programa, por 20 semanas, acrescidos dos encontros quadrimestrais.

*Quando começou, eu vou perder duas horas de uma quarta-feira! **O primeiro dia eu falei, "Pô, tá de brincadeira! Vai ser perda de tempo!** Vou perder tempo à toa! Por que não me põe pra pintar um muro?". Reclamou de partidarismo e de algumas atitudes de colegas, na sala, **e o ambiente melhorou. Os caras (facilitadores) foram transformando a sala e criando um negócio homogêneo, que ali, ali nós ficamos amigos, nós ficamos amigos.** (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)*

Os HAV entrevistados desta pesquisa não foram os únicos a passar por uma experiência dessa natureza e apresentar certa resistência na chegada ao Grupo

Reflexivo para Homens Autores de Violência contra a Mulher. Mistura (2015) relata sentimentos de “revolta”, “desconfiança”, “injustiça” acerca das vivências de homens, na chegada a um GHAV. Na saída, esses mesmos HAV relataram “espaço de escuta e interlocução”, “espaço de reflexão, aprendizado e crescimento”, “processo de desconstrução, assim como de reflexão”, “prazeroso e como espaço de sociabilidade” (pp. 65-68).

4.5.2 Aprendizagem sobre violência

A Lei Maria da Penha tipifica cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher em seu estatuto. São elas: a física, a psicológica, a sexual, a moral e a patrimonial. Neste subcapítulo, as narrativas dos entrevistados nos informarão acerca do aprendizado sobre violência que eles tiveram, antes ou depois do programa.

Num subcapítulo anterior, Alan comentou que havia batido, mas não na cara. Falou também que não gostava de pegar a sua namorada conversando com outros homens. Depois, refletiu e relatou que não havia diferença entre bater na cara e bater em outra parte do corpo. Na narrativa abaixo, ele nos exemplifica o entendimento que teve acerca da temática.

Depois que eu comecei a frequentar o "E agora, José?", às vezes, eu tenho um ciúminho, mas eu não falo, eu não falo. Às vezes, "Não, amor, pô, amor, não é legal esse tipo de mensagem, né". A gente conversa, "Não, amor, é só seu amigo, tudo bem!". Eu sou um cara aberto. Agora, a minha namorada, ela tem os amigos dela, ela pode conversar. Eu também tenho as minhas amigas, então, me ajudou bastante, de verdade mesmo.

Uma agressão, ela não é só física. Uma agressão também pode ser verbal. Então, a gente aprende bastante essas coisas, como você se comportar, como prevenir certas coisas [...] você pode sair dessa situação sem ser agressivo. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Para Cesar, falar em violência, era pensar em agressão física. Daniel foi outro egresso que comentou ter mais clareza sobre o que é violência, sobretudo em relação à violência psicológica. Tais percepções ecoam com os achados de Mistura (2015, p. 106), quando este se refere à percepção dos homens entrevistados acerca da

violência, “[...] por considerarem como violência propriamente dita, agressões de natureza extrema, associadas a crimes graves que levam à lesão ou morte”.

Antes, só existia a violência física. Hoje, entendo que é mais amplo e existe diversas formas de violência, então me polio mais, exatamente para controlar melhor esses impulsos e busco reconhecer quais foram meus traumas, para assim ser uma pessoa melhor. (Cesar, 42 anos, pós-graduado, professor de pilates e personal trainer)

Mudou algumas coisas. Essa violência psicológica que acontece de homem contra mulher, esse tipo de situação, ficou bem claro nas reuniões. Mudou alguma coisa, mas não mudou muito, eu já tinha noção de tudo, assim. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário).

Bernardo sinalizou que a sua compreensão sobre violência é a mesma de antes, porém, não sente mais necessidade de ter razão numa discussão, tampouco de querer que o seu argumento se sobreponha ao da esposa. Claramente, aqui, uma demonstração da relação entre violência de gênero e poder.

Violência pra mim, pode ser verbal, pode ser física. Não mudou nada. Qualquer forma de agressão, mesmo. Eu lembro que a gente estava falando, definindo agressão, definindo violência e, às vezes, a gente tá numa discussão um pouco mais acalorada, onde a gente quer tentar se impor. Por mais que você esteja certo, eu sei que, na prática, ninguém está totalmente certo ou totalmente errado. E, às vezes, a gente quer fazer valer o nosso ponto de vista.

Eu acho que eu já tô velho demais, e eu acho que não tem necessidade de a gente fazer valer o nosso ponto de vista, por mais certo que esteja, não importa. Tá certo ou errado? Não importa. Eu acho que a gente tem que, realmente, parar para ver se vale a pena você entrar em uma discussão sobre algo, que pode ser pertinente ou não. Mas o quanto você vai se desgastar com aquilo. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Ernesto pontuou que recebeu instruções úteis para o seu dia a dia, para não ir além de certos limites e, mesmo tendo ficado furioso com a namorada – que criou um perfil falso da amante dele e enviou as fotos de nudes para o marido dela – continua no relacionamento. Abaixo, segue a sua declaração e um pequeno diálogo entre eu, pesquisadora, e ele.

[O programa] ***Me deu certos toques, certos feelings de como não transgredir algumas coisas que eu ainda transgredia.***

- “Olha [falou para a namorada quando foi encaminhado para o “E agora, José?”], vou falar uma coisa, ***mulher quando quer foder com um homem, ela sabe, ela sabe, ela sabe, cara! Meticulosa, meu Deus! Porra, vocês são foda, né! Sabe me foder e foder os outros, né! Mas, não precisava foder desse jeito!*** Desculpe o foder (para mim, pesquisadora).

- [ela respondeu]: ***“É? Recebe outras, recebe outras estando comigo. Vou fazer a mesma coisa!”.***

- Maiara: ***E vocês se separaram ou continuaram juntos?***

- Ernesto. ***Continuamos, continuamos, continuamos. Você tem que tirar o chapéu! Eu tenho que dizer uma coisa: eu não sou burro. Eu tenho que andar com uma pessoa que é inteligente. Se fosse uma pessoa que pegasse e começasse a gritar, eu ia desqualificar tudo. A pessoa sabia tim-tim por tim-tim. Eu vi ela no outro dia com o olhar, sabe, de não dormir, mas não aparentou nada.***

4.5.3 Conscientização sobre a própria violência

Há uma diferença entre compreender o significado de violência e assumir a violência cometida. Neste subcapítulo, constataremos, através das narrativas expostas, se houve assunção da própria responsabilidade, se não houve e/ou se essa informação não foi exposta, de forma objetiva.

Dos cinco egressos, quatro deles relataram, direta ou indiretamente, que compreenderam o próprio erro. Apenas Daniel, não fez alusão direta a esta questão, embora tenha relatado, no subcapítulo anterior, o aprendizado em relação à violência psicológica. O que o levou a frequentar o “E agora, José?” foi uma discussão verbal com uma ex-namorada em público, onde ele relatou ter havido gritos de ambos.

O curso, tudo o que eu aprendi, as histórias que eu ouvi e o que eu passei, me ajudou muito, muito, pra ter um relacionamento saudável hoje, e não perder mais a minha cabeça, de ser uma pessoa agressiva, porque nada justifica. Eu sei que eu fui errado e tô pagando o que eu fiz. Tô pagando pelo que eu fiz, que foi agressão e a ameaça, que eu fiz contra ela. Me faz pensar melhor agora sobre as minhas atitudes, de não perder a cabeça, tal, de não ser um cara possessivo, sabe, de se não tá dando certo, termina, pra não gerar coisas piores. É isso. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Acredito que começar a descobrir as várias formas de violência que, não necessariamente, é a física. As nossas atitudes, no cotidiano, podem gerar vários tipos de violência, desde ser autoritário no trabalho, até um tom de voz mais alto, como fazem os pais com os filhos, ou seja, podemos estar sendo violentos no nosso dia a dia sem saber. A violência é sutil, destrutiva psicologicamente, e tão destrutiva quanto a agressão física. Devemos ficar atentos sempre, para não estar praticando nenhuma violência, seja ela de qualquer tipo, com ninguém. (Cesar, 42 anos, pós-graduado, professor de pilates e personal trainer)

Bernardo e Ernesto trouxeram narrativas em que, num primeiro momento, se colocavam como vítimas e tentavam transferir a responsabilidade de eles estarem ali, para as companheiras que os denunciaram.

Eu acho que aceitar, primeiramente, o erro. Aceitar que errou, aceitar que o que fez não é certo, independente dos motivos. Igual eu. Até hoje, eu ainda tenho um pé lá atrás com isso, que na sociedade tinha que ter tudo igual. Bateu, levou. É assim que tem que ser o mundo. Mas ainda fico com esse viés aí. Mas é uma desculpa. A resposta agressiva não é uma resposta, não é a melhor forma. Se não é a melhor forma, porque que eu estou me utilizando dela? O problema está em mim, não está no outro. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Pensei, a Eliete me colocou nisso! Aí eu falei, será que foi a Eliete? Não, não foi a Eliete. Fui eu que, se não tivesse me metido com essa mulher casada, não tinha recebido foto nenhuma. A pandemia me pegou! A pandemia me pegou! (Ernesto, 55 anos, ensino superior completo, atua com marketing político)

Daniel sinalizou que “O bom do curso, além de todo o conhecimento que vai sendo passado, é que vai fazendo-se uma reflexão” sem, no entanto, fazer referência explícita sobre autorresponsabilização. Contudo, começou a intervir junto aos colegas de trabalho e clientes, quando considerava a postura de algum deles desrespeitosa em relação a um terceiro.

4.5.4 Ampliação do repertório pessoal e mudanças comportamentais

Um dos objetivos secundários desta pesquisa foi identificar as principais mudanças de paradigma, comportamentos e impactos percebidos pelos participantes em relação à ressignificação de suas masculinidades e de suas relações conjugais, familiares e de afeto.

Além de avaliar o próprio comportamento, foi solicitado que cada participante relatasse se percebeu mudanças nos outros homens, colegas de turma do Programa “E agora, José?”.

Alan relatou diversas mudanças, oriundas do processo reflexivo, demonstrando maior consciência acerca dos próprios comportamentos e trazendo exemplos das ressignificações e novas práticas.

Passar pelo “E agora, José” foi uma renovação! [...] Me faz pensar melhor sobre as minhas atitudes, tipo, de não perder a cabeça, de não ser um cara, sabe, possessivo, tipo, de não ter muito aquilo, se não tá dando certo, termina, pra não gerar coisas piores. Eu acho que o maior aprendizado que eu tive lá do curso, é isso, nunca mais querer levantar a mão pra nenhuma mulher, sabe, seja qual que for o motivo. Eu levo isso agora, de vida. Tem um relacionamento, não tem respeito, não tem confiança, não tem diálogo, então, é melhor parar. Não ficar nessa que vai melhorar, vai melhorar, porque as coisas só pioram.

O “E agora, José?” abrange várias coisas, da sua infância até os dias atuais, sobre a sua família, então, acho que isso abre a sua visão. Ali, define o que é ser homem, o que você faz, às vezes, que pode gerar de você ser machista, porque, às vezes, a gente fala coisas e é uma agressão.

Agora eu ganhei mais entendimento sobre do que é ser homem, mais experiência nesse sentido, tenho mais paciência hoje em dia, compreensão. Acho que eu aprendi a compreender. A maior mudança foi o ciúme. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Perguntado se percebeu mudanças nos demais colegas de turma do Programa “E agora, José?”, Alan respondeu afirmativamente.

Eu acho que conhecimento. Aprenderam sobre o que é você, o homem, a mulher também. Foi um aprendizado pra eles ver o que

é ser homem, o que é ser machista. Eu acho que, assim, tiveram mesmo conhecimento, aprenderam o que é o "E agora, José?", o que é o tratar sobre o que é você, o homem, a mulher também. (Alan, 26 anos, ensino médio completo, empilhador)

Bernardo relatou que o processo de repetição das temáticas o levou a uma reflexão contínua, além de gerar mais clareza e tranquilidade. Também fez um relato de ressignificação, que coaduna com o objetivo do Programa "E agora, José?".

As temáticas, pelo menos para mim, elas trazem essa repetição da reflexão, onde ali, gera um lugar de tranquilidade. Estar mais antenado, com mais clareza. Fora o que eu retirei do meu comportamento: não retribuir agressões. Eu acho que isso é um ponto extremamente importante, em vários aspectos. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Inquirido sobre a percepção que teve do impacto do grupo reflexivo nos colegas de turma do Programa "E agora, José?", Bernardo fez alusão ao aspecto emocional e o elo que gerou com os colegas.

Os colegas, os homens, de uma forma geral, eles ficam até mais emotivos. Tem algumas pessoas que a gente faz amizade mesmo. As pessoas colocando pra fora, mesmo, situações, colocando relatos. E você vê mudanças. Eu acho isso bom, acho isso perfeito. Eu acho que o reconhecimento mesmo, de como errou, de quando errou. (Bernardo, 40 anos, ensino superior completo, psicólogo clínico)

Cesar fez alusão à necessidade de desconstruir e de construir, sob novos parâmetros, os aprendizados e práticas, sociais e relacionais, sobre masculinidades.

Acredito que o meu papel na sociedade, o que foi enraizado culturalmente no nosso desenvolvimento e o que na realidade seria o esperado, por exemplo, hoje consigo mostrar mais meus sentimentos, minhas dificuldades, chorar quando preciso, então acredito que dentro do meu comportamento, foi a aprender a desconstruir o que já estava enraizado culturalmente, e construir tudo de novo. Tudo é experiência.

Você não sai do sedentarismo de uma hora pra outra, fazendo exercícios exorbitantes dentro do treinamento funcional. Teve processo. Só que você teve alguém pra direcionar. Então, acho que falta um pouco é isso, esses direcionamentos.

Hoje em dia, nos meus relacionamentos, eu já deixo bem claro: "se chegar num determinado ponto, eu viro as costas e vou

embora". Então, às vezes, nesse momento, falta um pouco daquilo que eu falei pra você, da questão do ser homem e, não, macho. Entender que "é aqui". A gente só admite "até aqui", tanto homem quanto a mulher. É o que eu ensino pra minha filha: "eu só admito certas coisas até aqui. Passou daqui, cada um pro seu lado". (Cesar, 42 anos, pós-graduado, professor de pilates e personal trainer)

Em relação a mudanças nos colegas do Programa, Cesar relatou que "Algumas pessoas estavam mais conscientes de algumas questões, aprenderam com o erro e o identificaram, tanto é que alguns comentaram".

Daniel fez alusão à sua forma de se comunicar e falar, cujo tom de voz era mais alto, que aparentava que ele estava brigando. Sinalizou que os funcionários dele observaram essa mudança e estão achando que ele está "chato". Além disso, relatou mais calma no trânsito e o fato de compartilhar um pouco do que aprendeu, e exigir mais respeito no tratamento com as pessoas ao seu redor, de uma forma geral.

Foi o jeito de falar, a minha comunicação. Às vezes, eu falo as coisas e eu era muito seco na comunicação. **Como eu falo alto, parece que eu tô brigando. E agora eu tô aprendendo a falar baixo.** Eu falava muito alto, então, eu era estabonado para falar. **Hoje, eu meço as palavras.**

Algumas mudanças existiram mesmo. Reflexões de todo tipo, das violências, tipo, no trânsito, "Opa, eu tenho que voltar pra casa, eu tenho alguém me esperando em casa". **Antes de eu falar qualquer coisa pra alguém, eu tenho que pensar no que se pode dar. No meu trabalho, os meninos falam assim: "-Meu, você começou a fazer esse curso, cara, você ficou estranho, velho! Você ficou estranho! Agora, a gente vai fazer uma piadinha e qualquer coisa você já vem, você já fala alguma coisa. Não pode nem falar de gay mais, perto de você, cara!** Se a gente vai comentar alguma coisa, falar alguma coisa, você já fala que a gente tá sendo homofóbico, que a gente pode se ferrar", **"Você fica falando, "-Isso aí, não pode fazer com a mulher, que isso é violência. Você já ficou chato".** Eu falei: **"_Eu não fiquei chato. Eu tô só dizendo".** Eu vi outras pessoas falando assim: **"-Você tá ouvindo bem mais", "Pontuando, fazendo as pontuações sobre aquilo". Os debates na família, quando alguém comenta alguma coisa, eu já tenho uma fala diferente.** (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário).

Daniel notou algumas mudanças nos colegas de turma e trouxe duas narrativas, para exemplificar.

Eu notei uma das frases que um dos integrantes disseram assim, "-Eu sempre dizia que eu ajudava a minha mulher nas tarefas de casa. Hoje eu vejo que nós dividimos as tarefas". Essa frase ficou bem

marcada. E com relação aos tipos de violência, eu notei um outro integrante também que, uma vez, saiu um assunto do estupro marital e ele falou que ele não tinha noção do que era isso. Ai, ele comentando que na primeira esposa, ele tinha cometido isso, sem saber que estava fazendo. Então, isso foi interessante, ele se conscientizou disso. Isso eu achei bem bacana. (Daniel, 48 anos, ensino médio completo, empresário).

Ernesto (55 anos) não fez alusão a mudanças nos colegas, mas sinalizou que participar do Programa “E agora, José?”, “Foi a pior cagada, que virou o melhor concerto da minha cabeça”. Relatou, também, que mudou o comportamento em relação a ser mais paciente com as outras pessoas. Além disso, por indicação de um dos Facilitadores, que o achou ansioso, ele começou a fazer Yoga, assistindo aulas pelo *streaming*, num canal de conteúdo pago. O resultado desse desdobramento foi a redução do pânico que havia desenvolvido e que eclodia a cada visita ao dentista.

As narrativas aqui apresentadas encontram similaridade com outros estudos científicos, que trazem relatos variados a exemplo de Beiras (2012, p. 240), “Comentam que aprenderam a escutar mais, a sentir e perceber suas emoções e sentimentos, a entender a sua parte de responsabilidade nos conflitos”. Mistura (2015, p. 118-122), apresenta outros repertórios aprendidos, a exemplo de “abriu mais a minha cabeça”, “antes da mulher brigar, já sai, vai dar uma volta”, “comecei a aceitar mais as coisas, relevar mais, ser mais companheiro”, além de citarem a redução de brigas de trânsito e melhorar a relação com as pessoas, em geral.

4.5.5 Avaliação do Programa

Como os relatos de quatro dos cinco entrevistados, ao entrar no programa, faziam alusão a não querer estar ali, nem desejar participar daquele processo, o que está alinhado com outras pesquisas realizadas com GHAV, foi pedido aos mesmos para fazer uma avaliação do programa, uma vez que já tinham finalizado as 20 oficinas (MISTURA, 2015; VENTUROZA, 2016). Foi uma pergunta aberta, em que eles foram incentivados a falar sobre os aspectos que quisessem, sem restrição.

Contrariamente ao sentimento inicial de perda de tempo, todos os egressos consideraram o programa válido e importante. Alguns fizeram comentários, como

sugerir novos temas, além de mencionar alguns pontos de incômodo alusivos, principalmente, à defesa de bandeira político-partidária por parte dos Facilitadores. Contudo, todos sinalizaram que gostariam de ter passado por uma experiência desta natureza, sobretudo, na adolescência. Foi pedido também que cada um deixasse uma mensagem para os homens de nossa sociedade. Esse sentimento é compartilhado por entrevistados de Beiras (2012, p. 191), que pergunta "Por não há espaços como este no mundo dos homens?".

Para melhor visualização, este subcapítulo será organizado, por egresso, da seguinte forma: nome do egresso e avaliação; sugestões ao programa; se considera que um programa desta natureza deveria ser ofertado a outros homens e, em caso afirmativo, em que fase da vida; se gostaria de deixar alguma mensagem para os homens em geral.

1. Egresso Alan

Avaliação:

E foi a melhor coisa que aconteceu, tipo, digamos assim, porque abriu a minha mente, abriu o meu ponto de vista sobre as coisas que aconteceram. Desde pequeno, a gente ouve que homem tem que trabalhar e mulher tem que ficar em casa fazendo as coisas. Só que depois que eu comecei a frequentar o curso, que a gente vê as coisas. Porque, num relacionamento, a divisão de tarefas tem que ser junta. Hoje, ele "ajuda" e todos trabalham fora e dividem as tarefas, uns mais, outros menos.

O curso ajuda bastante, porque abre a sua percepção. Porque tem uma conversa, tem um diálogo, você vê o que as outras pessoas estão passando, o que aconteceu para a pessoa tá ali, entendeu? Eu acho que se não tivesse isso, a pessoa iria agredir a mulher, provavelmente não ia ser presa, ia ficar assinando e depois o que é que o cara aprendeu? O que que ele aprendeu? Não aprendeu nada! Não aprendeu o que é ser homem, não aprendeu a respeitar a mulher, que a mulher tem o espaço dela, que não é certo algumas coisas, que não é só agressão, mas você ser machista também com a mulher, falar alguma coisa para ela, xingar ou falar que o lugar dela é na cozinha, essas coisas... você tá sendo um cara machista, você tá agredindo, mas com palavras. Então, acho que isso ajuda bastante a gente, sabe, traz bastante isso.

Sugestões ao programa:

Eu achava os temas todos bem atrativos, porque a gente acaba fazendo um grupo ali, pra discutir os temas. Então, eu acho que eu não mudaria nada. Eu acho que era bem melhor presencialmente do que virtualmente, porque eventualmente, a gente percebia que,

no grupo, muita gente ficava com a câmera fechada, muita gente ficava com microfone também fechado.

O programa deve ser ofertado a outros homens?

Eu acho que o programa “E agora, José?” deveria, sim, ser ofertado. Eu acho importante, sim. Acho que com 14 anos, 15 anos de idade. Eu acho que se fosse antes, nada disso teria acontecido.

Mensagem para os homens:

Eu acho que eles deveriam frequentar esse curso pra aprender a ser melhores pais, a ser melhores maridos e ser uma pessoa melhor na sociedade. Porque não tem que acontecer alguma coisa na sua vida, você ter que assinar um B.O., pra você aprender a você ser homem ou você aprender sobre as suas atitudes. Então, eu acho que o recado que eu daria é esse, os homens deveriam aprender mais sobre eles mesmos e sobre os outros, sobre o próximo, sobre a companheira deles, o que eles falam, o que eles fazem, que tudo isso afeta.

2. Egresso Bernardo

Avaliação:

Eu consigo estar muito mais esclarecido agora. O valor, ele tá ali. É que eu também estou antenado, por um lado, o que me faz ficar em sintonia com esse valor. Mas ele abre espaço pra você pensar. Quanto mais você repensar, mas você lapida e, quanto mais você lapidar, melhor pra você poder procurar outras coisas relacionadas ao mesmo assunto. E, sim, eu, com certeza, o conhecimento e a calma que isso traz, a calma de você, talvez, não repetir ou poder dar um auxílio melhor para o outro, acho que isso faz uma diferença.

Sugestões ao programa:

Eu acho que eles deveriam ser um pouco mais incisivos em algumas questões, porque têm pessoas que passam, simplesmente, por passar. Elas não focam tanto. Elas estão ali, elas vão do começo ao fim, se sentindo obrigadas a estarem ali. Então, eu acho que para essas pessoas, o aproveitamento não é tão bom.

Acho que as religiões seriam uma coisa a ser colocada um pouco mais, pois são assuntos que sempre vêm ali, mas parece que o pessoal evita de conversar um pouco, porque eles não querem nem manejar isso. Só que isso tá ligado, o patriarcado tá ligado a isso também, tá ligado a essas formas religiosas. Então, acho que vale a pena, num grupo como esse, você chegar a isso. Se colocar, para se questionar mesmo, para que esses questionamentos mudassem para as pessoas e mudassem pra gente. Acho que essa é

a matemática. **E, se aprofundar mesmo, se aprofundar nos conceitos. Nessa construção do homem, eu acho que tem que ser mais profundo.** Tudo que é colocado ali, **tem espaço para ser mais profundo.** Eu acho que você tem a chance de tá ali, pra que que você vai só fazer a pergunta? Vamos responder ela aqui, vamos, pelo menos tentar, sabe, só jogar e deixar ver. Não, dá mais um tapinha ali nas costas, um empurrãozinho. É por isso que eu falo desse aprofundar-se. Acho que dá, acho que tem espaço pra isso, tem um lugar pra isso. As pessoas já estão ali, obrigadas, ou não estão”.

Eu acho que eles tinham que ser, às vezes, pontuais. Eles sempre jogam pro todo. É sempre o grupo, o todo. Há uma descaracterização do que é você, nesse grupo. E eu acho que pro grupo até fluir melhor, se eles pegarem algumas pontas que estão mais discrepantes e ter um foco mais nela, uma atenção especial nela, justamente pra melhorar o todo.

Um indivíduo que tá ali, que não quer participar, como a gente estava falando agora há pouco, que tá ali, às vezes até, tripudiando, talvez mais piadista ou, realmente, relativizando tudo, acho que esse indivíduo tinha que ser chamado assim: "Pô, o grupo pode funcionar melhor se você for assim ou for assado e começar a ter uma visão um pouco mais aberta ou tentar pegar por outro aspecto". Porque ele leva o grupo a um nivelamento que, nem sempre, é um nivelamento alto, ele leva o nível lá para baixo. E eu acho que deveria ser incisivo nisso, pro grupo funcionar. Eu não tenho problema em ver a coisa como um grupo, mas há peças que destoam demais. E eu acho que nessas que destoam, você tem que ter um trabalho um pouco mais focado nela, pra ajudar com que ela faça parte desse grupo.

O programa deve ser ofertado a outros homens?

Eu acho que todos têm que passar por uma experiência como essa, de preferência num momento mais jovem, da vida adolescente. Eu acho que **no período escolar tem muito espaço pra isso.** Se a sociedade não fosse machista nem preconceituosa do jeito que é, o mundo seria muito melhor, a gente teria um outro formato de olhar o mundo. Na escola, eles dão valores a matérias como português, como matemática, e **ninguém ensina você a viver. Você é pega culturalmente com o que você tem e vai chutando pra frente, vai fazendo algumas adequações.** Se você não correr atrás pra se melhorar, você tá lascado!

Mensagem para os homens:

A gente tem que mudar esses padrões sociais. Se a gente não tiver - e eu chamo isso de uma palavrinha bem simples – revolução, **a gente precisa de uma revolução,** de verdade, pra gente ter mudança, de verdade. Eu acho que **esse trabalho que nós fazemos,** ele é muito como garimpar, sabe. **Ele é muito pouquinho. Eu acho que o resultado benéfico,** mesmo, é **tão a longo prazo,** a perder de vista. **Eu não sei se dá para se contentar com isso.**

3. Egresso Cesar

Avaliação:

Gostei muito! Na avaliação foi muito enriquecedor, no diálogo envolvido, é importante entender que temos condições de causar traumas em casa com nossos filhos e filhas, marido e mulher, e na vida social também, sendo uma pessoa arrogante no trabalho, diminuindo as pessoas, enfim, busco saber dos meus traumas para tratá-los e aprender a não causar os mesmos traumas em ninguém.

Foi legal exatamente para poder enxergar que tem muitas pessoas lá, que eu não via pessoas ruins ali. Eu via pessoas despreparadas como seres humanos, exatamente pessoas que, de repente, por uma educação ou um costume, uma cultura social perdeu a noção de indivíduo na sociedade. Pelo pouco que eu conheci das pessoas ali, eu não via diferença das pessoas que estavam lá, com algumas pessoas que estavam dirigindo o curso, dirigindo os encontros, digamos assim. Não via diferença nenhuma.

Sugestões ao programa:

No programa eu vi muito uma questão tipo "caça às bruxas". Eu acho que tratar desses pontos é uma coisa, tratar desses pontos como se a gente fosse procurar os últimos resquícios desses lixos, é um pouco complicado, porque nem todo ser humano, nem todos os homens pensam da mesma forma. O programa, apesar de tudo, apesar de ter sido bem legal, tem um quê político, tem algumas questões que são movimentos sociais que, no meu ponto de vista, tem que ter sua voz, mas não pode ser direcionado por políticos. Tem que ser mais voltado para questões sociais mesmo, de forma assídua, e que as pessoas entendam exatamente o que eles querem.

O programa deve ser ofertado a outros homens?

Ter, repente, um programa numa fase do final da puberdade, 12 anos, e adolescência, por completo, que é uma das fases mais complicadas com relação a isso. Não que não tivesse que ter outros eventos para o pessoal mais velho, mas, no meu ponto de vista, essa fase da puberdade é a fase de construção, a fase que a gente meio que formata um pouco o indivíduo. Dali, ou ele sai uma pessoa bacana, ou ele aprende com os erros ou ele acaba sendo um lixo de ser humano. Educação sempre. Tudo parte da educação.

Mensagem para os homens:

Sejam homens, não machos! E esses machos, tentem de certa forma coibi-los para evitar que esses machos aí acabem denegrindo a imagem dos homens. E para as mulheres, aprendam também. Do mesmo jeito que tem o machismo que, de repente, vem com uma cultura de encarceramento, de acorrentar a mulher, hoje eu vejo, não sigam os mesmos erros desses homens. Hoje, a visibilidade da mulher tá bem mais aflorada do que era, a mulher tá conquistando

seus espaços. Não seja tão ruim ou tão pior quanto esses bichos foram.

4. Egresso Daniel

Avaliação:

No início, eu achei os encontros muito agressivos, a comunicação dos facilitadores, a postura. A comunicação que eles tinham conosco, aquela frase, aquela velha frase: "Nós homens, somos machistas e violentos!". Chegou um dia, que eu cheguei no grupo e falei: "Óh, tá acontecendo isso, isso, isso, isso e isso. Mas depois, começou a mudar, tanto que eu comecei a fazer o curso do "E agora, José?" pra ser Facilitador. Agora, como terminou os meus 20 encontros, eu fui convidado pra participar do grupo aberto, do grupo livre. Como o horário é um pouco mais cedo, eu não sei se eu vou conseguir participar, por causa do horário, mas vou tentar participar.

Sugestões ao programa:

Para o programa melhorar, seria na formação dos facilitadores, algumas aulas específicas pra acolhimento, pros facilitadores. Como acolher e, vamos dizer assim, promover - não sei qual que é a palavra, me fugiu a palavra agora - a possibilidade de se colocar no lugar de quem tá lá. "Olha, hoje você vai participar. Você vai "fazer o papel do agressor hoje".

O programa deve ser ofertado a outros homens?

Em todos os momentos, em qualquer momento da vida do homem que seja necessário. Desde pequeno, vamos dizer assim. Mas, principalmente, na fase da adolescência quando estão nas escolas. Se eu trato os adolescentes hoje, quando eles tiverem com 20 anos, 25, 30, eles não vão precisar passar pelo "E agora, José?", eles não vão pegar um boletim de ocorrência na Maria da Penha, porque eles já foram conscientizados lá atrás. E sai muito mais barato, até muito mais barato pro Estado, conscientizar lá na adolescência, do que depois de velho.

Mensagem para os homens:

Acho que pela primeira vez encontrei uma pessoa que tem um pensamento mais dentro do "tô procurando uma solução". É importante descobrir onde está o defeito, o erro, mas vamos focar na solução. A humanidade vai continuar caminhando, o mundo vai continuar, alguém que pensa esse tipo de coisa, é bem interessante. Tanto que é mais ou menos na linha que eu venho falando. Quero grupos para homens. Vou procurar conhecimento em tudo que é lugar, tanto que eu vou fazer o curso do "E agora, José?". Vou ser Facilitador? Não sei. Pode ser que sim, mas se eu for eu vou formar grupos para homens, que pode ser grupos pequenos, depois maiores,

podem ser grupos on-line, algum tipo de coisa algo desse jeito. Isso me chamou bem atenção. Esse boletim de ocorrência já me valeu a pena, hein!

Uma citação que eu lembrei agora, não vou lembrar exatamente, porque é bem antigo isso aí: então, uma das citações de uma das cartas de Paulo, a que ele fala: se eu tivesse todo o ouro, toda a prata, todo o conhecimento do mundo, se eu não tivesse amor, eu nada seria. Então, se a gente for pegar todo o conhecimento, adquirir informação, isso e aquilo, se não fizer um negócio com amor, com vontade e com gosto, e não conseguir se colocar no lugar do outro, não vai. A gente não vai mudar nada, não vai ajudar nada, ninguém. Vai ser só uma enciclopédia.

5. Egresso Ernesto

Avaliação:

Olha, a sala que eu participei, eu vou falar da sala que eu participei, foi maravilhosa! [...] Eu entrei de um jeito, com a cabeça, sabe, tava muito estressado depois da pandemia e trabalho estourando, e não tendo como resolver. Eu procurei o chifre na cabeça de cavalo e acabei encontrando um jardim. [...] O chifre na cabeça do cavalo foi o fato de ter ocorrido, e o refrigerio disso foi o “E agora, José?”.

Sugestões ao programa:

Então, uma coisa que poderia melhorar, o “E agora, José?” parar com bandeira de partidarismo, parar, parar, parar. Eu tive uma discussão com um dos facilitadores, porque veio com o negócio de defender bandeira de partido logo na primeira, segunda vez que eu fui na reunião. Incluir os temas estupro e lesbianismo. Estupro relacionado a homens e mulheres. Homens estuprando homens e mulheres, e mulher estuprando homem e mulher, que acontece, não é? Professor estuprando aluno. Nunca vi ser colocado o caso do lesbianismo. Nunca colocaram isso. Eram coisas que me interessaria saber a opinião dos outros.

O programa deve ser ofertado a outros homens?

Isso tem que sair daqui. Não pode ficar só para gente. Isso é muito rico! Isso é muito rico! Isso é muito rico! Esse projeto tem que abranger o país todo, em rede nacional. Isso aí tem que ser matéria de escola, e tem que ter um reforço de profissionais, o que vai gerar emprego. Por que voluntário? Não existe essa de voluntário. Voluntário também come, voluntário também paga conta, meu Deus do céu!

Ernesto não deixou mensagem para os outros homens.

Em relação à minha avaliação, a partir de toda a experiência que tive como pesquisadora-participante, é que falta uma certa organização na parte de gestão do

Programa, a exemplo de ter um cadastro geral com os dados de todos os HAV que já passaram pelo Programa “E agora, José?”, com o descritivo do período, os dados sociodemográficos de cada homem, bem como uma capacitação continuada para todos os Facilitadores, inclusive avaliando trabalhos científicos, em seus aspectos teórico-metodológicos e práticos, a exemplo da experiência de trabalhos com HAV facilitados por mulheres (MAURICIO *et al.*, 2022).

Eu pedi aos egressos para definir o Programa “E agora, José?” em uma palavra ou expressão. Eis o resultado:

Quadro 5. Palavra definidora do Programa “E agora, José?” pelos participantes HAV

Alan	Curso transformador
Bernardo	Necessário
Cesar	Necessário
Daniel	Conscientização
Ernesto	Continuem

Fonte: dados da pesquisa.

4.6 (RE)VENDO E (RE)CONSTRUINDO MASCULINIDADES: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DOS FACILITADORES

Este subcapítulo é destinado, exclusivamente, aos Facilitadores do Programa “E agora, José?”, visto que eles vivenciam recorrentes processos reflexivos, a cada encontro, com GHAV e HAV diferentes, há alguns anos. Uma vez que este é um trabalho voluntário, o intuito é compreender o que levou estes profissionais a trabalhar com esta temática, qual o impacto de um trabalho desta natureza em suas vidas, quais descobertas eles fizeram sobre si mesmos nos constantes grupos reflexivos em que estiveram como Facilitadores-participantes, como eles percebem os HAV ao chegarem e ao saírem dos grupos, bem como quais foram os casos que os marcaram.

4.6.1 O chamado

Este subcapítulo foi organizado em termos de cronologia em relação ao ano em que cada entrevistado começou a trabalhar com a temática da violência contra as mulheres e/ou começou a desenvolver atividades com Homens Autores de Violência. Vale ressaltar que alguns dos Facilitadores já atuavam, direta ou indiretamente com as temáticas acima, antes de trabalhar com HAV.

André, Bruno, Divaldo e Osvaldo já trabalhavam com a temática da violência contra as mulheres. Bruno foi o primeiro a se aproximar desta temática, na sua prática laboral. Desde que começou, em 2000, já trabalhou em projetos e montou GHAV em alguns municípios do interior de São Paulo, e tem atuado de forma contínua nesta área. Desde 2014, faz parte do “E agora, José?”.

*Depois que eu terminei a faculdade de psicologia, em 1999, eu, junto com algumas pessoas, montamos uma cooperativa de psicólogos. A gente tinha uma clínica social, que atendia com valores baixos, a gente fazia projetos. **Uma cooperada**, lá da cooperativa, que esteve muito à frente da cooperativa comigo, **me convidou para trabalhar no programa que a prefeitura estava montando. A Prefeitura de Santo André estava montando um projeto, que se chamava Programa Gênero e Cidadania. Ela ia ser a coordenadora desse programa, e me convidou, no sentido de que acreditava que eu tinha um perfil para trabalhar com os homens. Ali, na cooperativa, só tinha eu praticamente de homem. Entrou mais um outro, mas ele saiu e, lidando ali, ela percebia que eu tinha um certo perfil para trabalhar esses temas.***

*A Prefeitura de Santo André já tinha essa visão de montar um projeto de masculinidades, já tinha isso. A gente tinha uma ONG em Santo André, que era o CES - Centro de Educação para a Saúde, que o Sérgio Barbosa trabalhava, e o Sérgio Barbosa coordenava o CES e os projetos de masculinidades. Então, já tinha essa conversa, e esse projeto Gênero e Cidadania era uma parceria da Prefeitura e o CES. **Pela prefeitura, eu fui entrevistada na época pela Matilde Ribeiro, que era da Assessoria de Política para as Mulheres, e do lado do CES, o Sérgio Barbosa, que fez a minha entrevista para eu entrar.***

*Lá, nesse trabalho do Gênero e Cidadania, **a gente montou o primeiro Grupo de Homens do Estado. O primeiro grupo do estado foi o nosso. A gente chamava de Projeto Basta! Foi junto com Sérgio, que a gente montou o primeiro projeto com homens, em parceria com a Promotoria. Então, o fato de estar no projeto com a prefeitura, também facilitou muito e abriu algumas portas. Na época, quando a Matilde Ribeiro foi lançada ministra, quem entrou para ser Assessora de Políticas para as Mulheres foi a Silmara Conchão. A***

*Silmara entrou, eu conheci a Silmara, e foi, nessa época, o meu aprendizado com as feministas. Eu trabalhei com a Matilde Ribeiro, com a Raid, com a Marilda, ouvindo formação de várias mulheres, Graziela Coaviva, da Clara Chaff, Vera Vieira e, depois, da professora Eva Blay, da Fúlvia Rosemberg. Então, assim, eu fiquei no meio das feministas, participando dessas atividades. **Eu comecei a participar de cursos de formação que só tinham mulheres e, praticamente, eu ali. Mas, foi dali, tudo o que eu falo hoje, aprendi ali, com essas mulheres.***

André teve as primeiras aproximações com o tema da violência contra as mulheres nos anos 1990 através de amigas, mas a sua atuação profissional se inicia entre 2005 e 2006, no município de Diadema.

*Desde os anos 90, eu tive isso problematizado a partir do Coletivo Anarco Feminista. Umas amigas que criaram esse grupo e começaram a problematizar as questões de gênero. A partir do olhar delas, a gente começou a colocar essa lente de gênero, esse filtro. **Efetivamente, eu começo a atuar com isso nos anos 2005/2006, pela prefeitura de Diadema. A gente teve algumas sensibilizações, nessa questão de gênero e masculinidades. Mas, foi em 2010, que eu comecei a desenvolver, em Diadema, a Campanha do Laço Branco - Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher.***

***Em 2015, eu participo da primeira formação que teve do "E agora, José?".** Nem tinha o nome do "E agora, José ?" ainda. Era **curso de Gênero e Masculinidades, do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.** E aí, **no mesmo ano, acho que março de 2015, eu já comecei a atuar no programa "E agora, José?", pelo fim da violência contra mulher.** Fico lá até 2019. Em 2020, eu começo a desenvolver em São Vicente, mas aí vem a pandemia e a gente para. Em 2021, eu retomo esse trabalho, desenvolvendo um Grupo Reflexivo de Homens, em Santos. E aí, a gente está seguindo com esse trabalho de Santos até hoje. A gente tem focado on-line e, provavelmente, em outubro agora, a gente começa esse mesmo trabalho em Diadema também.*

Oswaldo inicia a sua atuação profissional no ano de 2010, na Prefeitura de Mauá. Antes de trabalhar, diretamente, com os HAV, trabalhou com mulheres que tinha sofrido violência. Além do Programa "E agora, José?", ele atua em mais dois programas com HAV, tendo coordenado um deles, entre 2018 e 2021.

Trabalho com o Enfrentamento à Violência, desde que eu entrei na Prefeitura de Mauá, em 2010. No "E agora, José?", são duas atividades que eu desempenho. Eu estou lá desde 2015. Na verdade, 2015, quando eu participei da primeira formação de Gênero

e Masculinidades, do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, aqui em Santo André. Quando a gente participou do curso, eu já atuava com isso, mas ainda não participava do "E agora, José?". Eu fui convidado, em 2016, a participar do "E agora, José?". Então, efetivamente, desde 2016. Sou Facilitador e Professor. Dos grupos de homens apenados, eu sou um dos Facilitadores, e do curso "E agora, José?", que é esse mesmo curso do qual eu participei e do qual você também está participando agora, eu sou um dos Professores, sou um também daqueles que estarão ministrando atividades lá no curso.

Divaldo começou a atuar com enfrentamento à violência contra a mulher desde 2001, quando foi lançada a Campanha do Laço Branco no Brasil, que é uma ação pontual. Mas, começou a trabalhar, diretamente, com os HAV, em 2014, no Programa "E agora, José?" e atua lá, desde então.

Desde 2001, eu e o Bruno somos um dos pioneiros do ABC, na campanha. A Campanha do Laço Branco é muito pontual. É no período do ano que, pela ONU, vai do dia 25 de novembro até 10 de dezembro. É chamado 'os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher'. Tem várias atividades de mulheres e uma das atividades é de homens, que é dia 6 de dezembro, que é o Dia Mundial da Campanha do Laço Branco. Só que a gente começa no dia 20 de novembro.

Em 2014, é que foi, institucionalmente, elaborado o programa "E agora, José?". Como Bruno, eu e alguns outros homens participaram da Campanha do Laço Branco, que tinha essa questão do enfrentamento à violência, ele me chamou para o "E agora, José?". Então, eu estou desde o início do programa. Não fui um dos articuladores nem elaboradores do projeto. O Bruno foi. Mas, enquanto Facilitador, estou desde o início, desde 2014.

O último dos entrevistados a começar a atuar com a temática foi Cristóvão. Ele vem de outra área. Era engenheiro e trabalhava numa multinacional de automóveis, até começar a trabalhar na Prefeitura de Santo André.

Entre 2013 e 2016, trabalhei na Secretaria de Segurança Pública de Santo André, e era responsável pelos projetos da Secretaria de Segurança para o governo federal, para trazer verba para o município, para a questão da segurança. Eu nunca tinha feito aquilo e, de repente, tive que fazer.

Em 2015, foi o primeiro contato com essa temática porque o Bruno promoveu um curso em Santo André, o curso de Gênero e Masculinidades. Foi o primeiro curso destinado aos servidores públicos, porque em Santo André, nós temos o Consórcio Intermunicipal, e ele abrange os sete municípios da região: Santo

André, Diadema, São Bernardo do Campo, São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. E o Bruno promoveu um curso, o primeiro curso de Gênero e Masculinidades, para os funcionários desses sete municípios. Eu estava na Secretaria de Segurança de Santo André, me interessei pelo curso, fiz o curso e, logo depois de ter feito o curso, que terminou, mais ou menos em agosto, depois desse período - o Programa “E agora, José?” era feito numa recepção de um CRAS -, eles perderam o local. Quando eles perderam o local, Bruno me procurou e perguntou se eu tinha algum local disponível para executar o projeto. Eu entrei em contato com o meu Secretário e conseguimos um local.

4.6.2 Eu, machista?

Início este subcapítulo relembrando uma informação importante, descrita anteriormente. A condição para um homem ser Facilitador do Programa “E agora, José?” é ter feito o curso de formação em Gênero e Masculinidades, desenvolvido pelo coordenador geral do Programa “E agora, José?” e ministrado pela ONG Entre Nós, que administra o curso e o programa.

Ao concluir as 104 horas do curso, o profissional interessado em atuar como Facilitador é convidado a participar dos Grupos Reflexivos com os HAV para aprender a dinâmica do trabalho. Aos poucos, ele começa a desenvolver algumas atividades e a atuar como Facilitador em uma ou outra das 20 oficinas, até que a equipe de coordenação perceba que esta pessoa está preparada para facilitar um GHAV, junto com outro Facilitador, mais experiente. Como informado, anteriormente, cada GHAV possui dois Facilitadores na condução dos encontros.

Os Facilitadores, no curso de formação em Gênero e Masculinidades, participaram das mesmas oficinas que os HAV. Nestes encontros, eles tiveram a oportunidade de refletir acerca dos próprios processos de socialização, revisitar a sua história, resgatar memórias e vivências agradáveis, desconfortáveis e/ou indesejadas e tomar consciência dos próprios processos e do próprio machismo.

Um dos motivos de os Facilitadores serem, também, sujeitos desta pesquisa foi o fato de, ao contatar alguns programas que trabalhavam com GHAV, em 2021, - para conhecê-los um pouco mais e definir quais deles estariam na pré-seleção para a minha pesquisa de mestrado -, e conversar com alguns coordenadores e facilitadores,

ter ouvido de quase todos eles que a única diferença que havia entre eles e os HAV era um B.O. Isso me chamou a atenção e decidi incluí-los na pesquisa.

Todos relataram que, a cada grupo que facilitam, uma série de experiências é partilhada por homens de todas as idades, raças e condições socioeconômicas. A cada partilha, eles têm a oportunidade de rever-se, refletir acerca dos próprios comportamentos, implementar as mudanças que consideram necessárias, além de ficarem mais alertas às questões que ainda não vieram à tona.

Gostaria de rememorar outra informação que registrei no início deste trabalho. Apesar de ser mulher, eu decidi fazer a mesma formação do curso Gênero e Masculinidades que os Facilitadores fizeram para ter acesso ao conhecimento e conteúdos que eles tiveram -com o intuito de, além de ampliar o meu repertório e compreensão para esta dissertação e para a minha atuação profissional, ter, também, algum contato com as temáticas e problemáticas trabalhadas com os HAV, visto que o Programa “E agora, José?” não permite que mulheres participem, mesmo como ouvintes, de nenhum encontro com os apenados ou homens em medida protetiva de urgência, encaminhados ao programa.

Tomaremos ciências das percepções destes profissionais acerca de sua participação nas oficinas e na condução dos GHAV.

*A performance diz muito, diz como a gente tem que ser muitas vezes, e que **mesmo não aprovando e me incomodando alguns comportamentos, quando eu não desenvolvo uma autocrítica, não desenvolvo repertório para contestar, ressignificar e colocar algo no lugar**, a possibilidade de reproduzir aquilo é grande. Eu falo isso porque **tem coisas do meu pai que me causaram sérios desconfortos, mas que eu me peguei fazendo, que eu me peguei fazendo**. Eu entendi que fazia mal pra minha mãe algumas situações, mas eu me peguei fazendo. **É muito louco! Quando eu começo a participar ali, principalmente, do “E agora, José?”**, eu começo a **ter mais algumas provocações e inquietações com relação a isso. Me sinto incomodado mesmo**, começando a olhar pra mim e fazendo algumas autocríticas. (André, 45 anos, ensino superior completo, funcionário público e Facilitador)*

Assim como André, Osvaldo traz em sua narrativa o entendimento e o amadurecimento, fruto do próprio processo reflexivo, de que ainda possui comportamentos agressivos.

Na formação em Gênero e Masculinidades, a gente só teve um privilégio: de não ser chamado de agressor. A Lei Maria da Penha

trata os homens apenas como agressores. Nós não fomos, mas a gente entendeu que a gente também pratica a agressão, e isso vai amadurecendo ao longo do processo e das discussões da gente. É porque nós somos convidados a refletir sobre diversas questões, uma delas é sobre as violências que a gente pratica. (Oswaldo, 65 anos, pós-graduado, funcionário público e Facilitador)

Cristóvão relata que quando fez o curso de formação já estava em seu segundo casamento e, mesmo sendo uma pessoa que partilhava de algumas atividades domésticas e do cuidado dos filhos no primeiro casamento, ainda assim, ele se viu machista.

Em 2015, quando eu fui fazer o curso, já estava com a Stela, e foi quando eu descobri que eu era machista, em algumas atitudes. Eu sou machista em algumas atitudes. Não dividia, de forma equânime, os afazeres de casa. E, de vez em quando, tem umas crises de ciúme aí, sabe! Umhas crises idiotas de ciúme! (Cristóvão, 63 anos, ensino superior completo, músico e Facilitador)

Divaldo e Bruno sinalizam que a faculdade foi um divisor de águas para começarem a observar mais essas questões de gênero e refletir um pouco mais sobre, um sobre machismo e o outro sobre o seu aprendizado com as colegas que conviveu, como já exposto anteriormente.

Até a psicologia, eu tive um comportamento machista tradicional. Não tinha qualquer tipo de reflexão sobre isso. Fazia todas as canalhices que os homens fazem. Eu lembro que eu trabalhei em banco e o banco tinha uma cobrança muito grande. Uma marca muito forte dos bancários era beber, era beber. E você ir para o bar. Acabava o expediente, ia todo mundo pro boteco, pra ficar bebendo e falando bobagem. Aí bebia e falava bobagem, e vinha os machismos, as homofobias, tudo isso fazendo parte da convivência masculina. (Bruno, 60 anos, pós-graduado, psicólogo clínico e Facilitador).

Sim, resquícios sutis de machismo, a gente invariavelmente comete. Uma das atitudes é não esperar uma mulher completar a fala dela, sobrepor sobre a fala da mulher. Outra atitude que preciso me fiscalizar, é sempre falar depois da fala de uma mulher, às vezes, até repetindo o que ela disse, mas a gente, enquanto homem, insiste em sempre fazer a última fala ou dar a última palavra. Isso é uma atitude machista que já observei em mim. Eu estou mais afetivo, mais atencioso com relação ao respeito às mulheres, com mais autocuidado, mas me auto vigiando, em relação ao que eu falo. (Divaldo, 64 anos, ensino superior completo, professor aposentado e Facilitador)

Cada um dos Facilitadores trouxe um relato que contribui e auxilia a nossa compreensão de que eliminar o machismo é um processo contínuo e constante, uma vez que ele é estruturante do tornar-se homem e do tornar-se mulher.

4.6.3 Comportamento dos HAV na chegada e na saída do programa

O intuito deste subcapítulo é verificar se a percepção dos Facilitadores coincide com as narrativas das experiências vivenciadas pelos egressos, na chegada e no encerramento do Programa “E agora, José?”, além de contar com a partilha da avaliação que cada Facilitador faz em relação aos principais ganhos que eles consideram que um homem autor de violência tem, ao participar do “E agora, José?”.

Esse tópico será organizado em ordem alfabética, contendo as declarações de cada Facilitador em relação a: em que estado os HAV chegam ao programa; em que estado os HAV concluem o programa; qual o maior ganho que consideram que um HAV tem no “E agora, José?”.

Facilitador André:

Chegada e saída dos HAV

Eles chegam reativos, resistentes, injustiçados, aborrecidos, com raiva. Os que se sentiam injustiçados falavam logo: "eu estou aqui porque ela me denunciou, mas nem fui escutado, mas fui injustiçado. Foi uma armação dela". A fala mais comum é "Eu estou aqui pelo mesmo motivo que todo mundo". Alguns até falavam: "eu tô aqui por aquilo que eu fiz uma, uma besteira ou eu perdi a cabeça". Eventualmente, esse tipo de fala, mas evasivo e muito pontual. Nada de "Eu fiz isso, eu reconheço que errei e tal".

É uma mudança muito, muito grande. De fato, ali pelo meio do processo até o final, a gente percebia que havia uma responsabilização. Eles reconheciam, admitiam o que tinham feito. E, mesmo aqueles que, de alguma forma, consideravam que não havia nada grave pra ter participado, eles avaliavam que teria sido importante a sua participação nesse processo. Então, eu notava como muito significativo, muito valioso pra gente, enquanto Facilitador, para perceber que, de fato, **abria um olhar para questões que eles nunca haviam olhado.**

Principal ganho dos HAV

Para esses homens, eu acho que eles percebem que há uma outra possibilidade de ser homem, há uma outra possibilidade de expressar a sua humanidade.

É possível eles perceberem que eles são vulneráveis também, e que também eles sofrem violências, que eles não percebiam, dentro dessas relações. Que muitas vezes, eles sofreram calados ou reagiram a essas violências de uma forma violenta. Depois eles entendiam que a violência que eles estavam cometendo era uma forma de se defender da violência que eles estavam sofrendo. E eles percebem que o machismo também cobra deles. Eles também são cobrados a agir como homem, “Seja homem!”. Então, eles entenderam que o machismo prejudica eles também, não só as mulheres. Eu percebo que isso contribui na possibilidade de eles reatarem e se reconciliarem nesse relacionamento que foi rompido, ou que foi de alguma forma prejudicado, ou eles entrarem numa nova relação de uma forma mais saudável, de performar e ter uma identidade masculina mais saudável.

Ser pai também, eu acho que a gente vira algumas chavinhas. Alguns também acabam exercendo aquela masculinidade sem acesso ou sem envolvimento com o cuidado, principalmente com os filhos e com as filhas. E que isso contribui para que eles exerçam uma paternagem e consigam ter uma conexão maior com os filhos e com as filhas.

Expressar esse lado humano das emoções, dos sentimentos, é natural e saudável. Então, que ele pode chorar, que ele pode ficar triste, às vezes, ele pode ficar desmotivado, chateado, e tá tudo bem, tá tudo bem. Só faz parte do nosso percurso. Não tem como a gente viver só de felicidade, de alegria, de prazer. Justamente, passar por momentos difíceis, por lutos, por separações, por perdas, justamente, nos faz valorizar mais as vitórias, e os momentos felizes. Então, isso para mim é muito significativo.

Facilitador Bruno:

Chegada e saída dos HAV

Chegam tensos, muito tensos, chegam na defensiva, o tempo todo se defendendo, sempre se dizendo inocentes, sempre acusando a mulher de ser o agressor principal ou que inventou a situação. Se colocando nesse lugar de injustiçado, como uma vítima. Sempre é esse o jeito de chegar.

E a partida é sempre no outro ângulo. Falam que entende as violências, que percebe algumas coisas que não deve fazer, que tem recursos agora para não entrar na situação de violência, muito nesse sentido assim. E alguns, tem essa coisa que é o nosso objetivo, mas nem todos chegam, que é se responsabilizar. Sair de lá se responsabilizando por ter tido cometido aquilo, de dizer que ‘eu que fui responsável por aquilo’. Que ela poderia ter feito

o que quisesse, mas eu não poderia ter agido como eu agi, que é isso que a gente espera.

Principal ganho dos HAV

Uma coisa que a gente percebe neles, é que varia de homem para homem, em função dos recursos internos que esse homem tem para elaborar. Tem homens que saem de lá com discurso muito bobo. **Tem alguns homens que elaboram mais e tem homens que elaboram menos.** Mas a gente vê, em geral, que ele sai falando assim, que nem esse de ontem, que falava, "-A gente ouviu bastante vocês, a gente percebe que a gente tem que tomar muito cuidado, que a gente não pode deixar se levar pela emoção. Se você está numa hora de briga, você tem que sair, se afastar e não entrar na briga". Assim, **parece que é uma consciência de que você não deve ser violento, então isso é uma coisa que a gente percebe que a gente acaba desenvolvendo neles.** Tem até uma dinâmica lá que a gente pergunta para eles, a gente simula as situações, "Se você encontrasse o seu vizinho cometendo violência sexual contra a filha dele, o que você faria?". Aí, todos falam que cometeriam violência, todos cometeriam violência. **Até isso, tem um limite. Limite do que é a violência,** mas a gente procura fazer o exercício com eles, justamente para isso, para ele tentar mudar.

Facilitador Cristóvão

Chegada e saída dos HAV

Eles chegam muito revoltados, revoltados! A gente já sabe que eles chegam revoltados. Aí, **nós sentamos com ele e, a primeira coisa que eu falava era, "Olha, eu queria falar pra você que nós não somos a polícia, nós não somos o judiciário, nós não somos a Central de Penas e Medidas. Nós somos um grupo voluntário, nós não ganhamos absolutamente nada pra fazer esse trabalho. Eu sei que você está revoltado e você tem liberdade pra falar, que você vai ser escutado. Nós vamos te ouvir. E outra coisa, tudo o que a gente conversa aqui, não sai daqui. E nós não sabemos o que aconteceu com você, porque a gente não tem contato, lá no judiciário, com o processo. A gente não sabe nada do processo. Então, o que você quiser contar pra nós sobre o porquê de você estar aqui, você conta. E aí, eles começam a falar, muito revoltados com a juíza, com a mulher que denunciou. Mas são dois dias, onde eles despejam tudo ali e entram na sala leves.**

Primeiro, eu acho que a ajuda que nós estamos dando para essas pessoas, o quanto nós estamos transformando o dia a dia, o quanto nós estamos transformando pensamentos que eram muito enraizados dentro da masculinidade e o quanto nós estamos tornando essas pessoas mais dóceis, mais fraternas. A gente fala assim, a melhor lição que nós temos é através do exemplo. **Quando eles saem, eles saem carinhosos, eles saem, sabe, às vezes, no último encontro, até emocionados.**

No final do encontro, a gente reservava um espaço pra ele fazer um discurso e ele lia esse relato e, agora, ele fala. Então, ele fala o quanto, muitos deles, o quanto eles são gratos pelos encontros, o quanto mudou a vida deles, o quanto ele está arrependido das coisas que ele fez, que ele gostaria que esses encontros acontecessem nas escolas, que seria muito interessante que isso acontecesse nas escolas. Então, quando eles saem uma pessoa mais leve, mais carinhosa, uma pessoa mais centrada. Sabe uma pessoa mais centrada? É bem interessante ver ele chegando e ver ele saindo. Ele sai com uma outra roupa.

Os homens, quando terminam os encontros, eles são tão agradecidos! "Poxa, se eu tivesse feito isso antes, não teria acontecido nada disso", "Que maravilha que foi isso aqui!", "Como é que eu faço para continuar frequentando o 'E agora, José?', estar aqui com vocês?". "Olha, venha quando você quiser". Quando era presencial, muitos voltavam para fazer visita, ficava lá com a gente, tomava um café, contava sobre a vida nova que eles estavam levando. Então, acho que isso é bem transformador!

Principal ganho dos HAV

Eles saberem que podem ser pessoas diferentes, que existem várias formas de ser homem e que tudo o que fazemos, em termos de comportamento foi aprendido e, muitos deles, chegam a esta conclusão.

Facilitador Divaldo

Chegada e saída dos HAV

No geral, é assim, todos eles chegam vitimados. Difícil, acho que desses oito anos que a gente está lá, é muito muito raro o homem chegar com esse discurso de reconhecimento. Eles chegam sempre muito vítimas, "Eu não fiz nada", "A Lei Maria da Penha não presta", "A mulher que me denunciou", "Não sei porque me denunciou, ela não presta", "Ela deve estar pensando em outro cara e queria se livrar de mim", blá, blá, blá,. Todos esses discursos, mais ou menos, é comum. Chegam muito vitimizados. "Ela que me agrediu, ela que me ofendeu, a Lei Maria da Penha é só pra ferrar o homem". Eles não pensam na lei Maria da Penha para defesa da mulher. "A juíza nem quis me ouvir", "A juíza também só tem ouvidos pra ela, não ouviu a minha versão", tal, tal, tal. Todos chegam assim. A gente compra o peixe. Se você está aqui, você tem que cumprir. A juíza entendeu que você fez alguma coisa. A pessoa que te denunciou também entendeu que você podia contar com esse grupo aqui, pra melhorar a sua vida.

Ele chega para o grupo reflexivo e quando ele, digamos, usa uma gíria que é muito comum, quando 'cai a ficha', que ele entende que aquilo que ele cometeu é uma violência, e ele muda esse comportamento, eu entendo que o que está acontecendo é uma

revolução, porque a revolução, pra mim, é uma mudança radical no comportamento, no sistema, na forma de ser.

Os homens não são pessoas más. Os homens têm um lado muito bom, de bom pai, de bom marido, tem o seu lado afetivo, porém ele tem esse comportamento de controle sobre as mulheres, que o torna aquilo que a gente falou, não uma pessoa má, mas uma pessoa machista. O machismo é mau do ponto de vista de comportamento socialmente cultural, porque não é maldade. Ele aprendeu, desde pequenininho, que aquela forma de ser homem era a correta. Então, ele leva essa forma de ser homem nos seus relacionamentos com as mulheres e, como é normatizado na sociedade, ele não acha que cometeu delito ou alguma violência. Mas, a gente sabe que é, que o comportamento social do homem ainda oprime as mulheres. Esse comportamento é opressor.

A primeira mudança é a consciência, que, efetivamente, erraram, que cometeram alguma violência. Eles se apropriam dessa questão, que não se agride mulher, não se pode agredir mulher e resolver as coisas no diálogo, na empatia etc.

Uma outra coisa, que é um ganho e que a gente percebe, e que não é o objetivo principal, o objetivo principal é defender a mulher, o trabalho de enfrentamento à violência, só que, para além dessa consciência que eles conseguem se apropriar, de que mulher não se agride, de que mulher não se bate, que a mulher tem direitos iguais etc, toda essa questão, a gente percebe que eles saem uma pessoa melhor, do ponto de vista de humanização, o que é um ganho para nós, que é um ganho secundário. Eles saem menos brutos, mais afetivos, mais sensibilizados, mais carinhosos, saem mais tolerantes. Então, nós acreditamos que estamos fazendo um trabalho para além da defesa dos direitos das mulheres, da não-violência. O nosso trabalho também contribui para a construção de pessoas melhores, e é isso que me pegou bastante e me prende bastante no projeto. Para além da defesa dos direitos das mulheres, para além da não violência, é essa - eu não diria formar homens em Cidadania e Direitos Humanos – mas, fazer eles refletirem que o mundo pode ser melhor.

Principal ganho dos HAV

O maior ganho dos homens é o momento que eles criam a consciência que cometeram uma ou mais violências, se reconhecem como autores de violência que, antes das Reflexões, era normal agir daquela forma, e mudam de mentalidade, se propõem a não mais agir da forma que agiram cometendo violência.

A gente percebe que os grupos fazem muito bem pra eles. A cadeia faz com que o cara saia mais embrutecido. A doutora aplica o Sursis. Tem uns que não vão presos. Vai direto para o "E agora, José?". Tem casos que vai direto. São mais casos para refletir, mesmo, para cair a consciência, mas tem uns, que são um pouco mais fortes, de agressões mais fortes, que eles são encarcerados. E aí, tem

o Sursis, que é o levantamento da pena, mas aí, sai da cadeia, e vai para o "E agora, José?".

Facilitador Osvaldo

Chegada e saída dos HAV

Nenhum homem chega ali batendo palma, alegre, feliz e contente. Todos chegam ali, revoltados, tristes, chateados. Não sabem o que vai ser. Então, projetam uma imagem de que ali pode se encontrar com policiais, com homens fardados, enfim, algumas figuras da sociedade autoritárias. Eles entendem que é um momento em que eles vão estar numa cela, preso, respondendo ao inquérito policial. E eles passam por um processo diferente disso.

O que eles vão encontrar é um processo de acolhimento, de tranquilidade, de calma, de tolerância, de compreensão com as fragilidades, com as fraquezas, com as dificuldades, enfim, com os erros, que a gente não vai parametrizar isso, a gente não vai cobrar a perfeição de ninguém, a gente só vai pedir que a pessoa seja autêntica, que ele seja ele, que é aquela questão da primeira pessoa. Quanto mais autêntico ele for, mais chance ele tem de se transformar e sair dali uma pessoa melhor pra ele mesmo e pra sociedade. Não existe discurso moral. A gente não faz enfrentamento moral. A moral dele a gente respeita, os valores dele a gente respeita. E os homens percebem isso. Eles passam a confiar na gente. A confiança é algo que vai acontecendo ao longo do processo.

É significativo e transformador. Então, aquilo que a gente anuncia, a gente entrega. Eles recebem exatamente aquilo. E nós, tratamos daquilo. O que a gente se propõe, tá ali dentro, e a gente procura ser muito fiel a isso também, e evitar qualquer tipo de desvio desse lugar que a gente está.

Osvaldo não respondeu ao tópico principal ganho dos HAV.

4.6.4 Casos que marcaram

Analisando as narrativas, os Facilitadores, comumente, ressaltam casos significativos que marcaram suas trajetórias de atuação no grupo.

André, por exemplo, nos conta:

Tem um senhor, que ele veio por conta da filha. A filha o denunciou pela forma que ele a tratou. Não houve detalhes, mas eu lembro que ele trazia muito: "Olha, eu tô aqui injustiçado! Eu fui tirar a minha filha da boca de drogas e, por isso, eu estou aqui. Me denunciaram. Nossa! Queriam que eu fizesse o quê? Que deixasse minha filha lá?". Eu lembro que quando ele trouxe essa fala, eu disse: **"Então, o que a gente tem que pensar aqui é que o objetivo que motivou o senhor a fazer uma determinada ação foi muito nobre, que, de alguma forma, foi lidar com esse desafio, com esse conflito relacionado ao uso de drogas da sua filha. No entanto, o que é importante o senhor observar, é se a estratégia foi adequada. Se, de fato, o senhor não se excedeu na sua ação para tirar ela de lá, para livrá-la das drogas. [...] Porque o fato de ela estar, de repente, cometendo um erro, algo que vai trazer prejuízo para ela, não justifica usar a violência". [...]** Eu lembro que quando ele saiu, o contato dele foi o seguinte: **"Olha, quando eu entrei aqui, eu estava com muita raiva, muita raiva".** Mas aí, ele falou que lá pelo meio do processo, ele foi conseguindo ver que aquilo ali não era para prejudicar, e que não era para punição, e que ele foi entendendo os benefícios que aquilo trazia para ele, mas **ele falou que, no começo, ele tinha vontade de trazer uma bomba e soltar ela no meio da sala. Ele falou com essas palavras.**

Teve um caso que um rapaz jogou o carro contra sogra. Ele chegou até a relatar, a assumir. No início, ele não reconhece. Ele meio que diz que ela se jogou na frente e eu acelerei, como se ela fosse culpada. Mas aí, depois, ele falou, "Eu fui inconsequente! Eu não devia ter feito aquilo", mas você percebe uma mudança muito brusca, porque, no começo, ele vinha falando que ela era culpada e que ele tava sendo penalizado por algo que ela cometeu, porque ela se jogou na frente. E aí, depois, ele fala, ele reconhece, "-Eu fui inconsequente, eu poderia ter causado uma coisa maior para ela até. Graças a Deus, que não aconteceu nada!". Mas que hoje, ele consegue entender a responsabilidade dele, e que não queria fazer mais aquilo, que não iria ter mais esse tipo de problema. Então, aí, **você percebe uma ideia de tirar a culpa de si, a responsabilidade de si e jogar em outra pessoa. Isso é muito comum. Aí, vem com aquele discurso de justiça. Aí, ao término, ele, de fato, entende a responsabilidade dele, e que os atos dele têm consequências. Então, foi também bem significativa essa mudança. É que eu acho que a ideia é essa. Mesmo em situações, às vezes, de ofensas, ameaças, que a questão verbal, é uma dificuldade muito grande de responsabilizar-se por isso, de entender que isso é violência. Mas, a partir desse processo, eles conseguem perceber essas violências nas suas relações.**

Casos que marcaram Bruno

Eu lembro de um homem contando, que ele tinha separado da companheira, numa medida protetiva. Ele não podia chegar perto dela. Só que o filho dele, de 10 anos, apareceu na casa dele, falando que tava faltando coisas em casa. Ele foi e comprou algumas coisas com o menino, e foi levar o menino pra casa. Quando ele parou com o carro em frente à casa, a mulher viu, saiu

brava com ele e ele falava assim lá no grupo, "-Ela me chamava de lixo! Mas aquele doía tanto! Você é um lixo! Você é um lixo!". E aí, ele queria responder, mas ele lembrava do grupo e pensava, "-Puxa, eu não posso responder". Aí, ele ficou assim, e ele começou a chorar, ele começou a chorar. E aí, ele fala que o filho dele saiu do carro e falou, "Mãe, mãe, fui eu que pedi pra ele e ele me trouxe aqui. Ele não quer brigar. Tá tudo bem". Então, esse depoimento me marcou muito. Isso foi muito forte no grupo.

Teve um depoimento também de um guarda, era um guarda, um policial militar. Quando terminou o último encontro também, ele fez uma fala muito bacana dizendo isso, "-Eu entendo o trabalho que vocês estão fazendo aqui, eu entendo. Eu sei, eu reconheço hoje, que eu reclamava quando eu entrei aqui, que aquele B.O. não era verdade. Tinham coisas naquele B.O. que era mentira. Mas hoje eu vejo, quantas violências eu tinha feito que não tava naquele B.O". São anos de violência assim e o B.O. é só um instantâneo, uma foto. Esse também foi muito marcante.

Eu lembro de um homem que também, logo nas primeiras reuniões, esse foi um dos primeiros que a gente teve. Era de um rapaz que tinha morado na rua, que tinha morado na rua! Morava em carro abandonado e ele falava que um dia, ele acordou e falou assim, "-Se eu não sair dessa vida, eu vou morrer". Aí, ele saiu procurando ajuda e foi num endereço que tinha uma clínica de reabilitação. Foi pra clínica, e ele tinha sido denunciado pela irmã. Um dia ele tava lá, doidão, deixou o gás ligado e ela achou que ele queria matar eles. Pôs ele para fora de casa e ele teve um depoimento muito legal. Porque ali, durante o curso, ele estava reconstruindo a vida dele, ele estava com a companheira, ele estava voltando para a vida normal, então o depoimento dele era muito forte, de recuperação das coisas, de sair da rua. Foi muito legal!

Lembro um cara também, que ele era um homem que, quando ele saiu, ele disse bem assim pra nós, "-Ah, eu tô saindo do jeito que eu entrei aqui. Não mudei nada não. Eu entrei aqui, eu não tinha que tá aqui, eu vim para cá injustamente". E aí, eu lembro que a gente foi bem duro com ele, nessa avaliação. Porque a gente faz uma devolutiva. Se alguém quer falar alguma coisa pra ele, na despedida dele, o que vocês acham da participação dele... E aí, nós Facilitadores, começamos a pontuar e a gente dizia assim para ele, "-Olha, você tá aqui com a gente, e gente não te conhecia, a gente fez 20 encontros. Esse seu desprezo que você tem, que você manifesta, essa falta de interesse, essa coisa de não tá nem aí para ninguém. Todo mundo aqui querendo te ajudar e você é o único que não quer se ajudar. Você não quer ajuda. Você não precisa de ajuda". E foi bem assim. Eu lembro desse, que foi muito marcante. Ele foi pra defensiva.

Caso que marcou Cristóvão

Eu lembro que teve um José que tinha duas filhas. Ele se separou da mulher e ficava, a cada 15 dias, com as meninas, mas as meninas reclamavam muito pra ele que a mulher era muito violenta. Eu trabalhava na prefeitura, nessa época, e tinha muito

contato com o Conselho Tutelar, porque eu era do Conselho da Criança. Ele me procurou, e eu falei para ele, "-Vamos dar um jeitinho, vamos ver o que a gente pode fazer". Aí, eu entrei em contato com o Conselho Tutelar, expliquei a situação, pedi pra eles marcarem uma entrevista com ele, marcaram uma entrevista depois com ela e, também, falarem com as crianças. Isso foi feito. **Eles marcaram as entrevistas, demorou um tempo para um resultado, mas ele conseguiu ficar com as filhas.** Ele conseguiu ficar com as filhas porque a esposa era, mesmo, muito violenta, e batia muito nas crianças. E ele conseguiu ficar com as filhas. E, depois, ele me ligou e falou, "-Pô, **Cristóvão, eu consegui ficar com minhas filhas! Poxa, eu sei que você deve ter feito alguma coisa lá no Conselho**". "-Eu não fiz nada lá no Conselho. Eu só marquei as entrevistas". E aí, eles são tão agradecidos depois!

É uma recompensa que não tem dinheiro que pague, você saber que você ajudou, que você construiu ali, reconstruiu aquele homem.

Caso que marcou Divaldo

Foi uma violência que até parece irrelevante, mas que mexeu na vida dela. E era um cara formado. Ele falou pra nós que ele tinha uma boa condição de vida, **classe média alta**, ele tinha condições de trocar carro, não um por ano, mas de 6 em 6 meses, se ele quisesse, ele trocava de carro, pra esposa também. Ele era o chefe na empresa do grupo dos engenheiros. **Um cara empático, um cara bacana.** "-

Eu não entendo porque ela foi me denunciar, por uma coisa que eu não fiz e que não é nem violência. Ela queria trabalhar e ela poderia ter ido trabalhar, mas ela perdeu os documentos dela, ela perdeu, esqueceu na casa da mãe. Não sei se ela levou pra casa da mãe dela, tal, e ela foi na delegacia denunciar que eu escondi os documentos dela. Mas isso é papo dela, coisa dela. "-Olhe aqui os meus documentos. Perdi o emprego por sua causa! Você vai pagar por causa disso!". Ela era especialista em Recursos Humanos, só que ele não queria. "**Você não precisa trabalhar. Olha, eu sou engenheiro, sou chefe lá na empresa**". Porque **ele pensava nessa história que a mulher só precisa trabalhar, se precisar de prover, se o salário dele não dá. Essa é a mentalidade, mais ou menos, normativa, na sociedade, o homem trabalha e a mulher não precisa. E ele tinha essa ideia, mas ela não.**

"-Divaldo, eu tenho que te contar uma coisa, mas não queria tornar público. Eu tô constrangido de falar em público. Então, eu tô aqui porque eu escondi os documentos da minha mulher, pra ela não ir trabalhar". Aí, eu falei, "-Espera aí, você não tá aqui porque escondeu os documentos da sua mulher, você está aqui porque ela perdeu", eu ironizando, "-Você está aqui porque ela perdeu os documentos dela, porque ela esqueceu na casa da mãe dela, não foi isso que você me falou?". "-Foi. Mas, não. Eu... **Pô, ela podia tá trabalhando, não é Divaldo! Ela podia estar bem, ela podia estar feliz. Ela não é uma pessoa infeliz. Eu vivo com ela, ainda, mas a primeira coisa que eu vou fazer quando eu chegar em casa, eu**

vou falar pra ela, "Amor, vamos arrumar um trabalho pra você!". Olha que coisa! Ou seja, o cara que não queria que a mulher fosse trabalhar, que escondeu os documentos... Olha o que as reflexões fizeram. "-Olha, eu escondi os documentos dela, sim. Ela achou, me denunciou, com razão, mas deixa eu te falar uma coisa, isso eu queria te falar também, eu cometi muitas outras violências, que eu acho que ela nem sabe que é violência". Ser truculento com ela, já... Puxa vida! Eu tenho tanto que pedir perdão pra ela! Vocês e esses homens aqui estão me ajudando tanto a cair a ficha. Como a gente é ridículo, né, Divaldo! Como a gente é machista e tal".

Casos que marcaram Osvaldo

Houve um caso de um rapaz que compareceu de terno e que chamou a minha atenção. Conversei com os demais colegas e o interpelamos. Ele confirmou que estava armado por que era da Polícia Militar e que precisava andar armado. Durante todo o programa, ele falava somente com quem se sentava ao lado dele. Ao término do processo, ele deu o melhor testemunho que eu já ouvi. Disse que tinha participado de um caso famoso ocorrido na cidade de Diadema, que entendia que todos os PMs deveriam participar de um programa como o "Programa "E agora, José?"

Houve um caso de um advogado que o tempo todo se dizia injustiçado pela pessoa que o denunciou. Tempos depois dele ter cumprido o tempo dele no programa, eu o vi em um documentário do SBT, realizado pelo jornalista Roberto Cabrini, onde ele defendia um réu que estava sendo julgado por ter matado a mulher queimada.

Houve um rapaz que chegou no grupo muito revoltado e com cara de poucos amigos. No começo, era muito fechado e sisudo. Uma vez ele, ao se despedir de mim, me deu de presente, um saquinho de amendoim doce e disse: "Professor também precisa se alimentar, né?" Com o passar do tempo, ele se manifestou ter uma determinada religião, mas guardava no peito o desejo de se vingar da pessoa que havia feito aquilo com ele. Dias desses, antes da Páscoa, eu encontrei com ele em um supermercado. Ele estava na companhia de um colega e eu na da minha esposa. Ele me viu, sorriu e veio na minha direção: "-Lembra de mim, Professor Osvaldo?" "-É claro, respondi!" "Como vai você?" Aí, ele disse que estava se recuperando de uma operação no joelho. Daí passou a me apresentar para o amigo dele e disse do "maravilhoso trabalho que realizávamos com os homens machistas!"

4.6.5 O que me move?

Como foi citado anteriormente, todos esses homens desenvolvem um trabalho voluntário no Programa “E agora, José?”. Exceto Divaldo, que está recém aposentado, todos trabalham. Em relação às tarefas domésticas, todos são corresponsáveis ou os principais responsáveis. André e Bruno participam dos cuidados da prole do segundo casamento, sendo que Bruno é o principal genitor responsável pelo filho pequeno e pelas tarefas do lar. Osvaldo tem dois empregos e atua em três diferentes GHAV. Todos eles, ainda são professores do curso de formação em Gênero e Masculinidades.

Com tantas demandas da vida contemporânea, o que move cada um destes homens a se disponibilizar, a se doar e a se dedicar a um trabalho desta natureza, por longos anos? Cada um dos entrevistados deu o seu depoimento, bem como deixou uma mensagem para os homens de nossa sociedade.

As informações serão apresentadas seguindo a ordem alfabética.

O que move André?

*O maior ganho é meu. Eu acho que eu estou envolvido nesse trabalho, justamente porque **me traz muitos benefícios, me permitiu muitas reflexões que, de alguma forma, dialogavam com a minha vida.** Nesse processo, eu tenho aprendido muito. Eu sou um homem branco, cis, heteronormativo e tô dentro dessas caixinhas, reconheço os meus privilégios e tô em construção, tô aprendendo. Tem me ajudado bastante a refletir e ressignificar algumas coisas.*

*Eu confesso que **no começo eu me senti um feminista, e aí, me achava um cara pronto, modelo, exemplo a ser seguido e, nesse processo, eu fui me vulnerabilizando, percebendo a minha fragilidade, as minhas fraquezas, as minhas imperfeições, reconhecendo a minha humanidade. Aí, eu fui deixando um pouco mais de ser homem, e me conectando com o ser humano. Esse ser senciante que eu sou.***

O que tem contribuído muito, é para a minha paternagem. Tanto que eu avalio o que é que a paternagem ou estratégias de parentalidade associadas ao cuidado. Acho que isso é o grande caminho para a gente pensar prevenção das violências e construção da igualdade de gênero na sociedade. O que me move é sobrevivência, reparação e utopia.

Mensagem de André aos homens

*Eu acho que os homens têm que entender que o benefício é pra eles. A gente não tá aqui para salvar ninguém, além de nós mesmos. Que é o mesmo processo que a gente parte do pressuposto da Educação. **Pensadores como Paulo Freire, por exemplo, vão trazer que ninguém muda ninguém, que a gente muda no processo, nessa dinâmica de grupo, nessa interação. E pensar que eu só tenho a capacidade de mudar a mim mesmo.** As demais pessoas, no máximo, eu inspiro com o meu exemplo. Então, eu acho que é isso. Então, eu me lembro daquela celebre frase de Gandhi e que foi parafraseada por várias outras pessoas, "Seja a mudança que você quer ver no mundo".*

*Eu gosto da filosofia da cooperação, que principalmente o geógrafo e anarquista russo, Pietr Kropotkin, ele fala do apoio mútuo. Ele tem um livro que fala sobre o apoio mútuo e ele vai falar que, de fato, se a Teoria da Evolução, da lei do mais forte, ela fosse um fato social, a humanidade já teria se acabado. No entanto, **a cooperação da humanidade é que faz com que a gente siga evoluindo, siga melhorando e enfrentando os momentos difíceis.** Ele fala sobre a cooperação como um fator de evolução da humanidade. "A conquista do pão" e o livro "Apoio mútuo" são livros bastante significativos nessa linha de pensamento.*

O que move Bruno?

*Esse trabalho, **ao mesmo tempo que eu fui aprendendo e me constituindo nele, esse trabalho me construiu.** Então, eu construí esse trabalho e esse trabalho me construiu também. Então, **pra mim, hoje, ele é o meu lugar, o lugar que eu me reconheço, o lugar que eu sou reconhecido. Então, hoje, ele já não é só um trabalho. É a minha própria identidade. Ele é central para mim.** Eu tenho até uma psicóloga que eu fazia há um tempo atrás, que ela dizia assim pra mim, que o meu trabalho foi tirado do meu sintomas, que o meu sintoma se transformou o meu trabalho. Então, **ele me ressignifica também.***

Mensagem de Bruno aos homens

Esse discurso tá chegando e vai chegar pra eles. Se não chegar num processo que eles procurem, que eles vão atrás, que eles tenham contato, vai vir através de separação, vai vir através da Lei Maria da Penha, vai vir através de emprego, porque a sociedade tem exigido essa mudança nos homens e eles estão sendo obrigados a mudar, queiram ou não. A gente vai ter que mudar, então, que seja logo. Que esses homens percebam essa necessidade e façam essa mudança, por si mesmos.

O que move Cristóvão?

A possibilidade de transformar pessoas, de fazer deles um ser humano melhor pensante.

Mensagem de Cristóvão aos homens

*Eu acho que ele precisa entender que **masculinidade não, necessariamente, está relacionada ao poder.** Na verdade, de forma alguma, ela está relacionada ao poder. O homem precisa entender isso. **Acho que a masculinidade está relacionada a um jeito, uma forma de ser, está relacionada a você usar das suas aptidões e corpo masculino pra solucionar e resolver alguns problemas, mas não que esse corpo te dê a liberdade pra você fazer o que quiser das outras pessoas com o seu corpo.***

O que move Divaldo?

O que me move a desenvolver esse trabalho é o de saber, ao longo desse processo, como foi benéfico pra mim o envolvimento com esses temas! E não posso, nem devo me apropriar desse benefício que me faz tão bem enquanto pessoa humana, e ficar só pra mim. Eu desejo, quero e trabalho para que outros homens sejam beneficiados, sejam autores de violência condenados pela justiça ou não. Portanto, tenho a obrigação moral de partilhar esses saberes.

Mensagem de Divaldo aos homens

O maior ganho dos homens é o momento que eles criam a consciência que cometeram uma ou mais violências, se reconhecem como autores de violência, que antes das Reflexões era normal agir daquela forma, e mudam de mentalidade, se propõem não mais agir da forma que agiram cometendo violência.

O que move Osvaldo?

Ter trabalhado com mulheres em situação de vulnerabilidade social foi rever a minha infância e, por isso, me dedicava a fortalecer a autonomia, a independência e as iniciativas daquelas mulheres que, por ironia do destino, um dia me perguntaram se eu diria para os maridos, companheiros, filhos etc delas aquilo que eu fazia e o que eu falava pra elas. Elas não sabem, mas até hoje, é por elas que eu continuo fazendo esse trabalho.

Mensagem de Osvaldo aos homens

Voltem a conviver em grupos, em tribos, em associações de moradores, em sindicatos de trabalhadores, em órgãos de classe, em

instituições religiosas sérias e em qualquer forma de organização que possa beneficiar outras pessoas ao mesmo tempo que possa contribuir com o seu desenvolvimento bio-psico-socio-transcendental. Somos cidadãos planetários.

Eu pedi aos Facilitadores para definir o Programa “E agora, José?” em uma palavra ou expressão. Eis o resultado:

Quadro 6. Palavra definidora do Programa “E agora, José?” pelos participantes Facilitadores

André	Oportunidade
Bruno	Humanização
Cristóvão	Socioeducativo
Divaldo	Fim da violência contra a mulher
Osvaldo	Necessário

Fonte: dados da pesquisa.

CAPÍTULO 5
CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação.
(FREIRE, 2021, p. 50)

Analisar os impactos da educação crítica, reflexiva e responsabilizante numa perspectiva de gênero nos participantes de um Grupo de Homens Autores de Violência, sejam eles encaminhados pela Lei Maria da Penha, sejam eles Facilitadores-participantes que organizam as atividades de cada grupo, passou por algumas problematizações.

No segundo capítulo, contextualizamos, dentro das proposições da Lei 11.340/2006, os critérios para a atuação dos GHAV. Conforme exposição e análise, não existe especificações nem parâmetros detalhados, além da citação geral sobre o “comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação” ou “centros de educação e reabilitação para os agressores”, conforme os artigos 22, 35 e 45 da LMP. O corpo normativo determina que estes poderão ser criados e promovidos pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios, no limite das respectivas competências de cada qual (LEI 11.340/2006; LEI 13.984/2020).

Apesar de tal previsão, o marco legal não determina um agente responsável por criar os programas ou centros e gerir todo o processo, dotação orçamentária, destinação de pessoal com formação em gênero e interseccionalidades para atuar como equipe técnica, definição se esta será terceirizada ou não, dentre outros aspectos pertinentes. Toda essa indeterminação pode levar à descontinuidade de alguns programas, a exemplo de quando ocorre a saída e/ou transferência do funcionário público que coordenava determinada iniciativa e o/a agente institucional substituto/a não tem interesse nem experiência em relação à temática (BEIRAS *et al.*, 2021).

Diante dos dados obtidos a partir deste mapeamento e das experiências e aprendizagens sistematizadas pelos documentos analisados, bem como da experiência acumulada de mais de uma década da Lei Maria da Penha, entendemos como fundamental a discussão sobre uma política pública nacional que possa apontar diretrizes mínimas para os programas com HAV, assim como fortalecer as experiências já existentes (BEIRAS. NASCIMENTO. INCROCCI. 2019, p. 271).

Embora os critérios estabelecidos na LMP para o funcionamento dos grupos ou centros de educação/reeducação/reabilitação/recuperação sejam genéricos, tem havido um esforço sistemático e conjunto de alguns pesquisadores brasileiros, junto aos órgãos de justiça, para tentar implementar como política pública para os homens em medida protetiva de urgência ou apenados, a metodologia dos GHAV. Inclusive, o trabalho publicado em 2021 (BEIRAS *et al.*) foi uma realização conjunta com o Conselho Nacional de Justiça, com o Colégio de Coordenadores Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro, com as Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e com o Grupo Margens – modos de vida, família e relações de gênero, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina. “Cada vez mais se consolida o entendimento da importância de se trabalhar com os homens autores de violência como parte da problemática, inclusive em nível preventivo” (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 21).

A metodologia, que contempla arcabouço teórico e prático com recomendações mínimas para atuação das iniciativas existentes, com foco em trabalhar com os significantes autor-reflexão-responsabilização, numa perspectiva feminista de gênero e dos estudos de masculinidades, está disponibilizada gratuita e digitalmente. Os objetivos maiores são a assunção da responsabilidade por parte do autor, a redução da reincidência da violência e a desconstrução do ideal de hegemonia masculina existente, possibilitando masculinidades diversas e plurais, isentas de comportamentos machistas e misóginos.

Como já exposto por BEIRAS e outros autores (2021, p. 16), no documento *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações*, os pesquisadores citam uma “abertura à mudança paradigmática implicada na passagem de uma visão punitivista para uma perspectiva transformadora das relações sociais” por parte do Conselho Nacional de Justiça. Essa disposição do órgão pode ser vista como um avanço em relação a compreender gênero a partir de uma dinâmica relacional patriarcal e focalizar na transformação dessas relações sociais, estruturadas num viés de violência.

Em relação ao Brasil, como dito, não se possui, ainda, diretrizes e recomendações de base unificadas para o funcionamento dos GHAV empiricamente embasados que possam, simultaneamente, fornecer ferramentas teórico-práticas em nível nacional e balizar em termos normativos o que seria considerado um modelo aceitável de intervenção, a

partir do qual se poderá pensar em questões como o controle de qualidade e a aferição de efetividade dos trabalhos. Entretanto, ainda que este relatório venha preencher a demanda de um mapeamento amplo da realidade do campo dos GHAV para, a partir daí, propor diretrizes e recomendações, há já um acúmulo de documentos técnicos brasileiros que se buscou utilizar igualmente como cotejo analítico aos dados colhidos (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 77)

O campo de pesquisa apresentou alguns desafios. Inicialmente, seriam entrevistados homens de dois GHAV diferentes. Todos os cuidados foram tomados, desde o contato inicial com os coordenadores de cada grupo, a explicação do trabalho de pesquisa, o recolhimento da Carta de Anuência de ambos, até a aprovação no Comitê de Ética. Porém, houve a saída da promotora de justiça que coordenava um dos projetos, no final do ano de 2021, o que ocasionou a paralisação das atividades e o desligamento da equipe terceirizada que trabalhava no projeto Tempo de Despertar. Até a finalização da coleta de dados deste trabalho, o projeto não havia retomado as suas atividades. Desta forma, essa pesquisa foi direcionada para o Programa “E agora, José?”.

Um fato relevante é que o Programa “E agora, José?” foi criado como uma política pública do município de Santo André, a partir de uma parceria com o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Política para as Mulheres e a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, e funciona desde 2014 (URRA; PECHTOLL, 2016, p. 112). Em função de ter sido criado como política pública em seu nascedouro, associada ao poder judiciário – e não ser uma iniciativa independente –, este fator contribui para a sua continuidade. Apenas dois por cento das iniciativas nacionais contam com a publicação de uma lei municipal (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 95).

É importante ressaltar que o Programa “E agora, José?”, apesar de ter sido criado como política pública do município de Santo André, se mantém, sobretudo, pela disponibilidade da equipe técnica do Programa, que trabalha voluntariamente. O “E agora, José?” faz parte dos 57% das iniciativas que trabalham sem remuneração específica para as atividades”, segundo o levantamento do mapeamento (BEIRAS *et al.*, 2021, p. 112). Os poucos recursos financeiros que a ONG recebe são destinados a pagar o serviço de contabilidade.

Outra questão importante a ser colocada, desta vez em relação aos HAV encaminhados para o Programa “E agora, José?”, é que a presença deles sempre foi obrigatória em 100% das 20 oficinas, desde 2014. O HAV que não tem disponibilidade em determinado dia, pode fazer a oficina na semana seguinte ou ser realocado para

um outro grupo, caso tenha algum inconveniente relativo ao dia e horário. Se esse HAV não comparece por algumas semanas, ele é devolvido para a CPMA e a instituição é informada. Esse é um aspecto positivo, visto que a obrigatoriedade de encaminhamento dos homens autores de violência só passou a vigorar legalmente, a partir do ano de 2020 (LEI 13.984/2020), após o início da pandemia da COVID-19.

No capítulo III, vimos que o processo de colonização implantou no tecido social brasileiro a segregação binária de gênero que imperava na sociedade europeia, e foi mais além, ao incorporar a noção de raça num significado até então inexistente. As relações entre masculinidades e feminilidades foram afetadas pela imposição e instituição do poder do homem branco, europeu, heteropatriarcal como dominante em relação a todos os outros grupos de pessoas. Com a instituição do poder pátrio, masculino, como soberano ao poder feminino, foi atrelado a ele o uso da violência como forma de controle, dominação e subjugação (QUIJANO, 2009; LUGONES, 2008; SEGATO, 2012).

O uso da violência como forma de exercício do poder masculino sobre as mulheres foi demonstrado por LERNER (2019), como estruturante da construção do patriarcado como sistema social, em vigência há mais de 5.000 anos. A linha de tempo da existência da segregação de gênero é 10 vezes maior do que a linha de tempo da segregação racial. Não faço aqui juízo de valor em relação ao grau de importância de uma em detrimento da outra, uma vez que qualquer discriminação é um ato contra a dignidade da pessoa humana. Esse dado nos mostra o quão profunda e longa é a dominação masculina sobre a feminina. Ela se reinventa e ganha novos contornos, a cada período histórico e em cada cultura. O fato é, ela persiste. Percebendo o quão complexa é essa dinâmica, hooks (2022, p. 205), pontua “tem sido mais fácil desafiar e mudar o racismo na sociedade, do que alterar o rígido pensamento patriarcal sobre gênero, que existe na vida (negra)”.

A dominação masculina não é exercida, apenas, em relação às mulheres, mas também em relação às demais masculinidades. O homem branco, europeu, imperialista, capitalista, cisgênero, heteronormativo e de alto poder econômico instituiu-se como modelo normativo e ideal hegemônico de masculinidade, ao qual todos os demais homens deveriam se posicionar e aspirar (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; WELZER-LANG, 2001; hooks, 2022). Ele se utiliza do poder instituído para, através das tecnologias de gênero, influenciar as subjetividades masculinas acerca dos comportamentos, atitudes, sentimentos e emocionalidades

que devem performar para serem reconhecidos e aceitos pelos outros homens ou desvalidados e inferiorizados à posição de “outros”, neste caso, às mulheres (LAURETIS, 1994; ZANELLO, 2018; BUTLER 2019, 2021).

Como vimos, ainda no capítulo III, a socialização masculina se estrutura em quatro pilares, sendo eles a negação do feminino, a virilidade física, a virilidade sexual e a virilidade laboral (WELZER-LANG, 2001; ZANELLO, 2018). No capítulo IV, tivemos a oportunidade de confrontar a aprendizagem social de masculinidades dos dez homens entrevistados, sendo cinco HAV e cinco Facilitadores, com as performances individuais de cada um (CONNELL; MESSERSCHMIDT. 2013; BUTLER, 2019, 2021). A partir desse cruzamento de informações, pudemos perceber que houve implicações entre o processo de socialização (im)posto a estes dez homens e a atuação deles no mundo, em relação a esses quatro pilares.

Todo este trabalho foi construído e realizado com o objetivo maior de analisar os impactos da educação – crítica, reflexiva e responsabilizante –, numa perspectiva de gênero, nos participantes de um GHAV, neste caso o Programa “E agora, José?”, bem como identificar as principais mudanças de paradigma, comportamentos e impactos percebidos pelos mesmos em relação à ressignificação de suas masculinidades e de suas relações familiares e de afeto. “É necessário darmos oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos. Caso contrário, domesticamos, o que significa a negação da educação”. (FREIRE, 2021, p. 41)

Nove dentre os dez entrevistados se casaram, sete se separaram e cinco recasaram. Atualmente, todos os dez homens e suas companheiras trabalham, em detrimento de oito nas famílias de origem. A grande diferença, na atualidade, se refere à divisão de tarefas domésticas. Após o Programa “E agora, José?” houve conscientização de todos eles, inclusive dos que já tinham alguma participação, não tão ativa, e todos os oito que residem conjuntamente com outras pessoas, dividem as tarefas do lar, sendo que em três dos casos, eles são os principais responsáveis pelos cuidados da casa e/ou dos filhos.

Ao analisar os temas resolução de conflitos e afetividade nas famílias de origem, o cenário observado, através das narrativas dos entrevistados, denuncia presença de violência e falta de expressões sensoriais – toques, beijos, abraços –, e de expressões verbais de afetividade. Em oito das dez das famílias, presenciou-se brigas ou discussões entre os genitores e entre os irmãos mais velhos e o pai. Mais

de dois terços dos filhos eram castigados quando desobedeciam, ao passo que os outros três não responderam a essa questão.

Em relação a experimentar expressões de afeto, como “eu te amo”, beijos e abraços, apenas um entrevistado declarou ter recebido gestos desta natureza, exclusivamente da mãe. Apesar disso, após passar pelo “E agora, José?”, dois dos cinco Facilitadores, André e Cristóvão, resignificaram as relações com os seus genitores, ampliando essa troca afetiva e conseguiram ouvir “te amo”, dos pais, algo que relataram com emoção e alegria, contrariando a norma masculina que propõe distanciamento afetivo.

“É um momento de novos atos performativos até então reprimidos ou oprimidos pela consigna de que o homem deve ser forte e racional. Atos performativos que subvertem a masculinidade tradicional e promovem novos sentidos de ser masculino e ser homem. Isto dá a possibilidade de poder construir outras alternativas para a expressão de sentimentos diferenciada da ira, da raiva ou da violência e da agressão”. (BEIRAS, 2012, p. 210)

Ao analisar o pilar de socialização “negação do feminino”, percebemos uma separação entre homens e mulheres, desde as brincadeiras infantis, perpetuando-se em outros espaços, a exemplo do ambiente laboral. Constatamos que sete dos dez entrevistados sofreram provocações como “viadinho”, “mulherzinha” e “bichinha”, ao passo que cinco ouviram que “homem não chora”. Em relação às suas performances, seis dos provocados em relação a não ser “mulherzinha” performaram de acordo com a norma proposta, em contraposição a um que escolheu uma via alternativa, contudo sofreu retaliações. O outro não informou.

Ao correlacionar a socialização do pilar “virilidade física” com as performances individuais de cada entrevistado, todos os dez entrevistados foram cobrados no discurso, sendo que sete deles aderiram discursivamente à essa exigência, ao passo que, na prática, oito deles performaram em consonância com a norma, conforme as narrativas expostas no capítulo IV.

O pilar de subjetivação da virilidade sexual foi o que apresentou maior variação entre cobrança social e atitudes/comportamentos individuais. Enquanto nove entre os dez foram cerceados por amigos e parentes para provar a sua virilidade sexual, mesmo contra a própria vontade, três relataram timidez e não se identificaram com esse ideal de masculinidade. Mesmo tendo cedido em algum/ns momentos, dois apresentaram uma narrativa como “paquerar de longe” e “ser mulherengo, apenas nas

épocas de solteirice” e outros dois relataram ter sofrido assédio sexual e/ou violência sexual.

O pilar virilidade laboral foi preponderante na vida desses homens, uma vez que nove dentre os dez foram cobrados diretamente em relação à importância de trabalharem o mais cedo possível e serem provedores. O resultado foi uma performance de dez respostas em conformidade com a norma social. Quatro deles começaram a trabalhar entre 10 e 12 anos, enquanto dois iniciaram entre 13 e 14 anos e três homens, entre 16 e 18 anos. Apenas um não respondeu.

Os resultados acima expostos demonstram a força e o impacto da socialização masculina, nos processos subjetivos do tornar-se homem, tendo como base os quatro pilares expostos. É com esse arcabouço, com essas referências e com esse instrumental que grande parte dos homens atua e se relaciona conjugal, familiar, afetiva, laboral e socialmente. Analisar o comportamento dos homens sob essa perspectiva sugere a necessidade de um olhar mais detido para o processo de socialização masculina, cujos impactos podem ser demonstrados em números: 632 mulheres sofreram violência doméstica por dia, em 2021, e cerca de 181 mulheres e meninas foram violentadas sexualmente por dia, neste mesmo ano (FBSP, 2022).

É importante frisar que, apesar das estatísticas alarmantes, o cenário é mais grave em relação às violências que os homens cometem contra outros homens. Foram 47.503 mortes violentas intencionais comparadas aos 1.341 feminicídios, no ano de 2021 (FBSP, 2022). É uma proporção mais de 35 vezes maior. Creio ser importante abrimos um viés de pesquisa e discussões acerca do quanto o processo de socialização masculina influencia na perpetração e perpetuação da violência masculina, seja contra os próprios homens, seja contra as mulheres, seja contra os LGBTQIAP+. Welzer-Lang (2001) pontuou, há mais de duas décadas, que o ser humano aprende por mimetismo, e que o mimetismo dos homens é de violência, primeiro consigo e, em seguida, com os demais. Essa compreensão foi expressa em uma das narrativas do Facilitador André, ao expressar “quando eu não desenvolvo uma autocrítica, não desenvolvo repertório para contestar, ressignificar e colocar algo no lugar, a possibilidade de reproduzir aquilo é grande”.

As principais mudanças e ressignificações que os HAV perceberam em si foram cultivar uma postura preventiva antiviolaência em suas relações conjugais e afetivas, a exemplo de não agir agressivamente, tampouco revidar uma agressão. Outros comportamentos narrados foram: jamais bater em uma mulher, redução de

ciúme/possessividade/agressividade, começar a demonstrar os sentimentos e chorar quando sentir necessidade, se comunicar melhor/falar mais calmo e mais baixo, reduzir discussões no trânsito, bem como continuidade das reflexões após o programa.

Em relação ao Facilitadores os principais impactos, mudanças de comportamento e ressignificações se deram em relação à tomada de consciência do próprio machismo, maior divisão das tarefas domésticas, partilha do cuidado da prole, ser um melhor pai, não interromper as mulheres quando elas falam ou repetir o que elas disseram “para ter a última palavra”, assim como o resgate/transformação da relação com os próprios pais em dois dos cinco casos.

A avaliação tanto dos HAV quanto dos Facilitadores em relação a vivenciar esta experiência dos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência é positiva e contrária ao sentimento de resistência, raiva, revolta, vitimização e injustiça que os HAV apresentaram na chegada. As declarações deste último grupo foram “Foi a melhor coisa que me aconteceu!”, “Estou mais esclarecido”, “Diálogo enriquecedor! Eu via ali pessoas despreparadas”, “Gostei muito. Estou pensando em fazer o curso pra ser facilitador”, “Foi maravilhoso!”.

Todos os HAV comentaram que uma experiência desta natureza precisa ser ofertada a outros homens, principalmente na adolescência, sugerindo a escola como *locus* de aplicação. Fizeram algumas sugestões em relação a incluir temas como religião, lesbianismo e estupro, além da necessidade de uma postura menos agressiva dos Facilitadores nos primeiros encontros. Um deles expressou que, quando os encontros eram presenciais, havia maior participação, envolvimento e interação entre os HAV.

Uma observação que gostaria de fazer antes de finalizar este trabalho, é que até o momento em que realizei as entrevistas de campo, o Programa “E agora, José?” contava com 26 encontros semanais, sendo dois de acolhimento, 20 oficinas e quatro encontros quadrimestrais para acompanhamento destes homens. Um dos coordenadores havia mencionado, durante a entrevista, que introduzir os dois encontros de acolhimento foi muito importante, uma vez que esses homens não eram ouvidos pela justiça, e eles chegavam aos grupos com sentimentos de raiva e revolta, o que acabava atrapalhando a dinâmica dos encontros-, a cada entrada de um novo HAV em uma das 20 oficinas. Fui informada por um dos coordenadores, via em contato telefônico, neste mês de maio de 2023 que, por determinação do judiciário de

Santo André, o programa foi reduzido para 20 encontros, excluindo os dois de acolhimento e os quatro de acompanhamento.

Creio que uma decisão como a relatada no parágrafo acima não deveria ser tomada de forma unilateral, sem antes ouvir a equipe técnica do programa, que desenvolve o trabalho e conhece a necessidade e a importância de cada encontro e etapa. Acredito também, a partir dos relatos dos HAV, que os encontros quadrimestrais deveriam ser mantidos, como forma de inserir, mesmo que rapidamente, este HAV no processo reflexivo e num ambiente seguro de troca, mais algumas vezes. O programa “E agora, José?” não começou com 26 encontros. Ele foi realizando adaptações ao longo do tempo, até encontrar um formato que foi considerado o mais adequado. Ainda assim, os coordenadores relataram que sempre avaliam a possibilidade de ampliar o Programa, com o intuito de atender aos diversos pedidos de inclusão de outras temáticas.

Uma reflexão que gostaria de deixar para todos/as que se depararem com este trabalho se refere ao impacto que um programa, com apenas 26 encontros, fez na vida de homens que não tiveram outras oportunidades de frequentar espaços de homossociabilidade onde eles pudessem expressar o que pensam, o que sentem, expor as suas dúvidas, sem ser agredidos, cobrados ou julgados. Mais de 500 homens já foram atendidos em oito anos de atividades do Programa “E agora, José” e houve, apenas, dois casos de reincidência, ainda assim, não intencionais.

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente individual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática (FREIRE, 2021, p. 72-73).

A provocação final que faço, com base na fala de Alan, “não deveria ser necessário você assinar um B.O. pra aprender a ser homem” é que, sim, a educação crítica e reflexiva numa perspectiva de gênero, provocou impactos e mudanças profundas na vida desses homens, de acordo com as narrativas expostas. A declaração deste egresso sinaliza que a única oportunidade que ele teve de estar num espaço onde os homens respeitam, acolhem e aceitam as diversas masculinidades, foi após ter cometido um crime e estar de posse de um boletim de ocorrência. Esse fato -exemplifica o caráter punitivista de nossas leis penais, até o momento

Urge incluir os homens em agendas, pautas e políticas públicas educativas, preventivas e reflexivas, numa perspectiva de gênero feminista e dos estudos de masculinidades, com foco na desconstrução dos estereótipos de gênero, na construção de masculinidades plurais, em equidade de gênero e saúde integral (PNAISH), para dissociar masculinidades de violências, e oportunizar que homens e mulheres possam ter uma vida mais respeitosa, equânime, digna e plena.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Fernando; ANDRADE FILHO, Antônio; BRONZ, Alan. **Conversas Homem a Homem**: Grupo Reflexivo de Gênero: Metodologia. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004. Disponível em: https://noos.org.br/wp-content/uploads/2019/03/conversas_homem_a_homem-grupo_reflexivo_de_genero.pdf . Acesso em: 22 mar. 2023

ACOSTA, Fernando; SOARES, Barbara Musumeci. **SerH - Serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra mulheres: proposta para elaboração de parâmetros técnicos**. Rio de Janeiro: ISER, 2011. E-book. Disponível em: https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/08/iser_cartilha-proposta-para-elaboracao-de-parametros-tecnicos-1.pdf . Acesso em: 22 mar. 2023

MACIEL, Camila. **Grupos para homens reduzem reincidência de violência doméstica**. São Paulo: Agência Brasil, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/grupos-para-homens-reduzem-reincidencia-de-violencia-> Acesso em: 22 mar. 2023

AMBRA, Pedro (Org). **Cartografias de Masculinidade**. São Paulo: Cult Editora, 2021.

ANDERSEN, Tom. **Processos Reflexivos**. Trad. Rosa Maria Bergallo. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Noos: ITF, 2002.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS (Arpen-Brasil). **Pais ausentes**, 2023. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>. Acesso em: 22 mai. 2023

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Trad: Sergio Milliet. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEIRAS, Adriano. **La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas**. 2012. 378f. Tesis (Doctorado en Psicología Social) – Departament de Psicologia Social, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, España, 2012.

BEIRAS, Adriano. **Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: NOOS, 2014. Disponível em: https://nusserge.paginas.ufsc.br/files/2021/06/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf . Acesso em: 22. mar. 2023

BEIRAS, Adriano; BRONZ, Alan. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016. Disponível em:

https://margens.paginas.ufsc.br/files/2020/06/Metodologia-Noos__PDF-final.pdf
Acesso em: 22 mar. 2023

BEIRAS, Adriano; CANTERA, Leonor M.. Narrativas Personales, Construcción de Masculinidades - Aportaciones para la Atención Psicosocial a Hombres Autores de Violencia. **Psico**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 251-259, abr. 2012. Trimestral.
Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10023>.
Acesso em: 21 ago. 2023

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde e Sociedade** [online]. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 262-274, 2019.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BkkGwctw6WzsBbJbxSbPsNq/?lang=pt> Acesso em: 12 abr. 2023

BEIRAS, Adriano *et al.* **Grupo para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Academia Judicial, 2022. Disponível em:
https://www.tjsc.jus.br/documents/715064/0/E-book_Edicao_Beta16.pdf/e758091f-1426-7280-7aa3-dd28ef20ca84?t=1668111785208 . Acesso em: 14 abr. 2023

BEIRAS, Adriano *et al.* **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações**. Dados eletrônicos. Florianópolis: CEJUR, 2021. Disponível em:
<http://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento-1.pdf> . Acesso em: 02 mai. 2023

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Trad. Maria Helena Kühner. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (Sisdepen). **Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário**, 2022.
Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM/MS n. 3.562, de 12 de dezembro de 2021. Altera o Anexo XII da Portaria de Consolidação GM/MS n. 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Brasília: **Diário Oficial da União**, 2021.
Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt3562_15_12_2021.html.
Acesso em 22 mai. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 1.944, de 27 de agosto de 2009. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Brasília: **Diário Oficial da União**,

2009. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944_27_08_2009.html. Acesso em 22 mai. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_homem.pdf. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 Ago. 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei n. 13.772 de 19 de dezembro de 2018. Altera a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei 13.984 de 3 de abril de 2020. Altera o art. 22 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. Brasília, DF.: **Diário Oficial da União**, 2020

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 213-230.

BUTLER, Judith P. **Problema de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CALDEIRA, Bárbara Maria Santos; BARBOSA, Claudia de Faria; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Quem cuida de quem?** Repensando as práticas familiares e a divisão do tempo/trabalho. *In*: CASTRO, Mary Garcia; CARVALHO, Ana Maria Almeida; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos (Org.). **Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 111-150. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16716>. Acesso em: 22 mar. 2023

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados** [online]. v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>>. Epub 20 Fev 2004. Acesso em: 20 abr. 2023

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 313-321.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; GOMES, Gina Emília Barbosa de Oliveira Costa. Violência(s) portas adentro: categorias relacionais como gênero e famílias em foco interdisciplinar. In: BASTOS, Ana Cecília de Sousa *et al* (Org.). **Família no Brasil: Recurso para a pessoa e sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015, p.313-338.

CHANCELL, Lucas *et al*. **World Inequality Report 2022**. , World Inequality Lab wir2022.wid.world. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2023/03/D_FINAL_WIL_RIM_RAPPORT_2303.pdf. Acesso em: 10 de Outubro de 2022

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, janeiro-abril, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt> . Acesso em 10 de Outubro de 2022.

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Trad. Marília Moschkovich. 3. ed. São Paulo, nVersos, 2015.

DATAFOLHA. **Família fica ainda mais importante para os brasileiros**, São Paulo, 10 dez. 2008. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1223824-familia-fica-ainda-mais-importante-para-brasileiros.shtml>. Acesso em: 11 mai. 2023

DIAS, Isabel. CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência e Gênero: a intersecção das desigualdades sociais. *In*: TAVARES, Márcia Santana; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. (Org.). **Diálogos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo**. Salvador: EDUFBA, 2022, p. 179-204.

DIEESE. Sistema pesquisa de emprego e desemprego. A inserção produtiva dos negros nos mercados de trabalho metropolitanos, nov 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2016/2016pednegrossintmet.html>. Acesso em: 11 mai. 2023

DO CARMO, Milena *et al*. **Manual Parent: Paternidades envolvidas e cuidadoras: da Teoria à Prática**. CES-UC: Portugal, 2021. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/97120> Acesso em: 12 mai. 2023

DONATI, P. **Família no século XXI – abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.

ELIAS, Juliana. **Mulheres ganham 19% menos que homens – no topo a diferença é de mais de 30%**. CNN Brasil, 02 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/mulheres-ganham-19-menos-que-homens-no-topo-diferenca-e-de-mais-de-30/> . Acesso em: 13 mai. 2023

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso 22 mai. 2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso 22 mai. 2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 16, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso 22 mai. 2023

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 43. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Diáspora africana: você sabe o que é?**, 2019. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=53464>. Acesso em 10 abr. 2023

GAMA, Bárbara Monteiro de Barros. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. **Investigación y Desarrollo**, v. 27, n. 1, p. 265-278, jan-jun, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26862837009> Acesso em: 20 fev 2023

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Trad. Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2021.

hooks, bell. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade**. Trad. Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua 2012-2021)**. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaquos_PNAD_continua/2012_2021/PNAD_cont_inua_retrospectiva_2012_2021.pdf Acesso em: 15. mai. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores IBGE. **Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo**. São Paulo: 2023. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?indId=5&temald=1&loclId=1000> Acesso em: 10. jul. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2021**, 2021 Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023

IPEA: Atlas da Violência, 2022. Infográfico. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos>.

Acesso em: 12 mai. 2023

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em: 20 abr. 2023

LAURETIS, Tereza de. A Tecnologia do gênero. Trad. Suzana Funck. *In*:

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Tendências e Impasses**: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tábula Rasa**. Bogotá/Colombia. n.9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008

MACIEL, Camila. Grupo para homens reduzem reincidência da violência doméstica. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/grupos-para-homens-reduzem-reincidencia-de-violencia-domestica>. Acesso em: 12 mai. 2023

MINAYO, Maria Cecília De Souza (Organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 28. ed.

MISTURA, Tales Furtado. **Vivência de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo**: memórias e significados presentes. 2015. 243f. Dissertação (Mestrado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-17092015-090601/publico/TalesFurtadoMistura.pdf> . Acesso em: 20 mai. 2023

MONTEIRO, Solange. **Recessão da pandemia atinge mais mulheres e é retrocesso para inserção no mercado de trabalho, apontam especialistas em webinar**. FGV/IBRE: Blog da conjuntura Econômica. 26 abr 2021. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/recessao-da-pandemia-atinge-mais-mulheres-e-e-um-retrocesso>. Acesso em: 20 mai. 2023

MOREIRA, Lúcia Vaz Campos; PETRINI, Giancarlo. Relações Familiares. *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz Campos; PETRINI, Giancarlo (Org.). **Relações e Políticas Familiares**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, pp. 29-49.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia: controle social comparado**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017.

OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho de. **Percepções feministas sobre os serviços de responsabilização e educação para homens autores de violência para as mulheres**. 2019. 191f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/3716> Acesso em: ???

OLIVEIRA, Madalena Sofia; SANI, Ana Isabel; MAGALHÃES, Teresa. O contágio transgeracional da agressividade. A propósito da violência no namoro. **Revista Portuguesa do Dano Corporal**. n. 23, p. 175-188, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269604169_O_contagio_transgeracional_da_agressividade_a_proposito_da_violencia_no_namoro/link/5aff35040f7e9be94bd7cef5/download . Acesso em: 20 abr. 2023

ONU News. **Lei Maria da Penha citada como exemplo em relatório da ONU**. Brasília, 06 jul. 2011. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2011/07/1379751>. Acesso em: 21 mai. 2023

ONU News . **Lei Maria da Penha é referência global, segundo Banco Mundial**. Brasília, 8 ago. 2016. Disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2016/08/1180921>. Acesso em 22 mai. 2023

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). Documentos básicos. 48. ed. Ginebra, Suíza: OMS, 2014

PETRINI, João Carlos. Família na abordagem relacional de DONATI [Introdução]. *In*: DONATI, Pierpaolo. **Família no Século XXI: Abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 13-46

PITANGUY, Jacqueline. [Prefácio]. *In*: BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos. **Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017, p. 9-10.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências. Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://plan.apikistage.com/wp-content/uploads/2021/11/por-ser-menina-resumo-executivo-final.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023

PROMUNDO. **Licença Paternidade Estendida**. Brasília, DF: Instituto Promundo, 2021. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/licenca-paternidade-estendida-fortalecendo-o-investimento-em-politicas-mais-equitativas-entre-homens-e-mulheres-nas-empresas-brasileiras/?lang=portugues>. Acesso em 10 mai. 2023

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: Lander, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**.

Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005, p. 107-130

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SÃO PAULO. Ministério Público do Estado de São Paulo. GEVID – Grupo de Atuação Especial no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Zona Leste 1. **Projeto Tempo de Despertar**. 2017 http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO%20Tutela/Eventos/Menu_Eventos/Encontro_Campos_do_Jordao/TEMPO%20DE%20DESPERTAR%20-%20PENHA%201a.%20edicao%20-%20OK.pdf . Acesso em: 22 abr. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 49-80.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. E-cadernos CES(Online) 18, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 11 nov. 2022.

URRA, Flávio; PECHTOLL, Maria Cristina Pachte. Programa “E agora, José?": grupo socioeducativo com homens autores de violência doméstica contra as mulheres. **Revista Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 54, abril, pp. 112-116, 2016,

VENTUROZA, Isabela. **“Homem é homem”**: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha. 2016. 129f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-23082016-133509/publico/2016_IsabelaVenturozaOliveira_VOrig.pdf. Acesso em: 01 abr 2023

VENTUROZA, Isabela. Masculinidades em territórios de diferença e desigualdade. *In*: AMBRA, Pedro (Org). **Cartografias de Masculinidade**. São Paulo: Cult Editora, 2021, p. 25-36.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo Deocolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, DF: FLACSO Brasil, 2015. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/11/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 01 abr 2023

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas** [online], Santa Catarina v. 9, n. 2, p. 460-82, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/abstract/?lang=pt> . Acesso em 20 out. 2022

WORLD ECONOMIC FORUM. Global Gap Report 2021. Cologny/Geneva Switzerland: World Economic Forum, mar 2021. Disponível em: <http://reports.wforum.org/globalgender-gap-report-2021/dataexplorer..> Acesso em: 20 mai 2023

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska. Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de WhatsApp masculinos no Brasil. *In*: FERREIRA, Larissa (Org.). **Gênero em perspectiva**. Curitiba: Ed CRV, 2020, pp. 79-102.

ZULIANI, André. **Marvel e DC**: público se cansou de heróis? Veja o que dizem os números, Tangerina, 2023. Disponível em: <https://tangerina.uol.com.br/filmes-series/marvel-dc-filmes-herois-analise/>. Acesso em: 5 mai. 2023

ZUMA, Carlos Eduardo. [Apresentação II]. *In*.: BEIRAS, Adriano; BRONZ, Alan. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016, p. 9.

APÊNDICE I

Roteiro da entrevista semiestruturada

Identificação: Nome completo; data de nascimento; nacionalidade; naturalidade; estado civil; escolaridade; profissão; atividade profissional exercida; raça/etnia/cor; média de renda mensal; religião.

QUESTÕES PROPOSTAS

1. Como foi a experiência do grupo socioeducativo com homens e qual a impressão que fica?
2. O que você aprendeu sobre o que é ser homem e como você se vê nesse lugar? Cite 5 aspectos positivos e 5 aspectos negativos.
3. O que você entende por violência e quais vivências teve em relação a essa temática, que contribuíram para a sua percepção e comportamento?
4. Você percebe diferença entre homens e mulheres? Se sim, cite 5 exemplos.
5. Você teve acesso a outros projetos e programas de natureza socioeducativa em sua vida antes?
6. Considera que programas socioeducativos devem fazer parte da educação e socialização de garotos e rapazes, ainda jovens?
7. O que o homem de agora diria para o homem de 1 ano atrás?
8. Percebeu alguma mudança pessoal? Se sim, qual(is).
9. Gostaria de continuar participando de programas dessa natureza, com outras temáticas

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada: “Masculinidades Saudáveis: o bem-estar individual e relacional dos homens como princípio para a promoção da igualdade” que será desenvolvida pela pesquisadora Maiara Liberato de Matos Menezes, em investigação de mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

Esta pesquisa tem por objetivo principal “Identificar conceitos e experiências de masculinidades saudáveis para a promoção da igualdade, em grupos socioeducativos com homens”. Sua participação consistirá em ser entrevistado(a), respondendo às questões elaboradas previamente pela investigadora, com base em um roteiro, que contém perguntas relacionadas ao tema-objeto estudado, e terá duração prevista de aproximadamente 60 (sessenta) minutos, excetuando-se o tempo para leitura e explicação deste Termo.

A atividade não é obrigatória e, ao decidir participar desta pesquisa, esclareço que:

1. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, o(a) senhor(a) poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo.
2. Em caso de desistência da entrevista, após o início da mesma, a pesquisadora procederá com a interrupção imediata, após o comunicado de desistência, e as anotações e gravação até então realizadas, serão devolvidas, sem qualquer prejuízo para o participante (Res. 510/16 CNS/MS);
3. As informações fornecidas poderão, em etapas futuras, ser utilizadas para trabalhos científicos-acadêmicos com a sua anuência e aprovação prévia, constante nesse Termo, assegurando-lhe total anonimato, confidencialidade e sigilo quanto à identidade;
4. Sua participação não lhe causará nenhum custo financeiro e nenhum ônus (caso tenha alguma despesa em decorrência da entrevista, a mesma será ressarcida pela pesquisadora);
5. Essa entrevista será gravada para facilitar a transcrição e, após o período de 5 (cinco) anos, será descartada.

A pesquisa apresenta riscos de possíveis desconfortos emocionais e/ou psicológicos do(s) participante(s) ao responder as perguntas que serão realizadas. Para a minimização desses riscos, haverá o cuidado em manter a privacidade no momento da entrevista (que será realizada por Plataformas Digitais, como Google Meet, reservado e restrito à participação de duas pessoas por sessão) e também será ofertado amparo psicológico ou assistencial em caso de necessidade, com possível encaminhamento para atendimento especializado oferecido, pelo psicólogo Anderson dos Santos Dias, inscrito no CRP 03/13806, e-mail: andersondias7@yahoo.com.br.

O benefício de sua participação consiste na ampliação do conhecimento acerca da própria realidade vivida e em auxiliar a necessidade de um olhar mais apurado para o cuidado do bem-estar dos homens, como forma de promover a igualdade.

Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o participante e a outra com a pesquisadora responsável pela coleta de dados.

Em caso de dúvidas ou melhores esclarecimentos, o participante poderá entrar em contato com a pesquisadora ou com o Comitê de Ética da UCSAL, através dos seguinte contatos: 1) Maiara Liberato – Telefone: (71) 99964.0615; e-mail: maiaraliberato@gmail.com e 2) CEP - Comitê de Ética da UCSAL, um colegiado interdisciplinar e independente - de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo a padrões éticos, através dos contatos tel.71 3203.8913; cep@ucsal.br; Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-BA, CEP: 40.231-902.

Eu, _____, Portador(a) do R.G. _____, aceito, voluntariamente, o convite para participar desta pesquisa, estando ciente de que estou livre para, em qualquer momento e por qualquer razão, desistir de colaborar com a mesma, sem que isso sinalize qualquer prejuízo. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa, e concordo em participar, espontaneamente, autorizando a gravação da entrevista.

Salvador, xx/02/2022.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

ANEXO I

Carta de Anuência da Entidade



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE


(Elaborado de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16 CNS/CONEP)

Eu, **Flávio Urra**, Coordenador do Programa "E agora, José?", estou ciente e autorizo que a pesquisadora **Maiara Liberato de Matos Menezes**, do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), proceda à coleta de dados qualitativa para a pesquisa intitulada "**Masculinidades Saudáveis: o bem-estar individual e relacional dos homens como princípio para a promoção da igualdade**", sob orientação da Professora Dr^a. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

A pesquisa tem como objetivo geral "Identificar conceitos e experiências de masculinidades saudáveis para a promoção da igualdade, em grupos socioeducativos com homens". Serão realizadas entrevistas, descritas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Guia de entrevistas. Esclarece-se que contemplará os princípios éticos conforme preconizam as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do CNS/CONEP.

Ciente dos objetivos e da metodologia proposta da pesquisa acima citados, concedo a anuência para seu desenvolvimento, ciente do compromisso de garantir a segurança e o bem-estar dos sujeitos de pesquisa aqui recrutados. A instituição apresenta infraestrutura necessária para a realização da pesquisa.

Mauá, 22 de outubro de 2021



Flávio Urra
Psicólogo
CRP 06/59070
(11) 9.4916-3920

FLÁVIO URRÁ
PSICÓLOGO
CRP-SP 59070/96

entre nós
Assessoria, Educação e Pesquisa
CNPJ: 07.301.910/0001-53

Assinatura e carimbo do responsável pela Instituição

ANEXO II – Aprovação no Comitê de Ética

plataformabrasil.saude.gov.br/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisaAgrupador.jsf

Moda feminina Filmes Grátis the hot games funny apps The hot pics The hot games Empire Big Farm Funny pictures

Para cadastrar um novo projeto, clique aqui: [Nova Submissão](#) Para cadastrar projetos aprovados anteriores à Plataforma Brasil, clique aqui: [Projeto anterior](#)

BUSCAR PROJETO DE PESQUISA:

Título do Projeto de Pesquisa: CAAE:

Pesquisador Responsável: Última Modificação: Tipo de Projeto:

Palavra-chave:

« SITUAÇÃO DA PESQUISA

Marcar Todas
 Aprovado
 Em Apreciação Ética
 Em Edição
 Em Recepção e Validação Documental
 Não Aprovado - Não Cabe Recurso
 Não Aprovado na CONEP

Não Aprovado no CEP
 Pendência Documental Emitida pela CONEP
 Pendência Documental Emitida pelo CEP
 Pendência Emitida pela CONEP
 Pendência Emitida pelo CEP

Recurso Submetido ao CEP
 Recurso Submetido à CONEP
 Recurso não Aprovado no CEP
 Retirado
 Retirado pelo Centro Coordenador

LISTA DE PROJETOS DE PESQUISA:

Tipo	CAAE	Versão	Pesquisador Responsável	Comitê de Ética	Instituição	Origem	Última Apreciação	Situação	Ação
P	52930521.4.0000.5628	2	MAIARA LIBERATO DE MATOS MENEZES	5628 - Universidade Católica de Salvador - UCSal		PO	PO	Aprovado	